

Carla Simara L. da S. S. Ayres

**QUEM SÃO ELAS?
PARIDADE DE GÊNERO, ORIGENS E CARREIRAS NAS
DIREÇÕES PETISTAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Julian Borba

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ayres, Carla Simara L. da S. S.

Quem são elas? Paridade de gênero, origens e carreiras nas direções petistas / Carla Simara L. da S. S. Ayres; orientador, Julian Borba, 2018.

213 p., 21 cm.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Gênero. 3. Trajetória política. 4. Partidos políticos. 5. Qualidade da democracia. I. Borba, Julian . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsocpol@contato.ufsc.br

Ata da Sessão de Julgamento apresentada pela doutoranda **Carla Simara Luciana da Silva Ayres**. Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às 15h00min, na Sala de Reuniões do PPGSP – CFH/UFSC, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora, designada pelo Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, através da **Portaria nº 011/PPGSP/2018**, de 27 de fevereiro de dois mil e dezoito, composta pelo Prof. Dr. Julian Borba (PPGSP/UFSC – Orientador), Profª. Drª. Lígia Helena Hahn Lüchmann (PPGSP/UFSC), Profª. Drª. Celi Regina Jardim Pinto (UFRGS), Profª. Drª. Maria do Socorro Sousa Braga (PPGPol/UFSCar), como membros, para julgamento da tese apresentada pela doutoranda **Carla Simara Luciana da Silva Ayres** intitulada: **“QUEM SÃO ELAS? – paridade de gênero, origens e carreiras nas direções petistas”**. Aberta a sessão, o senhor presidente da banca apresentou os demais membros, passando em seguida a palavra à candidata que, na forma regimental, expôs o tema de sua tese. Após, a doutoranda foi questionada pelos membros da banca examinadora e, em seguida, deu as explicações que se fizeram necessárias. Concluída a arguição, a banca examinadora se reuniu e considerou **aprovado sem alterações no trabalho final** ; **aprovado com alterações no trabalho final** [], **aprovado condicionando a modificações na versão do trabalho final** [], **reprovada** [], a candidata. Informamos ainda que a candidata deve apresentar, no prazo de até [] _____ dias, uma (01) cópia impressa e uma (01) cópia digital da versão definitiva, junto a Coordenação do Curso e igual número de cópia à Biblioteca Universitária; fazendo jus ao título de **Doutora em Sociologia Política**.

Recomendações da Banca:

RECOMENDAMOS DE PUBLICAR OS NA FORMA DE
ARTIGOS CONSIDERANDO A ORIGINALIDADE
E QUALIDADE DO TRABALHO



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsocpol@contato.ufsc.br

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Julian Borjba
(PPGSP/UFSC)
Orientador/Presidente

Prof. Dr. Lígia Helena Hahn Lüchmann
(PPGSP/UFSC)

Prof. Dr. Celi Regina Jardim Pinto
(UFRGS)

Prof. Dr. Maria do Socorro Sousa Braga
(PPGPol/UFSCar)

Carla Simara Luciana da Silva Ayres
Doutoranda

Às mulheres que fazem e transformam a história

AGRADECIMENTOS

De fato, não é clichê dizer que um trabalho como este não se faz sozinho. Mesmo que em vários momentos a solidão seja a maior companhia. Desde a concepção de uma ideia à sua materialidade, muitos momentos foram importantes, muitas trocas, muitas experiências foram necessárias e muito aprendizado foi conquistado. Sendo assim, agradeço:

À CAPES, pelo financiamento da pesquisa;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Em especial ao professor Julian Borba, pela orientação, pela atenção antes mesmo de adentrar ao programa, pelas contribuições, e sugestões fundamentais para o trabalho, pelos puxões de orelha, pela paciência, e principalmente pela compreensão de muitos momentos.

Ao professor Yan Carreirão e professora Lígia Luchmann pelas contribuições no processo de qualificação do projeto de tese, e particularmente em aceitarem compor a banca de defesa, sejam como titular ou suplente.

À professora Lígia e ao professor Julian agradeço ainda, imensamente, a oportunidade que me deram de compor a equipe do projeto FCT/CAPES-ISCTE/UFSC e vivenciar a inimaginável experiência do estágio doutoral em Portugal. De *além-mar* agradeço também à professora Britta Baumgarten, pela coordenação no exterior e aos amigos e professores do ISCTE/IUL: André Freite, Roberto Falangas, Otávio, Vicente...

Um muito obrigada também a toda “família tuga” que deixou no aroma do vinho, no sabor da alheira e na lembrança das risadas soltas e do bom papo, *oh pá*, uma saudade apertada e a vontade de regressar: Joana, Bárbara, Luis França, Susana, Bruno, Micha (*in memória*), Isa, Simone, Milou. Meu irmãozinho Coruja, que o destino só reforce os pactos de irmandade e amizade que fizemos e redescobrimos; Ava Carvalho – a baiana mais linda de Lisboa – obrigada por todas as *ceñas*. Estar com vocês foi mesmo muito giro, foi *bué fixe!*

À professora Maria do Socorro Braga agradeço pela amizade que nos acompanha desde o mestrado e pela honra de tê-la na banca de defesa; e à professora Céli Pinto pela gentileza em também contribuir com a avaliação final deste trabalho.

Agradeço aos amigos do nosso grupo de estudos e orientação coletiva pela amizade, pelos comentários ao trabalho, pelas risadas, por dividir momentos, eventos, angústias: Renata Andrade, José Paludo, Éder Gimenes, João, Gabriela, Felipe.

Um agradecimento especial às amigades que se entrecruzam desde a graduação e fazem parte da minha formação pessoal e intelectual, pois estiveram comigo nos primeiros passos de tudo: professora e amiga Carla Almeida, Prof^o Edinaldo Ribeiro e Prof. Pedro Floriano Ribeiro agradeço por terem sido sempre uma inspiração; a todas e todos colegas e professores da UEM e do PPGPol-UFSCar, um abraço saudoso; ao meu amigo de sempre Dino, por todas as nossas milhares de histórias e companheirismo.

Agradeço também aos amigos e amigas de Floripa que me acolheram desde minha chegada aqui, vocês são inúmeros, mas podem ser representados pela força, pelo ombro amigo, pela torcida e pelo estímulo sempre emanado pelxs queridxs: Gui Cunha, Alê e Fah.

Agradeço à minha família: minha mãe, minha irmã, e meu tio por estarem sempre alerta, na torcida e na esperança.

Obrigada à minha companheira, minha surpresa inesperada: Jeane Adre. Obrigada por segurar minha mão na reta final, meu amor...

Aos funcionários do PPGSP/UFSC: Oto e Albertina, obrigada pela prontidão e socorro de sempre.

Às e Aos funcionários do Núcleo de Opinião Pública e do Centro Sérgio Buarque de Holanda, vinculados à Fundação Perseu Abramo: Carlos Menegozzo, Vilma Bokany e Fernanda Estima, meu muito obrigada.

Às e Aos dirigentes que se dispuseram a contribuir com a pesquisa, vocês foram fundamentais.

RESUMO

Este trabalho discute as estratégias partidárias adotadas com vistas à superação das desigualdades de gênero nos espaços de poder e decisão. Para tanto, parte das discussões que abordam tanto as desigualdades sócio-político-culturais como elemento que gera entraves ao desenvolvimento e estabelecimento da qualidade democrática, quanto das que ainda reconhecem os partidos como atores centrais nos processos de consolidação das democracias contemporâneas. Deste modo, além das discussões mais amplas envolvendo o sistema partidário brasileiro buscamos analisar as carreiras e trajetórias políticas das e dos dirigentes do Partido dos Trabalhadores, escolhidas(os) para composição dos diretórios estaduais a partir da normativa de paridade de gênero instituída pela legenda durante seu 4º Congresso Nacional, em 2011. Mobilizamos aportes teóricos com base na literatura da participação e de carreiras políticas bem como das discussões de gênero para analisar dados empíricos de natureza quantitativa. Nossa hipótese inicial (H1) foi de que a Regra da Paridade – que visa reduzir a desigualdade de gênero no acesso formal à direção partidária – acabaria por criar novos ciclos de diferenciação entre homens e mulheres, ao tornar-se mais exigente em termos de recursos, em geral não acumulados por elas. Esta conjectura supõe diferenças no perfil das e dos militantes por considerar, de um lado as barreiras sociais, políticas, simbólicas e institucionais da representação política das mulheres, e de outro os desafios ainda correntes para a participação feminina em diferentes espaços públicos. Fatores que nos faz supor ainda (H2) que a fim de compensar as habilidades e recursos não herdados ou acumulados – seria possível encontrarmos, dentre as dirigentes petistas um maior envolvimento com movimentos sociais, organizações e associações de interesses, que os encontrados dentre os homens. A análise se deu com base em dados de abrangência nacional colhidos a partir da realização de *survey* amostral junto ao conjunto de dirigentes estaduais do PT, e nos permitiu confirmar as expectativas do trabalho. Encontramos, de modo geral, elementos que distinguem tanto o *background* sócio demográfico das mulheres, como os elementos que marcam o cumprimento das regras institucionais tácitas do partido. Se por um lado, o PT apresenta possibilidades normativas para que novos indivíduos rompam com as barreiras de acesso à sua hierarquia incorporando mulheres jovens com menos tempo de filiação; por outro lado, demandam muito mais custos de suas carreiras, posto que as mulheres: 1) apresentam escolaridade média mais elevada que a dos homens; 2) a proporção de homens sem responsabilidades domésticas é

maior que a proporção de mulheres na mesma situação, enquanto, elas representam a maioria das pessoas envolvidas com o cuidado direto de crianças; 3) elas dependem menos diretamente da estrutura financeira do partido e necessitam de outras atividades profissionais remuneradas, limitando assim seu recurso de tempo livre para se dedicar às atividades partidárias; 4) em que pese o nível de associativismo entre homens e mulheres não apresentarem grandes discrepâncias, os dados confirmam a expectativa de diferenciação de gênero nas modalidades de associativismo: elas compõem a maioria dentre as (o) que nunca participaram das organizações tradicionais, ao mesmo tempo em que são protagonistas no envolvimento com os “novos movimentos sociais”.

Palavras-Chave: Gênero. Trajetória política. Partidos políticos. Qualidade da democracia.

ABSTRACT

This work discusses the party strategies adopted to overcome gender inequalities in the areas of power and decision. Therefore, part of the discussions that address both socio-political-cultural inequalities as an element that creates obstacles to the development and establishment of democratic quality, as well as those that still recognize the parties as central actors in the processes of consolidation of contemporary democracies. Thus, in addition to the broader discussions involving the Brazilian party system, we sought to analyze the careers and political trajectories of the leaders of the Workers' Party, chosen for the composition of the state directories, based on the gender parity regulation instituted by the Legend during its 4th National Congress in 2011. We mobilize theoretical contributions based on the literature on participation and political careers as well as on gender discussions to analyze quantitative empirical data. Our initial hypothesis (H1) was that the Parity Rule - which aims to reduce gender inequality in formal access to party leadership - would eventually create new cycles of differentiation between men and women as it became more resource-demanding, in general not accumulated by them. This conjecture supposes differences in the profile of the militants, considering, on the one hand, the social, political, symbolic and institutional barriers of the political representation of women, and on the other, the ongoing challenges for the participation of women in different public spaces. Factors that leads us to suppose (H2) that in order to compensate for skills and resources not acquired through socialization - it would be possible to find among the PT's leaders greater involvement with social movements, organizations and associations of interests, than those found among men. The analysis of the data of national scope collected from the sample survey carried out together with the set of state managers of the PT allowed us to confirm the expectations of the work. We find, in general, elements that distinguish both the socio-demographic background of women and the elements that mark the fulfillment of the party's tacit institutional rules. If, on the one hand, the PT presents normative possibilities for new individuals to break the barriers of access to their hierarchy by incorporating young women with less time of affiliation; on the other hand, the costs to this demand much more of their careers, since women: 1) have a higher average schooling than men; 2) men without domestic responsibilities are larger than the proportion of women in the same situation, whereas the women represent the majority of people involved in the direct care of children; 3) the women depend less directly on the

financial structure of the party and need to engage in other paid professional activities, thus limiting their free time to devote themselves to party activities; 4) in spite of the level of associativism between men and women do not present great discrepancies, the data confirm the expectation of gender differentiation in the modalities of associativism: the women make up the majority of those who have never participated in traditional organizations, at the same time who are protagonists in the involvement with the "new social movements".

Keywords: Gender. Political trajectory. Political parties. Quality of democracy.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 2.1 – Taxa de Mulheres na Composição dos Diretórios (2007-2013) | 53 |
| Tabela 2.2 – Taxa de Mulheres na Composição das Comissões Executivas (2007-2013) | 54 |
| Tabela 2.3 – Cargos partidários ocupados por mulheres (em números)... .. | 55 |
| Tabela 2.4 – Opinião dos delegados sobre o Cumprimento das cotas.. | 63 |
| Tabela 2.5 – Opinião dos delegados sobre o grau de dificuldade para o cumprimento das cotas | 64 |
| Tabela 2.6 – Presença de mulheres nas instâncias nacionais do PT 1981-2017 (%) | 65 |
| Tabela 2.7 – Composição dos Diretórios Estaduais, segundo o Gênero (2013) | 67 |
| Tabela 2.8 – Distribuição de Cargos nos Diretórios, segundo o Gênero | 68 |
| Tabela 2.9 – Composição das Executivas estaduais, segundo Gênero . | 70 |
| Tabela 3.1 – Tabulação das edições de boletins e informativos das mulheres do PT..... | 74 |
| Tabela 4.1 – Distribuição da amostra (%)..... | 91 |
| Tabela 4.2 – Caracterização da amostra (%)..... | 93 |
| Tabela 4.3 – Escolaridade das(os) militantes petistas, 1999-2017 (%) | 101 |
| Tabela 4.4 – Faixa etária das(os) militantes petista, 1999-2017 (%).. | 102 |
| Tabela 4.5 – Ano de filiação das(os) militantes petistas, 1999-2017 (%) | 104 |
| Tabela 4.6 – Características do perfil dirigente petista, por gênero (%)... .. | 105 |
| Tabela 4.7 – Profissionalização política dos dirigentes petistas (%).. | 108 |
| Tabela 4.8 – Rendimento individual das(os) dirigentes petistas, em SM (%)..... | 110 |
| Tabela 4.9 – Vinculação financeira das (os) dirigentes a máquina partidária (%)..... | 111 |
| Tabela 4.10 – Quadro conjugal e familiar das (os) dirigentes (%)..... | 113 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 4.11 – Situação conjugal de acordo com orientação sexual (%) | 115 |
| Tabela 4.12 – Responsabilidades com o cuidado doméstico entre as (os) dirigentes, (%) | 115 |
| Tabela 5.1 – Capital político, familiar e associativo entre as (os) dirigentes (%) | 121 |
| Tabela 5.2 – Vínculo associativo entre as (os) dirigentes (%) | 122 |
| Tabela 5.3 – Engajamento em “novas categorias associativas” (%) | 125 |
| Tabela 5.4 – Trajetória política interna das (os) dirigentes petistas (%) | 127 |
| Tabela 5.5 – Proporcionalidade das Tendências dentre os dirigentes estaduais (%) | 129 |
| Tabela 5.6 – Distribuição das tendências por região (%) | 131 |
| Tabela 5.7 – Condicionantes individuais de acesso às Comissões Executivas | 134 |
| Tabela 5.8 – Determinantes de acesso de homens e mulheres às Comissões Executivas | 136 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE – Comissão Executiva Estadual
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CEN – Comissão Executiva Nacional
CN – Congresso Nacional
CSBH-FPA – Centro de Memória Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo
DE – Diretório Estadual
DM – Diretório Municipal
DN – Diretório Nacional
EN – Encontro Nacional
ENM-PT – Encontro Nacional de Mulheres do PT
FPA – Fundação Perseu Abramo
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LOPP – Lei Orgânica dos Partidos Políticos
MMM – Marcha Mundial de Mulheres
OP – Orçamento Participativo
PCD – Pessoas Com Deficiência
PED – Processo de Eleições Diretas
SM – Salário Mínimo
SPM – Secretaria Nacional de Política para Mulheres
TSE – Tribunal Superior Eleitoral

Correntes Internas do PT

AE – Articulação de Esquerda
AS – Alternativa Socialista
CNB – Construindo um Novo Brasil
DR – Democracia Radical
DS – Democracia Socialista
EDP – Esquerda Democrática e Popular
EPS – Esquerda Popular Socialista
MPT – Movimento PT
MS – Militância Socialista
PCM – *não identificada*
PMB – Partido que Muda o Brasil
PTLM – Partido de Lutas e de Massa
RUL – *não identificada*
S21 – Avante Socialismo XXI
ULD – Unidade e Luta Democrática

Estados Brasileiros

AC – Acre
AL – Alagoas
AP – Amapá
AM – Amazonas
BA – Bahia
CE – Ceará
DF – Distrito Federal
ES – Espírito Santo
GO – Goiás
MA – Maranhão
MT – Mato Grosso
MS – Mato Grosso do Sul
MG – Minas Gerais
PA – Pará
PB – Paraíba
PR – Paraná
PE – Pernambuco
PI – Piauí
RJ – Rio de Janeiro
RN – Rio Grande do Norte
RS – Rio Grande do Sul
RO – Rondônia
RR – Roraima
SC – Santa Catarina
SP – São Paulo
SE – Sergipe
TO – Tocantins

Partidos Políticos

DEM – Democratas
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB – Partido Socialista do Brasil
PT – Partido dos Trabalhadores
PSDB – Partido do Social Democracia do Brasil

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 19 |
| OBJETIVOS, HIPÓTESES E JUSTIFICATIVAS | 24 |
| PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 27 |
| DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO | 28 |
| CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO | 29 |
| INTRODUÇÃO | 29 |
| 1.1 QUALIDADE DA DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE MULHERES | 29 |
| 1.2 ELITES PARTIDÁRIAS: RECRUTAMENTO, ENGAJAMENTO E TRAJETÓRIAS POLÍTICO- PARTIDÁRIAS | 36 |
| 1.3 ESTUDOS SOBRE O PT | 43 |
| CAPÍTULO 2 - SOBRE A PRESENÇA DE MULHERES NAS DIREÇÕES PARTIDÁRIAS | 49 |
| INTRODUÇÃO | 49 |
| 2.1 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM DIREÇÕES PARTIDÁRIAS | 50 |
| 2.2 O PT E O DESAFIO DA PARIDADE | 57 |
| 2.2.1 O PED e a democracia interna petista | 57 |
| 2.2.2 A regra e sua aplicabilidade | 60 |
| 2.2.3 O dilema das Cotas: percepções dos dirigentes quanto ao seu cumprimento | 62 |
| 2.2.4 O horizonte paritário | 64 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 71 |
| CAPÍTULO 3 - DESAFIOS ORGANIZACIONAIS DAS MULHERES PETISTAS: TEMAS, EMBATES, DEBATES E DISPUTAS | 73 |
| INTRODUÇÃO | 73 |
| 3.1. ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES PETISTAS | 75 |
| 3.1.1 Debates fundacionais | 75 |
| 3.1.2 Vitória das Mulheres no 1º Congresso: as cotas de 30% ampliam a democracia interna? | 80 |
| 3.1.3 “A Cota Sozinha não Basta” – temas, estratégias, velhos e novos dilemas. | 82 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 88 |
| CAPÍTULO 4 – CARREIRAS E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS I: O | |

| | |
|---|------------|
| PERFIL DAS E DOS DIRIGENTES PETISTAS | 89 |
| INTRODUÇÃO | 89 |
| Da realização do survey | 89 |
| Descrição da amostra | 92 |
| 4.1 APONTAMENTOS ACERCA DAS TRAJETÓRIAS | |
| INDIVIDUAIS DAS (OS) DIRIGENTES PETISTA | 94 |
| 4.1.1 Características e Perfil das(os) dirigentes petistas | 99 |
| 4.1.2 Tipo de profissionalização | 106 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 116 |
| CAPÍTULO 5 – CARREIRAS E TRAJETÓRIAS POLITICAS II: | |
| VIDA INTRAPARTIDÁRIA E DETERMINANTES DO | |
| ACESSO À ALTA CÚPULA | 119 |
| INTRODUÇÃO | 119 |
| 5.1 TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS DAS(OS) DIRIGENTES | |
| PETISTAS | 119 |
| 5.1.1 Trajectoria anterior ao PT | 120 |
| 5.1.2 No interior do PT | 126 |
| 5.2 DETERMINANTES DO ACESSO ÀS COMISSÕES | |
| EXECUTIVAS | 132 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 137 |
| APONTAMENTOS CONCLUSIVOS | 139 |
| REFERENCIAS | 149 |
| APÊNDICE 1 – PLANO AMOSTRAL | 165 |
| APÊNDICE 2 – FREQUÊNCIA DE CASOS DO | |
| QUESTIONÁRIO | 167 |
| ANEXO 1 – RELAÇÃO CARGO X GÊNERO NO MONTANTE | |
| DOS PARTIDOS, SEM DIVISÃO ANUAL. | 194 |
| ANEXO 2 – ROTEIRO PARA O QUESTIONÁRIO | 196 |
| ANEXO 3 - RESOLUÇÃO SOBRE O RECONHECIMENTO DAS | |
| IDENTIDADES DE GÊNERO E A PROMOÇÃO DA | |
| CIDADANIA DE MULHERES TRANSEXUAIS, | |
| TRAVESTIS E HOMENS TRANS NO PARTIDO DOS | |
| TRABALHADORES | 205 |
| ANEXO 4 – TEXTO BASE DO ESTATUTO SOBRE A | |
| PARIDADE DE GÊNERO | 209 |
| ANEXO 5 – DISCUSSÕES INTERNAS QUANDO A | |
| APROVAÇÃO DAS COTAS E DA PARIDADE | 210 |

INTRODUÇÃO

Partindo das discussões que abordam de um lado as desigualdades sócio-político-culturais como elemento que gera entraves ao desenvolvimento e estabelecimento da qualidade democrática, e de outro daquelas que ainda reconhecem os partidos políticos como atores centrais nos processos de consolidação das democracias contemporâneas, este trabalho busca discutir as estratégias partidárias adotadas com vistas à superação das desigualdades de gênero nos espaços de poder e decisão. Deste modo, além das discussões mais amplas envolvendo o sistema partidário brasileiro e seu conjunto de partidos, nos ocupamos de forma mais detida a analisar as origens e trajetórias das e dos dirigentes do Partido dos Trabalhadores, escolhidas (os) para composição dos diretórios estaduais a partir da normativa de paridade de gênero instituída pela legenda durante seu 4º Congresso Nacional, em 2011. O objeto aqui delineado se insere num espectro bastante amplo de análises empíricas que se constituiu na Ciência Política, em particular, a partir da consolidação da democracia como forma de governo.

São várias as agendas de estudos que se desenvolveram neste contexto, a partir de pesquisas teórico-metodológicas das mais distintas. Em especial a partir de meados do século XX vimos o debate sobre representação e participação; estudos sobre atuação dos movimentos sociais; a emergência de investigações envolvendo análises de cultura política, dentre outros. O estímulo da maioria destes estudos esteve sempre em compreender os mecanismos de aprofundamento e consolidação da democracia e, diante disso, o papel dos partidos políticos como atores preponderantes da implementação dos processos democráticos representativos. Pois, como já alertara parte da literatura, tanto o surgimento dos partidos, como os interesses em estudá-los estão vinculados a um tipo específico de democracia, qual seja a democracia representativa (Duverger, 1951; Sartori, 1982).

Dentre os múltiplos enfoques que podemos encontrar nesta vasta gama de investigações partidárias, destaca-se aquelas que buscam identificar padrões na organização dos partidos políticos, passando primeiro por um exercício de determinar o que são em específico tais organizações, como se estruturam, quem as compõe e quais as funções visam desempenhar. Num quadro geral dos estudos dentro da Ciência Política o que se pode visualizar na maioria das vezes são de um lado estudos partidários clássicos de cunho organizacional (Duverger, 1951; Ostrogorski, 1970; Sartori, 1982; Panebianco, 1995), e de outro uma agenda de pesquisa sobre elites que se apresenta bastante rica, sobretudo

em se tratando de elites econômicas e elites políticas (Weber, 1984 [1917]; Dahl, 1961; Mills, 1982) – estas últimas entendidas na maioria das vezes como aqueles que ocupam cargos político-institucionais.

Se considerarmos que os partidos políticos ainda são o tipo de instituição mais significativa na relação entre cidadão e governos, em particular à democracia representativa, então, valeria um questionamento mais detido sobre *a composição e o comportamento das elites partidárias*. Ainda que a literatura sobre partidos políticos afirme que os estudos acerca das organizações partidárias são escassos (Braga, 2008; Sales e Cotrim, 2017), mais restritos ainda se apresentam as discussões sobre as elites no interior das agremiações, não obstante a referência a estas esteja frequentemente presente no debate organizativo. Há, portanto, grande ausência de reflexões sobre as elites partidárias – *quem são e o que pensam* os indivíduos que as compõe? quais os determinantes da participação destas elites? Quais os determinantes de suas trajetórias políticas?

Isto por que, do ponto de vista das discussões acerca da qualidade da democracia, se a legitimidade democrática ancora-se em valores, sentimentos e opiniões, este “apoio específico ao regime é fruto de avaliações do desempenho dos atores políticos à frente das instituições democráticas” (Easton, 1965 apud Rennó, 2011, p. 20). Parece pertinente supor que compreender as dimensões mais plurais de *quem comanda as instituições* é um caminho frutífero, em particular se tomarmos como ponto de partida umas das, ainda, mais significativas instituições democráticas: os partidos políticos. Ademais, se considerarmos que **qualidade da democracia** ancora-se ainda na avaliação de procedimentos, conteúdo e resultados de um regime calcado em sufrágio universal, eleições livre e competitivas entre partidos políticos, e fontes de informações alternativas (Diamond e Morlino, 2005; Rennó, 2011) – e que para tanto a *igualdade política* torna-se um pressuposto fundamental para seu provimento, então, de acordo com O’Donnell (2005) é imprescindível que as leis e o acesso às instituições não discrimine grupos específicos – como raça, etnia, gênero ou qualquer outro – limitando-os assim aos recursos necessários à participação e capacidade de influência nas tomadas de decisões.

Neste campo mais específico de reflexões, vale ressaltar que a participação das mulheres no interior das agremiações partidárias tem sido um assunto recorrente desde meados dos anos 1980, e ganhou força peculiar a partir dos anos 1990, em especial quando abordado o tema da presença de mulheres nos espaços de representação legislativo e executivo, bem como os padrões de recrutamento eleitoral destas

mulheres adotado pelos partidos políticos (Norris, 1985; 1996; Norris & Lovenduski, 1995; Norris & Inglehart, 2003).

A inserção das mulheres na política faz parte de um debate mais amplo que envolve a ampliação da cidadania a partir do reconhecimento da diversidade e dinamismo dos atores políticos, sobretudo da superação dos espaços histórico e culturalmente definidos como específicos de homens e mulheres (Pateman, 1993; Araújo 2012, Prá, 2012). Diante disso, a agenda de pesquisa envolvendo a participação e representação feminina na política ganhou peso no Brasil a partir do período pós-redemocratização, em particular após a implementação das cotas femininas adotadas em dezenas de países a fim de superar os limites da democracia representativa visando uma maior equidade participativa entre homens e mulheres¹ (Rule, 1994; Araújo, 1999).

¹ A adoção de ações afirmativas visando maior equidade de representação política das mulheres advém, em todo mundo, de uma série de acordos internacionais cunhados com tal objetivo. É provável que o marco principal é a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim em 1995 intitulada “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz” que partiu de uma avaliação dos avanços obtidos desde as conferências anteriores (Nairóbi, 1985; Copenhague, 1980; e México, 1975) e de uma análise dos obstáculos a serem superados para que as mulheres possam exercer plenamente seus direitos e alcançar seu desenvolvimento integral como pessoas; bem como teceu negociação de compromissos e de acordos internacionais, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que incidiu diretamente sobre a legislação e as políticas públicas nos países-membro das Nações Unidas. Dentre os eixos e compromissos aquele que trata da “G – a mulher no poder e tomada de decisões” para do diagnóstico de que “apesar do movimento generalizado de democratização existente na maioria dos países, as mulheres estão em grande parte sub-representadas em quase todos os níveis governamentais, especialmente nos ministérios e outros órgãos executivos, e têm feito pouco progresso na obtenção de poder político nos órgãos legislativos” dentre os motivos para este fato, o relatório destaca que “os hábitos tradicionais de muitos partidos políticos e estruturas governamentais continuam sendo obstáculos para a participação das mulheres na vida pública”, além do que “devido ao seu acesso limitado aos caminhos que levam tradicionalmente ao poder, como os órgãos de direção dos partidos políticos” é preciso que se crie alternativas diretas para reverter tal situação de modo que “a consecução do objetivo de igualdade da participação de mulheres e homens na tomada de decisões proporcionará um equilíbrio que refletirá de maneira mais exata a composição da sociedade e é necessária para o fortalecimento da democracia e a promoção do seu funcionamento adequado. Dentre os objetivos e ações

Diferentes análises ao longo destes anos têm mostrado que apesar do estabelecimento das cotas partidárias de 30% de candidaturas femininas² o sistema partidário brasileiro ainda apresenta alguns

estratégicas assignatados com vistas “a garantir às mulheres igualdade de acesso às estruturas de poder e ao processo de decisão e sua participação em ambos” destaca-se: 1) Medidas que os governos devem adotar: a) medidas, inclusive, quando apropriado, nos sistemas eleitorais, para estimular os partidos políticos a incorporarem as mulheres a postos públicos eletivos e não eletivos, na mesma proporção e nas mesmas categorias que os homens; b) examinar o impacto dos sistemas eleitorais sobre a representação política das mulheres nos organismos eletivos e considerar, quando procedente, a possibilidade de ajustar ou reformar esses sistemas; 2) Medidas que os partidos políticos devem adotar: a) a) considerar a possibilidade de examinar a estrutura e os procedimentos dos partidos a fim de eliminar todas as barreiras que discriminem direta ou indiretamente contra a participação da mulher; b) considerar a possibilidade de estabelecer iniciativas que permitam às mulheres participar plenamente em todas as estruturas internas de tomada de decisões e nos processos de nomeação por designação ou eleição; c) considerar a possibilidade de incorporar as questões de gênero em seu programa político, adotando medidas para garantir a participação das mulheres na direção dos partidos políticos em pé de igualdade com os homens.

² No Brasil, e na América Latina como um todo, as conferências e convenções internacionais realizadas e acordadas em meados dos anos 1990 tiveram importante papel na justificativa para a elaboração do projeto de lei de ações afirmativas. “Na Argentina, a lei no. 24.012 sancionada em 6 de novembro de 1991 e promulgada em 29 de novembro do mesmo ano, conhecida também como ley de cupos, visava garantir, no mínimo, a inclusão de 30% de candidatas mulheres nas listas partidárias (MATOS, 2007, p. 9) No caso brasileiro, Marlise Matos chama atenção para os impasses legislativos, as dificuldades e acordos realizados para sua adoção “O projeto de lei, encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJR), como ainda era chamada na época, despertou diferentes reações: das mais progressistas às mais conservadoras, essa últimas expressas por parlamentares que percebiam a proposta como uma ameaça ao espaço dos homens e uma mudança nociva no status quo. As cotas legislativas foram inseridas no Projeto de Lei 180/95 e as justificativas recorriam à autonomia partidária. Para agradar a todos, o projeto das cotas foi reformatado, diminuindo o percentual mínimo de candidaturas femininas de 30% para 20%, aumentando-se então o teto máximo de candidaturas de 100% para 120% e, se caracterizando pela reserva de vagas para mulheres. No Senado, o Projeto de Lei 322/95, iniciado nessa casa, de autoria da Senadora Júnia Marise, estipulava cotas em 20% de candidaturas das mulheres em todas as eleições proporcionais. Ambos os projetos foram arquivados em 1998. Os projetos não se converteram em lei,

problemas quanto a isto: *a*) os partidos políticos apresentam dificuldade no cumprimento destas cotas, ou; *b*) para se atingir a meta estabelecida usam de critérios pouco claros de seleção, em geral utilizando-se de exigências de um profissionalismo político pouco encontrado dentre as mulheres devido à sua histórica ausência do ambiente político; *c*) fator que incorre na maioria das vezes na presença das mulheres apenas como “tampão” de chapas, o que por consequência gera outro problema; *d*) a ainda não superada baixa representação das mulheres nos espaços de poder pela falta de incentivo ao voto em mulheres (Araújo, 1999; 2001; Matos, 2010).

Neste sentido destacamos a relevância que o Partido dos Trabalhadores teve na construção do sistema partidário brasileiro de modo geral e também para o debate envolvendo as questões de gênero. Ainda que estudos de filiação institucionalistas que abordam o PT tendam a considerá-lo, atualmente, com posturas que restringem a participação social (Novaes, 1993), se comparado ao seu período fundacional, outra parcela deles chama a atenção para o esforço da legenda por maior inclusividade (Meneguello e Amaral, 2008; Ribeiro, 2010). Um exemplo disso pode ser considerado o espaço conquistado pelas mulheres em seu interior.

Na prática, as questões levantadas pelo movimento de mulheres e pelo feminismo encontraram respaldo junto à formação daquele novo partido, sobretudo em conjunto com as bandeiras da esquerda e dos movimentos populares. Entretanto, a participação das mulheres não ficou restrita ao debate teórico e à inserção de pautas nas plataformas do partido. O primeiro esforço foi o de criar bases e articular espaços tanto para participação, como para representação de mulheres, dentre os quadros elegíveis, mas, sobretudo nas instâncias decisórias do partido (Godinho, 1998; Alvarez, 2014).

Desde os debates fundacionais do partido as mulheres tiveram papel de destaque e já no seu 1º Encontro Nacional, em 1991, instituiu deliberações importantes para a participação feminina. Tanto é que antes mesmo da implementação da Lei 9.504/97 – apresentada originalmente, em 1995, pela então deputada petista Marta Suplicy – que estabelece a adoção de cota de 30% de mulheres nas chapas eleitorais dos partidos políticos brasileiros, o PT já realizava este debate internamente e discutia tal aproximação paritária, inclusive em suas direções. Mais recentemente,

mas foram admitidos no texto de outros projetos, tanto na Câmara quanto no Senado, em 1998 no Projeto de Lei 2695/97, de autoria do Deputado Edinho Bez”.

a segunda etapa do seu 4º Congresso Nacional realizada em 2011 estabeleceu a adoção da paridade de gênero, ou seja, o partido passou a obrigar-se a partir do Processo de Eleições Diretas (PED)³ de 2013 a formar suas diretorias e chapas eleitorais com 50% de mulheres e 50% de homens. Diante disso, interessa-nos saber de modo geral *quem são as e os dirigentes que passam a compor estas instâncias?*

OBJETIVOS, HIPÓTESES E JUSTIFICATIVAS

Sendo assim, este trabalho busca discutir as estratégias partidárias adotadas com vistas à superação das desigualdades de gênero nos espaços de poder e decisão. Deste modo, além das discussões mais amplas envolvendo o sistema partidário brasileiro e seu conjunto de partidos, nos ocupamos de forma mais detida a analisar, em que medida a normativa da paridade aprovada pelo PT gera (ou gerou) de fato mecanismos de superação das desigualdades de gênero no partido. Com base em O'Donnell (2005), que defende a proposição de ações de discriminação positiva para grupos com desigualdades estruturais de recursos ocuparem espaços de poder, **o objetivo principal** deste trabalho é analisar de que maneira os arranjos institucionais são capazes de produzir efeitos que combatam de algum modo as desigualdades estruturais da sociedade, neste caso específico aquelas que diferenciam homens e mulheres no espaço público. Tomando como estudo de caso a inovação institucional proposta pelo PT, a partir de um recorte sistemático de gênero, procurou traçar aspectos das carreiras e trajetórias políticas das (os) dirigentes para observar as características de suas respectivas rotas de ingresso nos postos de alto escalão do partido.

³ O Processo de Eleições Diretas (PED) estabeleceu-se pela reforma estatutária do PT, em 2001, a partir da reformulação das regras eleitorais internas do partido. Basicamente, o sistema pré-PED tinha como espinha dorsal o Encontro partidário cuja dinâmica apresentava uma linha de representatividade que ia da base à cúpula do PT. Nas palavras de Pedro Ribeiro (2008, p. 178), “Com a implantação do PED, todos os filiados votam nas chapas que concorrem às vagas dos Diretórios, Conselhos Fiscais e Comissões de Ética de todos os níveis, elegendo também os presidentes desses Diretórios. Os filiados também escolhem os delegados que irão compor o EM, no caso das cidades que possuem apenas o DM, ou o Encontro Zonal, no caso dos municípios subdivididos em zonais (neste caso, o EZ envia representantes ao EM). Cada Encontro elege apenas, entre seus delegados, os emissários enviados ao Encontro superior. Os Diretórios, depois de empossados, escolherão suas respectivas Comissões Executivas”.

Nossos **objetivos secundários** destinam-se a identificar: quem são estas (es) dirigentes recrutadas (os) para ocupar os cargos de alto escalão do partido? Quais suas origens e trajetórias políticas? Para tanto se articulam as seguintes proposições: a) analisar, em perspectiva comparada, a presença de mulheres nas cúpulas de diferentes partidos brasileiros; b) identificar se o PT cumpriu a norma da paridade de gênero em todos os estados após a realização do PED-2013; c) compreender a relação histórica dos movimentos de mulheres e feministas com a organização interna das mulheres do PT bem como o debate interno em defesa da paridade; d) analisar o perfil das (os) dirigentes petistas; e) descrever a trajetória política das e dos dirigentes a fim de identificar padrões de recrutamento; f) analisar de que forma estas trajetórias associam outras modalidades participativas. Estas mulheres participavam, ou participam grupos ou associações? Já ocuparam outros cargos de direções? Participam diretamente das discussões internas (de que forma)?

Se considerarmos, por um lado que as modificações na legislação partidária brasileira alteraram de certo modo as regras do jogo quando instituíram as cotas de gênero para composição das chapas de candidaturas, mas que o problema da sub-representação feminina nos parlamentos não fora solucionado, pois como veremos mais adiante está atrelado a fatores multidimensionais, poderíamos supor que mesmo um partido de orientação ideológica mais afeita à superação das desigualdades como o PT encontraria dificuldades de romper com determinadas barreiras da participação.

Nossa hipótese inicial (H1) é de que a Regra da Paridade – que visa reduzir a desigualdade de gênero no acesso formal à direção partidária – acabaria por criar novos ciclos de diferenciação entre homens e mulheres, por não romper com a alta exigência de recursos, em geral não acumulados por elas na sociedade. Esta conjectura supõe diferenças no perfil militantes de homens e mulheres por considerar, de um lado as barreiras sociais, políticas, simbólicas e institucionais da representação política das mulheres, e de outro os desafios ainda correntes para a participação feminina em diferentes espaços públicos. Além disso, as próprias discussões mais centradas no caso petista, afirmam que passadas quase quatro décadas desde sua fundação as lideranças petistas mostraram-se ainda majoritariamente composta por homens com perfil altamente profissionalizado, de tal modo que “a camada dirigente do PT encontra-se mais envelhecida e com maior nível de escolaridade” (Ribeiro, 2008, p. 147), envelhecimento este que “decorre de um aumento no índice de permanência dos mesmos militantes, ano após ano”, nos espaços diretivos

do partido (Ribeiro, 2008, p. 145). Por isso mesmo, acredita-se que, do ponto de vista dos recursos políticos, as mulheres recrutadas para as instâncias diretivas do PT ou apresentam características mais rígidas que as dos homens, ou teriam ou “pulado etapas” na trajetória ascendente da hierarquia partidária.

A lógica tratada aqui se funda nas discussões mais amplas sobre determinantes da participação política dos indivíduos como resultado de atributos como escolarização, status social e tempo livre (Verba, Schulzoman e Brady, 1995), e também daquelas que discutem os obstáculos multidimensionais que dificultam o sucesso das mulheres nos processos eleitorais e políticos de modo geral, em que o capital político e os recursos acumulados por elas são histórica e socialmente menos expressivos que dos homens (Moisés e Sanchez, 2014).

A partir disso, a segunda hipótese (H2) que se apresenta é que – a fim de compensar as habilidades e recursos não herdados ou acumulados por elas – seria possível encontrarmos, dentre as dirigentes petistas um maior envolvimento com movimentos sociais, organizações e associações de interesses, que os encontrados dentre os homens. Esta aposta se guia pelas discussões que apontam que as trajetórias de participação e representação feminina, encontram engajamento significativo em categorias associativas alternativas (Pinheiro, 2006; Araújo, 2010; Almeida, Lüchmann e Ribeiro, 2012). Ou seja, se por um lado estudos recentes apontaram que, de modo geral, os petistas, ao passo que se profissionalizaram se distanciaram substantivamente dos movimentos sociais, em particular daquelas categorias associativas mais presentes nos anos fundacionais do partido (Ribeiro, 2008; Amaral, 2010), e se por outro, nossa H1 – de que as trajetórias de homens e mulheres apresentam diferenças – estiver correta, seria então possível afirmar que haveria também variações nos tipos de vínculos associativos de cada um dos grupos. Sendo assim, vale o questionamento sobre quais organizações e temas mobilizam estas mulheres?

Uma pesquisa como esta se justifica justamente pelo que compõe a sua problemática e seus objetivos. Em primeiro lugar, vale ressaltar que a dinâmica dos sistemas políticos e partidários não é composta apenas por indivíduos que saem dos partidos para integrarem as esferas de representação. Cabe-nos, portanto, um questionamento mais detido sobre o perfil e comportamento das elites partidárias. Pois, como Panebianco (1995), consideramos significativo o papel das elites intrapartidárias para a tomada de decisões e rumos dos partidos, mas poucos são os casos em que se busca compreender, quem são os indivíduos que integram estes grupos e quais as características dos integrantes desta elite.

Do mesmo modo, observa-se pouco interesse na produção que discute o PT em voltar à atenção a aspectos que não perpassem diretamente a organização do partido e sua atuação, pois poucas são as investigações que fogem à compreensão do PT para além da preocupação em reafirmar (ou refutar) a tal “lógica da diferença”, discutir o “modo petista de governar”, ou ainda analisar a estruturação do partido e suas especificidades. Sendo assim, desenvolver uma pesquisa como esta num momento oportuno para termos como unidade de análise um “marco zero”, qual seja a primeira eleição paritária no interior do PT, pode nos dar pistas importantes acerca dos padrões de recrutamento e participação, em especial das mulheres, do referido partido.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para que os objetivos propostos sejam alcançados, a pesquisa foi dividida basicamente em três etapas. Na primeira delas, foi feita uma revisão bibliográfica com o intuito principal de articular duas questões teóricas relevantes ao trabalho: 1) investigar a discussão teórica acerca da participação das mulheres em partidos políticos, em especial em cargos de direções, e apontar como esta questão se mostra relevante à qualidade das democracias representativas; 2) apresentar o debate da literatura nacional e internacional acerca de engajamento de elites partidárias associado ao debate sobre recrutamento político, carreiras e trajetórias.

Num segundo momento, a fim de atingirmos, em especial, o objetivo específico apresentado no item “c” acima, o que se desenvolveu foi uma análise histórico-documental com base no acervo de Boletins e Informativos da Secretaria Nacional de Mulheres do PT alocado na Fundação Perseu Abramo, com vistas a visualizar o debate público, os embates e os argumentos, fomentados por essas mulheres: principais pautas; posicionamentos frente às questões feministas, de gênero e sua relação com o PT. Tal análise abarcou momentos chaves da luta das mulheres desde a fundação do partido até a aprovação da Resolução do 4º Congresso que instituiu a paridade interna.

A partir disso, a etapa empírica focada nas direções partidárias, fora dividida com duas partes: 1) análise descritiva das composições dos diretórios estaduais, a partir dos dados fornecidos pelo partido ao TSE; dando conta dos objetivos específicos apresentados nos itens “a” e “b”; 2) para alcançarmos de modo satisfatório o que se descreve nos itens “d”, “e” e “f” dos objetivos específicos foram levantadas variáveis e elaboradas questões que compuseram questionário aplicado junto aos dirigentes por meio de um *survey online*.

DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Além desta sessão introdutória, a tese está dividida em cinco capítulos seguidos das considerações finais. No primeiro deles, buscamos apresentar o enquadramento teórico ao qual este trabalho se insere e filia; no segundo capítulo, apresentamos uma discussão e análise descritiva referente às composições de direções nacionais de diferentes partidos brasileiros, incluindo o PT, onde também discorremos sobre o cenário das composições das direções partidárias estaduais do PT, discutindo ainda os desafios da paridade do PT e de outros partidos brasileiros; no terceiro capítulo apresentamos aspectos do histórico da organização das mulheres no interior do partido, bem como à compreensão da sua relação com o movimento social de mulheres e feminista; no quarto capítulo iniciamos a análise empírica de nossos dados discutindo elementos sócio-político-demográfico das carreiras políticas dos sujeitos entrevistados; no quinto e último, seguimos apresentando aspectos das trajetórias políticas dos indivíduos, especialmente no que tange suas respectivas carreiras ligadas diretamente ao partido, apresentando ainda discussões sobre os determinantes de acesso das mulheres aos espaços mais elevados da hierarquia petista. Na conclusão discutimos os principais achados da tese que vertem no sentido de Michels e os demais estudiosos partidários, especificamente do PT, tem razão ao afirmarem o processo de oligarquização do partido. Entretanto, nosso achado maior verte no sentido de demonstrar como esta realidade existe e de modo mais severo com as mulheres, que apresenta trajetórias distintas em comparação com os homens. Isto se dá configura considerando que as inovações institucionais não dão conta de romper com questões estruturadas na sociedade como as desigualdades de gênero. Neste sentido, sugerimos que superação destas desigualdades demanda a alteração de múltiplos fatores, incluindo ações partidárias. Trata-se de criar mecanismos multifacetados que alterem as formas pelas quais os recursos de homens e mulheres são desigualmente herdados e acumulados.

CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

INTRODUÇÃO

Os questionamentos mais específicos que conduzem este trabalho nos parecem estar nitidamente inseridos numa fronteira que articula ao menos três frentes de estudos da Ciência Política. De um lado às discussões mais amplas concernentes à qualidade da democracia, cujos representantes a compreendem como um valor traduzido e materializado a partir de pressupostos normativos passíveis de serem aprofundados, aperfeiçoados, estabilizados. Os condicionantes para isso se assentam em dimensões para as quais as desigualdades estruturantes da sociedade se colocam como obstáculos (Diamond e Morlino, 2005). Dentre estas, por exemplo, desigualdades econômicas, sociais, raciais e de gênero – junto à qual este trabalho abre diálogo. Em segundo lugar, às discussões sobre a organicidade dos partidos políticos, como atores vinculados à reprodução ou estratégia de superação de tais desafios, buscando compreender então tanto seus mecanismos de recrutamento, como do perfil de quem os dirige. E dentro desta perspectiva dos estudos partidários, este trabalho se filia ainda, mais especificamente, aos estudos brasileiros acerca do Partido dos Trabalhadores, cujo destaque aqui se dá por seu marco e pioneirismo na adoção de ações afirmativas pró-igualdade de gênero na política. Tendo, por fim, as teorias de gênero como recurso teórico, analítico e metodológico para a análise de discussão dos dados.

Sendo assim, o objetivo deste capítulo é apresentar as contribuições, diálogos e cotejamentos de três discussões que até o momento apresentam caráter descritivo e explicativo de nosso objeto. Quais sejam: a) o debate acerca da qualidade da democracia e as discussões sobre participação e representação das mulheres como elemento preponderante para o fortalecimento das democracias contemporâneas; b) debate acerca das elites partidárias, carreiras, trajetórias e recrutamento político; c) avanços e limites dos estudos específicos acerca do Partido dos Trabalhadores.

1.1 QUALIDADE DA DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE MULHERES

O debate acerca da qualidade da democracia se apresenta mais recentemente como uma chave interpretativa oportuna para compreensão contemporânea das já clássicas preocupações sobre a estabilidade das

democracias. Como tal, atualiza e busca articular campos teóricos e metodológicos ainda pouco combinados, quais sejam, investigações de cunho culturalistas e institucionalistas. Isto, pois, se de um lado “é a qualidade da democracia que condiciona sua [própria] legitimidade” (Rennó, 2011, p. 29) – legitimidade esta ancorada em valores, sentimentos e opiniões – de outro, este “apoio específico ao regime é fruto de avaliações do desempenho dos atores políticos à frente das instituições democráticas” (Easton, 1965 apud Rennó, 2011, p. 20). Cabe aqui, então, nosso questionamento geral: quem são estes atores ou atrizes que comandam instituições? Ainda que o debate sobre o que mais importa – valores ou instituições – seja amplo e inconcluso, parece pertinente supor que compreender as dimensões mais plurais de *quem comanda as instituições* é um caminho frutífero, em particular se tomarmos como ponto de partida umas das, ainda, mais significativas instituições democráticas: os partidos políticos.

Se, considerarmos que *qualidade da democracia* pode ser definida como a avaliação de procedimentos, conteúdo e resultados de um regime calcado em sufrágio universal, eleições livre e competitivas entre partidos políticos, e fontes de informações alternativas (Diamond e Morlino, 2005; Rennó, 2011) – e que para tanto a *igualdade política* torna-se um pressuposto fundamental para seu provimento, uma vez que o grau de inclusão ao estado de direito torna-se fundamental para o sucesso e funcionamento dos regimes democráticos – então, de acordo com O’Donnell (2005), por exemplo, é imprescindível que as leis e o acesso às instituições não discrimine grupos específicos – como raça, etnia, gênero ou qualquer outro – limitando-os assim aos recursos necessários à participação e capacidade de influência nas tomadas de decisões.

Sobre isso, R. Dahl (2008), em sua obra *La igualdad política*, dedica-se exaustivamente em delinear e compreender os obstáculos para a igualdade política. Para ele, são seis as barreiras fundamentais: i) a distribuição de recursos, habilidades e incentivos políticos; ii) os limites de tempo; iii) o tamanho dos sistemas políticos; iv) a preponderância das economias de mercado; v) e existência de sistemas internacionais nem sempre democráticos; vi) as crises severas.

Para nossas discussões interseccionais às desigualdades de gênero, interessa-nos particularmente as considerações do autor acerca dos dois primeiros tópicos – a distribuição de recursos e os limites do tempo. Segundo o autor, a despeito da chegada e propagação dos governos democráticos ao redor do mundo, junto com a ampliação da cidadania e do sufrágio nos séculos XIX e XX

La mitad o más de la mitad de la humanidad adulta vino a poseer todos los derechos y oportunidades que necesitaban para comprometerse de manera pacífica a intentar influir en las decisiones del gobierno del Estado cuyas leyes y políticas estaban obligados a obedecer. Sin embargo, se puede observar fácilmente que mientras una pequeña minoría de personas en países democráticos dedican una gran porción de su tiempo a buscar y emplear la influencia política, *la gran mayoría de los ciudadanos no lo hace*” (Dahl, 2008, p. 68 – grifos nossos)

As mulheres – juntamente com negros, jovens, indígenas e outros – são, pois, um nítido exemplo desta grande parcela populacional que ainda encontra limitações de tempo e recursos para desempenhar influencia política. Em primeiro lugar, por que, a despeito da extensão do sufrágio às mulheres – que por sinal se deu de modo bastante desigual nas diferentes partes do mundo⁴ – os limitados índices de vossa representação política em cargos eletivos restringem as possibilidades da influência feminina direta nas decisões e assuntos públicos. Chamamos atenção também para um aspecto relacionado à qualidade da democracia, explanado acima, que impacta diretamente na possibilidade de garantias iguais entre homens e mulheres em suas performances sobre o sistema político, qual seja, o fato de que mulheres comporiam um grupo social

⁴ A demanda pelo voto feminino data de discussões presentes já no final do século XVIII, como a publicação de Mary Wallstonecraft - “Reivindicação dos direitos da mulher”, em 1792. Na Europa, a luta das sufragistas se misturava à luta do movimento operário contra a exploração dos trabalhadores, sendo que a Nova Zelândia, em 1893, e a Finlândia, em 1906, foram os primeiros países a reconhecer o direito das mulheres ao voto. Nas américas, em que pese a constituição dos Estados Unidos da América datar de 1787, apenas em 1919 a chamada “emenda dezoito”, definiu naquele país o voto feminino. Na Inglaterra, após forte repercussão da ação intensiva do movimento sufragista, regularizou o voto das mulheres em 1928. Um ano antes (1927), porém, Uruguai se apresentava como o primeiro país latino-americano a permitir que suas cidadãs votassem, seguido do Equador em 1929. No Brasil, as mulheres conquistaram direito ao voto em 1932, na Argentina em 1947, Chile em 1970, Colômbia em 1954 e Bolívia em 1956. Passados mais de 100 anos desde a primeira conquista do sufrágio feminino, a Arábia Saudita apresentou-se como o último país no mundo a estender a garantia do voto às mulheres, em dezembro de 2015.

cujo lugar na estrutura social lhes coloca num ponto de partida desigual para competição política e eleitoral.

Sobre isso, as discussões feministas mais correntes buscam justamente apresentar ressalvas que remetem as problemáticas acima às dualidades entre vida pública e vida doméstica, à autonomia das mulheres, etc. Isto por que, as atividades cotidianas da vida privada limitam as condições de participação política das mulheres por restringirem a disponibilidade de tempo a ser dedicado às atividades políticas (Phillips, 1996, p. 87-88), o que não significa necessariamente menor interesse das mulheres pela vida pública (Lüchmann e Almeida, 2009). Para Flávia Biroli (2013) a separação histórica que relega aos homens o domínio do mundo público e às mulheres o cuidado das atividades domésticas é “uma das bases para a alocação desigual dos recursos de oportunidades para que os indivíduos tomem parte, como iguais, na sociedade em que vivem”, de modo que “em um circuito completo de acúmulo de desvantagens, a participação das mulheres no mundo do trabalho e no mundo da política é reduzida, ou marcada por obstáculos e expectativas que se desdobram do seu ‘pertencimento’ à vida privada, doméstica, familiar”. Assim, “a participação das mulheres na política, mais especificamente, é comprometida por uma socialização que inibe a [sua] ambição política” (Biroli, 2013, p. 133).

Não obstante, o campo mais geral de interpretação que encara a democratização dos espaços de decisão como uma questão não só de ampliação da igualdade política e de oportunidades, mas, sobretudo como justiça (Rawls, 1993; Fraser, 1995, 2005; Young, 2006) defendem as cotas de representação como alternativa de reparação aos grupos socialmente marginalizados. O debate travado especialmente por Iris Young traz no bojo de sua argumentação a construção de uma “política da diferença” e para a pluralização da democracia, o entendimento é de que “uma política da diferença defende que a igualdade, como a participação e a inclusão de todos os grupos exige algumas vezes tratamento diferente para os grupos oprimidos ou desprivilegiados” (Young, 1990, p. 158). Este argumento da autora se estende tanto para a construção de políticas sociais, como oferece subsídios para as e os defensores das ações afirmativas de representação, posto que são destes espaços que por vezes se constroem as próprias políticas. Importante frisar que as desigualdades sociais abordadas acima são produzidas e reproduzidas historicamente de modo a restringir diferentes grupos ao acesso a diferentes formas e fontes de recursos que lhes possibilitem um ponto de partida mais igualitário na participação da vida pública. Tratar “os diferentes de modo desigual”, nos termos de Young, seria, portanto

uma questão de justiça, posto que a “opressão” a que se refere, na verdade são práticas sócio-político-culturais sistemáticas que ao negar, ou não reconhecer, àquelas desigualdades existentes não só dificultam sua superação como torna a aprofundá-las.

No Brasil, por exemplo, em que as mulheres representam cerca de 52% do eleitorado, mesmo com a instituição das cotas obrigatórias de 30% de candidaturas, a sub-representação se mostra em números alarmantes. Para as Assembleias Legislativas e Câmara Distrital no Brasil, nas eleições de 2014, a taxa de mulheres não ultrapassou os 11,5% enquanto que os homens atingem 88,67%. Já para a Câmara dos Deputados, o percentual de mulheres eleitas foi aproximadamente 10% apenas. No Senado Federal, as representantes do sexo feminino eleitas na última eleição representam 18,5% das vagas em disputa naquele ano. Números que colocam o Brasil na 156ª posição de um ranking de 188 países no mundo, de acordo com dados da União Interparlamentar (2014), e que em relação aos parlamentos das demais nações americanas, os índices tupiniquins só ficam atrás do Panamá, São Cristóvão e Névis, Haiti e Belize (Senado, 2014).

É importante frisar que este ponto constitui-se atualmente como uma agenda de pesquisa bastante farta, principalmente na América Latina, onde a partir dos anos 1990 a adoção de cotas ganhou força nos diferentes países. De modo geral, dentre os países latino-americanos de sistema bicameral os únicos que *não adotaram* nenhum tipo de cota foram: Chile e Colômbia; o Brasil e República Dominicana apresentam *cotas apenas* para chapas eleitorais destinadas às candidaturas da *câmara dos deputados* (ou câmara baixa); e os demais possuem sistemas de cotas para as duas casas. Já nos países unicamerais – Costa Rica, Equador, Honduras, Panamá, Peru, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Venezuela, apenas *os quatro últimos não têm sistema de cotas por gênero*. Do ponto de vista institucional, os estudos sobre o tema apontam que os modelos dos sistemas eleitorais, de listas de candidaturas e as regras de financiamento de campanhas, seriam aspectos institucionais que barram o maior sucesso das mulheres à disputa eleitoral. De modo que sistemas proporcionais de lista fechada seriam mais favoráveis às mulheres (Htun, 2001).

Frente a este cenário, a literatura tem se ocupado frequentemente em identificar as características daquelas mulheres que rompem com tais barreiras e alcançam sucesso eleitoral. De acordo com estes estudos há ao menos três dimensões ou níveis de barreiras que dificultam a participação política das mulheres: a) nível micro – barreiras de ambição política; b) nível sociológico – barreiras das estruturas do sistema político-partidário

/ barreiras da elegibilidade; c) nível político-filosófico – barreiras da reeleição/permanência (Norris & Lovenduski, 1989; Matland, 1998; Matos, 2006). Quando ao primeiro deles, Matos (2009) avança que os elementos que o abarcam vão desde “fatores que refletem a situação constatada de limitação da autonomia feminina”, “passando pela experimentação de papéis de gênero socialmente estereotipados”, até a “barreira real da falta de recursos econômicos, ou seja, de autonomia econômica”; diante do segundo nível de barreiras, a autora segue expondo que as discriminações/opressões (subjetivas e objetivas) partem do campo pessoal, social e institucional “que convergem para a percepção de que o destino/realidade das candidaturas femininas é a invisibilidade e o insucesso”, de modo que “entre as candidatas, e mesmo entre as eleitas, a existência de lutas, mobilizações e organização associativa em níveis frequentemente mais altos que os homens, mas nem sempre há a conversão desse capital associativo/organizativo em capital político formal” (Matos, 2009, p. 6). Não obstante, a própria autora indica que a atuação política destas mulheres verte-se de modo focado e localizado na luta pela superação de pautas imediatas (lutas por creche, saneamento básico, condições melhores de saúde, de escolarização, de transporte e de habitação). Não por acaso, esta também é a característica associativa detectada por Almeida, Ribeiro e Luchmann (2010) entre as deputadas federais eleitas. Por fim, quanto ao terceiro nível de barreiras, destaca-se as dificuldades no plano formal e/ou institucional no que tange as regras construídas *para, por e no* jogo político, dentre outras, seja diante de i) o processo nem sempre claro de seleção das candidaturas estabelecido pelos “selecionadores partidários” (gatekeepers); ou de ii) estruturas partidárias muito frágeis, com o predomínio de disputas eleitorais individualistas, que fazem com que “neste contexto as mulheres estão inseridas, mais uma vez, adversamente como os ‘tampões’ para as cotas” em candidaturas pouco competitivas.

Entendemos, porém, que a participação e o nível de representação não se restringem aos cargos eletivos⁵, de modo que – como veremos na

⁵ Em que pese esta tese dedicar fortemente sua atenção a participação e representação das mulheres no interior dos partidos políticos, tomando como pressuposto que este é um ponto de partida primordial para superação de sua sub-representação nas demais esferas públicas, vale ressaltar que os esforços para construção de estratégias de representação tem como fim-último a inserção de demandas na agenda do estado. A noção de direito e ampliação da cidadania. Por este motivo é que vale lembrar que a atuação das próprias mulheres despertou no período mais recente um campo de estudos bastante

sessão seguinte – frente às próprias barreiras inerentes ao campo político-institucional, descritas acima por Matos (2009), insere-se o entendimento acerca do papel fundamental que as cúpulas partidárias desempenham no desenrolar do jogo político que antecede a competição eleitoral. Não estamos aqui menosprezando os avanços da participação das mulheres em diferentes esferas da vida pública ao longo do século XX, por exemplo. Antes pelo contrário. É indiscutível a importância da maior equidade de gênero nos diferentes níveis do judiciário e do mercado de trabalho. Trata-se apenas de reconhecer que estes avanços não foram acompanhados “na mesma proporção pelas mulheres na vida político-partidária” (Pinto, 2001, p. 101). O que temos afirmado é que as barreiras de participação das mulheres nas fileiras internas dos partidos apresentam-se como mais um dos obstáculos para seu envolvimento com a política. Uma vez que a reprodução de uma estrutura partidária hierárquica e sem flexibilização, nem discussão satisfatória acerca da equidade de gênero gera também entraves para o recrutamento não só de seus quadros, como também para o incentivo às próprias candidaturas femininas.

Portanto, a presença das mulheres nestas esferas constitui um problema anterior à sua própria eleição. Ao passo que se torna essencial, compreendermos suas trajetórias, bem como os condicionantes para o sucesso político que obtêm frente às instituições partidárias. Aliás, poderíamos considerar que as mulheres que ocupam cargos partidários obtiveram sucesso político? Se sim, quais? Haveria limites nele? O tópico a seguir pode busca explicitar como e por que analisar os perfis das (os) dirigentes nos ajuda ainda a compreender como se originam e articulam

fértil acerca de sua interação com o Estado, conceituando esta forma de ação como “feminismo de estado” ou “feminismo estatal”. Matos e Paradise (2013) que tal conceito “tiene sus orígenes en los estudios feministas sobre el Estado de Bienestar Social en la década de los ochenta; sin embargo, hoy en día, su significado es muy variado y no exento de controversias. Puede ser entendido simplemente como la ‘advocacy de las demandas de los movimientos de mujeres en el interior del Estado’ (Lovenduski, 2005, p. 4) o puede referirse a ‘las acciones de los mecanismos institucionales de las mujeres para incluir las demandas y las actrices del movimiento de mujeres en el interior del Estado, para producir resultados feministas en los procesos políticos e impacto social o ambos’ (McBride y Mazur, 2008: 255). Diante dos sucessivos, digamos insucessos, para superação da su-representação pela via formal, esta estratégia de ação dos movimentos de mulhere e feministas, seria por assim dizer o “nacimiento de un nuevo conjunto de relaciones Estado-sociedad” (McBride y Mazur, 2008, p. 244).

os recursos, habilidades e incentivos (individuais e coletivos) que motivam e influenciam seu engajamento.

1.2 ELITES PARTIDÁRIAS: RECRUTAMENTO, ENGAJAMENTO E TRAJETÓRIAS POLÍTICO-PARTIDÁRIAS

Para se compreender o engajamento partidário, como apontamos na sessão anterior, seja ele de homens ou mulheres é preciso levar em consideração aspectos próprios do funcionamento partidário no que tange a formação de suas elites. Desde Michels (1911) a elitização partidária é questão investigativa dos estudos político-partidários. A elaboração clássica do autor acerca da *Lei de ferro das oligarquias* aponta para a tendência centralizadora e burocrática da máquina partidária com consequente afastamento das massas. Esta condição que seria um *continuum* “natural” na trajetória de todo partido, relegaria mais poderes ao grupo seletivo de oligarcas partidários – aqueles indivíduos que acumulam certa expertise no interior da organização referente não só ao tempo, mas também ao conhecimento acumulado acerca dos trâmites partidários, o que lhe confere um caráter profissional indispensável. Nada mais nada menos que a *classe de chefes* descrita por Duverger (1980), ou ainda a *coalizão dominante* abordada por Panebianco (1995).

Para este último autor – que caracteriza os partidos políticos como sendo aquelas organizações que se distingue das demais devido à sua atividade específica de competição na arena eleitoral – caberia aos líderes que compõem este grupo (a coalizão dominante) o papel de distribuir incentivos aos membros do partido – sejam estes *incentivos coletivos*, ou ideológicos, que em geral abrange todos os participantes, sejam eles *incentivos seletivos*, que pressupõe critérios de benefícios a apenas alguns deles. A distribuição destes ditos “benefícios” se coloca nas mãos de tais indivíduos porque eles possuem o controle do que o autor chama de “zonas de incertezas”, que são seis: a competência, as relações com o ambiente externo, a comunicação interna, as fontes de financiamento, o controle das regras organizativas e o recrutamento político⁶. *Estes dois*

⁶ De acordo com ele (1995, p. 84-89), “seis son, esencialmente, los factores em torno a los cuales se desarrollan actividades vitales para la organización”: 1) “*a competencia*”, da qual podemos considerar que deriva todas as outras – referente a competência dos atores em lidar com as zonas de incerteza, além disso se do “reconocimiento, por parte de los demás actores organizativos, de que algunos poseen las cualidades idóneas para desempeñar ciertos roles”; 2) “*as relações com o ambiente externo*” – significa “controlar una decisiva fuente

últimos elementos, particularmente, interessam de forma direta ao nosso trabalho.

Em primeiro lugar, pois, entender disputas eleitorais – e, portanto aqui, a sub-representação de mulheres – demanda mais que a compreensão restrita ao momento do pleito. O processo de recrutamento político se caracteriza como uma das principais funções dos partidos políticos, e por isso, Barreira e Gonçalves (2012) – ao analisarem as percepções de mulheres e dirigentes partidárias em doze legendas no estado do Ceará – chama a atenção de que

A executiva do partido constitui o setor mais decisivo no momento da composição da lista de candidaturas. O fato de as mulheres aí não estarem em número suficiente e, portanto, não influenciarem as principais decisões quanto à seleção de candidaturas, distribuição de recursos financeiros, tempo destinado no horário eleitoral e apoio logístico às campanhas constituem fatores que certamente reproduzem a dinâmica desigual da representação de gênero (Barreira e Gonçalves, 2012, p. 10-11).

A lógica presente nesta abordagem encontra lastro nas formulações já realizadas por Anne Phillips (2001) sobre a “política da presença”. Concepção a partir da qual grupos minoritários precisam estar representados em espaços de decisão, prestação de contas e participação

de incertidumbre para la organización. Estipular, o redefinir, o alimentar alianzas con otras organizaciones, o bien establecer los temas sobre los que se entablará el conflicto con ellas, son sólo algunas de las numerosas tareas en la gestión de las relaciones con el entorno (...)” – incluem-se, portanto, a elas a formação de estratégias eleitorais, estabelecimento de alianças, etc; 3) “*a comunicação interna*” – que cabe aquele que possui capacidade de “distribuir, manipular, retrasar o suprimir la información”; 4) “*o controle das regras organizativas*” – o que significa “fijar el ‘campo de juego’, elegir el terreno en el que se desarrollarán los conflictos, las negociaciones o los juegos de poder con los actores organizativos”; 5) “*as fontes de financiamento*” – função destinada àquele que controla “los canales a través de los cuales afluyen el dinero que sirve para financiar la organización”; 6) “*o recrutamento político*” – tem como funções “decidir sobre quién puede o no entrar a formar parte de la organización (...) decidir sobre quién, de entre los muchos (...) hará carrera en alguna de las ramas de la organización, y cuáles son los requisitos para ellos”.

para que seus interesses sejam levados em consideração. A autora se contrapõe ao que chama de “política de ideias”, uma vez que esta, segundo ela, mostraria insuficiência para lidar, isoladamente, com as questões de exclusão, diferenças estruturais (e não somente de crenças, opiniões, preferências e objetivos), incapacidade, portanto, de garantir maior igualdade política, para remontarmos às discussões tecidas no tópico anterior deste capítulo. Para ela, a não representação presencial das pluralidades pode até garantir que “as mensagens vão variar, mas isso dificilmente importa, se os mensageiros são os mesmos” (Phillips, 2001, p. 273). No que tange, portanto, o foco desta tese, tal perspectiva nos parece pertinente para pensar – do ponto de vista de uma problemática mais geral, qual seja a superação das barreiras que ainda fazem persistir a sub-representação feminina nos espaços de poder e decisão – que os arranjos capazes de garantir maior presença de mulheres nas instâncias partidárias diretivas (entendidas, elas próprias, como instâncias de poder e decisão) podem gerar efeitos que pluralizem e democratizem as regras de recrutamento eleitoral, de despendimento de incentivos às candidaturas, etc.

Em segundo lugar, cabe investigarmos a própria lógica dos partidos acerca da ocupação dos cargos internos, e para tanto é preciso entender de certa forma as lógicas de recrutamento interna das legendas partidárias. Sobre o tema do recrutamento é importante destacar que há uma parcela da literatura, como destaca Souza (2010) que faz uma separação conceitual entre *recrutamento de candidaturas* e *recrutamento político*. Aquele entendido como o método utilizado pelos partidos para selecionar candidatos a cargos eletivos dentre seus quadros; e este último como “um processo conduzido pela organização partidária que visa exercer atração sobre cidadãos com o intuito de filiar o mesmo”, sendo o recrutamento de candidaturas é uma fase posterior (Souza, 2010, p. 15). Em todo caso, autores como Pipa Norris, consideram que estes dois momentos se combinam de modo que se torna necessário responder não somente “*quem pode ser eleito*” e “*quem é selecionado*”, mas, sobretudo “*quem escolhe*” (Norris, 2013, p. 11). Sendo assim “um verdadeiro estudo de recrutamento deve dar conta não apenas das características dos eleitos, mas também das características dos *membros dos partidos políticos*” (Perissinotto e Bolognesi, 2008, p. 145).

Para Messenberg (2002), o recrutamento político que leva sujeitos a ocuparem espaços de poder, possui critérios seletivos preestabelecidos. Tais espaços referem-se não só às práticas que abarcam recursos de poder e à formação das elites parlamentares, mas também às posições estratégicas na composição da organização partidária. Braga e Bolognesi

(2013) consideram ainda que os processos de recrutamento, sejam eles quais forem, são fenômenos políticos complexos, pois partem da interação do sistema político com a própria natureza dos partidos. Se no caso da seleção de candidaturas os autores consideram que é por meio desse processo que as organizações partidárias concretizam a articulação entre os cidadãos e as esferas de poder político, *seria possível então afirmarmos que para recrutamentos de elites partidárias as legendas articulam critérios que aproximem suas bases de filiados de seus dirigentes (ou o inverso!)?*

Voltarmos ao questionamento de Pipa Norris sobre o “quem decide” para buscar entender o que determina as trajetórias políticas das elites partidárias internas, parece ser importante para entender o elo que diferencia aqueles militantes que ascendem na hierarquia partidária e os tornam detentores do controle da máquina. Mais que isto, é pertinente analisarmos tais trajetórias num espectro de gênero, uma vez que diante do que discutimos na sessão anterior, a aquisição de habilidades políticas, acúmulos e capitais não se distribuem de igual modo entre os indivíduos. Afinal, “quem pode controlar as ‘zonas de incerteza’” e quais suas características? De modo geral, os estudos acerca das trajetórias políticas vertem olhar sobre as carreiras da classe política eletiva – ou seja, de candidatos ou políticos eleitos como vereadoras (es), deputadas (os), senadores (as), etc. – e por mais que o esforço aqui seja realizar uma análise acerca das (os) dirigentes, podemos/devemos partir das considerações teóricas e gerais já existentes sobre o tema. Para os objetivos mais amplos deste trabalho interessa-nos responder qual o perfil das (os) membros partidários – em especial as características daquelas e daqueles dirigentes que ocupam cargos e espaços que lhes colocam na condição de serem, nos termos de Norris, *quem escolhe*.

Algumas questões se colocam como relevantes para nossas discussões a partir destas abordagens: a) responder, em especial, ao questionamento de “*quem seleciona*” demanda compreendermos as características dos integrantes das cúpulas partidárias, grupo seletivo responsável pelos processos de recrutamento, que por vezes tendem a reproduzir comportamentos e estruturas das desigualdades presente no escopo da sociedade; b) tanto as características participativas demandadas pela teoria da participação, como as possíveis habilidades que são esperadas de indivíduos potencialmente elegíveis são cerceadas por clivagens que devem levar em consideração as desigualdades sociais para obtenção de recursos, tal como a desigualdade de gênero na sociedade e as variáveis que limitam a participação de mulheres na política, bem como sua entrada na vida pública; c) além disso, diante deste cenário, é

importante considerar que tais características e por vezes habilidades, determinam *a priori* e *a posteriori* as trajetórias políticas destes indivíduos na vida pública. Quanto ao primeiro elemento (*a*), é necessário então fazermos algumas considerações acerca do funcionamento geral dos partidos políticos. Ao segundo (*b*), as críticas feministas como as esboçadas acima serão mais bem mobilizadas ao longo de todo o texto para aprimorar os pontos deste debate. E, em relação ao terceiro (*c*) trataremos de pontuar, inclusive metodologicamente, elementos que nos permitam observar mais detidamente os elementos que determinam as carreiras políticas das elites petistas.

Sobre carreiras e trajetórias políticas é importante evidenciar desde então que trataremos aqui de discutir alguns elementos conceituais e pontuar grosso modo o estado da arte de alguns estudos empíricos sobre o tema. O assunto será retomando de modo mais sistemático ao logo dos capítulos 4 e 5 do texto.

Por hora é importante destacar que a noção de capital político extraída de Bourdieu (1986) é substancial para as abordagens acerca das carreiras e trajetórias. Tal conceito está articulado ao de campo político, pois ao constituir-se como um espaço autônomo que regula a si próprio firma a política como um campo estruturado por hierarquias e critérios próprios de avaliação da realidade, cujas regras *privilegiam certas posições e barra a entrada de grupos estranhos* (Miguel, 2010, p. 37). Sendo assim, “o problema não se concentra, assim, no acesso dos diferentes indivíduos ao campo político, mas nos mecanismos que os diferenciam internamente, legando-lhes posições de maior ou menor centralidade” (Miguel e Biroli, 2010, p. 673), uma vez que a entrada no cenário político favorece atores políticos que compõem de algum modo “o topo da hierarquia social” (Gaxie, 2012; Seidl, 2015), isto por que sendo o capital político distribuído desigualmente na sociedade, é formado por incrementos de capital cultural, capital social e capital econômico.

De modo geral, sem desconsiderar a matriz teórica que parte de Bourdieu, a literatura sobre o tema tende a traçar caminhos que nos levam a conhecer de modo bastante amplo as carreiras e trajetórias das elites parlamentares. Há de um lado investigações que se debruçam exclusivamente a compreender as rotas de ingressos de mulheres na arena política, e de outro, estudos sobre carreiras parlamentares de modo geral. De ambos os esforços podemos extrair contribuições para pensar nossa problemática.

No caso dos estudos mais centrados nos marcadores de gênero que podem apresentar distintos perfis e trajetórias dos indivíduos postulantes

a espaços de poder verificamos ao menos três vertentes de interpretação para a sub-representação feminina nos espaços de poder e decisão. A primeira delas que enfatiza o caráter patriarcal subjacente às instituições políticas liberais, bem como preocupações com as distinções de papéis e funções entre as esferas públicas e privadas (Pateman, 1989, 1990; Phillips, 1991; Fraser, 1997; Oskin, 1998; Young, 2000); a segunda linha aborda como os padrões culturais e de socialização tornam os espaços da política inibidora do surgimento da “ambição política” entre as mulheres (Schelesinger, 1966; Rohde, 1979), de modo a verificar a influência do sexo nas trajetórias políticas, especialmente na relação dos partidos com as mulheres (Sanbonmatsu, 2006). Os estudos empíricos mais vinculados a esta vertente evidenciam que os homens são mais predispostos ao interesse de disputar cargos públicos, sendo que os arranjos familiares tradicionais e as estruturas mais duras das instituições políticas aparecem como as principais barreiras para mulheres ingressarem em carreiras políticas (Lawless e Fox, 2005); por fim, uma terceira chave de estudos aborda os mecanismos que estrangimentos estruturais à participação política das mulheres, destacando que a diferenciação de determinados recursos – como rede de contatos, dinheiro e tempo livre – tornam-se barreiras de diferenciação entre os gêneros. No Brasil, o capital familiar foi identificado como origem do capital político de 40,8% das deputadas federais brasileiras de 1987 a 2002 (Pinheiro, 2007); no caso das assembleias legislativas, no que tange gastos de campanha, elas gastam 35% a menos, em média, que os homens (Miguel e Biroli, 2010); ao que diz respeito à disposição de tempo livre – medido em geral pela situação conjugal, ter filhas (os) e idade dos mesmos – dados das eleições brasileiras de 2006 revelaram que dentre as (os) 5.702 candidatas, de todos os cargos em disputa, 65,8% dos homens eram casados, mas apenas 45,3% das mulheres.

Para Miguel e Biroli (2010)

as três vertentes explicativas aqui apresentadas fornecem caminhos diversos – mas não necessariamente contraditórios – para compreender a baixa representação política das mulheres. Em todos os casos, a presença reduzida das mulheres é entendida como um indicativo de que os espaços e as posições de poder, nas democracias liberais, estão concentrados nas mãos de indivíduos com perfis próprios (Miguel e Biroli, 2010, p. 672).

No caso dos estudos, digamos assim, mais clássicos sobre carreiras políticas no Brasil, uma parcela deles aponta para o fato de que as trajetórias políticas da classe política brasileira teria seguido caminho inverso daquelas observadas mais frequentemente em outras democracias ocidentais, em que houve uma substituição gradual do grupo de notáveis por “políticos profissionais” (Weber, 1994; Codato, Costa e Massimo, 2014, Perissinotto e Costa, 2013). Tais trabalhos identificam, por exemplo, que os senadores brasileiros apresentam, mais recentemente, – em comparação com os políticos da I República – carreiras políticas mais curtas e menos estruturadas. Isto por que “a burocratização do trabalho partidário, a institucionalização das rotinas parlamentares, o aumento do eleitorado e da competição política, a especialização das campanhas, não teriam exigido uma ‘profissionalização’ dos agentes políticos” (Codato, Costa e Massimo, 2014, p. 3). Para Marengo dos Santos (1997, 2005), ao analisar, anteriormente, a câmara dos deputados federais, esta era uma tendência a produzir “outsiders” na política brasileira.

Em que pese tais discussões estarem centradas em carreiras parlamentares, se consideramos os partidos políticos como instituições vitais ao funcionamento das democracias representativas é razoável indagarmos como se constroem os perfis dos indivíduos que os compõem, especialmente daquelas (es) que dirigem tais instituições. Mais que isso, os apontamentos feitos acima abrem aqui ao menos dois leques de consideração que se articula com a primeira hipótese de nosso trabalho.

O primeiro flanco relativo esta tendência à construção de políticos com carreiras pouco profissionalizadas parece ir à contramão do que aponta, por exemplo, Michels e Panebianco, sobre a burocratização das elites partidárias. Ou seja, a *expertise* exigida aos dirigentes políticos para comandar as organizações partidárias não estaria se colocando com tanta obrigatoriedade para a formação das elites políticas eletivas. É bem verdade que estamos tratando de competências diferentes em cada um dos casos, mas é interessante pensar que ambos os grupos políticos são faces de um mesmo processo, qual seja, a organização de partidos políticos que se constituem ainda como principais vetores da seleção de candidaturas e construções de estratégias para competição eleitoral e governança da coisa pública. Sendo assim, vale mais uma vez indagar sobre as características ainda pouco exploradas das trajetórias políticas dos sujeitos que ocupam direções partidárias. E reafirmar, com base nas discussões feitas sobre as carreiras analisadas com base num recorte de gênero, que sendo os partidos instituições democráticas passíveis de reprodução de desigualdades, os perfis dirigentes de homens e mulheres podem apresentar características diferenciadas.

A segunda consideração diz respeito ao fato de que a maioria destes trabalhos ao mesmo tempo em que levam em conta que as trajetórias nem sempre possuem caráter rígido – de percursos predeterminados e fixos – reconhecem e apontam que de algum modo certos elementos as permeiam com mais ou menos influência. Isto porque, conforme destaca Resende (2010) o ingresso dos indivíduos na vida pública pode ser marcado tanto por fatores pessoais e referentes à trajetória de vida e, portanto, anteriores à carreira política, chamados de *background*, como por fatores institucionais, que se referem às regras e normas que moldam as instituições. Aquilo que poderíamos chamar de *background* político e social da classe política pode ser delineado como informações sobre escolaridade, idade em que chegou à vida pública, ocupação prévia, passagem por cargos políticos, vínculo familiar com a política, etc. Em relação às regras institucionais, podemos considerar tanto a normativa da paridade petista, por exemplo, como outras normas tácitas, que se constroem ao longo do tempo e se estabelecem como padrões operantes. Este último nos parece ser o caso petista, assunto que será retomado com maior fôlego ao longo do capítulo 4.

Por hora, cabe mencionar que como veremos na próxima sessão, abordagens como estas, tomando como foco as carreiras militantes internas aos partidos políticos são bastante escassas, inclusive quando partimos de uma unidade de análise como o Partido dos Trabalhadores que se constitui como a legenda mais estudada no Brasil e no mundo.

1.3 ESTUDOS SOBRE O PT

Muito já se falou acerca do PT, seja por estudos realizados no calor do contexto dos anos 80 – quando ele surgiu trazendo uma novidade para os rumos da política e da democracia no Brasil – seja por estudos posteriores acerca de suas experiências no governo. É bem verdade que os enfoques sob os quais o partido já foi objeto são muitíssimos variados, quer seja na Ciência Política brasileira, ou até mesmo dentre estudiosos internacionais, sem se falar nos inúmeros trabalhos que podemos encontrar nas Ciências Sociais de modo geral, e em áreas afins.

O que se observa é que os interesses principalmente dos acadêmicos e dos intelectuais em relação ao partido se dá obviamente de maneira cronológica ao seu desenvolvimento, mas também é possível fazer uma mensuração das abordagens em relação às temáticas específicas referentes à atuação da legenda ao longo de sua história. As três principais frentes de estudos acerca do PT definem-se basicamente pelos eixos: fundação e a “novidade petista”; inserção institucional e o

“modo petista de governar”; chegada ao Planalto e transformações partidárias (Ribeiro, 2008; Amaral, 2010; Ayres, 2013).

Sobre o primeiro grupo, é inegável reconhecer que os trabalhos mais completos e pioneiros na compreensão do Partido dos Trabalhadores em seu momento fundacional são os de R. Meneguello (1989) e M. Keck (1991). Ambas as análises destacam que o aspecto preponderante para a fundação do PT foi uma convergência de fatores do contexto – histórico, político, econômico e social – pelo qual o Brasil passava. De um lado a emergência do *novo sindicalismo* e sua questão central de autonomização do Estado, de outro o surgimento de inúmeros outros movimentos sociais, aqueles que foram chamados de “novos movimentos sociais urbanos”, e a constituição das chamadas CEBs – *Comunidades Eclesiais de Base* (Sader, 1989; Cardoso, 1994; Gohn, 1997); atores e atrizes que se uniram no que culminou numa grande movimentação a favor do processo de redemocratização. Já do lado eminentemente político-institucional, o fator que possibilitou a constituição de um novo partido foi sem dúvida a flexibilização da legislação partidária pela reforma implantada em dezembro de 1979 pela Lei nº 6.767, que restabeleceu o multipartidarismo no país.

Meneguello (1989) destaca que além dos sindicalistas e representantes dos movimentos sociais urbanos, integraram ainda à origem do PT intelectuais, políticos e organizações de esquerda. Este misto de sujeitos que compõem o desenho institucional do novo partido obviamente fomenta uma constituição nada fácil nem homogênea na constituição do *seu projeto político*. O que significa dizer que disputas quanto aos rumos do mesmo se instauraram desde as primeiras movimentações para oficializar sua fundação. O principal eixo de dissenso naquele momento girava em torno da concepção estratégica do PT frente sua inserção no quadro político-institucional. Uma vez lançados à disputa eleitoral, já em 1982, a avaliação das experiências governativas revelou “em linhas gerais, a oscilação entre as lógicas de partido-movimento e de partido como ator institucional” (Ribeiro, 2008, p. 62).

Assim, para além dos estudos focados na organização e atuação do partido enquanto governo em alguns municípios em específico, um dos maiores temas destacados pelos estudos principalmente dos anos 90 estão relacionados com as experiências do Orçamento Participativo (O.P.), seguidos de trabalhos posteriores referentes à atuação dos parlamentares petistas. Isto por que, para além da “novidade” fundacional do partido advinda da heterogeneidade de segmentos sociais que o formou, o PT defendeu desde seus discursos iniciais – como forma de reinventar a democracia – a defesa de uma maior inclusão das bases nas decisões do

partido, mas especialmente em suas experiências iniciais como governo, trazendo por princípio o caráter consultivo à população num esforço de governança compartilhada entre governo e sociedade.

Depois de mais de duas décadas de fundação e três eleições presidenciais disputadas o PT conseguiu eleger Luiz Inácio Lula da Silva ao governo federal, sendo que a chegada ao Planalto em 2002 além de muito entusiasmo da população despertou novamente na comunidade acadêmica interesse em analisar o que isso passava a representar não somente ao sistema partidário brasileiro, como principalmente à própria história do partido. A crise instaurada no final do primeiro governo Lula em torno de denúncias de corrupção no chamado “mensalão” fomentou a indagação de muitos estudiosos sobre a seguinte questão: “*o PT mudou?*”, questionamento este, entretanto, já presente nos debates acadêmicos e internos desde meados dos anos 1990 (Novaes, 1993; Lacerda, 2002; Ribeiro, 2008).

Poucos anos depois da fundação do partido Novaes (1993) já destacava que apesar de nascer ligado aos setores populares adotando uma postura de oposicionismo, o fato de ter sido forjado no cumprimento de uma legislação, adjetivada pelo autor como autoritária, já teria lhe conferido certa ambiguidade configurada entre a negação e o consentimento com a ordem – entre o caráter classista dos partidos de massa e a conformidade com o jogo político-eleitoral. Para Lacerda (2002) este dilema é proveniente também do caráter fundante do partido. Ou seja, “o PT é um partido político que desenvolveu historicamente estruturas internas permeáveis à atuação de facções internas e uma particular distribuição de preferências ideológicas entre seus filiados. A interação de ambas define o caráter e a intensidade da luta interna petista”. Por este motivo, o partido nunca esteve imune – como já apontava Novaes (1993) – “aos efeitos de sua transformação em uma grande ‘máquina’ dirigida à competição eleitoral de massas com o consequente fortalecimento dos líderes em relação à base”.

Acerca das transformações do PT, é complicado identificarmos, e afirmarmos taxativamente, quais aspectos – se os eminentemente culturais/ideológicos, ou os marcadamente estruturais/organizacionais – possuem influência uns sobre os outros; ou ainda não nos cabe aqui avaliarmos se estas transformações possuem/possuíram caráter mais ou menos positivo. O fato é que os principais pontos destacados pela literatura são: as mudanças estruturais, envolvendo debates sobre a democracia interna; a relação do PT com as bases, especialmente quando aos aspectos de seus vínculos com os movimentos sociais e bases eleitorais. Tais trabalhos apontam, por exemplo, que o eleitorado petista

teria apresentado ao longo dos anos, não somente um câmbio ideológico, como também sócio demográfico e territorial (Samuels, 2004, 2008; Veiga, 2007; Singer, 2009; Venturi, 2010).

Frente a esta discussão, é importante destacar duas coisas. Em primeiro lugar, este flanco de investigações acerca de um partido cuja história e atuação despertaram tanta atenção de estudiosos de diferentes áreas, gera consequentemente novos interesses e novos olhares. Novas possibilidades. Mesmo com grande volume de trabalhos acerca do PT, mesmo reconhecendo-se a importância das análises processuais, eleitorais e organizacionais sobre o desenvolvimento da legenda, ainda há espaço para se compreender muitos outros aspectos pouco explorados do partido – como, por exemplo, abordagens comparadas, no âmbito dos estudos partidários ainda são incipientes; comparações que levem em consideração as diferentes experiências regionais do partido, em especial partindo de abordagens organizacionais, também são raras; e por fim verifica-se, como dito anteriormente, pouca atenção de estudos acerca *dos petistas* – entendido como aquele (a) ator ou atriz político (a) interno (a) ao partido, em dois aspectos: a) características da atuação participativa dos militantes; b) características das trajetórias políticas tanto dos (as) militantes filiados (as), como dos (as) dirigentes tendo como ponto de partidas os diferentes segmentos que compõem a legenda de modo geral. Além disso, deve-se considerar que a literatura da *primeira onda de estudos petistas* aborda a importância dos novos movimentos sociais para a formação do PT com especial destaque ao sindicalismo e o movimento estudantil (de onde partia fortemente as organizações de esquerda), mas pouco se fala sobre os demais movimentos urbanos que contribuíram neste processo – como movimento dos verdes, movimento por moradia, movimentos identitários, e especificamente os movimentos de mulheres e feministas. Do mesmo modo, para além de Amaral (2011) pouco se fala/falou que as transformações dos vínculos sociais do PT não se configurou necessariamente de um afastamento destes atores coletivos, mas possivelmente na aproximação do partido com outros movimentos (mulheres, LGBT, combate ao racismo, juventude, ecológico/ambiental, ONGs, etc.). Segundo o autor,

há sinais de mudança nos padrões de recrutamento quando observamos os dados desagregados por período de filiação. Entre os que entraram no período 1980-1982 e participavam de movimentos ou organizações sociais, 47,1% estavam vinculados a sindicatos. Essa porcentagem foi

declinando até atingir, entre os que ingressaram a partir de 2001, 20,7%. Tendências semelhantes aconteceram com os que entraram no partido possuindo ligação com o movimento estudantil e com organizações religiosas. Paralelamente, a porcentagem de delegados com vinculação a “Outros” movimentos e organizações sociais no momento de filiação cresceu de 17,5%, dos que ingressaram entre 1995 e 2000, para 51,7%, entre os membros a partir de 2001. Esse é um dado importante que pode significar o início da erosão da predominância dos atores tradicionais da sociedade civil organizada, especialmente sindicatos, entre a liderança petista. Se a tendência se confirmar, não é difícil imaginar que o partido sofrerá mudanças tanto no perfil das suas lideranças intermediárias quanto na sua cúpula, resultando, muito provavelmente, também em alterações programáticas (Amaral, 2011, p. 35)

É neste limiar que esta tese busca contribuir. Pode-se dizer que analisar e compreender a trajetória das mulheres no interior do PT é um esforço inédito. Obviamente, as mulheres petistas é um tema que possui certa recorrência na literatura das ciências sociais, mas não de forma exclusiva. Em recente pesquisa bibliográfica⁷, realizada pela CSBH-FPA, que leva em consideração apenas publicações nacionais e internacionais de *livros* sobre o PT, chegou-se a um número de 1200 obras, das quais apenas 21 delas trazem somente de forma tangente a experiência das mulheres petistas: entrevistas, biografias e ou trajetórias individuais. Neste último caso, seis obras referem-se exclusivamente à trajetória de Benedita da Silva, e as outras mencionam a participação das mulheres do PT a partir de pesquisas e investigações focadas no debate acerca da relação entre movimento social de mulheres e partidos políticos. Uma centena de artigos científicos pode ser encontrada também sobre a temática, mas seguem a mesma tendência.

⁷ Cf: *Bibliografia Comentada - Partido dos Trabalhadores (1978-2002)*, disponível pelo link: http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pt_bibliografia_1ed.pdf

CAPÍTULO 2 - SOBRE A PRESENÇA DE MULHERES NAS DIREÇÕES PARTIDÁRIAS

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como finalidade responder de modo mais específico ao que nos propusemos como objetivos específicos “a” e “b” desta tese. Ou seja, discutir a presença de mulheres nos diretórios e comissões executivas dos principais partidos brasileiros no período de 2007 a 2013, bem como verificar a composição dos diretórios petistas a fim de observar o cumprimento ou não da normativa da paridade no Partido dos Trabalhadores. A tese centrada aqui é que para além das variáveis externas do sistema político que buscam justificar a sub-representação feminina em cargos eletivos, os partidos políticos enquanto organizações nucleares do sistema eleitoral tem papel fundamental e determinante ao que tange a adoção de estratégias voltadas para a superação da desigualdade de gênero nos espaços de representação política.

A seleção dos partidos aqui abordados levou em considerações o critério de elegibilidade de mulheres entre 1995 e 2014. O recorte temporal deste primeiro critério leva em consideração dois marcos: i) uma legislatura anterior a Lei 9.504/97 que destina cota mínima de 30% por gênero para chapas de candidaturas; ii) a Minirreforma eleitoral de 2009 (Lei 12.034/09) que estabelece sanções ao não cumprimento da normativa anterior. A partir disso verificou-se que os sete partidos protagonistas na eleição de mulheres ao Congresso Nacional são PCdoB, PT, PSB, PMDB, PSDB, PFL/DEM⁸ – todos eles juntos são responsáveis pela eleição de aproximadamente 10% de mulheres no acumulado do período analisado.

Considerando esta seleção, partimos para a análise das estruturas diretivas nacionais de alto escalão dos partidos, por entendê-las como instâncias chave nas tomadas de decisão das agremiações. Deste modo, num segundo momento, dados relativos à composição dos diretórios e comissões executivas de cada partido, conforme cadastros acessados junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a partir dos quais levantamos

⁸ Nossa seleção difere um pouco do recorte usado com mais frequência nas análises do sistema partidário brasileiro, que tem como critério a proporcionalidade geral no Congresso Nacional, que abarca PT, PMDB, PSDB, DEM, PDT, PP e PTB. O critério levado em consideração não abarcou as três últimas legendas, mas apresentou protagonismos maior na elegibilidade feminina para o PSB e PCdoB, ausentes da seleção tradicional.

informações como – número de membros, estratificação por gênero e cargos internos. Vale destacar que o conteúdo destas informações no site do TSE limita-se aos anos de 2007, 2010 e 2013⁹, por isso consideramos, para este segundo aspecto, apenas estes anos.

2.1 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM DIREÇÕES PARTIDÁRIAS

Durante as eleições de 2014 o DataSenado em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher, realizou uma pesquisa de opinião – “Mulheres na Política” – com o objetivo de compreender melhor os motivos que levam o Brasil a ser um dos países com menor representatividade feminina em cargos eletivos. A pesquisa foi realizada entre os dias 12 de agosto e três de setembro de 2014, com abrangência nacional e margem de erro de três pontos percentuais. No total, foram feitas entrevistas telefônicas com 1091 cidadãos (ãs) de 16 anos ou mais em todos os estados brasileiros¹⁰.

O levantamento traz dados interessantes como o fato de 83% das (os) entrevistada (os) afirmarem que o sexo da (o) candidata (o) “não faz diferença na hora de escolher o voto”; que 79% delas (es) dizem já ter votado em mulheres; e ainda que 62% das mulheres entrevistadas dizem que se candidataria caso “acreditasse que tem chance de vencer uma eleição”. Porém, ao contrário do que poderia se esperar, o principal motivo alegado pelas próprias mulheres para não se candidatarem não está relacionado ao “tempo dedicado às tarefas domésticas” (5%), ou pela “falta de apoio da família” (6%). Segundo elas é a “falta de apoio dos partidos políticos” (41%) que as afastam das carreiras políticas eletivas, posto que 66% delas se auto classificam com um interesse “médio-alto”¹¹ por política.

⁹ Em alguns casos o TSE apresenta informações de outros anos, mas para garantir a possibilidade comparativa de nossos dados tomamos apenas o período 2007-2013 como recorte analítico.

¹⁰ Os resultados da pesquisa “Mulheres na Política” realizada pelo DataSenado em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher do Senado, divulgada em setembro de 2014, pode ser acessada pelo link: http://www12.senado.gov.br/institucional/datasenado/pdf/DataSenadoPesquisa_Mulheres_na_Politica.pdf

¹¹ Consideramos aqui a soma do “Alto interesse” (13%), com o “Médio interesse” (53%).

Estes dados corroboram então para esta nossa investigação, que toma como partida os posicionamentos de Clara Araújo (2005) para a qual

para compreendermos o que ocorre com a participação das mulheres nos partidos e nas rotas de ingresso aos cargos eletivos de representação política, faz-se necessário considerar, simultaneamente, sua dimensão histórica, ou seja, a exclusão das mulheres no advento da condição de cidadãs e da ordem política moderna; as manifestações culturais – atitudes e *práticas preconceituosas ou explicitamente discriminatórias* que envolvem as relações de gênero em geral e *que se reproduzem, também, no interior dos partidos políticos* (Araújo, 2005, p. 193 – grifos nossos).

Dito isto vale questionar como se caracteriza a estrutura dos partidos aqui analisados? De acordo com Ribeiro (2013) todas as legendas apresentam basicamente a mesma estruturação, pois ainda que a reformulação da Lei dos Partidos Políticos de 1995 (Lei n. 9096/1995) tenha dado maior autonomia organizativa aos partidos, a maioria deles ainda conserva traços gerais das normativas mais conservadoras da Lei Orgânica dos Partidos Políticos – LOPP (Lei n. 6767/1979), que refletia a organização federativa do estado brasileiro. Recentemente o autor analisou as alterações nas estruturas organizativas e de poder de quatro partidos brasileiros: PFL/DEM, PSDB, PMDB e PT, todos eles (à exceção do PCdoB e PSB) também abordados aqui. Segundo as conclusões do autor, mesmo que os partidos reservem algumas especificidades e variações sobre a concentração e/ou descentralização de poder e funções entre os três níveis, é notório na maioria dos casos que os diretórios nacionais, e em especial as executivas nacionais, detém maior poder decisório. Diz ele que

Contra a leitura corrente de que as cúpulas nacionais dos partidos seriam frágeis, os dados sugerem que o mecanismo tem se constituído em recurso importante para a articulação organizativa interna, para o *enforcement* de decisões superiores (principalmente em relação a questões eleitorais), e como recurso de poder nos conflitos entre facções e lideranças pelo controle da máquina (Ribeiro, 2013, p.252).

Alguns aspectos merecedores de destaque dizem respeito aos principais indicadores de centralização dos partidos, concentrando forte autonomia decisória nas cúpulas partidárias, são eles: o recrutamento e seleção de candidaturas, estratégias eleitorais e financiamento. Portanto, aspectos relevantes para nosso objeto de análise, qual seja, o incentivo à participação, representação e disputa eleitoral de mulheres no interior dos partidos. O objetivo desta sessão é responder a três questões: qual a porcentagem de mulheres que ocupam os diretórios nacionais de cada partido? Qual a porcentagem delas atua nas Comissões Executivas das respectivas legendas? E quais cargos efetivamente ocupam?

A questão, realmente problemática é a distribuição do poder decisório dos partidos entre homens e mulheres que a eles se filiam. Sobre esta questão, como já era esperado, podemos observar na Tabela 2.1 que os Diretórios Nacionais (DN) dos partidos analisados são ocupados majoritariamente por homens. No período observado, o PFL/DEM se apresenta como o partido mais fechado à presença de mulheres tendo em seus quadros mais de 90% de dirigentes do sexo masculino em todos os anos analisados.

Já mencionamos, mas é importante destacar que o PT desde meados dos anos 1990 adota ações afirmativas – uma cota interna mínima de 30% por gênero nos cargos de direção – o que explica se não o cumprimento real desta normativa, a maior presença feminina na instância, quando comparado aos outros partidos. O PCdoB apresenta um dado interessante, pois verificamos um aumento gradual das mulheres na direção do partido, ainda que a consulta feita ao estatuto do partido não revele nenhuma normativa similar à do PT. De modo diverso, o PSB apresenta uma redução contínua das mulheres os diretórios. Por fim, dois dados curiosos: 1) a baixa taxa de mulheres no alto escalão do PMDB¹², a despeito do partido ser uma das legendas que possui articulação e atuação significativa de mulheres; 2) a elevação significativa de mulheres no diretório nacional do PSDB no ano de 2013.

¹² De acordo com o partido, “em 1985 foi criado o **PMDB Mulher** como projeto político do partido, tendo atuação efêmera e localizada”. E, “sensível à onda feminista, o PMDB provoca o ressurgimento do PMDB Mulher em 2002. A primeira Convenção Nacional acontece em 2004 e o movimento avança em organização e defesa de um ideário”. O **PMDB Mulher** está hoje organizado em todos os estado e DF. Informações constantes no endereço: <http://pmdbmulher.org.br/>

Tabela 2.1 – Taxa de Mulheres na Composição dos Diretórios (2007-2013)

| Partidos | Ano (%) | | |
|----------------|---------|------|------|
| | 2007 | 2010 | 2013 |
| PCdoB | 15 | 25 | 28,2 |
| PT | 25,7 | 27,6 | 47,4 |
| PSB | 14,3 | 12,5 | 11,7 |
| PMDB | 8,7 | 8,3 | 9,1 |
| PSDB | 11,4 | 11,4 | 21,4 |
| PFL/DEM | 7,7 | 4,9 | - |

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE (2015)

Como afirmamos anteriormente, ainda que a presença de mulheres nos diretórios partidários seja necessária e se caracterize como grande avanço ao que tange a participação e representação feminina são as Comissões Executivas Nacionais (CEN) de cada legenda as responsáveis pelas deliberações e administração partidária. Portanto, são elas na prática que controlam as “zonas de incerteza”. Deste modo é de suma relevância mapear também a proporção da presença das mulheres nesta instância específica.

Na tabela 2.2 o que se vê é a manutenção da sobre-representação de homens nas CEN. A proporção entre homens e mulheres segue a mesma tendência do que apresentamos na tabela anterior. Com exceção, porém do PFL/DEM e PMDB, todos os partidos mostram elevação na proporcionalidade de mulheres nas Comissões Executivas. Alguns destaques cabem aqui: o PSDB perde aquela elevação de mulheres verificada em 2013 (Tabela 2.1); o PMDB apresenta sutil elevação na proporcionalidade de mulheres nas CEN se comparada com as proporções observadas nos DN, o que significa dizer que o partido parece flexibilizar um pouco mais seus altos escalões, se comparado aos demais partidos de centro e direita, no entanto, no contínuo dos anos analisados mostra redução de mulheres na instância. O PCdoB segue a mesma tendência verificada acima – de maior inclusividade gradativa nos postos de direção chegando à paridade em 2013. Por fim, o PT não apresentou índices de participação feminina da CEN significativamente discrepantes dos demais partidos nos anos de 2007 e 2010 – a despeito da normativa elucidada anteriormente, ficou atrás apenas do PCdoB em 2013 quando incorporou 43,7% de mulheres na CEN, a despeito, no entanto da atualização de suas regras internas que agora prevê paridade de gênero em todas suas instâncias dirigentes.

Tabela 2.2 – Taxa de Mulheres na Composição das Comissões Executivas (2007-2013), (%)

| Partidos | Ano (%) | | |
|----------------|---------|------|------|
| | 2007 | 2010 | 2013 |
| PCdoB | 0 | 25 | 50 |
| PT | 15,4 | 14,3 | 43,7 |
| PSB | 14,3 | 18,6 | 16,2 |
| PMDB | 15,8 | 12,5 | 11,1 |
| PSDB | 10,8 | 12,2 | 15,4 |
| PFL/DEM | 10,5 | 5,9 | - |

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE (2015)

Pois bem, se como verificado até aqui, os principais partidos brasileiros parecem apresentar resistência em incluir mulheres em suas fileiras diretivas, faz-se também importante observar discriminadamente quais cargos específicos estas mulheres ocupam no interior de cada legenda. Esta informação nos permite observar quais assuntos e temas são delegados às mulheres, ou lhes desperta maior interesse, posto que não se possa determinar objetivamente quem/como se determina “quem escolhe” quais indivíduos ficam com quais cargos. No entanto, de um modo ou de outro, na prática, como lembra Godinho (1996) os partidos tendem a reafirmar a lógica de exclusão e desigualdades sociais “através de mecanismos que reproduzem internamente a divisão sexual do trabalho, determinando valorização diferenciada de tarefas e papéis estigmatizando as mulheres em espaços de poder considerados secundários” (Godinho, 1998, p. 151). Observando a composição dos diretórios elencamos 63 cargos existentes no agregado dos sete partidos (Anexo 1). Cargos que vão desde membros, suplentes, secretarias temáticas, conselhos consultivos, secretaria geral, tesouraria e presidências. No entanto, no período abordado, considerando todos os partidos e desconsiderando suplentes e membros sem cargos, as mulheres só ocuparam 21 destes postos, exatos 1/3.

De modo que o mapeamento apresentado na Tabela 2.3 revela que o Partido dos Trabalhadores é a legenda que apresenta maior variedade de cargos ocupados por mulheres em especial no ano de 2013; seguido do PSB e PMDB.

Tabela 2.3 – Cargos partidários ocupados por mulheres (em números¹³)

| Cargo | Partido | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------------------------|---------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|-----------------|------|------|------|------|------|---------|------|------|
| | PCdoB ¹⁴ | | | PT | | | PSB | | | PMDB | | | PSDB | | | PFL/DEM | | |
| | Ano | | | Ano | | | Ano | | | Ano | | | Ano | | | Ano | | |
| | 2007 | 2010 | 2013 | 2007 | 2010 | 2013 | 2007 | 2010 | 2013 | 2007 | 2010 | 2013 | 2007 | 2010 | 2013 | 2007 | 2010 | 2013 |
| Membro | | | | 21 | 25 | 34 | | 9 | 8 | 2 | | | 17 | 17 | 37 | 7 | 3 | |
| Suplente | | | | 5 | 16 | 0 | | 5 | 3 | 10 | 1 | 2 | 11 | 11 | 17 | 2 | 1 | |
| Membro Nato | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| Vogal | | | | | | | | | | | | | 1 | 2 | 3 | | | |
| Presidente | | | | | | | | | | 1 ¹⁵ | | | | | | | | |
| Sec. Geral | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | |
| Sec. Especial | | | | | | | | 3 | 4 | | | | | | | | | |
| 1º Vice | | | | 1 | 0 | 0 | | | | 1 | 1 | | | | | | | |
| 3º Vice | | | | 0 | 1 | 1 | | | | | | 1 | | | | | | |
| 4º Vice | | | | 0 | 0 | 1 | | | | | | | 1 | | | | | |
| 5º Vice | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | |
| Vice Rel. Federal. | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | 1 | |
| Vice Desenv. Soc. | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| Vice Dir. Estaduais | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tesouraria | | | | | | | | | | 1 | | | | | 1 | | | |
| Sec. Ass. Instit. | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | |
| Sec. R.I | | | | | 1 | 1 | | | | | | | | | | | | |
| Sec. Mobiliz. | | | | 1 | 0 | 1 | | | | | | | | | | | | |
| Sec. Coord. Region. | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | |
| Sec. Desen. Econ. | | | | | | 1 | | 1 | 1 | | | | | | | | | |
| Sec. Mulheres | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | |
| Conselho Fiscal | | | | | | 2 | | | | | | | | | | | | |
| Conselho de Ética | | | | | | 3 | | | | | | | | | | | | |
| Coord. Mov. Negro | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | |
| Coord. Mov. Pop. | | | | | | | | | 1 | 1 | | | | | | | | |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados partidários disponíveis do TSE (2015)

¹³ O preenchimento da tabela seguiu uma apresentação numérica da distribuição dos cargos partidários em cada ano.

¹⁴ Não conseguimos informações sobre a distribuição dos cargos do PCdoB, nem mesmo nos registros partidários junto ao TSE.

¹⁵ Assumiu após o afastamento de Michel Temer para a Vice Presidência da republica.

Como se verifica acima, apenas em 2013 uma mulher passou a integrar a presidência partidária (do PMDB) em virtude, no entanto do afastamento do presidente eleito (Michel Temer) para exercer a vice-presidência da República. O PMDB e o PT são os únicos a apresentarem 1ª vice-presidência ocupada por mulheres. Os dados acerca da disposição das dirigentes em secretarias temáticas parecem corroborar ainda com o argumento acima acerca da divisão sexual do trabalho interno. A tesouraria, por exemplo, assunto muitíssimo caro aos partidos só esteve sob a liderança feminina em 2007 no PMDB e 2013 no PSDB. O PMDB ainda apresentou dirigente sob a Coordenação dos Movimentos Populares em 2007; cargo também colocado à responsabilidade de uma mulher pelo PSB somente no ano de 2013, mesmo ano em que a Coordenação do Movimento Negro desta legenda também fora comandado por mulher. Por fim, o PSB delegou ainda a uma mulher, nos anos de 2007 e 2010, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Já no PT, além desta última pasta, podem-se encontrar mulheres nas respectivas secretarias: assuntos institucionais, relações internacionais, mobilização e coordenação regional.

O anexo 1 revela que, de modo geral, as mulheres estão fora do comando de uma série de pastas estratégicas para qualquer legenda, aquelas em especial que respondem às zonas de incertezas, como por exemplo: Secretaria de Finanças; Secretaria de Organização; Secretaria de Mobilização; Secretaria de Comunicação; Secretaria de Planejamento e Secretaria de Formação Política, além das respectivas lideranças partidárias no Congresso uma vez que, se a elegibilidade feminina já é limitada, tê-las como líder é mais raro ainda.

Se, como verificamos até aqui, a presença de mulheres nas direções partidárias apresenta-se como uma constante nos principais partidos brasileiros, é preciso considerar que, mesmo que de modo tímido, há esforços pontuais de legendas em superarem esta realidade. O PCdoB, por exemplo, tem como estratégia a aposta em cursos regulares de formação feminista para seus quadros dirigentes e filiados a fim de, por meio do debate e do diálogo ideológico e programático entre homens e mulheres do partido, buscarem soluções conjuntas para maior equidade de poder no interior do partido (Estatuto do PCdoB, 2007). Além disso, como temos discutido até o presente momento, o PT desde sua primeira década tem buscado por meio de regras/normativas superar a desigualdade de gênero entre suas fileiras diretivas.

Mesmo que pertinente, não buscamos aqui responder *se e quanto às regras importam?* Buscamos tão somente apresentar dados que demonstram quão tímida se faz a presença das mulheres nos espaços de

maior concentração de poderes dos partidos políticos brasileiros, independente de seu espectro ideológico, há de se admitir que as legendas não fomentam a presença das mulheres em suas cúpulas. Entretanto, há experiências que buscam driblar esta realidade ainda que formalmente. Diante do que se apresenta, passaremos adiante a tentar compreender como se apresenta o desafio da paridade para o PT.

2.2 O PT E O DESAFIO DA PARIDADE

Considerando o papel pioneiro do Partido dos Trabalhadores neste debate objetivamos de modo mais específico apresentar uma discussão acerca das atuais¹⁶ composições dos Diretórios Estaduais do PT. Pela nova regra partidária o PT estabelece que “as direções partidárias, delegações e cargos com função específica de secretarias deverão ter paridade de gênero (50% de mulheres e 50% de homens)”, segundo o inciso IV do artigo 22 do seu estatuto. Tal normativa passou a valer a partir do Processo de Eleições Diretas (PED) realizado no final de 2013, dinâmica pela qual desde 2001 o PT elege suas direções em todos os níveis (municipal, regional e nacional). Antes, porém, é preciso explicitar aspectos inerentes à organização interna o PT que levou a estas alterações estatutárias. Qual a lógica da chamada democracia interna petista e como se estrutura o PED? Quais as alterações ocorreram recentemente em relação a isto e como (por quê?) a normativa da paridade se insere neste contexto? Qual a regra e sua aplicabilidade? Quais os desafios? E, o quanto a normativa tem se efetivado?

2.2.1 O PED e a democracia interna petista

Dentre as transformações sucessivas e progressivas pelas quais o partido passou durante os anos 1990, diante das disputas internas entre os setores mais conservadores do PT e as camadas mais à esquerda, a investida e o intento do estabelecimento do Processo de Eleições Diretas (PED) esteve sempre em pauta. Nem a literatura sobre o tema – nem mesmo os próprios petistas – têm posição consensual acerca do assunto.

Se de um lado há que considere que “o Processo de Eleições Diretas é a principal forma de participação dos filiados na vida partidária

¹⁶ Dentre os nossos objetivos específicos há o anseio de se analisar longitudinalmente as composições dos Diretórios Estaduais, e não somente as composições atuais. No entanto, até o momento ainda não reunimos dados para tal, por isso apresentamos aqui apenas a última composição.

atualmente” e que “nenhuma outra atividade partidária interna envolve tantos filiados” (Amaral, 2010, p. 122), há também aqueles que apontam criticamente que o PED foi uma estratégia que conciliou a nova configuração do partido de flexibilização de suas regras de filiação num claro objetivo de constituição de uma ampla base, no entanto com o perfil de um filiado “menos comprometido e ativo, e mais despolitizado” P. Ribeiro (2008, p. 253).

No exercício de ampliar a base de filiados, a implementação do PED foi a justificativa encontrada para que os processos decisórios se estendessem a todos os membros e mantivesse a tão flamejada bandeira da democracia interna. No entanto, algumas considerações apontam que o novo desenho de eleição adotado pela sigla colaborou na verdade para a minimização dos debates internos e da construção das plataformas, uma vez que os Encontros Nacionais (ENs), como afirma Amaral (2011, p. 21) “tiveram suas atribuições reduzidas ao perderem a possibilidade de escolher as direções do PT em todos os níveis, diminuindo os incentivos ao engajamento ativo nas discussões que os antecedem”. As interpretações que vertem neste sentido atestam ainda que tal processo se reverteu na verdade em menos poder decisório às bases e maior autonomia a uma cúpula dirigente, uma vez que tornou cada vez mais esparsos os Encontros que agora passaram a se realizar com uma finalidade consultiva, e não mais construtiva e programática.

Deste modo, as maiores críticas giram em torno da interpretação de que a nova configuração dos ENs, a partir da implementação do PED “não somente é ilusória, como também é uma falsa democratização” (P. Ribeiro, 2008, p. 266), uma vez que se restringiu basicamente à eleição de delegados para níveis superiores, fator que apesar de incentivar a participação dos filiados no processo eleitoral, teria desencadeado ainda, no interior do partido uma prática clientelista dentre os líderes zonais/locais que se empenham em maximizar votos para garantir maior espaço nas direções.

Ao longo dos anos subsequentes a detecção deste fato por setores do PT, iniciou-se um processo interno de defesa do fim do PED, pelo retorno à inclusão das bases nos processos de debate programático do partido e não somente na decisão e escolha de seus dirigentes. Já dentre as resoluções prévias do IV Congresso Nacional do Partido realizado em 2011, dentre os pontos para debate acerca da construção e organização partidária, incluíam-se: “d) a *ampliação da democracia interna do partido*, inclusive garantindo formação política e comunicação interna regular para o conjunto de filiados; e) as experiências positivas e *negativas verificadas no PED* em 2001, 2005, 2007 e 2009” (grifos

nossos). Ora, o reconhecimento de que o PED gerou experiências negativas e de que era preciso ampliar a democracia interna do partido – objetivo inclusive pelo qual foi criado – sugere que seu intento não fora assim tão virtuoso. Deste modo, “com base na discussão sobre estes pontos, o DN” deveria “aprovar diretrizes político-organizativas” a fim de aprimorar o funcionamento partidário e a “democracia interna”, a partir de “uma reforma do estatuto partidário”.

Frisa-se que, em 2011, realizou-se uma nova reforma estatutária, porém, não se colocou fim ao PED, cujas discussões neste sentido se estenderam ainda durante o V CN (2015) e VI CN (2017), sem consenso. O IV CN (2011) alterou em 38 pontos o estatuto do partido, desde aspectos de filiação, contribuição partidária, duração de mandatos, financiamento eleitoral, até aspectos organizacionais envolvendo regras de comunicação interna e externa, e de composição dos setoriais e direções. Estas últimas, sem dúvida, as principais mudanças realizadas. Três aspectos foram primordiais no intuito de ampliar a democracia interna do partido. Destaca-se:

- Novos critérios geracionais

Todas as chapas e direções deverão conter, no mínimo, 20% de componentes com menos de 30 anos de idade.

- Novos critérios étnico-raciais

Todas as chapas e direções deverão obedecer a critério étnico racial, a ser regulamentado pelo Diretório Nacional, levando-se em conta a composição populacional e dos filiados ao Partido, tomando como referência a participação mínima de 20% na direção.

- Novos critérios de gênero

Fica aprovada a paridade de gênero na composição das direções, delegações, comissões e nos cargos com função específica de Secretarias.

Como se verifica, a estratégia encontrada pelo partido para, de uma forma ou de outra, ampliar a democracia interna do partido não foi – digamos assim – “dar um passo atrás” e voltar ao modelo original, como muitos de seus setores internos desejam ainda.

Se for verdade que os partidos políticos passam momento de crise e que – ainda que bem menos que os demais partidos brasileiros – a identificação partidária em relação ao PT sobre declínio, bem como o sentimento de antipetismo ascende (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2016),

seria esta uma ação que visa na verdade novos caminhos para se aproximar das bases e das discussões mais latentes na sociedade nos últimos anos, qual seja: os debates das negritudes, da juventude e das mulheres? Talvez esta seja uma questão a se perseguir. Antes, porém, é preciso compreender como funciona e se aplica estas novas regras.

2.2.2 A regra e sua aplicabilidade

O Artigo 22 do estatuto petista, ao qual se destinam as alterações a que nos referimos aqui, dentre outros incisos define que “para eleição dos delegados, das delegadas e das direções em todos os níveis deverão ser cumpridas as seguintes exigências”:

IV – as direções partidárias, delegações (aos encontros e congressos) e cargos com função específica de secretarias deverão ter paridade de gênero (50% de homens, 50% de mulheres);

V – na composição final das instâncias de direção, 20% de seus membros deverão ter menos de 30 anos de idade, e deverá, ainda, ser cumprido critério étnico-racial a ser definido pelo Diretório Nacional, observada a composição populacional de filiados e filiadas ao Partido e tomando como referência a participação mínima de 20% nas direções partidárias.

Ou seja, há de se assegurar num primeiro momento a composição paritária de gênero em todos os diretórios petistas – no cálculo geral, bem como na distribuição dos cargos e secretarias – e a partir disso garantir que dentre os quadros finais observe-se 20% de jovens e no mínimo 20% negras, negros e/ou indígenas. Nosso foco principal debruça-se sobre a normativa da paridade.

Ainda que o Art. 31 do mesmo estatuto tente explicitar melhor a aplicabilidade da regra, como segue, é bem verdade que esta ela abre margens de interpretações.

Art. 31. A Comissão Executiva será eleita pelos membros efetivos do respectivo Diretório.

§5º: Deverá ser obedecido o disposto nos incisos II e IV do artigo 22 na composição total do número de membros da Comissão Executiva, sendo atribuição do Diretório correspondente a definição e a eleição de seus cargos, observando-se, no caso

da representação de gênero, as mesmas exigências nas comissões e cargos com função específica de Secretarias.

São múltiplos os questionamentos acerca da efetivação da normativa, ao ponto que nem mesmo os membros do partido conseguem sanar. Pode-se considerar satisfatório o cumprimento da paridade diante do quadro geral dos integrantes dos diretórios? Ou há de se fazer cálculos sobrepostos: paridade dentro de cada órgão e instância diretiva do partido: Comissão de Ética, Conselho Fiscal, Diretório, Comissão Executiva? Para além, é claro, de se observar ainda a paridade na distribuição das secretarias?

Pois então vejamos, se assim o for, de acordo com as próprias atribuições organizativas dos diretórios estaduais, de acordo com as definições estatutárias como vislumbrar o quadro paritário?

Art. 103. O número de membros dos Diretórios Estaduais será fixado a cada 4 (quatro) anos pelo Diretório Nacional, proporcionalmente ao número de eleitores de cada estado e será de, no máximo, 59 (cinquenta e nove) membros efetivos, mais o presidente eleito, ou presidenta, e o deputado, ou deputada, líder da Bancada do Partido na Assembleia Legislativa do respectivo estado.

[...]

Art. 106. A Comissão Executiva Estadual terá, no mínimo, o presidente eleito ou presidenta, uma vice-presidência, a Secretaria Geral, de Finanças e Planejamento, de Organização, de Formação Política, de Comunicação e de Assuntos Institucionais, e o deputado, ou deputada, líder da Bancada na Assembleia Legislativa.

Seguem as dúvidas e impasses: considerando que a presidência dos diretórios é decidida em voto separado das chapas que compõem a instância e que as lideranças legislativas independem também das decisões do PED, estas ou estes dois membros entraria no cálculo da paridade? As Comissões Executivas têm um mínimo de cargos – apresentado acima – mas os estados têm autonomia para criação de outros cargos contextuais e há ainda as Secretarias Setoriais, sobre elas paridade deve ser também observada? Se sim, é preciso considerar caso a caso cada estado.

Tentaremos responder a estas indagações nas sessões seguintes deste capítulo, bem como discorrer sobre os dilemas internos apresentados pelas e pelos próprios dirigentes no que tange as dificuldades para o seu cumprimento.

2.2.3 O dilema das Cotas: percepções dos dirigentes quanto ao seu cumprimento

Antes de adentrarmos mais especificamente à discussão das atuais composições dos diretórios estaduais do PT ao que tange sua normativa mais recente, gostaríamos de explanar sobre as impressões dos dirigentes acerca das cotas internas do partido. Desde a vigência da antiga norma que determinava apenas 30% de mulheres no diretórios os membros partidários retratavam significativa dificuldade no cumprimento da normativa; houve grandes observações por parte dos núcleos regionais do partido quanto a difícil aplicabilidade da regra nos estados e municípios (Ayres, 2013).

Durante os encontros e congressos do partido a Fundação Perseu Abramo (FPA) realizou *surveys* junto aos delegados a partir dos quais, dentre outras questões, eles foram levados a avaliar o cumprimento das cotas de 30% de mulheres nos cargos de direções do partido. Os dados que seguem evidenciam ainda, de acordo com a percepção individual dos delegados, o grau de dificuldade para o cumprimento da normativa.

O que pode ser observado pela Tabela 2.4¹⁷ é que, há o amplo reconhecimento de que as cotas “sempre foram cumpridas”, mesmo considerando as avaliações de 2007 como as mais pessimistas – 57,9%, enquanto a percentagem dos demais anos gira em torno de 70% - mais da metade dos respondentes reconhecem o cumprimento das cotas como uma constante. Fato que se evidencia ainda mais ao compararmos estes dados com a baixa percepção sobre o “nunca foram cumpridas”. De modo geral a avaliação mais crítica sobre o tema se deu durante o 3º Congresso Nacional (em 2007), sobre o qual buscaremos na história, em novas fases da pesquisa, fatos que possam nos evidenciar motivos para tal.

¹⁷ Os delegados de cada evento foram convidados a responder, dentre outras à questão: “*No I Congresso do PT (1991) aprovou-se cotas de 30% de mulheres nas direções partidárias em todos os níveis. No que se refere ao cumprimento desta resolução na composição da Direção Regional do PT no seu Estado, você afirmaria que:*”

Tabela 2.4 – Opinião dos delegados sobre o Cumprimento das cotas

| OPINIÃO | ANO | | | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 1999 | 2001 | 2007 | 2010 |
| Sempre foram cumpridas | 72,6 | 76,3 | 57,9 | 70,4 |
| No início foram cumpridas, depois não | 9,3 | 5,1 | 16,8 | 3,7 |
| No início não foram cumpridas, depois sim | 6,3 | 7,6 | 13,5 | 17,2 |
| Nunca foram cumpridas | 1,5 | 1,4 | 9,6 | 4,1 |
| Não sabe ou Não respondeu | 10,4 | 9,6 | 2,0 | 4,6 |
| Total | 270 (100%) | 431 (100%) | 385 (100%) | 541 (100%) |

Fonte: Elaboração própria a partir da Base de dados da Pesquisa de Perfil de Delegados, realizada pela FPA.

Se aparentemente tem havido um cumprimento significativo das cotas, de acordo com a percepção dos petistas, isso não significa, no entanto que o partido não tenha dificuldades para isso, ou pelo menos é isto que reflete a percepção de parte de seus dirigentes. De acordo com os dados da Tabela 2.5¹⁸, a proporção de delegados que reconheceram a existência de algum grau de dificuldade em se atingir os 30% de mulheres nas direções partidárias foi de 81,5% em 2007 e 70,8% em 2010¹⁹. Mais uma vez os petistas presentes no 3º CN mostram maior criticidade em relação ao preenchimento das cotas, em particular do desagregado da questão sobre uma “*grande dificuldade*” – 43,3% em 2007 e 29,6% em 2010.

¹⁸ Esta questão só esteve presente nos *surveys* dos dois últimos Congressos Nacionais. De modo que após responderem à questão descrita na tabela 4.1, os delegados eram motivados a responder a seguinte indagação: “*E você diria que a dificuldade que o PT do seu estado tem em preencher as cotas de 30% de mulheres na direção partidária é:*”

¹⁹ O 4º Congresso do PT – ponto de partida de nosso trabalho – foi realizado em duas partes. A primeira delas, no primeiro semestre de 2010 e teve como objetivo principal referendar a candidatura de Dilma para as eleições presidências daquele ano – e foi nesta oportunidade que os questionários da FPA foram aplicados. A segunda etapa do congresso ocorreu no início do segundo semestre de 2011 e a finalidade fora a reforma estatutária do partido, que dentre outras alterações aprovou a normativa da paridade (nosso objeto). Sendo assim, os mesmos delegados e delegadas que emitiram opinião sobre as questões acima, foram os que aprovaram a nova resolução.

Tabela 2.5 – Opinião dos delegados sobre o grau de dificuldade para o cumprimento das cotas

| GRAU DE DIFICULDADE | ANO | |
|-------------------------------|------------|------------|
| | 2007 | 2010 |
| Há Dificuldade (total) | 81,5 | 70,8 |
| Muito Grande | 15,5 | 15,2 |
| Grande | 43,3 | 29,6 |
| Pequena | 22,6 | 26 |
| Não há Dificuldade | 16,1 | 24,6 |
| NÃO SABE | 2,3 | 4,6 |
| Total | 385 (100%) | 541 (100%) |

Fonte: Elaboração própria a partir da Base de dados da Pesquisa de Perfil de Delegados, realizada pela FPA.

Levando em consideração a dificuldade assinalada na questão anterior, e as discussões que travaremos na próxima sessão podemos observar que seria possível inferir que a hierarquização descrita por estudos recentes sobre as transformações estruturais do PT (Ribeiro, 2008; Amaral, 2010) não só exclui as bases e impõe um quadro mais profissionalizado e de maior tempo de filiação de seus membros, como também ainda tende a reproduzir a estruturação masculina, uma vez observada a dificuldade em se cumprir a regra de recrutamento de mulheres.

2.2.4 O horizonte paritário

Ainda que observada e reconhecida a dificuldade de se cumprir as cotas de 30%, de lá pra cá o objetivo da maioria das mulheres dentro do partido foi conquistar a paridade como saída às reivindicações impostas pela desigualdade de gênero em âmbito social e particularmente da vida política. O quadro que se apresentou da evolução das mulheres nas instâncias internas do PT foi o seguinte:

Tabela 2.6 – Presença de mulheres nas instâncias nacionais do PT 1981-2017 (%)

| Ocasião da Eleição | Diretório Nacional | Executiva Nacional |
|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| 1º EN / 1981 | 8,7 (8/92) | 5,6 (1/18) |
| 3º EN / 1984 | 6,0 (4/67) | 5,6 (1/18) |
| 4º EN / 1986 | 6,2 (5/81) | 5,3 (1/19) |
| 5º EN / 1987 | 5,0 (4/80) | 0 |
| 7º EN / 1990 | 6,1 (5/82) | 5,3 (1/19) |
| 8º EN / 1993 | 30,5 (25/82) | 36,8 (7/19) |
| 10º EN / 1995 | 30,1 (25/83) | 33,3 (6/18) |
| 11º EN / 1997 | 30,1 (25/83) | 36,8 (7/19) |
| II CN / 1999 | 28,4 (25/88) | 33,3 (6/18) |
| 12º EN/PED-2001 | 30,9 (25/81) | 31,6 (6/19) |
| 13º EN/PED-2005 | 28,0 (23/82) | 31,6 (6/19) |
| PED-2007 | 29,2(24/82) | 33,3(7/21) |
| PED-2010 | 30,1(28/93) | 29,6(8/27) |
| PED-2013 | 46,4(45/97) | 43,7(7/16) |
| PED-2017 | 46,3(44/95) | 46,4(13/28) |

Fonte: dados adaptados de P. Ribeiro (2008) e coletados do TSE (2018).

De modo geral, o que se verifica acima (Tabela 2.6) é que as cotas para cargos de direção tiveram forte impacto na presença das mulheres nos altos escalões do partido. Até meados dos anos de 1990 a presença de mulheres nestas instâncias não ultrapassou 9% nos diretórios e 6% nas Comissões Executivas, ao passo que a partir de 1993, primeira composição posterior à normativa aprovada em 1991, a presença feminina salta significativamente para cerca de 30%, conforme esperado, encontrando algumas pequenas oscilações nos anos de 1999 (28,4%), 2005 (28,0%) e 2007 (29,2%).

Como já destacamos em outros momentos, o regulamento do PED realizado pelo PT em 10 de novembro de 2013, além de observar no inciso IV do seu Art. 4º para a normativa da paridade, estabeleceu os critérios para a composição numérica dos diretórios em todos os níveis. Entretanto, nas duas gestões que se formaram posteriormente à nova regra, o que se observa é que a paridade na instância nacional não atingiu ainda o êxito esperado. Até o momento de finalização deste trabalho fora realizado o PED-2017 do partido, mas as informações referentes às composições estaduais da nova gestão ainda não estavam disponíveis no banco de dados do TSE. Por este motivo todas as discussões subsequentes dizem respeito apenas à gestão PED-2013 (2013-2017). Sendo assim, a partir

dos dados de registros partidários sobre a composição de diretórios e Comissões Executivas, disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), buscamos aqui responder se: a) o PT cumpriu a paridade pretendida em todos os estados?; b) em caso afirmativo, estas mulheres estão alocadas em cargos de destaque ou de efetivo poder de influência no interior do partido, como por exemplo, a participação nas Comissões Executivas? c) é possível considerar especificidades regionais no quadro da paridade do PT?

A documentação registrada por cada estado junto ao TSE tem características bastante variadas, sobretudo em relação à quantidade de membros de cada instância, em particular porque apresentam além dos membros titulares, seus respectivos suplentes, que por sua vez variam de caso para caso. Foram cadastrados 1650 membros (titulares e suplentes) referentes a 26 estados brasileiros²⁰, considerando seus respectivos cargos em Secretarias ou Conselhos, bem como a composição nas Comissões Executivas.

A tabela abaixo foi construída considerando apenas os membros titulares de cada diretório estadual, ou seja, excluímos deste cruzamento os *suplentes*. Os dados mostram que apenas em três (3) estados o PT conseguiu cumprir a regra da paridade à risca, e em outros seis (6) apresentou discriminação positiva em relação às mulheres. Cumpriram a paridade dois estados da região sul – Rio Grande do Sul (50,8%) e Santa Catarina (50%), e um do nordeste – Bahia (50,0%); e os estados que apresentaram mais mulheres foram: Roraima (51,5%), Tocantins (52,5%), Mato Grosso do Sul (53,2%), Ceará (54,4%), Piauí (53,3%) e Espírito Santo (54,7%).

Ainda que dois estados – Alagoas (40%) e São Paulo (40,9%) – chamem atenção pelos menores índices de presença das mulheres em suas direções, não se pode afirmar taxativamente que exista alguma característica regional que se destaque na distribuição ilustrada na Tabela 2.7. Há, sim, de se investigar mais a fundo as implicações deste baixo desempenho em especial do estado de São Paulo, berço do PT e maior colégio eleitoral do país²¹.

²⁰ Destacamos que até o último acesso feito ao site do TSE, no dia 12/08 às 16:03h os arquivos referentes ao Distrito Federal não estavam cadastrados no sistema.

²¹ Uma explicação para este dado inicial referente ao estado de São Paulo pode ser atribuído ao fato de que os registros do TSE continham apenas os nomes integrantes da Comissão Executiva com cargos secretariados, não especificando os membros titulares sem cargos, nem tão pouco seus suplentes e os componentes dos Conselhos de Ética e Fiscal.

Tabela 2.7 – Composição dos Diretórios Estaduais, segundo o Gênero (2013)

| Região | Estado | Mulheres (%) | Total (N) | Região | Estado | Mulheres (%) | Total (N) |
|--------------|--------|--------------|-----------|--------------------|-------------|--------------|-----------|
| Norte | AC | 45,3 | 53 | Nordeste | AL | 40,0 | 15 |
| | AM | 49,2 | 65 | | BA | 50,0 | 62 |
| | AP | 42,9 | 14 | | CE | 54,4 | 90 |
| | PA | 45,8 | 83 | | MA | 47,4 | 114 |
| | RR | 51,5 | 33 | | PB | 43,8 | 73 |
| | RO | 42,1 | 76 | | PE | 45,0 | 40 |
| | TO | 52,5 | 59 | | PI | 53,3 | 15 |
| Centro-Oeste | DF | - | | RN | 47,9 | 48 | |
| | GO | 44,4 | 63 | SE | 45,7 | 46 | |
| | MS | 53,2 | 62 | Sudeste | ES | 54,7 | 64 |
| | MT | 42,2 | 64 | | MG | 48,4 | 62 |
| Sul | PR | 48,1 | 77 | | RJ | 45,7 | 70 |
| | RS | 50,8 | 61 | SP | 40,9 | 22 | |
| | SC | 50,0 | 72 | Total Geral | 48,0 | 1488 | |

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE (2014)

A normativa em questão faz menção também à paridade em cargos com função específica de secretarias. Para analisarmos rigorosamente este elemento teríamos que apresentar a descrição dos estados em separado, e optamos por fazer uma análise do montante dos cargos de todos os diretórios, uma vez que as especificidades de criação de secretarias em cada estado torna bastante mutável esta informação.

O que nos chama atenção de imediato na Tabela 2.8 é que as mulheres ocupam em proporção bastante elevada cargos que podem ser considerados de menor importância, ou melhor dizendo, aqueles que não possuem poder de influência direta nas decisões do partido como Vogal da Comissão Executiva (63,2%); Suplentes de Diretório (51,3%); Suplentes de Comissão de Ética (64,5%) e Suplentes de Conselho Fiscal (55,2%). Por outro lado, majoritariamente, os principais cargos de destaque hierárquico e decisão não são ocupados por mulheres, como é o caso da presidência dos diretórios (7,7%) e 1ª Vice-presidência (23,1%). A paridade total só aparece vinculada a cargos adjuntos como Secretária Adjunta de Organização e Secretária Adjunta de Finanças, cargos, porém que não existem em todos os diretórios. Do mesmo modo, as mulheres só aparecem protagonizando cargos regionalizados e não presentes em todos os diretórios, como é o caso das Secretarias de Mobilização, Relações Internacionais, Meio Ambiente, Direitos Humanos, Movimentos

Populares, Gestão de Planejamento, Políticas Territoriais, de Mulher, de Ouvidoria e de Interior.

Destaca-se por fim que apenas 14,3% dos estados possuem mulheres como Líder de Bancada, o que explicita o elemento mais corrente das discussões das mulheres no poder, que é a baixa representatividade feminina no legislativo.

Tabela 2.8 – Distribuição de Cargos nos Diretórios, segundo o Gênero (%)

| Cargo | Mulheres (%) | Total (N) | Cargo | Mulheres (%) | Total (N) |
|----------------------------|--------------|-----------|-----------------------|--------------|-----------|
| Membro | 49,6 | 788 | Sec. Org. | 28,0 | 25 |
| Vogal | 63,2 | 95 | Sec. Adj. Org. | 50,0 | 4 |
| Suplente | 51,3 | 150 | Sec. Ass. Inst. | 40,9 | 22 |
| Sup. C. Ética | 64,5 | 31 | Sec. Geral | 44,0 | 25 |
| Sup. C. Fiscal | 55,2 | 29 | Sec. Mov. Soc. e Mob. | 33,3 | 3 |
| Sup. do Dir. | 47,6 | 84 | Sec. Form. | 34,8 | 23 |
| C. Fiscal | 49,3 | 75 | Sec. Com. | 42,3 | 26 |
| C. de Ética | 45,2 | 73 | Sec. Finanças | 36,8 | 19 |
| Presidente | 7,7 | 26 | Sec. Adj. Fin. | 50,0 | 2 |
| 1º Vice | 23,1 | 26 | Sec. D.H. | 100,0 | 3 |
| 2º Vice | 38,9 | 18 | Sec. M. Amb. | 33,3 | 3 |
| 3º Vice ²² | 30,0 | 10 | Sec. Ass. Agr. | 40,0 | 5 |
| 4º Vice | 33,3 | 3 | Sec. Mov. Pop. | 61,1 | 18 |
| Sec. Mob. | 72,7 | 11 | Sec. G. Plan. | 100,0 | 1 |
| Sec. Sindical | 37,5 | 8 | L. Bancada | 14,3 | 21 |
| Sec. Rel. Intern. | 100,0 | 3 | Sec. P. Territ. | 100,0 | 1 |
| Sec. de Meio Amb. e Desen. | 100,0 | 1 | Sec. Mulher | 100,0 | 1 |
| Sec. de Juv. | ,0 | 1 | Sec. Ouvid. | 100,0 | 1 |
| Tesoureiro | 16,7 | 6 | Sec. Interior | 100,0 | 1 |

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE (2014)

Em que pese os diretórios aparecerem como a célula nuclear da organização partidária, na prática ao longo dos anos, o papel decisório do

²² Dentre os nomes cadastrados no diretório do estado do Amazonas, um dos membros estava registrado na ocupação de dois cargos – de 3º vice e Secretário de Assuntos Institucionais. Para que não tivéssemos nomes duplicados, consideramos apenas uma das ocupações na análise.

PT passou a recair sobre outra instância. De acordo com Ribeiro (2008, p. 244)

as Comissões Executivas do PT (de todos os níveis) rapidamente subverteram o papel formal que lhes é atribuído pelas regras internas. Elas passaram a acumular, na prática, as atribuições mais relevantes na estrutura do partido, concentrando funções e poderes efetivos, principalmente os relacionados à condução política cotidiana e às tarefas mais propriamente administrativas. Tornaram-se as instâncias mais importantes do PT nos períodos Inter Encontros, em detrimento dos Diretórios.

Sendo assim, questionamos: se o objetivo último da ampliação da presença das mulheres no interior dos partidos é ampliar de igual modo seu poder de influência nas decisões partidárias, e se as Comissões Executivas (CE) são hoje no PT as instâncias de maior poder decisório, a composição paritária se aplica também, na prática a estas últimas?

Ainda que, de acordo com o estatuto do partido “a Comissão Executiva Estadual terá, no mínimo, o presidente eleito ou presidenta, uma vice-presidência, as Secretarias Geral, de Finanças e Planejamento, de Organização, de Formação Política, de Comunicação e de Assuntos Institucionais, e o deputado, ou deputada, líder da Bancada na Assembleia Legislativa” (PT, 2013, p. 25), nem todos os estados cadastraram no site do TSE esta totalidade de membros. Considerando, portanto, apenas estes dados como informações oficiais, podemos verificar que dentre os membros das CE (233) apenas 37,8% deles são mulheres.

A discrepância na participação feminina aparece ainda maior quando olhamos individualmente para a composição dos estados (Tabela 2.9). Se, num primeiro momento não se verificou disparidades tão grandes na composição geral dos diretórios, cuja presença das mulheres não ficou abaixo de 40% em nenhum dos estados; o que se observa abaixo é uma significativa assimetria de gênero na composição das CE estaduais.

Tabela 2.9 – Composição das Executivas estaduais, segundo Gênero (%)

| Região | Estado | Gênero | | Total (N) | Região | Estado | Gênero | | Total (N) |
|------------------|--------|--------|-------|--------------|------------------|--------|--------|-------|--------------|
| | | F(%) | M(%) | | | | F(%) | M(%) | |
| Norte | AC | 50,0 | 50,0 | 2 | Nordeste | AL | 40,0 | 60,0 | 15 |
| | AM | 40,0 | 60,0 | 5 | | BA | 50,0 | 50,0 | 62 |
| | AP | ,0 | 100,0 | 2 | | CE | 47,4 | 52,6 | 90 |
| | PA | ,0 | 100,0 | 3 | | MA | 52,9 | 47,1 | 114 |
| | RR | 50,0 | 50,0 | 2 | | PB | 14,3 | 85,7 | 119 |
| | RO | ,0 | 100,0 | 4 | | PE | 42,1 | 57,9 | 40 |
| | TO | ,0 | 100,0 | 4 | | PI | 33,3 | 66,7 | 15 |
| Centro- Oeste | DF | - | - | | Sudeste | RN | ,0 | 100,0 | 48 |
| | GO | ,0 | 100,0 | 5 | | SE | 20,0 | 80,0 | 46 |
| | MS | 50,0 | 50,0 | 12 | | ES | 25,0 | 75,0 | 79 |
| | MT | 20,0 | 80,0 | 5 | | MG | 25,0 | 75,0 | 62 |
| Sul | PR | 50,0 | 50,0 | 16 | RJ | 16,7 | 83,3 | 70 | |
| | RS | 38,5 | 61,5 | 13 | SP ²³ | 40,9 | 59,1 | 22 | |
| | SC | 47,1 | 52,9 | 17 | | | | | |

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE (2014)

Além disso, ao contrário do primeiro caso, aqui se verifica certa especificidade regional quanto à representatividade das mulheres na referida instância. E, a região Norte é a principal delas. Dos sete estados amazônicos, quatro deles não apresentam mulheres na composição de suas CE. Na região Nordeste o estado de Rio Grande do Norte também possui exclusividade de homens, e a Paraíba é o segundo estado com menos presença de mulheres na instância (14,3%), apesar disso, os outros estados nordestinos aparecem com porcentagens bem homogêneas na participação dos gêneros, de modo que é desta região o único estado que possui mais mulheres que homens na CE é o Maranhão com 52,9% de participação de mulheres. No Centro-Oeste, o estado de Goiás também não possui mulheres na CE; e no Sudeste o Rio de Janeiro aparece como o terceiro índice nacional mais baixo (16,7%). O Sul, por sua vez é a região com menor disparidade tanto entre os gêneros, como entre os índices estaduais.

²³ Observamos os dois arquivos registrados no Sistema do TSE, composição executiva e composição geral do diretório, continham os mesmos nomes, todos integrantes da Comissão Executiva.

Há, no entanto que se fazer uma ressalva interessante. Os estados do Acre, Paraná e Maranhão que não apresentaram percentual paritário na composição de seus diretórios (Tabela 2.9), aparecem agora com a normativa atendida em relação à composição de suas Executivas. Significa dizer que estes estados, na prática, garantem maior representatividade para as mulheres neste espaço importante de decisão interna do partido.

Diante do cenário apresentado, é importante ressaltar que compreender os desafios que envolvem a participação das mulheres no interior dos partidos políticos exige muito mais que uma breve descrição de sua “presença” ou “ausência” em algumas de suas instâncias. Algumas dimensões são fundamentais para se desenhar caminhos mais satisfatórios para a explicação deste fenômeno, dentre as quais fatores externos e internos de incentivo à participação. Quanto aos primeiros, determinantes já há algum tempo presentes nas discussões de gênero, como a construção dos papéis específicos para homens e mulheres, delegando àqueles o espaço público e a estas os espaços privados, familiares, dentre outros. E, por outro lado, como estes próprios elementos se transferem e se relacionam com a realidade interna das legendas, por meio de descrédito à participação feminina, à reprodução de posturas machistas e discriminatórias, bem como a não “adequação” da atividade política para realidade das mulheres que em muitos casos continuam cumprindo jornadas múltiplas (Miguel, 2001; Araújo, 2005; Barreira e Gonçalves, 2012).

É por este motivo que se pode *a priori* tentar explicar o fato de um partido como o PT, detentor de um histórico pró-igualdade de gênero, mesmo estabelecendo ações afirmativas e constrangimentos normativos para garantir maior presença de mulheres em suas instâncias, ainda não consegue cumpri-las. Neste sentido, Barreira e Gonçalves (2012), chamam atenção para a importância de refletirmos sobre a (des)função dos partidos enquanto reprodutores das desigualdades de gênero na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas aqui evidenciam ao menos três coisas. A primeira delas de que, como já se é sabido, a baixa presença de mulheres em instâncias diretivas dos partidos políticos brasileiro é uma realidade nem tão simples de ser superada. As estratégias que buscam minimamente alterar esta realidade só passaram a ser adotadas, ainda que de forma bastante tímida, após a minirreforma eleitoral de 2009, e não de

forma satisfatória, nem para composição das chapas eleitorais (objeto da legislação), muito menos para efetivar maior participação das mulheres na vida interna das legendas. É evidente, por outro lado, que dentro deste cenário, os partidos de orientação ideológica mais à esquerda são os que apresentam maior sensibilidade histórica para adoção de medidas pró-igualdade de gênero, mesmo que no âmbito formal. O PCdoB e o PT, por exemplo, são as duas legendas que possuem mais mulheres nas suas instâncias diretivas.

No caso deste último, a adoção das cotas internas na década de 1990 e posteriormente a normativa da paridade foram não só conquistas dos movimentos de mulheres internos ao partido, como também avanços importantes do ponto de vista de tentar superar a desigualdade de gênero em suas fileiras. Entretanto, foi possível notar também que mesmo com a maior entrada de mulheres nas direções partidárias os postos ocupados por elas (quando ocupados) não são aqueles vitais para o exercício do poder e decisão das organizações partidárias. Elas, em geral, não ocupam as zonas de incerteza (Panebiando, 1995), ou o chamado *núcleo duro* do comando destas instituições. No caso específico do PT, mesmo em estados em que a paridade de gênero nos diretórios foi atingida, as mulheres ou são majoritariamente suplentes, ou ocupam secretarias temáticas de pouca expressão, ou, sobretudo não estão nas Comissões Executivas – instância máxima de poder do partido.

As razões para estas dificuldades são várias. Figuram-se como consequência da própria organização do sistema partidário nacional, das barreiras políticas, sociais e culturais que se estruturam na sociedade e como tais fatores encontram desafios dentro das próprias legendas. Sobre estas questões – os embates, debates e disputas – travadas pelas mulheres do PT ao longo de sua organização é que trataremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - DESAFIOS ORGANIZACIONAIS DAS MULHERES PETISTAS: TEMAS, EMBATES, DEBATES E DISPUTAS

INTRODUÇÃO

Antes, porém, de nos atermos a responder as questões específicas que guiam este trabalho julgou-se procedente o empenho de discorrermos brevemente sobre o histórico de organização das mulheres no interior do partido.

O intento inicial para este capítulo idealizava uma análise detida de documento internos do partido, como atas de reuniões, encontros e congressos, a fim de identificar tensões internas e elementos preponderantes para compreender a organização interna das mulheres no PT. No entanto, após visitas ao Centro de Memória Sergio Buarque de Holanda (CSBH) da Fundação Perseu Abramo, responsável pelo arquivamento documental do partido, identifiquei que não há sistematicamente catalogado material deste tipo por dois motivos: a) nem sempre atas são confeccionadas, sobretudo se nos remetermos ao período fundacional; b) muitos destes documentos se perderam ao longo dos anos, antes mesmo do CSBH ser criado.

Deste modo, diante do material disponibilizado: boletins, informativos e jornais em que as mulheres aparecem, com vistas ainda a cumprir com o objetivo específico “c” estabelecido no início do trabalho, buscamos empreender algumas análises históricas descritivas, a fim de sistematizar: 1) uma genealogia das discussões feministas no Brasil a partir do contexto de formação do PT; 2) identificar as formas de relacionamento entre a emergência do PT e da organização das mulheres em seu interior e o movimento de mulheres. Para, responder a partir disto questões como: Quais temas aparecem relacionados frequentemente às discussões levantadas pelas mulheres petistas? E como é possível relacionar os temas debatidos pelas mulheres e suas possíveis influências e incursões aos programas de governo do partido ao longo dos anos?

Grosso modo a análise empírica que desenvolveremos aqui se debruçou sobre duas fontes: i) o “Boletim das Mulheres do PT”, e ii) o informativo “PT Informa Mulheres”, ambos organizados pela Secretaria Nacional de Mulheres do partido. Ao todo são 41 edições entre os anos de 1991 e 2004²⁴, distribuídos conforme descrição abaixo (Tabela 3.1).

²⁴ Os números relacionados são os que se encontram arquivados no CSBH-FPA. Considerando que tais arquivos são provenientes de doações de militantes, há

Tabela 3.1 - Tabulação das edições de boletins e informativos das mulheres do PT

| ANO | Boletim das Mulheres do PT | PT Informa Mulheres |
|--------------|--|----------------------------|
| 1991 | Dez/91 | - |
| 1992 | - | Ago/92 |
| 1993 | Mar/93, Mai/93, Ago/93, Set/93, Out/93 | Mar/93, Set/93, Dez/93 |
| 1994 | Ago/94 | Abr/94, Ago/94 |
| 1995 | Mar-Abr/95, Mai-Jun/95, Jun/95, Jul/95 | Set/95 |
| 1996 | Jan/96, Mai/96, Jun/96, Ago/96 | Fez/96 |
| 1997 | Mar/97, Jun/97, Dez/97 | Ago/97 |
| 1998 | - | Abr/98 |
| 1999 | Jul/99, Ago/99, Out/99 | Set/99 |
| 2000 | Abr/00, Ago/00, Set/00 | - |
| 2001 | Ago/01, Dez/01 | - |
| 2002 | Ago/02 | - |
| 2003 | - | - |
| 2004 | Jan/04, Nov/04 | Jun/04 |
| TOTAL | 29 | 12 |
| | 41 | |

Fonte: elaboração própria.

O esforço presente aqui tem como respaldo pontos de vistas que alertam para o fato de que as organizações partidárias congregam em si a contradição própria da sociedade a partir da qual se desenvolvem, pois como pondera Avelar (2007, p. 106) “os partidos políticos vêem as mulheres como competidoras por espaço na luta pelo poder, equipadas com uma força ideológica imponderável, por que o feminismo atravessa todas as classes sociais e os ideários partidários, ameaçando os interesses específicos das agremiações”. Além de corroborar com questionamentos como os de Celi Pinto (1994, p. 261) que ainda permanecem atuais e pertinentes quando tratamos dos dilemas da democracia representativa e a absorção de demandas, ou seja, “como os temas gestados no interior dos movimentos sociais tornam-se presentes na agenda política?”. Para a autora, “pensar na total separação entre o campo político e as esferas organizadas da sociedade civil seria insensato”. Os avanços da pauta das mulheres e dos feminismos em algumas áreas e o ainda pífio espaço que

muitas lacunas de edições. Entretanto, o volume existente traz uma representatividade considerável, cobrindo de alguma forma, ao menos três décadas de atuação do partido e das mulheres.

conquistamos nos espaços de representação, se comparado com outros países do globo, tornam o dilema posto pela autora ainda atual.

Por isto, neste capítulo buscamos analisar a trajetória de organização das mulheres no interior do Partido dos Trabalhadores a fim de ilustrar e buscar entender seus argumentos, narrativas e estratégia ao que tange ao menos dois dos aspectos discutidos até aqui: a] a relação entre o movimento social de mulheres e a organização de mulheres no interior do partido, a partir do contexto da redemocratização; b] a defesa pela adoção de políticas afirmativas no interior do partido a fim de reservar maior espaço de mulheres nas direções partidárias. Sendo que, este último aspecto importa-nos especialmente para entender questões como: i) qual o significado das cotas internas e da paridade para as próprias mulheres?; ii) quais os argumentos e estratégias foram mobilizados por elas para defender a adoção e aprovação de tais medidas?

A partir disso, então é que seguiremos – no próximo capítulo – a analisar as trajetórias das e dos dirigentes petistas.

3.1. ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES PETISTAS

3.1.1 Debates fundacionais

Sendo verdade, como afirma Ribeiro (2010), que o PT se constitui como um partido híbrido – por apesar de ter se “ajustado ao sólido terreno estatal” trata-se de um dos poucos partidos nacionais que ainda consegue “nadar na sociedade civil” (Ribeiro, 2008, p. 172) –, esta sua característica parece mesmo se estender para todos os setores da legenda. Ao menos é o que transparece aos olhos quando nos empenhamos numa análise mais detida acerca da participação e organização das mulheres petistas. Isto por que o dilema da relação das mulheres petistas com o movimento de mulheres, tal qual exposto no item anterior, esteve posto para estas militantes desde seus primeiros passos rumo à organização interna. Note-se que pelo menos até o 3º Encontro Nacional que elas realizaram o nome do evento chamou-se “1º/2º/3º Encontro Nacional do PT sobre o (no) Movimento de Mulheres”, nos anos de 1982, 1988 e 1991, respectivamente.

Vale lembrar que o próprio debate da relação entre Partidos e Movimentos Sociais é vasto tanto no interior destas duas esferas, como também junto às análises da intelectualidade interessada sobre o tema. Ao que tange especificamente o movimento de mulheres, frisa-se o fato de que no Brasil sua organização ganha contornos efetivos a partir dos anos 1960 com atuação ainda mais contundente nas décadas seguintes na luta

contra o Regime Militar (Avelar, 2007). Grosso modo, as mulheres que passaram a compor as fileiras feministas do Partido dos Trabalhadores eram provenientes de vários anos de atuação no movimento social. Como bem destacou Tatau Godinho (1998, p. 15)

No Brasil, o feminismo atual é contemporâneo do movimento de luta contra ditadura, de reorganização popular e da esquerda. É neste mesmo processo que surge também o PT. (...) Parte significativa das ativistas que se dedicaram à construção do movimento, a luta pela libertação das mulheres, não poderia deixar de ser parte integrante de um projeto socialista, nas múltiplas visões existentes desse projeto. (...) É nessa busca de identidade entre o projeto político do Partido dos Trabalhadores e uma visão de luta pela libertação das mulheres que nasce e se desenvolve o feminismo no PT.

Por consequência o que se observa já no relatório do 1º Encontro Nacional de Mulheres do PT (ENM-PT) são as discussões do evento em torno de dois itens principais “O PT e o Movimento de Mulheres” e “A organização das mulheres no PT”, de modo que se de um lado “apontou-se consensualmente (...) que qualquer luta levantada por mulheres pode ser encarada do ponto de vista feminista e, portanto, assumida pelo Movimento de Mulheres”; por outro “a questão da autonomia do (no) movimento de mulheres” foi a mais discutida e a que apresentou o maior “conjunto de dúvidas e polêmicas (...) em particular quanto à relação entre o Partido e o Movimento” (Relatório do 1º ENM-PT, Revista Perseu, 2013, p. 109-110).

Trechos do Relatório do 1º ENM-PT (Rev. Perseu, 2011, p. 110) revelam duas posições divergentes entre as militantes quanto ao tema que se resumem basicamente como segue:

1) “Não defendemos um partido-reflexo, ou seja, um partido que simplesmente reflita o movimento, mas pensamos que o Partido é um instrumento que articula as políticas o movimento dentro de um projeto global de transformação social, sem substituir os movimentos nem bloquear suas iniciativas. (...) Da mesma forma, nossa atuação no movimento está vinculada por essa perspectiva política que temos enquanto militantes do PT.

Nosso respeito à autonomia do movimento significa que lutamos dentro dele, não nos diferenciamos qualitativamente, nem pretendemos impor nossas propostas”.

2) “O PT, enquanto um partido que visa a transformação radical da sociedade, do ponto de vista dos trabalhadores, nasceu da politização e da necessidade dos trabalhadores e setores oprimidos de terem sua organização política nacional independente. Assim sendo, o PT não só absorve as bandeiras legitimamente levantadas pelos movimentos sociais, bem como sintetiza, fazendo-se avançar, e coloca suas propostas políticas para o movimento com a clara perspectiva de politiza-lo e de fazê-lo avançar organicamente pela base, e democraticamente. (...) Essa perspectiva do PT também se coloca para o Movimento de Mulheres (...)”

O dilema da autonomia consistia em onde e como reconhecer o lócus legítimo da formulação das demandas das mulheres. Para Pinto (1994), que refletiu sobre o tema em contexto similar às discussões no próprio PT, o princípio de autonomia dos movimentos sociais não desobrigaria o campo político de incorporar suas demandas. Pelo contrário, é esta relação e democratização dos processos de participação e formulação entre um e outro que podem garantir que os “interesses particularizados” se transformem em interesses gerais absorvidos pelo campo da política. Anos mais tarde Avelar (2007) chama atenção para o quão valioso se transformou os processos de interação das diferentes experiências participativas e seus impactos sobre as instituições representativas. Para ela “o amadurecimento das lutas feministas é que propiciou autonomia aos movimentos de mulheres”.

Ainda que a autora mantenha certo pessimismo quando incorporação das mulheres aos espaços tradicionais de participação como os próprios partidos, não podemos negar que as mulheres que junto deles desenvolvem estratégias de luta guardam experiências valiosas. Como nos parece ser o caso das mulheres petistas. Ainda sobre aquele primeiro encontro, o consenso das pautas debatidas estivesse centrado no entendimento sobre: a) “a necessidade de as mulheres se organizarem pela base (...) a partir da construção de movimentos e de suas lutas” e b) “a necessidade de as petistas se organizarem internamente (ao partido)” a

partir de Comissões de Mulheres do PT, com vistas a assessorar todas as instâncias do partido e instrumentalizar as militantes petistas para atuarem nos movimentos de mulheres.

A partir disso, é pertinente questionarmos então, como tais empasses se resolveram ou se desenrolaram ao longo dos anos? É possível dizer que uma das duas posições de atuação acima citadas fora “vitoriosa”?

Ao que tudo indica, o debate acerca da organização interna das mulheres parece ter resguardado fôlego significativo ao menos no decorrer dos primeiros anos do PT, provavelmente pela dificuldade real da superação das contradições orgânicas de um partido que mesmo se apresentando como esquerda carregava – e ainda carrega – resquícios das estruturas de desigualdade da sociedade em geral, em especial às desigualdades de gênero, o machismo, as relações estruturalmente patriarcais. Isto por que a tensão entre o feminismo e as esquerdas é uma questão bastante conhecida e denunciada pelo movimento social (Godinho, 1998; Avelar, 2007). Por este motivo o 2º ENM-PT realizado em 1988 reiterou o ambiente partidário adverso à participação das mulheres.

Como aponta Santos (2009, p. 70), durante o 2º ENM-PT “municipiadas de argumentos teóricos e de constatações difíceis de serem refutadas, as petistas denunciaram contundentemente a existência de uma hegemonia masculina no interior do partido, que se refletia na hierarquização das relações de poder”. Segundo o autor, no entanto, este aspecto não foi isento – mais uma vez – de divergências. De um lado um grupo de “petistas sustentou que o reconhecimento da condição da mulher pelo conjunto do partido passava pela institucionalização de uma Secretaria Nacional de Mulheres, integrada à estrutura organizativa, com poderes e condições de atuação”, pleiteando assim mais espaços de poder e decisão interna; de outro, um segundo grupo “desejava salvaguardar as formas de organização horizontalizadas e descentralizadas, em que a rotatividade e o não monopólio da palavra eram intrínsecos às organizações feministas”, para estas mulheres “o foco na criação de secretarias se revelava um equívoco de estratégia” pois “alertavam para o perigo da sedução dos modelos organizativos baseados nos valores masculinos” (Santos, 2009, p. 71).

Ao adentrar a década de 1990 o PT já se apresentava como um partido eleitoral, e o contexto nacional era bem diferente daquele que dera origem à agremiação na década anterior. Assim, o 3º ENM-PT aconteceu em 1991 como etapa preparatória para o 1º Congresso Nacional do PT. Se de um lado, as mulheres presentes trataram de reconhecer os avanços

de vossa atuação ao longo dos anos ao que tangia o debate sobre o feminismo e a potencialidade de influenciar as discussões sobre as políticas públicas das administrações petistas eleitas até aquele momento, por outro lado as críticas ao machismo e discriminação interna se mantiveram, não à toa a proposta da adoção de ações afirmativas no interior do partido, que não apresentara adesão significativa durante o 2º ENM-PT, voltou a ser discutido a fim de garantir ações concretas para garantir maior presença das mulheres nas direções partidárias e ampliar a democracia interna do partido. Foram seis (6) os principais pontos neste sentido:

“I) – Princípios gerais e democracia interna: construindo um partido democrático também para as mulheres”, - em que se falou genericamente sobre a garantia da participação das mulheres nos organismos de direção;

“II) – Organização das mulheres no Partido dos Trabalhadores”, - em que se levou para o Congresso do PT a posição vencedora de construção e implementação de uma Secretaria Nacional de Mulheres do PT a fim de “unificar as formas e organização e de intervenção das mulheres do PT e contribuir na elaboração das políticas e decisões do Partido”;

“III) – Garantir a presença das mulheres nas direções partidárias”, - perspectiva a partir da qual se defendia que “garantir a presença mínima de mulheres nos organismos de direção” seria “uma condição essencial para que o partido na sua prática e vida cotidiana, a exclusão das mulheres da vida partidária e pública”, sendo assim o indicativo era para cota mínima de 30% de mulheres nos diversos níveis e instâncias de representação interna do PT;

“IV) – Dos encontros e convenções: criar condições para todos os petistas participarem”, - como por exemplo a organização de creches durante a realização dos eventos;

“V) – Formação política: construindo dirigentes homens e mulheres, reescrevendo a história dos excluídos”, - ponto que apresentava o entendimento de que a formação política é um instrumento de construção das condições de igualdade entre os militantes, de modo que deveria “ser garantido o acesso das mulheres a todos os

espaços de formação política geral do partido”; por fim

“VI) – Comunicação partidária sem preconceito”, - em que se indicava aos organismos de comunicação a abordagem sistemática de “temas relacionados à luta das mulheres” com o “objetivo de ampliar a assimilação do feminismo pelo PT”.

A necessidade de ampliar a oportunidade de influenciar as decisões partidárias, a construção de políticas e os eixos comunicativos advêm do objetivo mais amplo, já pontuado desde o 1ºENM-PT, de combater todas as formas de opressão, entendendo que a opressão específica da condição da mulher “faz parte da opressão geral”, de tal modo que segundo as petistas não existiria uma “contraposição entre a luta geral e a luta específica, por que a questão da mulher permeia todos os problemas da sociedade” (Relatório do 1º ENM-PT, Revista Perseu, 2013, p. 109). Sendo assim, quais foram os temas específicos priorizados e debatidos frente à disputa da luta geral da sociedade? E como se encaminharam as questões organizativas das mulheres petistas?

3.1.2 Vitória das Mulheres no 1º Congresso: as cotas de 30% ampliam a democracia interna?

Não sem debate ou divergências de várias ordens as chamadas Cotas Internas de 30% de mulheres para direções de todos os níveis do PT foram aprovadas durante o 1º Congresso do Partido. A legitimidade desta iniciativa colocou em debate a própria concepção de democracia interna tão cara ao próprio partido, bem como seu caráter inovador de vinculação aos movimentos sociais. Sobre estes vieses é que as mulheres argumentaram que seria ele o ator com “campo proficuo para se questionar a desigualdade de representação entre homens e mulheres” (Godinho, 1998, p. 152).

A falta de consenso, porém, não impediu que a conquista fosse reconhecida como uma vitória das mulheres que pela primeira vez em 11 anos conseguiram incluir os temas das mulheres como pontos a serem debatidos por todo o partido. De modo que, se para uma parcela das mulheres como a presidenta do Sindicato dos Professores de Osasco, Maria José Favarão, “Ter 30% de mulheres no comando não vai mudar nossas decisões”, pois não se poderia “dividir o PT”; para outro grupo seria justamente a inserção destas mulheres nas direções que daria voz às suas demandas e poderia produzir um discurso pela igualdade. Discurso

este que, segundo elas, seria a possibilidade de transformar não só a realidade interna do partido, mas incidir na formulação dos programas eleitorais das candidaturas e das gestões petistas a fim de garantir “a implantação de um projeto feminista nas cidades administradas pelo PT”, transformando o “reconhecimento da situação de opressão e desigualdades das mulheres” em “propostas e medidas efetivas dos governos petistas de combate a esta discriminação” (PT Informa Mulheres, 1992).

Dois desafios estavam assim lançados. O primeiro que consistia em garantir que o máximo de diretórios atingisse os 30% de mulheres nas direções fora contemplado apenas em partes, pois no ano de 1992, quando o PT elegeu representantes para seus diretórios municipais e zonais, apenas 80% deles atingiram as cotas (PT Informa Mulheres, maio de 1993). No entanto, se nos basearmos nos números do Diretório Nacional (DN), por exemplo, o impacto das cotas fora significativo, posto que até 1991 a presença de mulheres chegou ao máximo a 8.7% (Godinho, 1998; Pinho, 2016). O segundo desafio consistiu em contribuir para as propostas eleitorais com as pautas das mulheres, de modo que, em 1994, a subsecretaria apresentou uma carta que continha “13 pontos com os quais os candidatos petistas devem se comprometer” junto à luta contra a discriminação das mulheres; e “13 erros que o candidato petista não deve cometer e lembranças que deve ter” para evitar, segundo elas, a reprodução de preconceitos junto à imprensa e nas campanhas.

As duas pautas estiveram presentes também às vésperas das eleições presidenciais de 1994. Num Seminário Nacional de Avaliação das Ações Afirmativas de Programa de Governo do PT que a Subsecretaria de Mulheres realizou em 1993, as petistas destacaram que “a aplicação de uma ação afirmativa nas direções têm vários aspectos positivos” agrupados em cinco (5) blocos: I – assegurar mais espaço para as mulheres no partido; II – proporcionar o aprendizado político das mulheres; III – despertar as mulheres para a discriminação e para reivindicar o poder; IV – levar o PT a reconhecer a discriminação de gênero; V – garantir mais poderes para as mulheres. No entanto, elas encontravam até aquele momento mais pontos de “problemas e dificuldades” para “aplicação da política de ação afirmativa”: i – enfrentamento à cultura machista no PT; ii – dificuldade de sustentar as mulheres nas direções; iii – reprodução da discriminação por parte do PT; iv – falta de unidade das mulheres em torno da política afirmativa; v – falta de confiança das mulheres em si mesmas; vi – dificuldade de implementar as políticas complementares de ação afirmativa; vii – dificuldade de operacionalizar as cotas.

Isto por que, conforme destacou Godinho (1994, p. 151), a ausência de mulheres em direções partidárias de modo geral “expressa um processo de divisão sexual de trabalho, papéis e funções, já bastante discutidos no movimento de mulheres, que colocam barreiras à entrada das mulheres nas esferas de poder público”, como já discutimos anteriormente. A autora afirma ainda que “o quadro da presença das mulheres na direção nacional do PT, anteriormente a política de cotas, denuncia esse procedimento. Certamente uma lógica de exclusão funda-se em desigualdades sociais que estão além do partido político”, fato que também já alertara Okin (2008, p. 314) ao apontar que “o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político”.

Muito provavelmente por compreender que esta faceta seria um aspecto penoso a ser superado internamente, e que os desafios das mulheres junto à agremiação demandam esforços vários, o debate acerca das cotas foi ao longo dos anos 1990 se não perdendo fôlego, ao menos abrindo espaço estratégico para outros temas. Objetivamente o editorial do nº 22 do Boletim da Secretaria Nacional de Mulheres do PT, de dezembro de 2001 dá pistas para isto. Passados 10 anos desde aprovação das ações afirmativas para as direções petistas as mulheres afirmam que

a política de cotas por si só, não garante a efetiva participação das mulheres e nem a discussão do feminismo e da opressão de gênero no partido. (...) É preciso garantir que estas políticas sejam uma realidade no PT; isso significa investirmos também em políticas de cotas em todos os espaços do partido, na implementação de políticas públicas que visem à equidade de gênero em nossas administrações e fortalecer as secretarias estaduais e nacional de mulheres do partido. (Editorial do BOLETIM, nº 22, dezembro de 2001- grifos nossos).

Vejamos, pois, mais adiante como tais aspectos se relacionam.

3.1.3 “A Cota Sozinha não Basta” – temas, estratégias, velhos e novos dilemas.

A incursão institucional que marcou a trajetória petista ao longo da década que sucedeu sua fundação empregou também às mulheres a

responsabilidade em demandar. Aliás, fica evidente que a organização interna das mulheres, as formulações e debates que empreenderam junto ao PT tinham como finalidade construir pontes para transformação social no que tange a melhoria da vida das mulheres. Não à toa três aspectos se reforçam e ganham a cena no debate das petistas nos anos 1990: 1) um retorno ao debate conceitual e articulador com os Movimentos Sociais de Mulheres; 2) estratégias de incidência nas gestões petistas e elaboração de políticas públicas pró-igualdade de gênero; 3) reflexão sobre o feminismo petista.

Às vésperas das eleições de 1994 as mulheres petistas se posicionavam frente a um conceito de cidadania que, segundo elas, parte de uma “construção e de uma condição coletiva” entre homens e mulheres “sublinhando que tal relação de equivalência não elimina diferenças” e, por este motivo “as respostas às demandas específicas das mulheres devem vir acompanhadas da reconstrução da estrutura e concepção das políticas públicas”. Para elas dever-se-ia ocorrer uma redefinição do papel social do Estado a fim de se tratar “desigualmente os desiguais” por meio de um “Plano para Igualdade de Gêneros”, que consistiria num “conjunto de ações afirmativas para se atingir a efetiva diferença de oportunidades”.

Esta perspectiva datada, aliás, conflui fortemente para as discussões que Evelina Dagnino realizou no virar da década de 1990 para os anos 2000. A autora trouxe-nos elementos chave para pensarmos a relação *sociedade civil-participação-cidadania* no processo de democratização brasileiro. De modo que ela chama atenção para o fato de que o processo de luta contra o regime militar e aprofundamento da democracia, em que os movimentos sociais urbanos constituíram-se como atores preponderantes, teve como marco a Constituição de 1988 e trouxe no seu bojo a consagração do princípio da participação da sociedade civil “nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas” (Teixeira, Dagnino e Silva, 2002; Dagnino, 2004).

Para além destes aspectos, digamos *formais*, da construção democrática, Dagnino destaca a importância do caráter de transformação social e cultural que este projeto político congrega ao incorporar dimensões do que chama de “nova cidadania”. Cidadania esta que, ao fundamentar-se de partida nas experiências e anseios dos “novos atores urbanos” entrelaçando-se com as discussões sobre “o acesso à cidade – quanto os movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos etc.” –, traz no seu bojo “a luta por direitos - tanto o direito à igualdade como o direito à diferença”, como sua base fundamental.

Sendo assim, podemos pensar nos múltiplos objetivos e ações postas em debate pelas mulheres petistas, ou seja: discutirem a participação efetiva das mulheres no interior da legenda, a fim de conquistar espaço significativamente suficiente para que se fizessem ouvidas com vistas a inserirem nas questões programáticas do partido pautas que demandam a transformação efetiva da vida das mulheres na sociedade. Nesta perspectiva, as mulheres petistas apontavam que para se pensar um país de homens e mulheres livres e iguais seria preciso “o reconhecimento da desigualdade a partir não apenas do diagnóstico da situação das mulheres, mas também, e fundamentalmente, a partir de uma nova divisão do que são os direitos e papéis sociais de homens e mulheres e do compromisso do governo em alterar o padrão de intervenção do Estado visando eliminar estas desigualdades”. Há, pois, aqui apontado na articulação destas mulheres, linhas gerais do que Dagnino apresenta como um dos marcos importantes do projeto de democratização:

o confronto e o antagonismo que tinham marcado profundamente a relação entre o Estado e a sociedade civil nas décadas anteriores cederam lugar a uma aposta na possibilidade da sua ação conjunta para o aprofundamento democrático. Essa aposta deve ser entendida num contexto onde o princípio de participação da sociedade se tornou central como característica distintiva desse projeto, subjacente ao próprio esforço de criação de espaços públicos onde o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade. Entre os espaços implementados durante esse período destacam-se os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, instituídos por lei, e os Orçamentos Participativos, que, a partir da experiência pioneira de Porto Alegre, foram implementados em cerca de cem cidades brasileiras, a maioria governadas por partidos de esquerda, principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT)” (Dagnino, 2004, p. 96).

Trata-se assim, de uma dupla estratégia delas. Por um lado, é preciso dar luz, publicizar e politizar questões, qual sejam as demandas das mulheres e feministas; por outro dar a estas demandas contornos de interesses gerais a fim de serem, na prática, absorvidos pelo campo da política, como indicou Pinto (1994). Para tanto, é importante destacar que tais ações não se davam de forma isolada, posto que desde a Eco-92 o movimento de mulheres brasileiro passou a se organizar e se articular

numa rede de discussões e estratégias dos movimentos internacionais de mulheres, e como tal, sempre fora marcante também a articulação das mulheres petistas, desde a fundação do partido, com os movimentos sociais de mulheres, nacionais e internacionais

O primeiro indício disto é a própria noção do Plano para Igualdade, que aparece pela primeira vez nestes nossos registros em Abril de 1994 e torna a aparecer no segundo semestre do mesmo ano quando do relato da participação de representantes petistas no Fórum de Mulheres Políticas do Cone Sul ocorrido em junho de 1994 em Buenos Aires. No ano seguinte as mulheres petistas relataram participar também da Conferência Mundial de Mulheres em Pequim, evento no qual o movimento de mulheres brasileiro empunhou uma “Carta das Mulheres Brasileiras à Pequim” denunciando o neoliberalismo e os processos de privatizações, bem como enfatizando que o desenvolvimento nacional pela lógica de mercado seria incompatível com a seguridade dos direitos humanos das mulheres.

Seguiram-se ainda a participação das mulheres petistas no Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe que aconteceu em Santiago do Chile em novembro de 1996, além da participação junto ao Encontro de Solidariedade entre Mulheres em Cuba, realizado em Havana em abril de 1998, cujo legado fora delimitar nitidamente a posição das mulheres do PT como feministas socialistas, pois segundo elas

a luta pela libertação das mulheres é um aspecto fundamental da luta de todos os oprimidos para construir uma nova sociedade. Nunca é demais lembrar que a opressão das mulheres, embora não tenha surgido com o capitalismo, foi assimilada por ele como um dos pilares de sua dominação (...) Por isso é fundamental avançar na construção de um movimento de mulheres e manter a organização para que diferentes setores dos trabalhadores compreendam o papel fundamental da luta pela libertação das mulheres num projeto de construção de uma sociedade sem exploração e sem opressão, e se engajem nesta luta (PT Informa, 1998).

Esta concepção de feminismo já vinha se delineando ao longo de toda década de 1990, sendo que em diferentes momentos e encontros o tema foi abordado. Durante o 6º ENM-PT (1997), elas já pontuavam o reconhecimento de que “o Estado não é neutro do ponto de vista de gênero, classe e raça” e assinalavam a necessidade de uma “política

radical de alteração desta lógica discriminatória do Estado e na sociedade” de modo a “vincular o feminismo a um processo global de transformação social”. As principais áreas reivindicadas pelas mulheres petistas estavam relacionadas com: trabalho, educação, saúde e violência doméstica.

Não é mera coincidência que anos mais tarde as mulheres do PT se envolveram na organização da Marcha Mundial de Mulheres (MMM), que surgiu como uma ação internacional no ano de 2000, contra a pobreza e a violência sexista, além de pautar denúncias contrárias às políticas neoliberais. Convergência ideológica com temas já historicamente defendidos pelas petistas, pois desde os primeiros registros por nós analisados a condição do trabalho das mulheres com a desvalorização e diferenciação salarial, além da falta de oferta de trabalho para mulheres fora sempre denunciado pelas mulheres petistas; a falta de creches e as condições precárias de mobilidade urbana, problemas que – associados à divisão sexual do trabalho e das funções sociais – também dificultam a qualidade de vida das mulheres trabalhadoras, são pontos também elencados; a violência sexual e doméstica é outra questão sempre pontuada como realidade a ser banida por meio de políticas “que garantam a autonomia pessoal e econômica das mulheres”, bem como promova prevenção e apoio às vítimas, além de constituição de legislação específica; por fim, a saúde física e mental das mulheres também são aspectos denunciados e constantemente abordados em conjunto com a defesa irrestrita ao aborto seguro. Diziam elas:

O aborto constitui-se numa importante causa de mortalidade materna. É importante que as prefeituras implantem programas de realização de aborto nos casos previstos por lei (estupro e risco de vida da mãe) junto à rede municipal de saúde, assim como garantir o atendimento na rede pública, em condições humanitárias, às mulheres com problemas decorrentes de aborto, como mecanismo para romper com o silêncio, garantindo este direito (PT Informa, 1997).

É difícil mensurarmos o quanto uma ou outra daquelas posições referente à relação entre o partido e o movimento de mulheres, descritas no início do capítulo, fora “vitoriosa”. O fato é que, como procuramos pontuar aqui, a organização das mulheres petistas nasce da organização social destas atrizes anos antes da emergência do PT. A própria fundação do Partido dos Trabalhadores, em si, é marcada por este novidade: sua

relação orgânica com “os de baixo”. As transformações desta relação, aproximações e/ou distanciamentos a cada período da história, marca na verdade a dinâmica interna de cada uma das instituições. Como pontuamos anteriormente, a redemocratização demandou dos atores sociais novas formas organizativas, novos modelos de participação e com o tempo as interações institucionais tornaram-se cada vez mais intensa.

Os estudos preocupados em analisar detidamente “o caso PT” – seja pelos eixos interessados na fundação e a “novidade petista”; na inserção institucional e o “modo petista de governar”; ou sobre chegada ao Planalto e transformações partidárias – apontam de um modo ou de outro que os movimentos sociais foram atores fundamentais na fundação do PT e que no transcorrer de sua história o partido fora se desvinculando das ruas. Chama-nos atenção, porém, que a maioria destes trabalhos destaca o preponderante papel dos movimentos sindicais, estudantis e da luta pela terra, como movimentos genuinamente fundantes do PT, e pouco abordam a influência dos movimentos de mulheres. Não que todos estes movimentos não marquem profunda importância na história do partido, mas é importante destacar também o legado do movimento de mulheres nesta história, pois esta relação (PT X Movimento de Mulheres/Feminista) marca significativamente traços de uma parcela organizativa do partido pautando, assim, suas próprias estratégias de atuação. Por isso, mesmo que possamos ainda argumentar que as mulheres não ocupam protagonismo nos espaços representativos da política formal, suas pautas e demandas têm de alguma forma conquistando espaço e sendo incorporadas pelo campo político. Neste sentido, nos parece que o PT fora um vetor fundamental neste processo. Não à toa suas administrações municipais foram pioneiras em implantar políticas públicas para mulheres, e não por acaso uma das primeiras medidas adotadas pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva fora a implantação da Secretaria Especial de Política para Mulheres – SPM (2003) responsável por (segundo sua missão institucional) “promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente” (...) “a partir de um processo contínuo de cooperação transversal entre a SPM e os demais Ministérios, a sociedade civil e a comunidade internacional”.

Em que pese todas as problemáticas típicas dos espaços institucionais, a SPM parece ter sido um esforço de tirar do papel uma ação rumo ao anunciado “Plano de Igualdade” discutido por tantos anos pelas mulheres petistas em conjunto com o movimento social de mulheres e feministas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao que se refere especificamente ao debate acerca das ações afirmativas internas, se de um lado o objetivo da reivindicação das mulheres petistas estava em possibilitar maior inserção na vida política do partido para pautar demandas para além do próprio PT, o que averiguamos até aqui parece ser uma faceta virtuosa da ação destas mulheres.

No entanto, mesmo que “a presença das mulheres de forma coletiva impõe alterações na dinâmica da relação entre os sexos e força os espaços partidários a não funcionar exclusivamente como clubes machistas” (Godinho, 1996, p. 155), a própria cultura machista impregnada nas instituições de poder demandam tempo e reformulações ainda mais profundas para que consigamos visualizar de forma mais evidente a efetividade das cotas internas – revertidas recentemente em paridade. Cabe agora responder de forma mais substantiva “quem são as responsáveis por ocupar os espaços de poder abertos pelas cotas”, como já vem sendo delineado de alguma forma por Pinho (2012, 2016) e cujo objetivo principal que motiva este estudo. Isto porque, segundo a autora, “é inegável que o expressivo crescimento da presença de mulheres possibilitou a formação de novos quadros políticos femininos, mas é difícil mensurar quantas mulheres se tornaram dirigentes no sentido estrito da palavra e quantas apenas ‘cumpriram as cotas’” (Pinho, 2016, p. 84). A própria autora aventa que “as cotas não conseguiram superar um problema estruturante da dificuldade da participação política feminina que é a valorização no âmbito da política de habilidades pouco desenvolvidas no processo de socialização das mulheres” (idem, p. 84).

A partir disso, os dois próximos capítulos objetivam discutir, a partir da análise do perfil, carreiras e trajetórias das (os) dirigentes de que modo a exigência destas habilidades e recursos da participação impactam o perfil dos homens e das mulheres dirigentes.

CAPÍTULO 4 – CARREIRAS E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS I: O PERFIL DAS E DOS DIRIGENTES PETISTAS

INTRODUÇÃO

Antes de passarmos às análises empíricas propriamente ditas vale lembrarmos aqui os questionamentos e hipóteses que guiam os aspectos deste trabalho no seu foco mais específico voltado às trajetórias individuais das e dos dirigentes petistas, no que tange especificamente uma proposta que leve em consideração as possíveis diferenças nas carreiras políticas destas e destes atores a partir de marcadores de gênero.

Conforme desenvolvemos de modo mais detalhado na Introdução e Capítulo 1, tomamos como hipótese inicial (H1) que a Regra da Paridade – que visa reduzir a desigualdade de gênero no acesso formal à direção partidária – poderia, ao contrário, criar novos ciclos de diferenciação entre homens e mulheres, ao tornar-se mais exigente em termos de recursos, em geral não acumulados por elas na sociedade; além disso, aventamos que a fim de compensar as habilidades e recursos não herdados ou acumulados – seria possível encontrarmos, dentre as dirigentes petistas um maior envolvimento com movimentos sociais, organizações e associações de interesses, que os encontrados dentre os homens (H2).

Para perseguir nossa sondagem, este capítulo e o próximo objetiva, portanto, responder a questões que descrevam a trajetória política destas mulheres e destes homens dirigentes a fim de identificar padrões de recrutamento e carreiras políticas respondendo a questões como: qual perfil sociodemográfico destes indivíduos? Quais os traços e recursos políticos, econômicos, sociais e temporais delas e deles? Quais suas respectivas trajetórias políticas e construção das carreiras políticas individuais político dentro e fora do Partido dos Trabalhadores? Além disso, buscaremos analisar de que forma estas trajetórias associam outras modalidades participativas. Estas mulheres participavam, ou participam de outros grupos ou associações? Já ocuparam outros cargos de direções no partido? Participam diretamente das discussões internas do partido (de que forma)?

Da realização do survey

Os dados utilizados para dar suporte às respostas de tais questionamentos são oriundos de *survey online* realizado junto as e os dirigentes estaduais do PT, eleitos/indicados para ocupar tais funções a

partir do PED-2013²⁵. Os passos percorridos para construção do *survey* foram: 1) acesso aos registros de direções partidárias junto ao TSE para o levantamento do universo da pesquisa, a partir das listagens da composição dos diretórios estaduais; 2) construção de um banco de dados no qual foram discriminadas informações individuais das e dos dirigentes, como: estado, nome, sexo, cargo ocupado no diretório, ser ou não membro da comissão executiva; 3) busca junto aos dados de filiação do PT dos contatos individuais (e-mail) das e dos dirigentes para que se pudesse encaminhar o pedido de acesso e resposta ao questionário online; 4) construção de questionário com perguntas com opções de respostas abertas, múltiplas ou dicotômicas. As questões foram construídas com base nos nossos pressupostos teóricos para sondagem de nossas hipóteses, mas também se baseou em outras pesquisas realizadas com delegados de encontros e congressos, e com bases de filiados do PT, como os *surveys* da FPA, de Amaral (2010) e Paludo (2017); 5) desenho amostral; 6) envio dos questionários de modo individual e aleatório; 7) monitoramento dos retornos de respostas e reenvio dos questionários de modo sistemático e periódico; 8) elaboração de banco de dados a partir das respostas obtidas.

Ainda sobre o questionário (ver Anexo 2) vale destacar que ele foi dividido em seções que buscaram respectivamente informações sobre: a) identificações sociodemográfica dos respondentes; b) informações sobre responsabilidades domésticas dos indivíduos; c) sobre trajetória partidária, envolvendo questões sobre ano de filiação, participação em instâncias do partido e migração partidária; d) sobre trajetória política familiar; e) sobre a trajetória enquanto dirigentes e ocupação de cargos pelo PT; e f) uma última seção sobre renda, ocupações profissionais e vínculos associativos.

É importante destacar que os passos descritos acima, incluindo uma fase de pré-testes do questionário, foram realizados entre o segundo semestre do ano de 2015 e o primeiro semestre de 2017. É evidente que as vantagens de um *survey online* encontram-se essencialmente pelo baixo custo, pela agilidade no envio e a possibilidade de maior abrangência (Evans e Mathur, 2005). No mesmo tocante que as possíveis desvantagens do método, mostram o porquê, nosso percurso não foi nem tão linear, nem tão pouco tranquilo ou fácil. Em primeiro lugar por que o banco de dados elaborado com o montante dos dirigentes estaduais deu conta de 1639 indivíduos, dos quais obtivemos acesso ao contato de e-mail de apenas 1217. É evidente que se, num primeiro momento estivera em nosso horizonte realizar um *survey* de caráter censitário com as

²⁵ Primeira gestão interna a que passaria a valer a normativa da paridade.

direções estaduais, este fator – acrescido do fato de que muitos destes contatos estavam desatualizados, eram inexistentes, ou ainda de que o próprio partido não respondera às nossas solicitações de dar suporte à pesquisa – nos levou a considerar a estratégia metodológica de realizar um desenho amostral que viabilizasse a realização do estudo.

Deste modo, a partir das informações limitadas de nosso universo, elaboramos uma amostra simples considerando características regionais e de gênero em sua composição. Calculou-se o tamanho da amostra (n), com uma estimativa da margem de erro tolerável (E_0) de 5%, a partir dos critérios estatísticos delineados por Barbetta (2012). Nossa primeira realização de desenho amostral verteu sobre uma divisão considerando gênero/estado das (os) dirigentes. No entanto, encontramos dificuldades significativas de retorno de alguns estados em específico. Por este motivo, fizemos um novo cálculo levando em consideração o agregado região/gênero, seguindo o mesmo rigor estatístico descrito acima. Todos os e-mails foram encaminhados de modo aleatório, repetidas vezes até se completar a amostra que atingiu satisfatórios 319 casos.

Ainda que este novo modelo nos limite quanto à possibilidade de abrangência e generalizações conclusivas ressaltaram a importância e novidade deste exercício analítico acerca do tema, objeto de análise e unidades de estudo. Sendo assim, nossa amostra casos divide-se conforme distribuição apresentada na tabela 5.1, abaixo.

Tabela 4.1 – Distribuição da amostra (%)

| Regiões | Gênero | |
|---------------------|--------------------|--------------------|
| | Homens | Mulheres |
| Norte | 47,2% (34) | 52,8% (38) |
| Nordeste | 55,3% (57) | 44,7% (46) |
| Centro-Oeste | 56,8% (25) | 43,2% (19) |
| Sudeste | 51,1% (23) | 48,9% (22) |
| Sul | 43,6% (24) | 56,4% (31) |
| TOTAL | 51,1% (163) | 48,9% (156) |
| | 319 (100%) | |

Fonte: elaboração própria - *Survey* com Dirigentes Estaduais (2017)

Os dados foram colhidos a partir de formulário construído pela ferramenta gratuita do [google.docs](https://docs.google.com), de modo que suas respostas são geradas automaticamente em planilhas de Excel. Após o fechamento de nossa amostra em junho de 2017 migramos as informações obtidas para plataforma de análise estatística do *software Statistical Package for the*

Social Sciences (SPSS) a partir do qual pudemos recodificar, manipular e analisar os dados utilizados na tese.

Descrição da amostra

De modo geral as características de nossa amostra, discutidas ao longo deste capítulo podem ser sintetizadas como petistas majoritariamente heterossexuais, de alta escolaridade, situados entre 30 e 49 anos, em sua maioria católica – ainda que o percentual de indivíduos não identificados com nenhuma religião seja bastante significativo em ambos os sexos (cerca de 30%). Verificamos uma distribuição étnico-racial bastante diversa, posto que negras (os) e pardas (os) ultrapassam os 50% da amostra, e brancas (o) ficam em torno de 40%. Sobre este recorte, vale destacar, como informamos anteriormente que a reformulação estatutária mais recente pela qual o PT passou inclui também a normativa de incorporar ao menos 20% de negras (os) /indígenas nas fileiras diretivas do partido, ou proporção equivalente ao seu quadro de filiados. Deste modo a equidade observada acima pode ser produto de tal regra.

Quanto à orientação sexual das (os) dirigentes é importante destacar que, conquanto a maioria das (os) respondentes se autodeclarem heterossexuais, a presença de gays, lésbicas e bissexuais no alto escalão (cerca de 8%) é relevante pelo fato de o partido apresentar desde seus primórdios discussões contundentes em defesa dos direitos homossexuais, bem como ter implementado no início dos anos 2000, o Setorial Temático LGBT dentre suas instâncias de articulação com a sociedade; setorial este transformado em Secretaria no ano de 2017, o que significa dizer que o tema passa a ter representante dirigente com voz e voto junto ao Diretório Nacional do partido, sobretudo após o lançamento recente de Resolução Interna (ver Anexo 3) que adota o uso do Nome Social, nos registros do partido, para pessoas com identidade transexual, bem como garante que mulheres transexuais e/ou travestis possam ocupar os mesmo espaços reservados para as cotas e paridade de gênero.

Outro dado que nos chama atenção diz respeito aos vínculos religiosos apresentados pelas (os) dirigentes. O protagonismo das (os) católicas (os) é evidente, posto que a Igreja Católica constituiu-se como um dos pilares formadores do Partido dos Trabalhadores e este protagonismo já fora apontado por estudos anteriores de forma bastante exaustiva (Meneguello, 1989; Keck, 1991; Rodrigues, 1997; Ribeiro, 2008; Amaral 2010), no entanto é forte presença de dirigentes que afirmam não pertencer a nenhuma religião. Amaral (2011) chamara atenção para o fato de que, dentre os dirigentes intermediários, os não

identificados com religião teriam diminuído entre os anos de 1997 (30%) e 2007 (22%), o que verificamos aqui é que atualmente a presença deste grupo no interior da alta cúpula se aproxima dos patamares que se observava em meados dos anos 1990. Outro dado interessante é que a taxa de homens entre as (os) não identificados com religião, as (os) católicas (os) e os judeus é maior, enquanto as mulheres compõem maioria para todos os outros grupos religiosos listados.

Tabela 4.2 – Caracterização da amostra (%)

| | Homens (%) | Mulheres (%) |
|---------------------------|-------------------|---------------------|
| Orientação Sexual | | |
| <i>Heterossexual</i> | 92,6 | 91,0 |
| <i>Gay</i> | 3,7 | - |
| <i>Bissexual</i> | 1,8 | 3,8 |
| <i>Lésbica</i> | - | 2,6 |
| <i>NS/NR</i> | 1,8 | 2,6 |
| Escolaridade | | |
| <i>Ens. Fund. Compl.</i> | 0,6 | - |
| <i>Ens. Méd. Compl.</i> | 4,9 | 2,6 |
| <i>Ens. Técnico</i> | - | 1,9 |
| <i>Ens. Sup. Incompl.</i> | 14,1 | 16,7 |
| <i>Ens. Sup. Completo</i> | 32,5 | 23,7 |
| <i>Pós-graduação</i> | 47,9 | 54,5 |
| <i>NS/NR</i> | - | - |
| Raça/Etnia | | |
| <i>Preta (o)</i> | 21,5 | 26,3 |
| <i>Parda (o)</i> | 31,9 | 34,6 |
| <i>Indígena</i> | 4,3 | 1,3 |
| <i>Branca (o)</i> | 40,5 | 37,2 |
| <i>Outra</i> | 0,6 | - |
| <i>NS/NR</i> | 1,2 | 0,6 |
| Religião | | |
| Nenhuma | 31,9 | 28,8 |
| Católica (o) | 51,5 | 43,6 |
| Protestante | 6,7 | 10,9 |
| Judia/Judeu | 0,6 | - |
| Muçulmana (o) | 0,6 | 1,3 |
| Relig. Matriz Afro | 1,8 | 3,2 |
| Kardecista | 3,1 | 8,3 |
| Outras | 1,8 | 0,6 |
| NS/NR | 1,8 | 3,2 |
| Idade | | |
| Até 29 anos | 10,4 | 19,9 |

| | | |
|------------------------|------|------|
| De 30 a 49 anos | 52,8 | 50,6 |
| De 50 a 69 anos | 33,7 | 26,9 |
| 70 anos ou mais | 3,1 | 2,6 |

Fonte: elaboração própria - *Survey* com Dirigentes Estaduais (2017)

A partir disso, este capítulo apresenta a seguir três sessões. Na primeira delas, abordaremos de modo mais detido as principais discussões acerca dos perfis das lideranças petistas. Para tanto, apresentamos um diálogo mais estreito com os Estudos de Pedro Ribeiro e Oswaldo Amaral que a partir de suas respectivas teses (2008 e 2010) desenvolveram uma série de discussões sobre as características individuais e institucionais da militância petista. Em seguida, e em constante referência aos trabalhos supracitados, passaremos a descrição de nossos dados, intento para o qual dividimos nossas observações em três blocos: i) maior detalhamento de outras características sócio demográficas e perfil das (os) militantes, ii) tipo de profissionalização interna; iii) barreiras sociais. Ao capítulo seguinte reportamos as discussões acerca da trajetória política anterior ao PT, trajetória política interna ao PT, e por fim os determinantes de acesso dirigente às Comissões Executivas do partido.

4.1 APONTAMENTOS ACERCA DAS TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS DAS (OS) DIRIGENTES PETISTA

Conforme já discutimos de modo mais detalhado no capítulo 1, o PT já fora objeto de milhares de estudos acadêmicos sob várias óticas e áreas científicas. No escopo dos trabalhos vinculados ao campo mais institucionalista e organizacional a tese de Pedro Floriano Ribeiro (2008) e de Oswaldo Amaral (2010) são sem dúvida os esforços mais completos no intento de analisar as transformações organizativas da legenda ao longo dos anos. Os dois trabalhos e seus derivados apresentam muitos pontos de concordância, e também algumas divergências. Considerando a primazia cronológica optamos por discorrer sobre o primeiro trabalho, explicitando suas hipóteses e formulações que se apresentam como pontos de sustentação para nosso trabalho, de modo que mobilizaremos o segundo estudo em pontos específicos de nossa discussão.

Uma das hipóteses centrais de Ribeiro (2010) buscou avaliar “a estatização da organização nacional do PT, de um lado, e seu afastamento em relação à sociedade civil, do outro” (Riberio, 2010, p. 95)²⁶. Para este

²⁶ A tese do autor intitulada “Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT (de 1980 a 2005)” deu origem a seu livro de mesmo título, lançado pela

fim, Ribeiro (2010) levanta uma série de discussões de cunho teórico sobre definições prévias sobre burocracia partidária, especialmente acerca dos recursos humanos que compõem suas cúpulas dirigentes – *locus* de análise do autor.

Inspirado pelo aporte discursivo dos *círculos concêntricos* de Duverger (1970) para “distinção básica entre os indivíduos que formam a comunidade partidária” (Eleitorado, Militantes, Filiados e Simpatizantes), e pelas definições conceituais de Panebianco (1995) acerca dos tipos de militantes (profissional da política e burocratas), distinguíveis a partir do acesso aos incentivos partidários, Ribeiro (2010, p. 141 – 142) classifica a burocracia petista entre “dirigentes partidários” e “mandatários eletivos”:

- a) *profissionalizado pelo partido* (dirigente): remunerado por órgão partidário para atuar como dirigente, principalmente nos cargos-chave das Executivas, como tesoureiro, secretário geral e secretário de organização. É um burocrata representativo, ou dirigente;
- b) *profissionalizado em movimento sindical/social*: remunerado para exercer funções de direção em sindicatos e associações diversas (responsáveis pelo salário);
- c) *profissionalizado pela tendência*: remunerado por tendência interna do PT;
- d) *mandatário*: filiado eleito para cargo público, tanto parlamentar como executivo;
- e) *quadro ocupante de cargo de confiança*: nomeado por mandatário legislativo ou bancada para funções de assessoria parlamentar, individual ou coletiva; e nomeado para cargo em administrações petistas – prefeituras, governos estaduais e governo federal.

A tese central comprovada pelo autor é a de que o processo de oligarquização sofrida pelo PT teria restringido a face pública do partido em detrimento à ampliação de sua face estatal. A legenda teria passado a depender cada vez mais das estruturas do Estado para garantir seu funcionamento burocrático. Ou seja, sendo que por um lado “a remuneração de dirigentes tornou-se uma prática comum na história

Editora da Universidade Federal de São Carlos, em 2010. Esta última edição é a que referenciaremos a partir deste ponto do texto.

petista” com uma vinculação à ideia de que “um maior número de dirigentes com dedicação exclusiva converter-se-ia em maior eficácia na busca dos objetivos do partido”, e por outro a falta de recursos próprios sendo uma realidade partidária, a saída encontrada para garantir o pagamento com recursos humanos fora recorrer aos espaços de poder ocupados pelo partido, de modo que seus dirigentes e burocratas passaram a ser cada vez mais profissionalizados, e dependentes financeiros, dos mandatos eletivos do partido, ou das estruturas das administrações petistas.

Para chegar a estas conclusões, porém, Ribeiro (2010) desenvolveu uma densa análise do que chama de “profissionalização estatizada e novo perfil da liderança do PT”, para tanto – diante da escassez de informações confiáveis – utilizou-se de dados levantados pela Fundação Perseu Abramo junto aos filiados presentes nos Encontros Nacionais do partido realizados entre 1990 e 2006. O autor chama atenção para o fato de que há quem tome “os delegados como amostras representativas da base petista. No entanto, é mais adequado assumi-los como representativos dos dirigentes de nível intermediário na hierarquia”. Grosso modo, sobre as características destes militantes, Ribeiro (2010, p. 151) afirma:

Em suma, a camada dirigente do PT se tornou mais profissionalizada, mais envelhecida e com maior nível de escolaridade. Os dados apontam para um padrão de integração vertical no recrutamento das elites do partido. Dirigentes, mandatários eleitos e quadros ocupantes de cargos de confiança nascem e crescem politicamente no interior do PT, ascendendo por meio de atividades políticas que, conformando uma carreira profissional, vão ao encontro dos anseios de ascensão social desses militantes. Por definição, esse modelo (típico dos partidos de massa) implica grandes doses de profissionalização, sem o que dificilmente esses indivíduos poderiam desenvolver suas carreiras (Panbianco, 1995). Trata-se claramente, portanto, com *canais de recrutamento impermeáveis* a membros estranhos à máquina (Strom & Müller, 1999). O padrão de integração vertical e impermeável de suas elites é um dos fenômenos centrais na compreensão do PT como organização burocrática e profissionalizada. (grifos do autor)

Há pelos menos duas questões a serem confrontadas ou ao menos aprimoradas diante dos esforços do autor. Em primeiro lugar, no que diz respeito ao termo e potencial de generalização frente ao que se chama de “camada dirigente do PT” ou ainda “recrutamento das elites do partido”. O autor chama atenção, como discutimos acima, para o fato de que os dados à sua disposição dizem respeito a uma “elite intermediária” não composta necessariamente, ou exclusivamente, por indivíduos que detém na prática cotidiana da legenda o comando das ditas “zonas de incerteza”, ou ainda dos rumos programáticos do PT, posto que como ele próprio chama atenção: os Encontros e Congressos da agremiação perderam ao longo dos anos a centralidade desta finalidade. Sendo assim, acreditamos que uma das mais significantes contribuições empírico-metodológica que nosso trabalho pode oferecer a este debate é a ousadia de apresentar dados extraídos da confrontação direta aos integrantes da alta cúpula partidária de cada estado, uma vez que o *survey* aqui apresentado tivera abrangência nacional e como unidades de análise os filiados que compõe as direções estaduais. Um segundo elemento a ser destacado tem a ver com o perfil das (os) militantes/dirigentes. Ribeiro (2010) aponta como principais características da elite petista os seguintes traços: (i) mais envelhecidos, mais escolarizados e mais profissionalizados, destacando que (ii) o tempo de militância (filiação) apresenta-se como “um atributo muito valorizado internamente, importantíssimo para se ascender na maquina petista”, além de verificar uma (iii) associação inversa entre profissionalização militante e participação social, e por fim aborda (iv) a “dificuldade de as mulheres compatibilizarem tarefas domésticas com as atividades políticas em um nível suficiente para assumir uma posição na hierarquia”, de modo que o perfil verificado pelo autor compraz “a mulher não casada, sem filho, ou com filho acima de 15 anos”.

Utilizando-se basicamente das mesmas fontes de dados, Meneguello e Amaral (2008) e Amaral (2010, 2011) chegam a algumas considerações discordantes do que Ribeiro apresenta sobre os três pontos acima. A principal divergência tem a ver com a possível relação inversa entre profissionalização e participação social. A partir de uma estratégia metodológica que desagregou por estado os dados do *survey* da FPA, Amaral (2011) afirma que não seria “possível afirmar que os estados em que há uma maior porcentagem de delegados ocupando postos eletivos ou comissionados são aqueles em que há baixos níveis de participação em movimentos ou organizações sociais”, do mesmo modo que seria prematuro “supor que as lideranças deixem de participar de movimentos ou organizações sociais ao se profissionalizarem na esfera estatal”. Para o autor, no entanto,

no lugar de haver um deslocamento entre a liderança dos movimentos e das organizações sociais para o Estado, o que acontece é uma dupla atividade. Ou seja, os delegados permanecem com seus vínculos junto aos movimentos e organizações sociais ao mesmo tempo em que desempenham atividades em posições eletivas ou cargos de confiança (Amaral, 2011, p. 32).

Nosso diálogo diante destes pontos se dará ao longo deste capítulo em que buscaremos analisar tais questões a partir de um recorte de gênero, a luz de nossos dados, num comparativo não somente com as informações de Ribeiro (2010) e Amaral (2010, 2011), como também de Paludo (2016).

Este último estudo, por sua vez teve como objetivo central analisar os determinantes da participação de alta intensidade entre os filiados do PT no Brasil, por meio de *survey* amostral realizado com a base dos filiados nacionais do partido. A hipótese principal do autor foi de que “a intensidade da participação dos filiados de base do PT se explica pela trajetória dos militantes, representada pelas dimensões de tempo de filiação e idade, relacionadas com outras variáveis de recursos individuais e habilidades cívicas adquiridas no processo de socialização e com as retribuições simbólicas e materiais obtidas ao longo das carreiras militantes” (Paludo, 2016, p. 18). Para tanto o autor desenvolveu também uma discussão sistemática sobre o perfil dos indivíduos da base de filiados petistas.

De algum modo Paludo (2016) traça em sua análise paralelos importantes entre trabalhos iniciais acerca dos militantes petistas, como de Cesar (2002), e também com os dados das (os) delegadas (os) utilizados igualmente por Ribeiro (2010) e Amaral (2010), e aponta que em relação aos dados sociodemográficos dos filiados: 1) “destaca-se a elevação da escolaridade distribuída de forma relativamente homogênea, em comparação com a fase inicial do petismo (César, 2002), porém, em sintonia com o que vinha sendo observado nos *surveys* com delegados realizados pela FPA (Ribeiro, 2010; Paludo, 2014)”; 2) “a média de renda dos filiados continua acima da realidade nacional, porém melhor distribuída do que a dos delegados (P. Ribeiro, 2008; IBGE, 2010; Paludo, 2014)”; 3) “que o percentual de participação dos jovens no universo dos petistas é bastante inferior à média desta faixa etária no conjunto da população do país, o que coincide com a tendência da literatura (Whiteley, 2011)”; 4) “em relação ao sexo houve uma melhor

distribuição em relação à fase inicial do petismo (César, 2002) e um aumento significativo da filiação das mulheres que chegou a um percentual de 44,5% do universo dos petistas (PT, 2014)”.

Sendo assim, partimos de três fontes de dados: 1) o *survey* por realizado junto aos dirigentes estaduais; 2) as discussões, especialmente de Ribeiro (2010), acerca dos dirigentes intermediários, e 3) o *survey* realizado por Paludo (2016) com a base de filiados do PT, e poderemos realizar uma análise minimamente comparativa do perfil dos três níveis de militantes petistas, esboçando algumas linhas que nos permitam refletir ainda sobre o seguinte: segundo Ribeiro (2010) a crescente autonomização da direção nacional do PT, verificada por ele teria gerado uma base fragilizada e pouco representada nas instancias superiores. Passado cerca de uma década desde suas considerações o contexto político brasileiro se alterou de forma significativa, o próprio PT passara por diferentes períodos de instabilidade frente ao Governo Federal, como, por exemplo, os episódios das manifestações de 2013, e também o Impeachment em 2016. Em que pese várias leituras e apostas, o PT ainda sobrevive como um dos partidos mais importantes do sistema político partidário brasileiro, e mesmo que aos trancos e barrancos realizou novas transformações organizativas na última década, dentre elas a revisão do estatuto com novas regras de composição diretiva – cujo marco da origem a problemática desta tese. Considerando os processos de crises pelos quais o PT passou nos anos subsequentes ao episódio do mensalão em 2005 e frente ao desgaste que o poder possa ter conferido à sua marca partidária, seriam as cotas (da juventude e étnico-racial), bem como a normativa da paridade de gênero, tentativas do partido de reaproximação com suas bases, ao menos no que tange sua base de filiados?

4.1.1 Características e Perfil das(os) dirigentes petistas

O recrutamento de lideranças petistas para seus altos escalões parece congrega elementos normativos institucionais formais, com padrões de seleção de perfis específicos de militantes de modo que compreender o *background* social e políticos destes indivíduos torna-se ponto chave para desvendar as normas tácitas²⁷ deste processo. Destacamos neste item informações sobre escolaridade, idade e filiação

²⁷ Estamos chamando aqui de “normas tácitas” aquelas características que a literatura petista destaca como “padrões específicos” do recrutamento interno do partido, mas que se estabelecem de modo subjacente à organização. Ou seja, não são normativas estatutárias ou formais.

das (os) dirigentes. São estas variáveis caras tanto à literatura sobre carreiras políticas (Coradini, 2002, Avelar, 2001, Rodrigues, 2002, Lemos e Ranincheski, 2002; Bohn, 2008; Resende, 2009; Pinho, 2011), como para literatura que se atém especificamente ao perfil militante das(os) petistas (Cesar, 2002; Ribeiro 2008, 2010; Meneguello e Amaral, 2008; Amaral 2008, 2010; Paludo, 2014, 2016).

Como já fora mostrado pelos estudos pioneiros sobre o PT (Meneguello, 1989; Keck, 1991), em que pese de alguma forma, a “novidade petista” estar atrelada à sua origem *das bases* – especialmente pela sua tríade fundante das Comunidades Eclesiais de Base, da militância de esquerda e nos movimentos sociais urbanos – não se pode negar que há em suas origens fortes traços de parcelas intelectualizadas dos centros urbanos brasileiros, sobretudo das regiões sul e sudeste. Já em meados dos anos 1990, Rodrigues (1997) classificaria o PT como um partido da classe média com predomínio de assalariados com alto nível de escolaridade, em especial funcionários públicos e líderes sindicais (Rodrigues, 1997, p. 306). Por este motivo, o PT que fora objeto de análise pelos estudos dos anos 2000 era comandado, na sua maioria, por lideranças do sexo masculino, católicas, com mais de 40 anos, que frequentaram algum curso superior e eram ligadas ao serviço público.

Tabela 4.3 – Escolaridade das(os) militantes petistas, 1999-2017 (%)

| Escolaridade ²⁸ | Delegados de Encontros e Congressos | | | | Filiados (2014) | Dirigentes (2017) |
|----------------------------|-------------------------------------|-----------------|------------------|------------------|--------------------|----------------------|
| | Congressos | | | | | |
| | 11º EN (1997) | II CN (1999) | 12º EN (2001) | 13º EN (2006) | | |
| Sem escolaridade | - | - | - | - | 0,8 | - |
| Primeiro grau | 5,0 | 5,0 | 4,0 | 2,0 | 2,8 | 0,3 |
| Segundo grau | 20,0 | 22,0 | 13,0 | 16,0 | 12,8 | 3,8 |
| Superior | 63,0 | 57,0 | 65,0 | 67,0 | 37,7 | 44,7 |
| Pós-graduação | 11,0 | 14,0 | 18,0 | 13,0 | 46,0 | 51,3 |
| (n) | 187 | 544 | 431 | 864 | 618 | 319 |
| | (100%) | (100%) | (100%) | (100%) | (100%) | (100%) |

Fonte: Ribeiro (2010), *Survey* de Delegados, FPA (1999-2010), *Survey* de Filiados (Paludo, 2014), *Survey* com Dirigentes Estaduais (2017)

Por este motivo – tendo já em suas origens parcelas médias da sociedade aderido ao projeto do partido –, não é de se espantar o fato de que a escolaridade dos dirigentes petistas tenha se elevado (Ribeiro, 2010, p. 149). Se por um lado, a camada de dirigentes intermediárias(os) apresentou, ainda que discretamente ao longo dos anos, um incremento de petistas com pelo menos ensino superior ao passo que viu diminuir seus representantes com apenas primeiro ou segundo grau; por outro a elevação da escolaridade tanto de sua base de filiadas(os) como de sua cúpula viu tal tendência se acentuar de modo muito mais intenso no

²⁸ As variáveis originais do Survey dos Dirigentes e do Survey dos Filiados (Paludo, 2014) foram recodificadas conforme graus de escolaridade apresentados na tabela, seguindo as mesmas delimitações de Ribeiro (2010), facilitando assim a comparação dos dados. No primeiro caso a questão “Qual a sua escolaridade?” estava assim mensurada: “[]0. Nunca frequentou a escola; []1. Alfabetizada(o); []2. Ensino Fundamental incompleto; []3. Ensino Fundamental completo; []4. Ensino Médio incompleto; []5. Ensino Médio completo; []6. Ensino Técnico; []7. Ensino Superior incompleto; []8. Ensino Superior completo; []9. Pós-Graduação”. No segundo, a mensuração da questão “qual seu grau de escolaridade?”, fora: 0 = “nunca fui à escola”; 1 = “1ª a 3ª série-primário incompleto”; 2 = “5ª a 7ª-ginásio incompleto”; 3 = “4ª série - primário completo”; 4 = “8ª série - fundamental completo”; 5 = “2º grau (médio) incompleto”; 6 = “2º grau (médio) completo”; 7 = “Superior incompleto”; 8 = “Superior completo”; 9 = “Especialização completa ou incompleta”; 10 = “Mestrado completo ou incompleto”; 11 = “Doutorado completo, incompleto ou mais”.

último período (Tabela 4.3). Conquanto exista certa proporcionalidade entre os níveis educacionais das(os) filiadas(os) e das(os) dirigentes, é acentuadamente maior o número de dirigentes que somam ao menos ensino superior (95%), ao passo que o baixo número de filiados que possuem pelo menos segundo grau (15,4%) representa ainda mais que o dobro que os dirigentes da cúpula com mesma escolaridade (6,8%).

Os dados relativos à faixa etária da(os) dirigentes intermediários do PT mostram o que Ribeiro (2010) tratou como envelhecimento do grupo dirigente do partido em decorrência “de um aumento no índice de permanência dos mesmos militantes, ano após ano, nas delegações envidas pelos estados” aos Encontros e Congressos (Ribeiro, 2010, p. 150). Mesmo que a média de idade dos três níveis de militantes tenha se mantido aparentemente estável entre os anos, podemos observar na Tabela 4.2 que a proporção das faixas etárias intermediárias “de 31 a 40 anos” e de “41 a 50 anos” sofre uma relação inversamente proporcional de crescimento. Ou seja, enquanto o número de delegadas(os) na primeira faixa etária decresce em 16% entre os anos de 1999 e 2010, os da segunda faixa se eleva em torno de 10% no mesmo período. O que se vê entre as camadas extremas de idade – jovens (até 30 anos) e mais velhos (com mais de 51 anos) é que elas também apresentam, dentre as(os) delegadas(os), comportamento inverso de crescimento.

Tabela 4.4 – Faixa etária das(os) militantes petista, 1999-2017 (%)

| Faixa etárias (anos) ²⁹ | Delegados de Encontros e Congressos | | | | Filiados (2014) | Dirigentes (2017) |
|---------------------------------------|--|------------------|------------------|-----------------|--------------------|----------------------|
| | II CN (1999) | 12° EN (2001) | 13° EN (2006) | IV CN (2010) | | |
| Até 30 | 13,2 | 8,0 | 11,2 | 11,8 | 18,2 | 18,5 |
| De 31 a 40 | 40,8 | 27,1 | 29,5 | 24,8 | 20,3 | 23,5 |
| De 41 a 50 | 28,1 | 43,5 | 40,7 | 38,4 | 24,6 | 28,8 |
| 51 ou mais | 17,8 | 21,4 | 18,5 | 25,0 | 36,8 | 29,2 |
| (n) | 544 | 775 | 864 | 1103 | 625 | 319 |
| média | 39 anos | 43 anos | 42 anos | 45 anos | 46 anos | 43 anos |

Fonte: Ribeiro (2010), *Survey* de Delegados, FPA (1999-2010), *Survey* de Filiados (Paludo, 2014), *Survey* com Dirigentes Estaduais (2017)

²⁹ Tanto no questionário do *Survey* dos Dirigentes, quanto no questionário do *Survey* dos Filiados (Paludo, 2014) a questão original era aberta – “qual a sua idade”. Em ambos casos recodificamos a variável nas faixas etárias apresentadas na Tabela 4.4, que corresponde aos mesmos intervalos utilizados por Ribeiro (2010), facilitando assim o exercício comparativo.

Quando observamos comparativamente os dados referentes às(os) filiadas(os) e dirigentes do PT, mais recentemente, a tendência ao envelhecimento não está descartada, uma vez que o maior número de petistas se apresenta dentro a faixa etária superior a 51 anos. No entanto, é interessante verificar ao menos três coisas: em primeiro lugar, que a proporção entre filiadas(os) jovens e dirigentes jovens é praticamente idêntica (cerca de 18%), com níveis semelhantes (ou superiores) aos observados por Ribeiro (2010) nos anos iniciais do partido; segundo, há distribuição escalonada entre as(os) petistas dos dois níveis – o que significa dizer que a proporção das(os) militantes aumenta ao passo que aumenta a idade dos mesmos; e, por fim, o fato de que para todas as faixas etárias se observa uma proporção similar entre filiadas(os) e dirigentes.

O envelhecimento acentuado dos petistas verificado por Ribeiro (2010) dentro a parcela intermediária de suas e seus dirigentes parece não encontrar a mesma tendência dentro a faixa de filiados respondentes da pesquisa de Paludo (2016), nem junto à camada da cúpula entrevistadas(os) por nós. Entretanto, este achado não escapava tanto das análises de Ribeiro (2010), uma vez que o autor, ao explicar sobre o envelhecimento da camada de dirigentes intermediários, chamava atenção para necessidade de certa precaução, posto que nos Encontros e Congressos “a proporção de estreantes se manteve sempre em patamar bastante significativo”, uma vez que em média 40% das(os) delegadas(os) afirmavam estar participando dos eventos pela primeira vez. Apesar disso, o autor afirma que “os militantes estreiam no Encontro Nacional já com uma média de idade avançada” isto indica ao mesmo tempo em que “o tempo de militância continua sendo um atributo muito valorizado internamente, importantíssimo para se ascender na máquina petista”, por outro lado “alguns filiados têm conseguido furar o bloqueio representado pelo tempo de militância como atributo supervalorizado” (Ribeiro, 2010, p. 150).

As conclusões de Ribeiro acima mencionadas têm a ver tanto com as transformações na própria base de filiados do PT ao longo dos anos – que como demonstrou Amaral (2011) se ampliou a partir de estratégias capilarização nacional e inclusão de novos membros, como também pelo fato de que o tempo de filiação e a idade dos filiados não são variáveis que caminham juntas quando se fala do “envelhecimento” das(os) militantes sejam de quais níveis forem. Ou seja, ao mesmo tempo em que encontramos na tabela 4.4 parcela significativa de filiados e dirigentes de alto escalão com idades elevadas, verificamos na tabela acima (tabela 4.5) uma ampla maioria de filiados e dirigentes ingressantes ao partido após os anos 2000. Tal fenômeno tem a ver com o fato de que a campanha de

filiação massiva realizada pelo partido no início dos anos 2000, surtiu efeitos e renovou suas bases.

Tabela 4.5 – Ano de filiação das(os) militantes petistas, 1999-2017 (%)

| Ano de Filiação ³⁰ | Delegados de Encontros e Congressos | | | | Filiados (2014) | Dirigentes (2017) |
|-------------------------------|-------------------------------------|--------------|---------------|---------------|-----------------|-------------------|
| | 11º EN (1997) | II CN (1999) | 12º EN (2001) | 13º EN (2006) | | |
| 1980-1984 | 40 | 37 | 40 | 32 | 7,3 | 8,9 |
| 1985-1989 | 34 | 36 | 30 | 28 | 7,1 | 19,0 |
| 1990-1994 | 18 | 16 | 19 | 18 | 7,6 | 9,5 |
| 1995-1999 | - | 10 | 12 | 14 | 11,5 | 16,5 |
| A partir de 2000 | - | - | - | 10 | 66,5 | 46,00 |
| (n) | 187 | | | | 617 | 319 |

Fonte: Ribeiro (2010), *Survey* de Delegados, FPA (1999-2010), *Survey* de Filiados (Paludo, 2014), *Survey* com Dirigentes Estaduais (2017)

Por este motivo é que Paludo (2016), em relação ao tempo de filiação, considera como categorias analíticas a díade “novos filiados” e “velhos filiados”. Baseado nos critérios de Whiteley e Seyd (2002), sobre mudança de posicionamento dos partidos em relação aos governos, o autor abrange “como velhos filiados aqueles anteriores à primeira eleição de Lula para Presidente da República (de 1980 até 2002) e os novos filiados deste evento em diante (2003 até 2014)³¹” (Paludo, 2016, p. 86). Sendo assim, encontramos entre as(os) filiadas(os) cerca de 33,5% ingressantes ao PT durante suas primeiras duas décadas de atuação e 66,5% delas(es) filadas(os) no período mais recente. No que tange cúpula dirigente, mesmo as(os) novas(os) filiadas(os) sendo a maioria isolada desta camada, as(os) ingressantes nas décadas anteriores somam 54% das direções estaduais. Isso corrobora, em partes com as análises de Ribeiro (2010) quando a existência de certa “impermeabilidade” da máquina petista a membros estranhos.

Diante do exposto queremos saber se as medidas apresentadas até aqui revelam as mesmas características quando comparamos os grupos de homens e mulheres integrantes das direções petistas. As respostas estão

³⁰ Aqui também, as variáveis dos Surveys com dirigentes e filiados – que questionou originalmente “qual ano de filiação”, com opção de resposta aberta – foram recodificadas atentando a divisão de Ribeiro (2010).

³¹ A título de comparação com os dados das(os) delegados, e da divisão dos períodos feita por Ribeiro (2010), consideramos o último corte como o ano 2000, e não 2002 conforme Paludo (2016).

evidenciadas nos dados dispostos na tabela 4.6, que demonstram informações interessantes a partir de um recorte de gênero das composições diretivas petista no período recente.

Tabela 4.6 – Características do perfil dirigente petista, por gênero

| | Dirigentes Estaduais | |
|------------------------------|-----------------------------|------------------|
| | Homens | Mulheres |
| Escolaridade | | |
| Sem escolaridade | - | - |
| Primeiro grau | 0,6 | - |
| Segundo grau | 4,9 | 2,6 |
| Superior | 46,6 | 42,6 |
| Pós-graduação | 47,9 | 54,8 |
| Faixas etárias (anos) | | |
| Até 30 | 14,1 | 23,1 |
| De 31 a 40 | 26,4 | 20,5 |
| De 41 a 50 | 27,6 | 30,1 |
| 51 ou mais | 31,9 | 26,3 |
| <i>média</i> | <i>44 anos</i> | <i>42 anos</i> |
| Ano de Filiação | | |
| 1980-1984 | 12,4 | 5,2 |
| 1985-1989 | 23,6 | 14,3 |
| 1990-1994 | 8,1 | 11,0 |
| 1995-1999 | 16,8 | 16,2 |
| A partir de 2000 | 39,1 | 53,2 |
| <i>(n)</i> | <i>163(100%)</i> | <i>156(100%)</i> |

Fonte: elaboração própria - *Survey* com Dirigentes Estaduais (2017)

O primeiro destaque tem a ver com a escolaridade dos dois grupos. Se, de modo geral, encontramos acima uma alta taxa de escolarização entre a cúpula petista, verificamos aqui que entre as mulheres há maior taxa de mulheres com nível superior e pós-graduações, enquanto a proporção de dirigentes homens com apenas segundo grau é o dobro do percentual verificado entre as mulheres. No que tange a idade, encontramos variações mais acentuadas quando aos marcadores de gênero, uma vez que a proporção de mulheres jovens (23,1%) é quase 10% superior que os homens de mesma idade e ainda, que os homens compõem a maioria da parcela dirigente acima de 51 anos. Por fim, verificamos distinções entre os dois grupos também no que diz respeito ao tempo de filiação. Entre as(os) filiadas(os) da primeira década, os homens somam 36% contra 19,5% das mulheres; dentre as(os) filiados na

década de 1990 as mulheres invertem a relação e somam 27,2% contra 24,9% dos homens; a maior diferença se encontra, porém, dentre as(os) dirigentes filiadas(os) a partir dos anos 2000, sendo a ampla maioria de mulheres. Poderíamos apontar, em suma, que as mulheres que dirigem o PT atualmente possuem alta escolaridade, são em média mais jovens que os homens e com menor tempo de filiação.

Estes dados podem sugerir que as campanhas e investidas do movimento de mulheres petistas para flexibilizar sua participação nas instâncias de comando do partido têm surtido algum efeito. Seja a implantação das cotas nos anos 1990, seja atuação da Secretaria de Mulheres ao longo de todos os anos subsequentes a sua criação em 1993, sejam ainda a reivindicação da paridade de das cotas de juventude, por exemplo. Seria possível, considerar então, que ao menos no que diz respeito ao perfil, *as mulheres jovens, com menos tempo de filiação, e escolaridade em média mais elevada que a os homens* comporia aquele grupo mais propenso a “furar o bloqueio” de padrão “vertical e impermeável” das elites petistas, sugerido por Ribeiro (2010), e ao menos até aqui a hipótese de que é possível encontrar variações nas características das mulheres em relação aos homens dirigentes petistas se confirma.

4.1.2 Tipo de profissionalização

Numa perspectiva teórica mais ampla, autores como Katz e Mair (2002) utilizam-se de dados que medem a aproximação dos membros partidários em relação às esferas estatais, bem como a atividade política remunerada pelos partidos para justificar a ascendência da face pública do partido e a emergência do modelo de *partido cartel*. Entretanto, os elementos definidores destas variáveis, bem como as dinâmicas de interação destes elementos estão facultados às especificidades próprias de cada agremiação. A articulação destes elementos na realidade petista já fora discutida pelas referências aqui mobilizadas, Este tópico se destina a explicitá-los e aprofundá-los com base em nossos dados e análise em perspectiva de gênero.

Conforme já afirmamos anteriormente a prática de remuneração dos dirigentes e militantes é algo comum na história do PT e a “liberação” destes militantes constitui-se como estratégia para busca de maior fidelização dos quadros aos objetivos do partido. Além disso, Ribeiro (2010) destaca que tal fator é aspecto marcante na carreira interna das(os) dirigentes do partido. Sobre este ponto, em sua pesquisa com os dirigentes intermediários, o autor chama atenção para duas questões: a primeira,

sobre “a dificuldade do partido em profissionalizar sua máquina com recursos próprios” (idem, p. 146); e em decorrência disso, observa-se o protagonismo das liberações vinculadas aos mantados eletivos e administrações petistas ao passo que o partido fora galgando espaços no Estado, realidade destacada anteriormente também por Singer (2001) e Meneguello e Amaral (2008). Demanda-nos verificar como tal fenômeno se apresenta quanto aos dirigentes da cúpula petista atualmente, e especialmente o que se pode observar em relação à situação dos homens e mulheres.

Com base tanto nas categorias apresentadas por Ribeiro (2010), referentes aos questionários da pesquisa com delegados da FPA – utilizados pelo autor – e também na pesquisa das(os) filiadas(os) realizada por Paludo (2014), apresentamos abaixo (Tabela 4.7) os tipos de profissionalização que as(os) dirigentes estaduais declararam já terem participado antes de ocuparem as respectivas vagas junto aos Diretórios Estaduais. E também os cargos de confiança ou eletivos que por ventura ainda ocupam.

A taxa de profissionalização destes indivíduos previamente (primeiro conjunto de colunas) à gestão dos diretórios estaduais de 2013-2017 atingiu a marca de 74,6%, patamar só encontrado entre as(os) dirigentes intermediários de Ribeiro no ano de 2001 – quando o PT instituiu o PED. Este achado faz-nos aventar que, sim, o fato das(os) militantes petistas já terem ocupado algum cargo na hierarquia petista é fator chave para que possam ascender à alta cúpula. Dentre os cargos disponíveis nesta “carreira”, nossos dados coincidem com os apresentados por Ribeiro: a maior parte das(os) dirigentes aqui entrevistados já ocuparam cargos de confiança, e por conseguinte dependem/dependeram da vinculação estatal – seja no legislativo, seja no executivo – sendo que 42,3% já foram de “Assessoria de Político eleito pelo PT” e 27,3% foram “Funcionárias(os) de Governos Petistas”³². As(os) mandatárias(os) compõem a parcela com menor expressão numérica dentre a cúpula, e dentre os cargos eletivos disponíveis apenas as(os) vereadoras(os) possuem pouco mais destaque entre o grupo (11,0%), especialmente as mulheres (14,7%).

³² É importante informar que a questão que dá origem a estes dados - P.24 – Antes de fazer parte do ATUAL Diretório Estadual do PT, desempenhou alguma das atividades políticas abaixo de forma profissionalizada? – permitia múltiplas respostas, de modo que a somatória das porcentagens apresentadas na tabela pode ultrapassar os 100%.

Não obstante na maioria das vezes os próprios quadros à disposição da estrutura da máquina partidária estejam atrelados às cotas de liberação dos mandatos eletivos ou aos governos petistas, verificamos que o último grupo da tabela acima – quadros com cargos no partido – também possui pouca expressividade na carreira das(os) dirigentes. De modo que, seguindo a mesma tendência do já encontrado por Ribeiro (2010) os “funcionários do PT” – mantidos com “recursos próprios” representam parcela baixíssima da cúpula, seja pela falta de recursos próprios do PT para manter tais quadros, ou talvez pelo fato de que o pertencimento a cargos administrativos da burocracia partidária não seja um preditor significativo para ascensão na hierarquia de cargos políticos da legenda.

Tabela 4.7 – Profissionalização política dos dirigentes petistas (%)

| | | Quadro de Profissionalização Petista | | | | | |
|---|------------------------|---|---------------|---------------|-------------------------|---------------|---------------|
| | | Antes da Gestão (2013-2017) | | | Durante a Gestão | | |
| | | total | H | M | total | H | M |
| Mandatárias(os) (Legislativo/ Executivo) | Prefeita(o)/ Vice | 3,1 | 3,1 | 3,2 | 0,6 | 0,6 | 0,6 |
| | Vereadora(o) | 11,0 | 7,4 | 14,7 | 5,3 | 5,5 | 5,1 |
| | Governador(a)/ Vice | 0,3 | 0,6 | 0,0 | - | - | - |
| | Dep. Estadual | 2,2 | 2,5 | 1,9 | 0,9 | 0,6 | 1,3 |
| | Dep. Federal | 1,3 | 1,8 | 0,6 | 0,3 | - | 0,6 |
| | Senadora(o) | 0,6 | 1,2 | 0,6 | - | - | - |
| Quadros com cargos de confiança (Legislativo/ Executivo) | Ass. de Político | 42,3 | 44,2 | 40,4 | 18,8 | 20,9 | 16,7 |
| | Ass. de Líder do PT | 4,7 | 4,3 | 5,1 | - | - | - |
| | Func. de Gov. PT | 27,3 | 30,7 | 23,7 | 8,8 | 8,6 | 9,0 |
| Quadros com cargos no Partido | Ass. do Partido | 6,0 | 7,4 | 4,5 | 1,3 | 2,5 | - |
| | Prof. pelo PT | 5,0 | 5,5 | 4,5 | 2,8 | 4,3 | 1,3 |
| | Funcionário do PT | 3,1 | 4,9 | 1,3 | 0,6 | 0,6 | 0,6 |
| | Prof. por tendência | 4,1 | 5,5 | 2,6 | 1,3 | 1,2 | 1,3 |
| Prof. pelo movimento social/sindical | | 7,8 | 10,4 | 5,1 | 1,9 | 1,8 | 1,9 |
| | | 319 | 163 | 156 | 319 | 163 | 156 |
| | | (100%) | (100%) | (100%) | (100%) | (100%) | (100%) |
| Outros | | - | - | - | 2,2 | 0,6 | 3,8 |
| NS/NR | | - | - | - | 3,1 | 1,8 | 4,5 |

| | | | | | | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Profissionalizadas(os) na política ³³ | 74,6 | 77,9 | 71,2 | 48,0 | 49,1 | 46,8 |
| Não profissionalizada(os) | 25,4 | 22,1 | 28,8 | 52,0 | 50,9 | 53,2 |
| (n) | 319 | 163 | 156 | 319 | 163 | 156 |
| | (100%) | (100%) | (100%) | (100%) | (100%) | (100%) |

Fonte: elaboração própria - *Survey* com Dirigentes Estaduais (2017)

Quando olhamos para o quadro de profissionalização destas(es) dirigentes durante a gestão dos diretórios estaduais (último conjunto de colunas da tabela acima) verificamos algumas informações interessantes. O primeiro dado que nos saltam aos olhos tem a ver com o menor grau de profissionalização direta destes quadros se comparado com a fase anterior ao ingresso ao alto escalão, uma vez que a proporção de “não profissionalizados” (52%) representa mais da metade das(os) entrevistadas(os). Ainda assim, quando comparamos os grupos por gênero, as mulheres não profissionalizadas (53,2%) compreende maioria em relação aos homens (50,9%). Dentre o grupo das(os) mandatários verificamos menos cargos representados dentre os indivíduos dirigentes, conquanto as(os) vereadoras(es) se sobressaíam entre elas(es) – 5,3%. Ainda que em menor proporção os indivíduos que pertencem às “assessorias de políticos eleitos pelo PT” permanecem sendo destaque (18,8%) entre as(os) profissionalizadas(os) especialmente entre os homens (20,9%), seguidos ainda das(os) funcionárias(os) de governos petistas (8,8%), que aqui ao contrário, apresenta tímido protagonismo das mulheres (9,0%) se comparado aos homens (8,6%).

Por fim, as(os) funcionárias(os) petistas seguem com pouca expressividade (0,6%), e os indivíduos profissionalizados por movimentos sociais possuem queda significativa – se 7,8% afirmaram já terem se profissionalizado pelas fileiras do ativismo antes de estarem nesta gestão dirigente, apenas 1,8% delas(es) conciliam a função de elite partidária com atuação profissionalizada junto aos movimentos sociais e/ou sindical. Sobre a relação entre profissionalização interna e ativismo voltaremos mais adiante.

Cabe-nos agora averiguar o seguinte: se a profissionalização política das(os) militantes é uma realidade que parece, sim, desempenhar papel relevante para carreira das(os) petistas para chegarem a postos elevados da hierarquia do partido, o quanto estes sujeitos dependem

³³ Consideramos como “profissionalizadas(os) na política os somatório das(os) indivíduos que responderam “sim” para ao menos uma das categorias apresentadas na primeira parta da tabela.

financeiramente desta estrutura? Diante deste dado Ribeiro (2010) não faz considerações específicas acerca dos rendimentos individuais do grupo, uma vez que os dados captados sobre tal informação junto às(aos) delegadas(os) não foram estatisticamente contundentes para tecer afirmações relevantes. No entanto, nossa pesquisa se debruçou sobre a busca desta informação e os dados podem ser apreciados junto à tabela abaixo.

Tabela 4.8 – Rendimento individual das(os) dirigentes petistas (%)

| Renda Individual | Dirigentes (2017) | | |
|-------------------------------------|-------------------|--------|--------|
| | total | H | M |
| Não possui rendimentos | 4,4 | 3,7 | 5,1 |
| Até R\$ 880,00 | 3,4 | 1,2 | 5,8 |
| R\$ 881,00 a R\$ 2.640,00 | 20,4 | 18,4 | 22,4 |
| R\$ 2.641,00 a R\$4.400,00 | 26,3 | 22,1 | 30,8 |
| R\$ 4.401,00 a R\$ 8.800,00 | 26,6 | 29,4 | 23,7 |
| R\$ 8.801,00 a R\$ 17.600,00 | 16,0 | 22,1 | 9,6 |
| NS/NR | 2,8 | 3,1 | 2,6 |
| (n) | 319 | 163 | 156 |
| | (100%) | (100%) | (100%) |

Fonte: elaboração própria - *Survey* com Dirigentes Estaduais (2017)

De modo geral, as(os) dirigentes estaduais possuem rendimentos bastante variados, com uma parcela muito baixa de indivíduos cujos ganhos somam apenas até um salário mínimo³⁴ (7,8%). As maiores disparidades são observadas quando analisamos separadamente os rendimentos comparativos entre homens e mulheres. Há maior proporção de mulheres que ganham entre R\$ 881,00 e R\$ 4.400,00 (53,2%) contra 40,5% de homens com a mesma faixa de renda. Esta relação se inverte à medida que as faixas de rendimento se elevam. Ou seja, os homens que ganham entre R\$4.401,00 e R\$17.600,00 somam 51,5%, enquanto observamos 33,3% de mulheres com mesmo ganho. A disparidade é ainda maior se tomarmos como base apenas a faixa de renda mais elevada, em que apenas 9,6% de mulheres afirmaram ganhar entre R\$8.801,00 e R\$17.600,00, taxa muito reduzida se comparada aos 22,1% de homens com tal ganho.

Estes dados isoladamente confirmam as recorrentes discussões acerca das desigualdades de renda entre homens e mulheres (Soares, 2000; Pereira, Santos e Borges, 2005; Kunzler, 2008; Serpa, 2010), mas

³⁴ Valor do salário mínimo referente ao ano de 2015, em que iniciou-se a aplicação dos questionários.

nos dizem muito pouco quanto à problemática que estamos traçando aqui acerca das trajetórias individuais destes indivíduos no interior do PT, e especificamente neste ponto, quanto à dependência financeira que vincula tais indivíduos à estrutura partidária.

Isto por que, os traços do militantismo partidário se associam à distribuição de incentivos individuais e/ou coletivos realizados pelos partidos de modo que os cargos são incentivos diretos à disposição da máquina partidária usada muitas vezes como instrumento para cooptação das(os) militantes e utilizadas como principal massa de manobras nas disputas internas (Panebianco, 1995). Não à toa, como verificamos acima o nível de profissionalização da elite petista é bastante alta, especialmente quando vinculada a cargos de confiança.

Agora, no que tange a dependência financeira destes indivíduos da estrutura partidária, o que observamos na tabela abaixo é que grosso modo a maioria (55,7%) das(os) dirigentes estaduais possuem fonte de renda “totalmente externa ao partido”, fato que se verifica também se comparamos homens (54,0%) e mulheres (57,7%). Tal dado coincide quase em sua totalidade com a taxa de “não profissionalizados” (52%) verificada na Tabela 4.7.

Tabela 4.9 – Vinculação financeira das(os) dirigentes a máquina partidária (%)

| Fontes de Renda | Dirigentes (2017) | | |
|--|-------------------|--------|--------|
| | total | H | M |
| Totalmente de atividades do partido | 10,0 | 10,4 | 9,6 |
| Maior parte de atividades do partido | 6,9 | 9,2 | 4,5 |
| Metade de fonte externa, e metade de atividade interna ao partido | 6,3 | 5,5 | 7,1 |
| Maior parte de ocupação externa ao partido | 8,2 | 9,2 | 7,1 |
| Totalmente de ocupação externa ao partido | 55,7 | 54,0 | 57,7 |
| Outras fontes | 8,5 | 6,7 | 10,3 |
| NR/NS | 4,4 | 4,9 | 3,8 |
| (n) | 319 | 163 | 156 |
| | (100%) | (100%) | (100%) |

Fonte: elaboração própria - *Survey* com Dirigentes Estaduais (2017)

No entanto, se atentarmos para a proporção de indivíduos que afirmam ter renda advinda “totalmente de atividades do partido” ou cuja “maior parte” vem do partido, fica evidente o protagonismo dos homens (19,6%) como maior parcela dos *dirigentes liberados* pelo partido, em relação às mulheres (14,1%) na mesma situação.

Os dados discutidos aqui, nos permitem construir um perfil de profissionalização das(os) dirigentes petistas que se pode resumir da seguinte forma: a carreira política destes indivíduos – anterior a sua chegada à alta cúpula – é marcada massivamente por suas experiências em assessoria de mandatos petistas e pela ocupação em cargos de confiança em governos chefiados pelo PT. Apesar da passagem pela vereança se apresentar como realidade não desprezível, este degrau é o único em que a trajetória das mulheres se destaca em reação aos homens. Além disso, verificamos que de modo geral, as(os) dirigentes da gestão estudada não conciliam expressivamente suas funções diretivas com cargos profissionalizados pelo partido, e quando o fazem sua maioria é composta por homens, grupo este que apresenta também os maiores salários individuais. A menor dependência direta das mulheres da estrutura partidária, associado aos seus menores salários individuais reafirma o dilema das múltiplas jornadas femininas, um dos fatores determinantes das dificuldades de envolvimento das mulheres na vida pública, questões que serão mais bem discutidas na sessão seguinte.

4.1.3 Barreiras Sociais

Já discutimos mais acentuadamente nos capítulos anteriores os destaques que a literatura feminista e de gênero fazem sobre os entraves da relação entre as esferas públicas e privadas para as carreiras políticas das mulheres (Miguel e Biroli, 2010). No caso específico do PT os dilemas não estão omissos (Godinho, 1998), de modo que Ribeiro (2010) destaca também os fatores que atribui como barreiras para real participação e representações nas mulheres no interior do partido. Segundo ele, “as mulheres que desejam assumir posições de destaque na vida partidária precisam estar dispostas a enfrentar uma tripla jornada: trabalho remunerado, casa e partido”. Em relação ao trabalho explanamos algumas considerações acima, no que tange as discussões no âmbito doméstico, trataremos aqui.

Para testar a hipótese de que “a situação familiar da mulher influencia na possibilidade de ascensão na máquina partidária”, (Ribeiro, 2010, p. 175) utilizou-se de três variáveis: estado civil, ter ou não ter filhos e a idade dos filhos. Nosso instrumento de pesquisa não contou com esta última questão, mas avaliaremos tal aspecto a partir de outros elementos que serão apresentados mais adiante.

Na tabela abaixo (tabela 4.10) apresentamos os dados referentes às(os) delegadas(os) e também dados referentes às(os) dirigentes. O que verificamos é que as características da cúpula dirigente se assemelham

com o perfil encontrado e discutido por Ribeiro em relação às elites intermediárias. Ou seja, embora a maioria dos indivíduos seja casada(os) e tenham filhas(os), esta relação se apresenta inversamente proporcional quando comparamos homens e mulheres – em qualquer um dos níveis de militância. Isto equivale a dizer que a proporção de *casados é maior entre os homens*, assim como a parcela de *mulheres sem filhos é maior que a parcela de homens* na mesma situação.

Se avaliarmos, no entanto, a realidade destes mesmos indivíduos no ato de suas filiações junto ao PT, observamos que a maioria (71,45) delas(es) não tinha filhas(os), especialmente os homens. Sendo assim, se no ato da filiação mais mulheres (29,5%) que homens (25,2%) já possuíam filhas(os) e no exercício das atividades diretivas esta relação se inverte – como vimos acima – esta variável é um entrave determinante para que as mulheres conciliem suas funções e se apresenta como um filtro na carreira política delas.

Tabela 4.10 – Quadro conjugal e familiar das(os) dirigentes (%)

| Estado Civil ³⁵ | II CN (1999) | | | 12º EN (2001) | | | 13º EN (2006) | | | IV CN (2010) | | | Dirigentes (2017) | | |
|----------------------------|--------------|-----|-----|---------------|-----|-----|---------------|-----|-----|--------------|-----|-----|-------------------|-----|-----|
| | total | H | M | total | H | M | total | H | M | total | H | M | total | H | M |
| Casadas(os) | 63 | 67 | 48 | 69 | 75 | 52 | 66 | 73 | 42 | 79 | 85 | 34 | 59 | 77 | 39 |
| Não casadas(os) | 37 | 32 | 52 | 32 | 25 | 47 | 33 | 27 | 58 | 21 | 15 | 66 | 41 | 23 | 61 |
| <i>total</i> | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| C/filhas(os) | 74 | - | - | 73 | 76 | 63 | 76 | 79 | 67 | - | - | - | 72 | 80 | 64 |
| S/ filhas(os) | 26 | - | - | 26 | 24 | 36 | 24 | 21 | 33 | - | - | - | 28 | 20 | 36 |
| <i>total</i> | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | | | | 100 | 100 | 100 |

NO ATO DA FILIAÇÃO

Tinha filhas(os) 27,3 25,2 29,5

Não tinha filhas(os) 72,4 74,2 70,5

³⁵ A variável original fora apresentada no questionário da seguinte forma: P.6 – Qual sua situação conjugal atual?; e compunha o hall de respostas as seguintes opções: []1. Casado, []2. Morando junto como casado, []3. Divorciado ou Separado, []4. Viúvo e []5. Solteiro. Para apresentação desta tabela, bem como para toda a discussão da tese, recodificamos a variável considerando como “casadas(os)” o somatório dos indivíduos que assinalaram as duas primeiras opções de respostas, e como “não casadas(os)” o somatório das demais respostas.

| | NR/NS | 0,3 | 0,6 | - |
|------------|-------|-----|-----|---|
| (n)/(100%) | 319 | 163 | 156 | |

Fonte: Fonte: Ribeiro (2010), *Survey* de Delegados, FPA (1999-2010), *Survey* com Dirigentes Estaduais (2017)

Os estudos políticos e de gênero que tratam das trajetórias e perfis de mulheres na política atribuem as barreiras para sua entrada e permanência na vida pública à dicotomia entre a vida pública e a vida privada, de modo que as tarefas domésticas vinculadas a esta última sugariam tempo hábil para que elas se dedicassem mais àquela (Biroli, 2013, 2014). Mais que isto a autora afirma ainda que “as formas convencionais de organização da família são um dispositivo central da reprodução da dicotomia entre esfera privada e esfera pública” (Biroli, 2014, p. 48), isto por que nestes arranjos familiares e de casamento acentuam-se a diferenciação dos papéis atribuídos aos homens e mulheres em cada uma dessas esferas “tornando complementares a participação dos homens na esfera pública e a determinação dos encargos das mulheres na esfera privada, entre os quais se destaca a responsabilidade pela criação dos filhos” (idem, p. 48-49).

Diante da composição de nossa amostra, quando a relação entre situação conjugal e orientação sexual, verificamos que de modo geral a cúpula petista se encaixa *a priori* no modelo convencional de casamento e estabelecimento de famílias³⁶ descrito pela autora, uma vez que 94,1% das(o) dirigentes casadas(os) declaram-se heterossexuais (Tabela 4.11 -). Nestas relações, como se aventou, o sistema de cuidado e trabalho doméstico recai de modo muito mais contundente sobre as mulheres. É preciso, então verificar em que medida estas responsabilidades afetam também as dirigentes aqui estudadas.

³⁶ Existe pouca discussão teórica sobre os efeitos patriarcais nas relações homoafetivas. Isso não significa que na prática tais arranjos familiares não possam reproduzir valores de opressão correntes na sociedade. No entanto, os trabalhos e estudos de gênero mais consagrados, por deficiência, ou circunstâncias históricas, dirigem suas críticas mais contundentes às relações heterossexuais, que expressam de modo mais direto as desigualdades de gênero.

Tabela 4.11 – Situação conjugal de acordo com orientação sexual (%)

| Situação Conjugal | Orientação Sexual ³⁷ | | | |
|--------------------|---------------------------------|--------------|-------|--------|
| | Heterossexuais | Homossexuais | NR/NS | Total |
| Casadas(os) | 94,1 | 4,3 | 1,6 | (100%) |

Fonte: elaboração própria - *Survey* com Dirigentes Estaduais (2017)

Para medir esta “situação familiar” ou “situação doméstica”, Ribeiro (2010) tomou como base a variável *idade das(os) filhas(os) das(os) delegadas(os)*. Considerando que nosso *survey* não contemplou tal medida³⁸, mas mediu a responsabilidade dos indivíduos em relação a diferentes tipos de cuidado doméstico, utilizaremos tal variável para complementar nossa análise. Isto por que, Biroli (2014. P. 49) afirma que “a divisão sexual do trabalho é um fator relevante na reprodução das desigualdades. No âmbito doméstico, impõe às mulheres ônus que serão, então, percebidos como deficiência em outras esferas da vida”. Segundo ela, “convencionalmente, a responsabilidade pelo cuidado vem sendo atribuída às mulheres” seja o cuidado com “as crianças”, “com as pessoas doentes” ou “com os idosos” (Biroli, 2014, p. 49). Então vejamos.

Tabela 4.12 – Responsabilidades com o cuidado doméstico entre as(os) dirigentes

| Responsabilidades do Cuidado | Dirigentes (2017) / (%) | | |
|--|-------------------------|--------|--------|
| | total | H | M |
| Não é responsável pelo cuidado de ninguém | 37,6 | 43,6 | 31,4 |
| Algum familiar | 8,5 | 7,4 | 9,6 |
| Enfermo | 0,3 | 0,6 | - |
| Idoso | 4,4 | 4,9 | 3,8 |
| Criança/Filha(o)/Neta(o) | 41,4 | 38,7 | 44,2 |
| Pessoa com Deficiência | 0,6 | - | 1,3 |
| Outros | 2,5 | 3,7 | 1,3 |
| NR/NS | 4,7 | 1,2 | 8,3 |
| | 319 | 163 | 156 |
| (n) | (100%) | (100%) | (100%) |

Fonte: elaboração própria - *Survey* com Dirigentes Estaduais (2017)

³⁷ A questão original apresentada no questionário, seguida das respectivas opções de respostas era a seguinte: P. 4 – Qual a sua orientação sexual? [] 1.Heterossexual, [] 2.Lésbica, [] 3.Gay, [] 4.Bissexual e [] 5.Outra. Para a apresentação desta tabela consideramos como “homossexuais” o somatório das respostas “2”, “3”, “4” e “5”.

³⁸ O *survey* de filiados realizado por Paludo também não contemplou nenhuma das variáveis relativas às barreiras de gênero, tais como estado civil, ter ou não ter filhos, idade dos filhos, ou ainda tipos de cuidado doméstico/familiar.

De modo geral duas informações se destacam quando atentamos aos dados da tabela acima (Tabla 4.12). E as duas tendem a corroborar com as discussões acima. A primeira delas é a de que, grosso modo, as(os) integrantes das cúpulas dirigentes estaduais do PT ou “não são responsáveis pelo cuidado de ninguém” (37,6%), ou o são por “crianças/filhas(os)/netas(o)” (41,4%), de modo que a proporção de homens e mulheres em cada um dos casos é inversamente proporcional. Ou seja, dentre aquelas(os) que afirmaram não possuir responsabilidades domésticas com ninguém a maior parcela é de homens (43,6%), enquanto as mulheres representam a maioria das pessoas envolvidas com o cuidado direto de crianças (44,2%). Destaca-se também a maior parcela delas responsáveis pelos cuidados de algum outro familiar (9,6%) e pela atenção às pessoas com deficiência (1,3%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste capítulo fora discutir em linhas gerais aspectos da trajetória individuais das(os) dirigentes petistas que pudessem de alguma forma comprovar a principal hipótese de nosso trabalho: em que pese à existência de normativas estatutária para maior inclusão de mulheres nos espaços de poder e decisão do PT, as trajetórias delas são marcadas por características diferentes daquelas que delimitam a carreira dos homens. De modo assertivo, encontramos nos dados aqui discutidos elementos que distinguem tanto o *background* sócio demográfico das mulheres, como os elementos que marcam o cumprimento das regras institucionais tácitas do Partido dos Trabalhadores.

Se por um lado, podemos afirmar que o PT apresenta possibilidades normativas para que novos indivíduos rompam com as barreiras de acesso à sua hierarquia, como é o caso da incorporação de mulheres jovens com menos tempo de filiação; por outro lado, esta realidade não se dá sem que sejam exigidos mais custos delas, posto que, por exemplo, a escolaridade média das dirigentes é mais elevada que a dos homens.

Além disso, verificamos que a profissionalização dos quadros petistas se apresenta como um traço fortemente importante nas carreiras que levam as(os) membros a ascenderem na hierarquia partidária, no entanto, dentre os principais postos desta trajetória – assessoria de mandatos petistas, ocupação em cargos de confiança em governos chefiados pelo PT e exercício no legislativo municipal – as mulheres se destacam apenas neste último cargo. De modo geral, as mulheres dependem menos diretamente da estrutura financeira do partido – ou seja,

estando em menor proporção entre os membros liberadas(os) para exercer atividades exclusivas junto ao partido, elas necessitam se dedicar a outras atividades profissionais remuneradas, limitando assim seu recurso de tempo livre para se dedicarem integralmente às atividades partidárias.

Considerando ainda que a parcela de homens sem responsabilidades domésticas é maior que a de mulheres em mesma situação, enquanto, por exemplo, as mulheres representam a maioria das pessoas envolvidas com o cuidado direto de crianças, podemos afirmar que, na prática, os traços que marcam as rotas de ingresso e recrutamento das mulheres para os cargos de poder e decisão do PT não o diferenciam substancialmente de outras instituições. Encontramos aqui elementos que reafirmam o dilema das múltiplas jornadas femininas, um dos fatores determinantes das dificuldades de envolvimento das mulheres na vida pública. Isto, por que, como afirmara Pinto (2001) uma das razões da não entrada das mulheres no mundo da política está associada “a posição que a mulheres ocupa na organização familiar”, uma vez que seu engajamento acarretaria afastamento sistemático do núcleo doméstico (Pinto, 2001, p. 103).

Há, no entanto outros fatores que podem se associar aos dados discutidos aqui e se comportarem, ou não, como incrementos nestas carreiras. A composição dos capitais político e social que estes indivíduos carregam, por exemplo, bem como seus vínculos associativos fazem parte deste *hall* de elementos e será o foco das discussões do capítulo seguinte.

CAPÍTULO 5 – CARREIRAS E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS II: VIDA INTRAPARTIDÁRIA E DETERMINANTES DO ACESSO À ALTA CÚPULA

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo dar sequência à análise das trajetórias políticas das(os) dirigentes petistas. Organizado em quatro sessões, na primeira delas buscamos dar sequência às discussões gerais acerca das trajetórias individuais das(os) dirigentes com aspectos anteriores à carreira do PT e também posterior a sua entrada no partido. Além disso, discutimos em que medida os vínculos associativos destes indivíduos importam na construção destas carreiras. De modo geral, a expectativa é de que possamos encontrar aqui especificidades com base em marcadores de gênero e tempo de filiação, conforme hipótese geral deste trabalho. Posteriormente, considerando as Comissões Executivas como instâncias máximas de decisão do partido, que se configura como pólo central do poder petista, buscaremos elucidar quais os traços individuais das carreiras dirigentes que determinam a chegada das(os) a este posto.

5.1 TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS DAS(OS) DIRIGENTES PETISTAS

Cumpramos para os objetivos mais amplos deste trabalho, analisar aspectos da trajetória deste grupo político, em especial no que tange o capital político, familiar e associativo dos indivíduos. Nosso interesse é, de um lado, identificar possíveis padrões e variações naquelas carreiras segundo o recorte de gênero. Tais noções de capitais derivam das discussões conceituais de Bourdieu (1986) já foram realizadas no capítulo 1. Para os objetivos desta sessão vale acrescentar apenas que o autor distingue os capitais políticos como aqueles resultantes dos recursos acumulados ou da popularidade atribuída a um indivíduo em função de este possuir “certas qualificações específicas” (capital convertido); o que resulta basicamente do carisma do sujeito (capital heroico); e por fim, o capital delegado, é aquele que a instituição, o partido, fornece ao indivíduo. Diferente dos outros, que é pessoal e que, portanto, está associado a um portador específico. Além disso, por capital familiar consideramos aqui a presença de familiares das(os) dirigentes em partidos políticos (o próprio PT ou outros partidos), bem como familiares que já

tenham ocupado cargos de representação. Por último, incluímos dentre nossas descrições o capital associativo – oriundo da participação e vínculo com movimentos sociais.

5.1.1 Trajetória anterior ao PT

O primeiro destaque a se considerar diante do cenário observado pela Tabela 5.1 é o tempo de filiação das(os) dirigentes. De modo geral, tanto homens, quanto mulheres pertencem ao contingente de *velhos filiados*, no entanto, é relevante alertar para o fato de que a ampla maioria (43,5) das(os) *novos filiados* são de mulheres. Em seu trabalho acerca do perfil dos filiados petistas, José Roberto Paludo (2017, p. 87) já alertara para o fato de “o crescimento das mulheres novas filiadas foi maior que o dos homens, tanto em proporção percentual quanto em termos numéricos”, este dado pode corroborar para o fato de que após passar por um longo processo de “afastamento das bases filiadas”, o partido tem buscado, de alguma forma estreitar os laços e a representatividade entre filiadas(os) e direções. Ainda diante do capital político dos indivíduos, cumpre-nos destacar que é baixa a proporção de atores diretivos do partido que foram filiados em outros partidos – 11% de mulheres e 3,8% de homens.

No que tange o capital familiar, verificamos percentual considerável de indivíduos da cúpula partidária que afirma possuir familiares filiados a outros partidos políticos – 33,7% dos homens e 31,4% das mulheres; ainda mais expressiva é a presença de familiares filiados ao PT, dentre as(os) respondentes nesta condição: 84% homens, e 85,9% mulheres. Grosso modo, os percentuais não apresentam discrepância entre os gêneros. Quanto à presença de familiares que ocupam ou já ocuparam cargos na estrutura partidária, nota-se que a maioria das(os) dirigentes não possuem familiares que já se vincularam formalmente aos cargos petistas, entretanto observa-se maior parcela de homens (27,0%) que afirma ter familiares ocupando cargos atualmente, enquanto as mulheres somam maioria (13,5%) dentre aquelas(es) cujos familiares já ocuparam cargos.

Por fim, diante dos dados relativos ao capital associativo das(os) integrantes do alto escalão, destacamos o elevado envolvimento associativo das(os) dirigentes. Cerca de 70% delas(es) afirmaram ter algum envolvimento com movimentos sociais. Este patamar de envolvimento é similar ao encontrado por Amaral (2011) dentre as(os) delegadas(os) petistas de Encontros e Congressos. Taxa bastante alta, segundo o autor, motivo que o leva, por exemplo, a discordar do

argumento de Ribeiro (2010) de que as(os) dirigentes petistas estariam se afastando dos movimentos sociais. Ainda que não se apresente, de modo geral, uma diferenciação significativa deste vínculo entre homens e mulheres, é pertinente investigarmos uma possível diferenciação das categorias associativas em que homens e mulheres se engajam.

Tabela 5.1 – Capital político, familiar e associativo entre as(os) dirigentes (%)

| | | Capitais | | Homens | Mulheres |
|--------------------------|---------------------------------|--|------|---------------|-----------------|
| Político | Tempo de Filiação ³⁹ | Novos filiados | | 29,8 | 43,5 |
| | | Velhos Filiados | | 70,2 | 56,5 |
| | | | | 100% | 100% |
| | | Foi de outro partido ⁴⁰ | | 3,8 | 11,0 |
| Familiar | Familiar em outro partido | Não | | 54,0 | 54,4 |
| | | Sim, filiados atualmente | | 33,7 | 31,4 |
| | | Já foram filiados | | 3,7 | 5,8 |
| | | | | 100% | 100% |
| | Familiares filiados no PT | Não | | 13,5 | 13,5 |
| | | Sim, filiados atualmente | | 84,0 | 85,9 |
| | | Já foram filiados | | 2,5 | 0,6 |
| | | | | 100% | 100% |
| Familiar com cargo no PT | Não | | 50,0 | 51,9 | |
| | Ocupa | | 27,0 | 19,2 | |
| | Ocupou | | 9,2 | 13,5 | |
| | | | 100% | 100% | |
| Associativo | | Participa de Mov. Social ⁴¹ | | 73,0 | 74,8 |
| | | (n) | | 163 | 156 |

Fonte: elaboração própria - *Survey* com Dirigentes Estaduais (2017)

Vale frisar, mais uma vez que os estudos acerca das elites e cúpulas dirigentes dos partidos políticos constituem-se como um campo ainda árido, sobretudo ao que tange suas trajetórias. Estas, no entanto, são relativamente mais exploradas quando se tratando das elites políticas no âmbito das representações eletivas – vereadoras(es), deputadas(os), etc. Sobre estas(es), por exemplo, a pesquisa de Marengo e Serna (2007)

³⁹ As categorias “novas(os)” e “velhas(os)” filiadas(os) já foram melhor definidos na página 95 do capítulo 4, com referência às discussões de Paludo(2016).

⁴⁰ Apresentamos aqui apenas os percentuais afirmativos à questão: P.13 – Antes de se filiar ao PT era filiada(o) em algum outro partido? [] 0. Não, [] 1. Sim

⁴¹ Apresentamos aqui apenas os percentuais afirmativos à questão: P.29 – Você participa atualmente de alguma organização ou movimento social? [] 0. Não, [] 1. Sim

mostrou que 52% dos deputados brasileiros estudados por eles possuíam participação em algum tipo de associação coletiva antes de ocuparem o cargo. As associações mais presentes foram os movimentos estudantis, associações de profissões universitárias, sindicatos de trabalhadores e patronais, produtores rurais e de comerciantes. Apareceram com menor frequência associações vinculadas à ecologia, direitos humanos, gênero, família, bairros, esportivas, culturais e religiosas. Estas últimas categorias, por outro lado são evidenciadas por Almeida, Luchmann e Ribeiro (2012) como preponderantes nas trajetórias das nossas mulheres deputadas federais.

Vejam abaixo o cenário dos vínculos vivenciados pelo grupo estudado aqui, uma vez que tecer considerações acerca do perfil associativo das(os) dirigentes é imprescindível para testarmos a terceira hipótese de nosso trabalho, a partir do qual nossa expectativa é encontrar padrões de engajamentos distintos entre homens e mulheres.

Tabela 5.2 – Vínculo associativo entre as(os) dirigentes

| | Nunca participou | | Não participa mais | | Sempre foi militante de base | | De base, mas já foi dirigente. | | Dirigente, mas já foi base. | | Sempre foi dirigente | | NR/NS | |
|----------------------|------------------|-------------|--------------------|-------------|------------------------------|-------------|--------------------------------|-------------|-----------------------------|------------|----------------------|------|-------|------|
| | H(%) | M(%) | H(%) | M(%) | H(%) | M(%) | H(%) | M(%) | H(%) | M(%) | H(%) | M(%) | H(%) | M(%) |
| Igreja | 16,0 | 16,7 | 16,0 | 19,2 | 9,2 | 7,7 | 11,0 | 5,8 | 1,8 | 3,2 | - | - | 46,0 | 47,4 |
| Ass. | 20,2 | 35,3 | 11,7 | 7,7 | 3,7 | 1,3 | 3,7 | 0,6 | 3,7 | 0,6 | - | - | 57,1 | 54,5 |
| Esportiva | | | | | | | | | | | | | | |
| Ass. | 23,3 | 23,7 | 7,4 | 11,5 | 4,3 | 5,1 | 3,1 | 3,2 | 1,8 | 0,6 | - | - | 60,1 | 55,8 |
| Artística | | | | | | | | | | | | | | |
| Sindicato | 19,0 | 23,7 | 10,4 | 9,6 | 6,1 | 7,7 | 13,5 | 7,1 | 4,9 | 4,5 | - | - | 46,0 | 47,4 |
| Estudant. | 12,3 | 20,5 | 22,1 | 19,9 | 6,7 | 1,3 | 2,5 | 3,2 | 3,1 | 1,9 | - | - | 53,4 | 53,2 |
| Meio Ambiente | | | | | | | | | | | | | | |
| Dir. Mulheres | 30,1 | 21,8 | 1,2 | 7,7 | 4,9 | 8,3 | 1,8 | 5,1 | 0,6 | 7,7 | - | - | 61,3 | 49,4 |
| Dir. Humanos | 19,6 | 14,7 | 2,5 | 5,1 | 14,1 | 19,9 | 1,8 | 10,3 | 3,7 | 7,1 | - | - | 58,3 | 42,9 |
| Dir. LGBT | 23,9 | 25,6 | 3,1 | 4,5 | 9,2 | 12,2 | 5,5 | 3,2 | 1,2 | 3,2 | - | - | 57,1 | 51,3 |
| Dir. PCD | 29,4 | 30,8 | 1,8 | 3,8 | 3,7 | 7,7 | 1,2 | 1,3 | 1,8 | - | - | - | 62,0 | 63,8 |
| Comb. Rac. | 25,2 | 22,4 | 1,8 | 3,8 | 6,7 | 12,2 | 1,2 | 1,9 | 1,2 | 3,8 | - | 0,6 | 63,8 | 55,1 |
| (%) | 100% | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: elaboração própria - Survey com Dirigentes Estaduais (2017)

Os dados acima devem ser interpretados levando-se em consideração inicialmente duas ponderações. A primeira de que se tratava de uma questão aberta, não obrigatória em que era possível serem assinaladas mais de uma opção de categorias de engajamento. Por este motivo, é possível que a taxa de “não respostas” (NR/NS) tenha sido tão alta, ou ainda confundida com a própria não participação. Em virtude do exposto, portanto, é que devemos considerar que os vínculos associativos aqui descritos dizem respeito tão somente àquelas(es) que responderam à questão, e que cada indivíduo pode apresentar mais de um tipo de vínculo. Aliás, os vínculos pluri-associativos também fora verificado por Amaral (2011).

Inicialmente observamos que, tal qual se apresenta na população em geral, é alta a proporção de respondentes que afirmam “nunca ter participado” de algum dos movimentos sociais apresentados (E. Ribeiro e Borba, 2015). Assim, como é significativa a taxa daquelas(es) que afirmam “não participar mais”, ou seja, indivíduos que em dado momento da vida eram engajadas(os) e se desengajaram. Sobre estes sujeitos é relevante chamar atenção para as categorias *igreja*, *sindicatos* e *movimento estudantil*, pilares fundantes do Partido dos Trabalhadores nos anos 1980, que aparecem como os movimentos elencados com menor proporção de “nunca participou”, mas por outro lado destacam-se por serem as categorias com maiores índices de “abandono participativo”. Dentre eles, o movimento estudantil é o que apresentou maior desengajamento – 22,1% de homens, e 19,9% de mulheres afirmam “não mais participar” deste tipo associativo. Um dos motivos que pode ser aventado para isso é o envelhecimento das fileiras diretivas do PT, outrora caracterizada por certo protagonismo dos estudantes, como já afirmara Amaral (2011, p. 33) “o envelhecimento dos delegados provocou um impacto na representação dos estudantes e jovens”; a igreja, outra instituição fundante do PT aparece com a segunda maior taxa de desengajamento entre as(os) dirigentes respondentes, especialmente de mulheres (19,2%), contra 16% dos homens; por fim, dentre os três pilares o sindicalismo perdeu também participantes, ainda que em menor proporção que as outras duas categorias, posto que cerca de 10% das(os) entrevistadas(os) afirmaram não mais participar deste nicho.

Este achado coincide tanto com o que já fora discutido por Ribeiro (2010), dentre as trajetórias das(os) dirigentes intermediários, quanto com as explanações de Paludo (2016) acerca dos filiados de base. O primeiro autor afirma que, em que pese o engajamento das(os) delegados apresentarem índices significativos, “nota-se, porém, um decréscimo da

participação dos militantes no movimento sindical” (Ribeiro, 2010, p. 160). Em síntese, sobre o tema, Paludo (2016) descreve que

a maioria dos filiados tem participação constante ou passa a se engajar somente após a filiação partidária, *porém, a participação em movimentos tradicionais é a mais forte na fase prévia (somente antes da filiação) sem continuidade após a filiação*. Em contrapartida, a militância em novos movimentos sociais se dá de forma mais intensa após a filiação ou de maneira constante (Paludo, 2016, p. 106 – *grifos nossos*)

Mesmo verificando o alto engajamento das(os) dirigentes, a literatura sobre o assunto não é unânime quando aos motivos do desengajamento observado entre os petistas ao longo dos anos. Para Ribeiro (2010) haveria do período de filiação uma migração das(os) filiadas(os) associada ao recrutamento (ou cooptação) dos quadros partidários para ocuparem cargos nos governos petistas ou desempenharem funções de confiança junto aos mandatos eletivos, conforme discussão que travamos no capítulo anterior. O argumento de Amaral (2011, p. 32), no entanto, é que de “no lugar de haver um deslocamento entre a liderança dos movimentos e das organizações sociais para o Estado, o que acontece é uma dupla atividade” em que os indivíduos “permanecem com seus vínculos junto aos movimentos e organizações sociais ao mesmo tempo em que desempenham atividades em posições eletivas ou cargos de confiança”.

Amaral (2011) chama atenção para mais dois aspectos dos vínculos sociais petistas: i) que apesar da redução de petistas em postos de direção dos movimentos sociais, ii) seria possível notar “a manutenção de um alto número de dirigentes” com algum engajamento associativo, especialmente num crescente em “outros” movimentos e organizações sociais que não as tradicionais discutidas acima. Esta realidade, segundo ele, poderia apontar que o partido ainda é capaz de atrair lideranças de movimentos e organizações. Ainda segundo o autor,

Esse é um dado importante que pode significar o início da erosão da predominância dos atores tradicionais da sociedade civil organizada, especialmente sindicatos, entre a liderança petista. Se a tendência se confirmar, não é difícil imaginar que o partido sofrerá mudanças tanto no perfil das

suas lideranças intermediárias quanto na sua cúpula (Amaral, 2011, p. 35).

Para verificar esta tendência sugerida pelo autor recodificamos os dados da tabela acima (5.2) em “nunca participou”, “não participa mais” e “participa”, sendo que esta última categoria passa a abrigar tanto aqueles que “é ou sempre foram dirigentes” como aqueles que “é ou sempre foram de base”. Vejamos.

Os dados abaixo (Tabela 5.3) indicam três caminhos que se cruzam e coincidem com o que vinha sendo discutido por Amaral (2011): 1) é perceptível que de modo geral, há dentre as(os) dirigentes níveis bastante altos de participação atual nas organizações listadas; 2) mesmo que as organizações tradicionais apresentem a menor taxa de respostas “nunca participou”, elas são também as que mais obtiveram debandada, especialmente as entidades estudantis com 45% das(os) tendo afirmado que “não participa mais”; 3) ainda que os movimentos e organizações originárias do PT – igreja (38,6%), sindicato (40,9%) e movimento estudantil (21,3%) – não apresentem níveis de participação atuais tão desprezíveis, é interessante notar que as taxas dos *novos movimentos* apresentam-se de igual modo, bastante altas – Organizações em defesa dos Direitos Humanos (57,5%), em defesa dos Diretos LGBT (37,0%), de Combate ao Racismo (33,0%), em defesa dos Direitos das Mulheres (31,8%), e dos Diretos de Pessoas com Deficiência (20,2%).

Tabela 5.3 – Engajamento em “novas categorias associativas” (%)

| | Nunca participou | | | Não participa mais | | | Participa | | |
|-----------------------|------------------|------|-------------|--------------------|------|-------------|-----------|------|-------------|
| | H(%) | M(%) | total | H(%) | M(%) | total | H(%) | M(%) | total |
| Igreja | 28,2 | 30,0 | 29,0 | 29,1 | 36,0 | 32,4 | 42,7 | 34,0 | 38,6 |
| Ass. Esportiva | 51,6 | 75,3 | 63,3 | 23,1 | 16,9 | 20,0 | 25,3 | 7,9 | 16,7 |
| Ass. Artística | 56,5 | 58,6 | 57,6 | 17,6 | 23,0 | 20,3 | 25,9 | 18,4 | 22,1 |
| Sindicato | 34,2 | 42,7 | 38,2 | 19,7 | 22,3 | 20,9 | 46,2 | 35,0 | 40,9 |
| Estudantil | 27,5 | 40,9 | 33,7 | 47,7 | 41,9 | 45,0 | 24,8 | 17,2 | 21,3 |
| Meio Ambiente | 62,1 | 68,8 | 65,4 | 16,8 | 15,6 | 16,2 | 21,1 | 15,6 | 18,3 |
| Dir. Mulheres | 75,8 | 43,0 | 59,0 | 5,3 | 13,0 | 9,2 | 18,9 | 44,0 | 31,8 |
| Dir. Humanos | 43,4 | 26,1 | 34,4 | 4,7 | 11,3 | 8,1 | 51,9 | 62,6 | 57,5 |
| Dir. LGBT | 55,5 | 54,5 | 55,0 | 6,4 | 9,9 | 8,1 | 38,2 | 35,6 | 37,0 |
| Dir. PCD | 73,5 | 74,7 | 74,1 | 4,1 | 7,4 | 5,7 | 22,4 | 17,9 | 20,2 |
| Comb. Rac. | 69,8 | 50,0 | 59,8 | 4,2 | 10,2 | 7,2 | 26,0 | 39,8 | 33,0 |

Fonte: elaboração própria - *Survey* com Dirigentes Estaduais (2017)

Os dados acima confirmam ainda a expectativa de que haveria certa diferenciação de gênero nas modalidades de associativismo. As mulheres compõem a maioria dentre aquelas(es) que nunca participaram das organizações tradicionais - Igreja, Sindicato, Movimento Estudantil – ao mesmo tempo em que são maioria também dentre os indivíduos que deixam de participar delas. Por outro lado é evidente o protagonismo das mulheres no engajamento, por óbvio nos movimentos de defesa dos Direitos das Mulheres (44,0%), mas também de Direitos Humanos (62,6%) e de Combate ao Racismo (39,8%).

É importante ressaltar que o PT apresenta pastas de Secretarias ou Setoriais para todas as temáticas listadas acima, incluindo os novos temas. Importante ressaltar ainda que todos estes campos de política foram destaque nos Governos de Lula e Dilma, com a criação da Secretaria Nacional de Mulheres (SPM), a Secretaria Nacional de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SDH) que abarcava dentre outros temas de direito, a promoção e a defesa de políticas públicas para população LGBT e para Pessoas com Deficiências. Este fato indica um duplo movimento que reforça os argumentos de Amaral (2011) sobre o PT ser um partido *ainda conectado* com os movimentos sociais, uma vez que as demandas dos movimentos passaram a se reverter em políticas de governo do partido ao passo que pessoas vinculadas à defesa destes temas pertencem também às estruturas deliberativas da legenda. A própria aprovação da paridade de gênero e das cotas étnico-raciais e de juventude, já indicam maior flexibilidade e permeabilidade destas demandas junto à cúpula partidária.

5.1.2 No interior do PT

Para investigarmos a trajetória dos indivíduos no interior do PT, elencamos as variáveis apresentadas na Tabela abaixo, apresentadas pela literatura como instâncias da estrutura organizacional do partido relevantes para se ascender na hierarquia petista. Observamos que a ampla maioria das(os) respondentes: 1) fazem parte de alguma tendência interna do partido – 86,5% dos homens, 84,6% das mulheres; 2) tem algum cargo no Diretório Estadual – 62,6% dos homens, 53,8% das mulheres; 3) foi membro de alguma outra instância do partido – 84,0% dos homens e 70,5% das mulheres; 4) estão ainda presentes de alguma forma nos diretórios e executivas municipais - 41,1% dos homens e 48,7% das mulheres.

Tabela 5.4⁴² – Trajetória política interna das(os) dirigentes petistas (%)

| | | Homens (%) | Mulheres (%) |
|---|---------------|-------------------|---------------------|
| Faz parte de tendência interna* | | 86,5 | 84,6 |
| Tem cargo no D.E* | | 62,6 | 53,8 |
| Foi membro de outra instância* | | 84,0 | 70,5 |
| Executiva Estadual | Não faz parte | 41,7 | 36,5 |
| | Faz parte | 34,4 | 37,8 |
| | Já fez parte | 23,9 | 25,6 |
| | | 100% | 100% |
| Diretório e/ou Executiva Municipal | Não faz parte | 16,0 | 19,2 |
| | Faz parte | 41,1 | 48,7 |
| | Já fez parte | 42,3 | 32,1 |
| | | 100% | 100% |
| (n) | | 163 | 156 |

*apresentam porcentagens relativas apenas a presença/pertencimento de cada atributo

Fonte: elaboração própria - *Survey* com Dirigentes Estaduais (2017)

Os dados revelam, portanto, que a vinculação a algum grupo interno parece ser elemento equalizador das trajetórias, ou seja, independente dos gêneros, o pertencimento a alguma tendência é condição fundamental para se chegar a cargos diretivos no PT. Sobre a relevância das tendências (ou correntes) para a dinâmica organizativa do PT, Pedro Floriano (2010) informa que “o militante que deseja disputar um cargo na hierarquia petista precisa, necessariamente, vincular-se a alguma tendência, pois, isolado, está destituído de oportunidades de ascensão”.

Estas correntes são definidas de modo geral como grupos que se organizam internamente a fim de imprimir seus posicionamentos político-ideológicos na política partidária, além de conquistar de forma estratégica

⁴² Quando a presença das(os) entrevistadas(os) na Executiva Estadual precisamos fazer uma ressalva em relação aos dados apresentados no Capítulo 3 e os aqui descritos. As discussões anteriores verteram sobre dados oficiais e censitários das composições dos diretórios e vertem alguma disparidade em comparação com os dados amostrais apresentados aqui, colhidos de forma aleatória, por auto-preenchimento e auto-disposição. Observamos que: a) os homens que fazem parte das executivas estaduais se dispuseram menos a responder nosso instrumento, enquanto b) as mulheres da alta cúpula se mostram mais abertas a contribuir com a pesquisa. Apesar disso, este possível “viés” não implica invalidação de nossas análises, uma vez que os dados são analisados dentre as(os) respondentes de forma individual e comparando grupos por gênero.

cargos internos (Zincone, 2000). No caso petista elas se definem do mesmo modo: “agrupamentos de filiados do PT, com atuação estritamente interna, constituída para defender posições políticas organizacionais e disputar postos nas instâncias e nos organismos do partido” (PT, Regulamentação das Tendências Internas, 1987, p. 1). As direções são compostas, deste modo, a partir da noção de proporcionalidade de votos que cada tendência possui, seja nos Encontros e Congressos do partido, seja nos Processos de Eleições Diretas (PED). Não é objetivo deste trabalho reconstruir os movimentos de articulação destes grupos, nem discutir como eles se organizam entre si em cada contexto para garantirem a proporcionalidade e conquistarem espaços internos no PT. Para este fim, há estudos mais detalhados que podem ser acessados, como o de Novaes (1995), Lacerda (2002), Ribeiro (2010). Nossa pretensão restringe-se a apresentar como se distribuem as(os) dirigentes dentre as tendências, e posteriormente testar sua influência para obtenção de cargos mais altos na hierarquia petista. Sendo assim, vale questionar a qual agrupamento pertence, então o grupo de dirigentes aqui estudados? Quais tendências são responsáveis pela maior indicação de mulheres às cúpulas estaduais? Diante dos dados podemos verificar alguma especificidade regional?

A tabela 5.4 foi construída a partir da autodeclaração de tendências de cada um(a) das(os) respondentes ao nosso instrumento de pesquisa. Deste modo as porcentagens apresentadas e o quadro de representação que verificamos abaixo pode não coincidir exatamente com a apresentada na gestão 2013-2017.

O que fica evidente pelos dados abaixo é, sem dúvida, a pluralidade de correntes que compõe as direções estaduais, organizadas por meio dos critérios estatutários da proporcionalidade. Dentre as(os) respondentes são pelo menos 37 grupos representados que organizamos em três blocos: i) os grupos ligados à tendência *Construindo um Novo Brasil* (CNB) – lembrando que esta relação foi possível devido ao fato de a questão ser aberta e a(o) respondente ter informado espontaneamente esta vinculação; ii) os grupos intermediários – não ligados à CNB que possuem ao menos 1,0% de representantes; iii) as minorias – grupos que não atingiram 1,0% das(os) entrevistados.

Nota-se a supremacia da CNB na composição das direções. Corrente nacional majoritária do PT desde meados dos anos 1990, que aglutina em diversas disputas outros grupos minoritários na composição de suas chapas, esta corrente sozinha está representada em mais de 30% das(os) entrevistadas(os). Outras correntes de expressão e organização nacional vêm logo atrás, mas não ultrapassaram os 6,0%, como é o caso

da Democracia Socialista (DS) (6,6%), da Articulação de Esquerda (AE) (5,3%), da Militância Socialista (MS) (3,8%) e da Esquerda Popular Socialista (EPS) (3,1%), sem contar o grupo O Trabalho, um dos mais antigos do partido que desde seus primórdios faz uma oposição ideológica à esquerda nas disputas internas do partido, em que pese o pouco peso numérico que possuem (1,3%).

Os grupos chamados aqui de intermediários, no entanto, somam junto à maioria das(os) entrevistadas(os) (40,7%) e representam no agregado força maior que os grupos ligados à CNB (37,29%), o que não significa dizer que na prática o primeiro bloco atue articulado. Por fim, os grupos minoritários somam pouca representatividade (7,7%), pode-se aventar sobre eles que no dia-a-dia do partido ou atuam aglutinado a outras correntes, até mesmo à CNB ou que representam forças regionais. É o que veremos mais adiante.

Tabela 5.5 – Proporcionalidade das Tendências dentre os dirigentes estaduais (%)

| Tendências / Grupos Internos | | Total (% / N) | Homens | Mulheres |
|---|-----------------------------------|---------------|--------|-------------|
| Grupos ligados à CNB (37,2%) | Construindo um Novo Brasil (CNB) | 32,6 (104) | 46,2 | 53,8 |
| | Articulação Unidade na Luta | 2,2 (7) | 14,3 | 85,7 |
| | Núcleo Retomada | 0,3 (1) | 100,0 | 0,0 |
| | Seguindo em Frente | 0,3 (1) | 0,0 | 100,0 |
| | Coletivo Celso Furtado | 0,6 (2) | 100,0 | 0,0 |
| | Construindo um Novo Pará | 0,3 (1) | 0,0 | 100,0 |
| | Campo Popular | 0,3 (1) | 100,0 | 0,0 |
| | Base e Luta | 0,3 (1) | 100,0 | 0,0 |
| Grupos intermediários (40,7%) | Democracia Socialista (DS) | 6,6 (21) | 38,1 | 61,9 |
| | Mensagem ao Partido | 6,0 (19) | 89,5 | 10,5 |
| | Articulação de Esquerda (AE) | 5,3 (17) | 52,9 | 47,1 |
| | Avante Socialismo XXI (S21) | 4,1 (13) | 46,2 | 53,8 |
| | Militância Socialista (MS) | 3,8 (12) | 66,7 | 33,3 |
| | Esquerda Popular Socialista (EPS) | 3,1 (10) | 40,0 | 60,0 |
| | Movimento PT (MPT) | 3,1 (10) | 30,0 | 70,0 |
| | Alternativa Socialista (AS) | 2,8 (9) | 66,7 | 33,3 |
| | Democracia Radical (DR) | 2,5 (8) | 50,0 | 50,0 |
| | O Trabalho | 1,3 (4) | 100,0 | 0,0 |
| | Esq. Democrática e Popular (EDP) | 1,3 (4) | 25,0 | 75,0 |

| | | | | | |
|-------------------|-----------------------------------|--------------------|-------------|-------------|------|
| Minorias (7,7) | Campo Democrático | 0,9 (3) | 66,7 | 33,3 | |
| | Tribo | 0,6 (2) | 50,0 | 50,0 | |
| | PMB | 0,3 (1) | 100,0 | 0,0 | |
| | Movimento Cerrado | 0,6 (2) | 100,0 | 0,0 | |
| | Reencantar | 0,6 (2) | 50,0 | 50,0 | |
| | Mov. Ação e Identidade Socialista | 0,3 (1) | 100,0 | 0,0 | |
| | RUL | 0,3 (1) | 0,0 | 100,0 | |
| | Coletivo Graúnas | 0,3 (1) | 100,0 | 0,0 | |
| | PT pra Vencer | 0,6 (2) | 100,0 | 0,0 | |
| | Utopia e Vida | 0,3 (1) | 100,0 | 0,0 | |
| | PCM | 0,3 (1) | 100,0 | 0,0 | |
| | Militância Presente | 0,3 (1) | 100,0 | 0,0 | |
| | Muda PT | 0,3 (1) | 100,0 | 0,0 | |
| | PT da Base | 0,3 (1) | 0,0 | 100,0 | |
| | PT para Todos | 0,3 (1) | 0,0 | 100,0 | |
| | Unidade e Luta Democrática (ULD) | 0,3 (1) | 0,0 | 100,0 | |
| | PTLM | 0,3 (1) | 0,0 | 100,0 | |
| | Independentes | 0,3 (1) | 0,0 | 0,6 | |
| | | Nenhuma | 14,4 (45) | 48,9 | 51,1 |
| | | NS/NR | 1,6 (5) | 40,0 | 60,0 |
| | <i>Total</i> | 100,0 (319) | 51,1 | 48,9 | |

Fonte: elaboração própria - *Survey* com Dirigentes Estaduais (2017)

Elemento primordial para nossa discussão é buscar responder como se apresentam as representações por gênero dentro de cada corrente, uma vez que o critério da proporcionalidade garante determinado número de vagas que são dos grupos, e cabe a eles indicarem seus nomes. Diante da normativa da paridade vale questionar quais correntes tendem a indicar mais mulheres ou seguirem internamente critérios paritários.

Vejamos, em primeiro lugar, que as únicas correntes com paridade representada dentre as(os) respondentes são a DR (com 8 integrantes aqui listados) e a Reecantar (com dois integrantes) e Tribo (também com dois). Dentre as 14 correntes com maior número de vagas – mais de 4 respondentes – a Articulação Unidade na Luta (85,7%), a EDP (75,0%), MPT (70,0%), DS (61,9%), EPS (60,0%), CNB (53,8%) e S21 (53,8%) são as que apresentam, respectivamente, maior **proporcionalidade** de mulheres dentre as(os) representantes entrevistadas(os). Interessante notar que dentre as cinco tendências com apenas dois integrantes listadas(os) duas delas apresentam paridade (Reencantar e Tribo) e as

outras três só possui homens dentre as(os) respondentes – Coletivo Celso Furtado, Movimento Cerrado e PT pra vencer. Dentre as 17 correntes com apenas um (1) integrante, onze delas só possui homens dentre nossa amostra.

Tabela 5.6 – Distribuição das tendências por região (%)

| Correntes ⁴³ | Regiões | | | | | Total |
|------------------------------|---------|----------|--------------|---------|------|-------|
| | Norte | Nordeste | Centro-Oeste | Sudeste | Sul | |
| Grupos Ligados à CNB | 22,9 | 33,9 | 14,4 | 14,4 | 14,4 | 100,0 |
| Grupos Intermediários | 26,4 | 34,9 | 12,3 | 9,4 | 17,0 | 100,0 |
| Minorias | 16,7 | 29,2 | 33,3 | 12,5 | 8,3 | 100,0 |
| Nenhuma | 15,6 | 35,6 | 8,9 | 22,2 | 17,8 | 100,0 |

Fonte: elaboração própria - *Survey* com Dirigentes Estaduais (2017)

Mais uma vez é importante lembrar que a proporcionalidade descrita acima diz respeito à representatividade das(os) respondentes, o que pode coincidir mais ou menos com a representação real das direções ao passo que a resposta à nossa amostragem se deu de forma aleatória e espontânea. Por este motivo também para construção da tabela seguinte, em que apresentamos a distribuição das tendências por região, consideramos apenas os grandes “blocos” apresentados na tabela 5.4, e não a dispersão total das correntes.

Diante de nossa amostra, as(os) respondentes ligadas(os) à CNB concentram-se fortemente nas regiões Norte e Nordeste (56,8%), tal quais as(os) representantes dos grupos intermediários (61,3%); sendo que a maior proporção das minorias encontram-se no Centro-Oeste (33,3%), seguido do Nordeste (29,2%).

Os dados discutidos até aqui têm reafirmado nosso argumento de que há diferenciações importantes no perfil e nas trajetórias de homens e mulheres. Verificamos nesta sessão que o Capital Familiar destes indivíduos tem peso expressivo para carreira militante, ainda que sem forte influência entre os gêneros. Por outro lado, corroborando com a expectativa de nossa terceira hipótese, o peso do Capital Associativo das(os) dirigentes se apresenta relevante, sendo que podemos observar especificidades interessantes no perfil de engajamento de homens e mulheres. Estas últimas se mostram muito mais propensas a participarem

⁴³ Consideramos a divisão destes três grupos a partir do somatório das correntes apresentadas na tabela 5.4.

de modalidades participativas vinculadas aos novos *movimentos* que ganham espaço no PT.

Como mesmo afirmou Amaral (2011), é possível notar que as(os) dirigentes petistas não passaram necessariamente por um processo de desengajamento. É verdade sim, que a participação nas organizações tradicionais que marcaram a fundação do PT diminuiu, enquanto as(os) petistas parecem estar migrando de categorias associativas. Migração, protagonizada especialmente pelas mulheres.

5.2 DETERMINANTES DO ACESSO ÀS COMISSÕES EXECUTIVAS

Discutimos amplamente ao longo de todo o trabalho, mas especialmente no capítulo 2 sobre as evidências da sub-representação das mulheres nas instâncias de alto escalão dos partidos políticos brasileiros, fator que, no entanto, não se apresenta substancialmente diferente em legendas de outros países (Espírito-Santo e Baum, 2004; Martins e Teixeira, 2005; Espírito-Santo, 2006). O que temos verificado aqui, em particular no caso petista, é que as desigualdades de gênero encontram também barreiras mesmo em instituições – como o PT – que por mais que apresente construção programática mais progressista e até adote medidas formais que busquem maior equidade, não rompem com padrões estruturais.

Vimos ainda que as dificuldades das mulheres se projetarem nos espaços de poder e decisão se acirram ao passo que galgam postos mais altos das hierarquias partidárias (Capítulo 2). No caso petista, o ápice de poder na estrutura do partido são as Comissões Executivas (CE) de cada nível – municipal, estadual e nacional. Verificamos também no segundo capítulo, que o PT demonstrou dificuldades para o cumprimento da paridade nos diretórios estaduais, e que maior ainda permanece a discrepância de gênero na composição das CE. Diante das características individuais, das carreiras e trajetórias das(os) dirigentes discutidas até este ponto, nesta última sessão do trabalho propomos investigar, quais são os determinantes individuais de acesso às CE. Seguimos buscando responder se há traços de peculiaridade entre as exigências subjacentes aos homens e às mulheres.

Para este objetivo, submetemos nossos dados a modelos de regressão logística que consiste em técnica estatística cuja finalidade é descrever a relação de uma variável dicotômica dependente (V.D) a uma ou mais variáveis independentes ou explicativas (V.I.), sendo estas quantitativas ou não. Os cálculos realizados permitem prever as razões de

chance [Exp(B)] do evento analisado (V.D) ser explicado pela presença ou ausência dos atributos de cada uma das V.I. (Everitt, 1992; Tabachnick, 1996; Barbeta, 2012). O objetivo de regressões deste tipo é buscar explicar a variável resposta a partir do menor número de determinantes possíveis.

Sendo assim, devido ainda à relativa limitação de casos de nossa amostra, propomos modelos sucintos de investigação. Consideramos de um lado às respostas à pergunta “O(a) Sr(a) já fez ou faz parte da Comissão Executiva Estadual do PT?” como variável dependente (V.D.); e de outros oito variáveis independentes (V.I.) – todas elas descritas ao longo do capítulo 4:

a) um bloco de medidas sociodemográficas, vinculada à teoria da centralidade do indivíduo – gênero, idade, escolaridade, estado civil. Para estas variáveis as expectativas eram de que ser mulher pudesse apresentar efeito negativo sobre as chances de comporem as CE; e que indivíduos mais velhos, de alta escolaridade, e casados, por outro lado, tivessem maiores probabilidades de ocuparem tal posto; num segundo modelo substituímos a variável idade por tempo de filiação, considerando a hipótese já aventada nas discussões descritivas de que sujeitos com mais tempo de filiação, ou *velhos filiados*, tivessem vantagens sobre os demais;

b) baseado nas análises descritivas anteriores, incluímos uma variável que mede o capital familiar dos sujeitos – “ter familiar no PT”; duas variáveis que medem o capital político interno – “ser de tendência vinculada à CNB”, e “ser profissionalizado pelo PT”, pois como verificamos anteriormente, são elementos que se apresentaram relevantes na descrição geral das trajetórias; bem como uma variável responsável por aferir o capital associativo – “ter vínculo com movimentos sociais”. Em todos estes casos, esperávamos que a presença de cada atributo apresentasse efeitos positivos sobre a VD.

As medidas sociodemográficas elencadas acima buscam medir os recursos individuais, dados importantes para teorias do voluntarismo cívico e também da centralidade do indivíduo segundo as quais a posição social dos sujeitos e suas respectivas disponibilidades de tempo livre e cognição, por exemplo, seriam atributos fundamentais para participação política. Estes fatores visam testar elementos da nossa hipótese principal de que homens e mulheres teriam variações no acúmulo destes atributos. No que tange nossa segunda hipótese, de que o pertencimento aos movimentos sociais teria maior impacto nas trajetórias femininas, a medida do vínculo associativo foi aqui utilizada, pois também se vincula as teorias elencadas acima, uma vez que tais autores discutem a obtenção de recursos coletivos (engajamento social) como estratégias

compensatórias dos recursos individuais (Verba, Schlozman & Brady, 1995).

Esta literatura adverte para o fato a obtenção destes recursos se distribuem de forma desigual entre os sujeitos das sociedades democráticas de modo que “os níveis mais elevados de participação podem ser encontrados naqueles com maior escolaridade, nos provenientes das classes médias, nos homens em relação às mulheres, naqueles com idade intermediária, nos casados, nas maiorias étnicas, naqueles engajados socialmente” (Ribeiro e Borba, 2010, p. 6). A partir disso, nossa maior expectativa se relaciona com os determinantes da participação entre homens e mulheres. Entretanto, o que verificamos abaixo é que várias de nossas hipóteses não se confirmam integralmente. Em nenhum dos casos a variável gênero se mostrou explicativa.

No primeiro caso (modelo 1) apenas duas variáveis apresentaram níveis de significância satisfatórios: estado civil ($\text{sig} = 0,049$) e ser profissionalizado ($\text{sig} = 0,000$), cujos coeficientes verificados são bastante altos. Observamos que ser casada(o) aumenta em 70,8% as razões de chances dos indivíduos ocuparem as CE, único dado de centralidade condizente com as discussões da literatura. Uma vez que o sujeito que constitui núcleos familiares, seria também aquele mais preocupado com as questões sociais do mundo que o cerca, como o futuro dos filhos, por exemplo, desenvolvendo assim, maior senso de responsabilidade e envolvimento político. Verificamos também que ser profissionalizada(o) amplia em 163,7% a vantagem das(os) dirigentes em ocuparem postos na CE. Este dado pode ser explicado pelo fato de que, como vimos no capítulo anterior, a profissionalização interna no PT se apresenta como principal degrau para ascensão na estrutura partidária.

Tabela 5.7 – Condicionantes individuais de acesso às Comissões Executivas

| Variáveis Independentes⁴⁴ | Modelo 1 | Modelo 2 |
|---|-----------------------|-----------------|
| | <i>r</i> ² | <i>0,101</i> |
| Gênero | ,809 | ,946 |
| Idade | ,994 | - |
| Velha(o) Filiada(o) | - | 1,929** |
| Escolaridade | 1,082 | ,984 |
| Estado Civil | 1,708* | 1,378 |
| Familiar no PT | 1,109 | ,943 |

⁴⁴ As variáveis “gênero”, “idade”, “escolaridade” e “estado civil”, estão aqui consideradas seguindo a mesma mensuração apresentada nas análises descritivas do Capítulo 4.

| | | |
|-------------------------------------|----------|----------|
| Vinculada(o) à CNB ⁴⁵ | 1,120 | 1,119 |
| Ser profissionalizado ⁴⁶ | 2,637*** | 2,553*** |
| Vínculo Associativo | ,771 | ,760 |
| <i>constant</i> | ,114 | ,191 |
| <i>N incluído na análise</i> | 280 | 276 |

Nota: * Sig < 0,050 > 0,001, ** Sig < 0,001 > 0,000, *** Sig = 0,000

Fonte: elaboração própria - Survey com Dirigentes Estaduais (2017)

Considerando as discussões feitas no Capítulo 4 de que o tempo de filiação importa mais que a idade dos militantes, propusemos o Modelo 2, substituindo a variável idade pela variável “ser velha(o) filiada(o)”. Neste caso nossa expectativa foi confirmada uma vez que ser velha(o) filiada(o) eleva em 92,9% (sig = 0,017) a probabilidade das(o) dirigentes serem recrutadas(os) para as CE, quando comparados com os novos filiados. Ser profissionalizada(o) segue como variável altamente explicativa, elevando em 155% as chances das(os) dirigentes fazerem parte da CE.

Ainda que a variável gênero não tenha apresentado significância estatística para explicar os modelos que propusemos acima, buscamos observar a partir dos modelos abaixo (Tabela 5.6) um comparativo entre os determinantes de acesso de homens e mulheres à instância máxima. Para tanto, mantivemos todas as outras variáveis no *hall* de V.I.s excluindo apenas a variável “gênero”.

Os dados abaixo não destoam consideravelmente dos verificados acima, uma vez que as variáveis idade, tempo de filiação, estado civil e profissionalização se comportam de modo semelhante ao observado na tabela anterior. Em ambos os modelos o fato das(os) dirigentes serem profissionalizadas(os) pelo partido amplia de modo considerável as chances de ocuparem as CE, de modo que as razões de chance de tal

⁴⁵ Recodificamos aqui as respostas abertas dadas à questão “P.12a – Já participou de outra(s) tendências, se sim, qual? [] 0. Não, [] 1. Sim, Qual?”, atribuindo valor “1” para aqueles sujeitos que afirmaram pertencer à CNB (ou grupos identificados como ligados a esta tendência, conforme tabela 5.3), e valor “0” para os respondentes identificados com todas as outras tendências.

⁴⁶ Considerando a questão inicial “P.24 – E atualmente, desempenha alguma das atividades políticas abaixo de forma profissionalizada?” a variável apresentada nos modelos de regressão considerou como “ser profissionalizadas(os)” as discussões feitas no capítulo 4 sobre o tema e atribuiu peso “1” ao somatório dos respondentes que se declararam “assessores de político eleito pelo PT” e “funcionários de governos petistas”.

medida são maiores entre os homens – 202,8% e 150,8%, respectivamente –, que entre as mulheres – 198,3% e 134,5%.

Tabela 5.8 - Determinantes de acesso de homens e mulheres às Comissões Executivas

| Variáveis Independentes | Modelo 1 | | Modelo 2 | |
|------------------------------|----------|----------|----------|----------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| <i>r</i> ² | 0,153 | 0,095 | 0,156 | 0,126 |
| Idade | 1,006 | ,988 | - | - |
| Velha(o) Filiada(o) | - | - | 1,931 | 2,441* |
| Escolaridade | 1,400 | ,792 | 1,307 | ,661* |
| Estado Civil | 2,599* | 1,279 | 1,876 | 1,057 |
| Familiar no PT | ,864 | 1,613 | ,667 | 1,668 |
| Vinculada(o) à CNB | 1,086 | 1,091 | 1,150 | 1,057 |
| Ser profissionalizado | 3,028** | 2,508** | 2,983*** | 2,345** |
| Vínculo Associativo | ,776 | ,807 | ,653 | ,896 |
| <i>constant</i> | ,006 | 1,828 | ,017 | 3,985 |
| <i>N incluído na análise</i> | 144 | 136 | 141 | 135 |

Nota: * Sig < 0,050 > 0,001, ** Sig < 0,001 > 0,000, *** Sig = 0,000

Fonte: elaboração própria - Survey com Dirigentes Estaduais (2017)

No primeiro modelo verificamos ainda que ser casado amplia em 159,9% a probabilidade dos homens de ocuparem o topo da hierarquia petista. Este dado poderia sugerir que este status civil liberariam outros recursos, como tempo, uma vez que as mulheres cuidariam de outras demandas como o lar e as(os) filhas(os). Tal constatação corrobora com argumentos da crítica feminista sobre a dualidade público-privado quanto à construção e ocupação dos espaços de poder, que chamam atenção para o fato de que às mulheres em “casamentos convencionais” são restritas “as oportunidades de participação em atividades públicas, profissionais e políticas” devido à especialização socialmente construída das responsabilidades domésticas (Bittman, 2004; Biroli, 2013, p. 172-173). Fatos ainda mais contundentes quando analisados em conjunto com as discussões das tabelas 4.10, 4.11 e 4.12 do capítulo anterior que verte sobre as responsabilidades de homens e mulheres quanto ao cuidado, por exemplo, das atividades caseiras, com filhos, doentes, idosos, etc.

Diante do modelo 2 (tabela 5.6), há dois dados interessantes. O primeiro, diz respeito ao tempo de filiação, aqui só explicativo entre as mulheres. Nestes termos, ser “velha filiada” eleva em 144,1% as chances de elas ocuparem a CE. Além disso, mesmo que de forma contra intuitiva a escolaridade das mulheres apresenta coeficiente negativo, ou seja, cada grau de escolaridade delas reduziria em 33% suas chances de ocuparem a

CE. Este dado, no entanto, não deve ser analisado de modo isolado. Conjugando estas duas informações, poderíamos inferir que as mulheres filiadas há mais tempo possuem menor escolaridade que as novas filiadas e que ao final, a variável tempo de filiação é o que mais conta para as rotas de ingresso internas do PT.

Os dados acima demonstram que a profissionalização interna dos sujeitos se apresentam como a principal medida desta rota de ingresso, funcionando como um filtro para a conversão dos recursos individuais em capital político determinante para composição das CE. O status social do indivíduo, seja por seu *background*, seja por seu acumulado de capitais se revertem em potencialidades para a distribuição de incentivos individuais (profissionalização interna), sendo estes degraus importantes para se galgar espaços mais hierárquicos na estrutura do partido (Gaxie, 1997; Panebianco, 1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo procuramos evidenciar de que modo a carreira das(os) dirigentes petistas são marcadas pelo acumulado de capitais, sejam eles político, familiar ou associativo. De modo mais detido, observamos que para cada um deles há especificidades determinadas por marcadores de gênero, de modo que a principal evidencia que encontramos neste sentido tem a ver com as diferentes categorias associativa que vinculam homens e mulheres.

Além disso, verificamos que dentre os degraus que compõem a trajetória interna dos indivíduos na estrutura organizacional do partido, o pertencimento a determinadas correntes internas se apresenta como fator chave, especialmente no caso das mulheres, uma vez que estes subgrupos têm estratégias diferenciadas para maior ou menor proporcionalidade na indicação de mulheres aos cargos de direção.

Entretanto, quanto maior o passo rumo ao topo dos espaços de poder e decisão internos do PT, verificamos o quanto maior se estrutura características da oligarquização partidária ilustrada aqui pela relevância da profissionalização partidária como marcador preponderante para que homens e mulheres tenha acesso às Comissões executivas.

APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Este trabalho ambicionou contribuir para as discussões acerca dos múltiplos fatores que sustentam a consolidação das sociedades democráticas, especialmente aos elementos que impactam a qualidade da democracia. Neste sentido, buscamos indagar como as instituições dão respostas para superação das desigualdades que se colocam como obstáculos democráticos (Diamond e Morlino, 2005).

Para diferentes autores a adoção de medidas de discriminação positiva é imprescindível para que grupos específicos – como raça, etnia, gênero ou qualquer outro – obtenham os recursos necessários à participação e capacidade de influência nas tomadas de decisões, em geral limitados a eles em seus respectivos processos de socialização (O'Donnell, 2005; Dahl, 2008). Vários outros encaram a democratização dos espaços de decisão como uma questão não só de ampliação da igualdade política e de oportunidades, sobretudo como justiça (Rawls, 1993; Fraser, 1997, 2005; Young, 2006).

No caso específico das mulheres remontamos às interpretações que atribuem seu baixo engajamento político ao fato de comporem um grupo cujo lugar na estrutura social lhes coloca num ponto de partida desigual não só para a competição política e eleitoral, como também para o próprio desenvolvimento de uma ambição à participação (Biroli, 2013). Os motivos sociológicos para isso decorrem em grande medida dos processos de socialização dos indivíduos, que demarcam desde muito cedo papéis de gênero específicos que relegam, basicamente, aos homens o domínio do mundo público e às mulheres o cuidado das atividades domésticas. Este fato é uma das bases da alocação desigual de recursos e oportunidades que limitam as condições de participação política das mulheres por restringirem a disponibilidade, por exemplo, de tempo a ser dedicado às atividades políticas (Phillips, 1996; Biroli, 2013).

É evidente que devemos reconhecer os avanços da participação das mulheres em diferentes esferas da vida pública, nos diferentes níveis do judiciário, do mercado de trabalho e até mesmo nas esferas legislativas, mas é preciso reconhecer também que estes avanços não foram acompanhados “na mesma proporção pelas mulheres na vida político-partidária” (Pinto, 2001, p. 101).

Neste sentido destacamos a relevância que o Partido dos Trabalhadores teve na construção do sistema partidário brasileiro de modo geral e também para o debate envolvendo as questões de gênero. Ainda que alguns estudos tendam a considerá-lo com posturas mais restritas e fechadas à participação social (Novaes, 1993), outra parcela

deles chama a atenção para o esforço da legenda por maior inclusividade (Meneguello e Amaral, 2008; Ribeiro, 2010). Um exemplo disso pode ser considerado o espaço conquistado pelas mulheres em seu interior, seja entre sua elite intermediária (Ribeiro, 2010), seja entre sua base de filiados (Paludo, 2017), seja ainda na proposição de ações afirmativas como as cotas de 30% nas direções, nos anos 1990, e especialmente a normativa da paridade de gênero adotada a partir da reformulação estatutária de 2011.

Diante disso, num primeiro momento mais exploratório nossa pesquisa verificou que, no caso petista, a maior entrada de mulheres nas direções partidárias não foi acompanhada pela ocupação delas em cargos “vitais” para o exercício do poder e decisão da organização partidária. Elas, em geral, não ocupam as ditas “zonas de incerteza” (Panebianco, 1995), ou o chamado núcleo duro do comando da instituição. Mesmo em estados em que a paridade de gênero nos diretórios foi atingida, as mulheres ou são majoritariamente suplentes, ou ocupam secretarias temáticas de pouca expressão, ou, sobretudo não estão nas Comissões Executivas – instância máxima de poder do partido.

As razões para estas dificuldades são várias. Figuram-se como consequência da própria organização do sistema partidário nacional, das barreiras políticas, sociais e culturais que se estruturam na sociedade e como tais fatores encontram desafios dentro das próprias legendas. Por este motivo, a hipótese que orientou a tese levou em consideração a possibilidade de que regras institucionais como a que o PT aderiu não seriam suficientes para resolver a problemática da baixa participação das mulheres na política e na vida partidária, uma vez que as inovações institucionais apresentam limites, e outras fontes de desigualdades podem surgir, serem reforçadas e/ou simplesmente não se esgotarem.

A partir de um *survey online* amostral realizado pela autora junto às direções estaduais do partido, buscamos elementos das carreiras e trajetórias políticas das e dos dirigentes petistas. Os resultados desta pesquisa empírica nos permitiram apresentar os respectivos perfis de cada grupo destes indivíduos, em diálogo estreito com outros trabalhos sobre o tema (César, 2002; Ribeiro, 2008; Amaral, 2010; Paludo, 2017), bem como analisar de que maneira o *background social* destes sujeitos se articulam e se revertem em capitais políticos para ascensão na hierarquia do partido.

Elencamos e descrevemos ao menos três blocos de características gerais das(os) dirigentes:

1) Quanto ao seu *perfil e informações sociodemográficas*, podemos afirmar que são indivíduos cuja elevação da *escolaridade* é

muito mais acentuada que a verificada entre sua elite intermediária (Ribeiro, 2010; Amaral, 2010) e sua base de filiados (Paludo, 2017). Quanto à *idade* dos indivíduos, observamos marcas do envelhecimento da camada dirigente, tal qual estudos anteriores, no entanto é visível também certa tendência de maior inclusão da juventude, ou ainda de maior esforço em garantir a composição de direções mais representativas de sua base. Isto por que, a proporção entre filiadas(os) jovens e dirigentes jovens é praticamente idêntica (cerca de 18%) aos níveis observados por Ribeiro (2010) nos anos iniciais do partido, e pelo fato de que para todas as faixas etárias se observa uma proporção similar entre filiadas(os) e dirigentes. Quanto ao *tempo de filiação* das(os) dirigentes há dois achados: ao mesmo tempo em que encontramos parcela significativa de dirigentes de alto escalão com idades elevadas, verificamos também uma ampla maioria deles que são ingressantes ao partido após os anos 2000. Por fim, estas informações num comparativo de gênero revelam que há maior proporção de mulheres com nível superior e pós-graduações, enquanto que os homens figuram protagonismo apenas dentro a parcela com segundo grau; encontramos variações mais acentuadas no comparativo das idades de homens e mulheres, uma vez que a parcela de mulheres jovens (até 30 anos) é quase 10% superior que os homens de mesma idade; e, verificamos ainda que os homens têm filiações mais datadas nos anos fundacionais do PT e as mulheres massivamente a partir da década de 1990. Sendo assim, podemos apontar que, em suma, as mulheres que dirigem o PT atualmente possuem alta escolaridade, são em média mais jovens que os homens e com menor tempo de filiação.

2) Quanto ao *tipo de profissionalização interna, renda e dependência da estrutura partidária* os dados mostraram que antes de ocuparem postos na atual gestão a taxa de *profissionalização* interna dos sujeitos era bem maior (74,6%) que a taxa dos indivíduos que durante a gestão acumularam funções profissionalizadas com postos nos diretórios estaduais (48%). Isso significa dizer que ter sido profissionalizado pelo PT se apresenta como um fator relevante para que venham a se tornar dirigentes partidários, mas que parte significativa delas(es) deixa suas funções remuneradas pelo partido – em geral de assessoramento de políticos eleitos pelo PT e funcionários governos petistas - para ocuparem espaços nos diretórios estaduais. Além disso, dentre os indivíduos não-profissionalizados as mulheres são maioria. Em relação à *renda*, observamos que as(os) dirigentes estaduais possuem ganhos bastante variados, sendo que as maiores disparidades são observadas quando analisamos separadamente os rendimentos comparativos entre homens e

mulheres. Elas têm renda individual menor que a deles. Estes dados isoladamente confirmam as recorrentes discussões acerca das desigualdades de ganho entre homens e mulheres (Soares, 2000; Pereira, Santos e Borges, 2005; Kunzler, 2008; Serpa, 2010). Estes últimos dados ganharam ainda mais relevância quando observamos também que as mulheres figuram maioria na parcela com menor *dependência financeira* da estrutura partidária, fato que associado aos seus menores salários individuais reafirma o dilema das múltiplas jornadas femininas, um dos fatores determinantes das dificuldades de envolvimento das mulheres na vida pública.

3) O último bloco de características verteu sobre *as barreiras sociais* e os entraves da relação entre as esferas públicas e privadas para as carreiras políticas das mulheres (Miguel e Biroli, 2010), especialmente no caso petista (Godinho, 1998; Ribeiro, 2010). Quanto à *situação conjugal* das(os) dirigentes, no que tange o *estado civil* e a presença de *filhos*, verificamos que embora a maioria dos indivíduos sejam casadas(os) e tenham filhas(os), a proporção de casados é maior entre os homens, assim como a parcela de mulheres sem filhos é maior que a parcela de homens na mesma situação. No âmbito das *responsabilidades com cuidados* e divisão sexual dos trabalhos domésticos – fatores que segundo Biroli (2014) são em geral atribuídos às mulheres impondo-as ônus em outras esferas da vida – a pesquisa revelou que as(os) integrantes das cúpulas dirigentes estaduais do PT ou “não são responsáveis pelo cuidado de ninguém” (37,6%), ou o são responsáveis por “crianças/filhas(os)/netas(o)” (41,4%), sendo que há mais homens que mulheres no primeiro caso, e mais mulheres que homens na segunda situação.

Podemos afirmar, em suma que existem no perfil das(os) dirigentes petistas elementos que distinguem o background sócio demográfico de homens e mulheres. Se por um lado o PT apresenta possibilidades normativas para que novos indivíduos rompam com as barreiras de acesso à sua hierarquia, como é o caso da incorporação de mulheres jovens com menos tempo de filiação; por outro, esta realidade impõe custos muito mais rígidos para elas: alta escolaridade, pouca dependência financeira da estrutura do partido, jornadas múltiplas de trabalho e militância com recursos reduzidos de tempo livre; atributo ainda mais limitado pelo fato de elas serem a maior parcela das pessoas casadas, com filhos e responsáveis pelos cuidados domésticos.

Nestes termos, os traços que marcam as rotas de ingresso e recrutamento das mulheres para os cargos de poder e decisão do PT não diferenciam substancialmente o partido de outras instituições. Em que pese

sua abertura para entrada de determinados indivíduos – como as mulheres – há tacitamente regras internas que diferenciam os indivíduos neste campo político, seja privilegiando a ocupação de determinadas posições a partir do acúmulo de uma ou outra característica, seja barrando seu acesso a este ou aquele espaço. O que faz do partido um espaço autônomo estruturado por hierarquias e critérios próprios. (Bourdieu, 1986; Miguel, 2010; Miguel e Biroli, 2010).

Sendo assim, na sequência da análise das características socioodemográficas, enveredamos por descrever as trajetórias políticas das(os) dirigentes a partir de elementos acumulados *anterior* a sua entrada no PT, e por elementos da carreira no *interior* do PT.

Quanto aos primeiros destacamos: capital político (filiação partidária anterior e tempo de filiação); capital familiar (presença de familiares em outros partidos ou no PT) e capital associativo (engajamento em movimentos sociais). De modo geral, tanto homens, quanto mulheres pertencem ao contingente de velhas(os) filiadas(os), no entanto, é relevante anotar que a ampla maioria das(os) novas(os) filiadas(os) são de mulheres, fator já identificado por Paludo (2017) dentre a base militante do partido. Nossos dados também coincidiram com os achados do autor, no que tange o capital familiar: encontramos aqui percentual considerável de indivíduos da cúpula partidária que afirma possuir familiares filiados a outros partidos, mas é ainda mais expressiva a presença de familiares filiados ao PT.

Nossa segunda hipótese verteu no sentido de afirmar que a fim de compensar as habilidades e recursos não herdados ou adquiridos seria possível encontrarmos, dentre as dirigentes petistas, um maior envolvimento com movimentos sociais, organizações e associações de interesses, que os encontrados dentre os homens. Sendo assim, no que tange o capital associativo das(os) dirigentes, verificamos que é alta a taxa das(os) que afirmaram ter algum envolvimento com movimentos sociais (70%), patamar bastante similar ao encontrado por Amaral (2011). Há, no entanto, como prevíamos diferenciação das categorias associativas em que homens e mulheres se engajam (Marenco e Serna, 2007; Almeida, Luchmann e Ribeiro, 2012).

Verificamos, neste caso que: 1) mesmo as organizações tradicionais apresentando a menor taxa de respostas “nunca participou”, elas são também as que mais obtiveram debandada, especialmente as entidades estudantis – um dos motivos que pode ser aventado para isso é o envelhecimento das fileiras diretivas do PT, outrora caracterizada por certo protagonismo dos estudantes (Amaral, 2011); 2) ainda que os movimentos e organizações originárias do PT – igreja, sindicato e

movimento estudantil – não apresentem níveis de participação atuais desprezíveis, é interessante notar que as taxas dos novos movimentos – organizações em defesa dos Direitos Humanos, Diretos LGBT, de Combate ao Racismo, em defesa dos Direitos das Mulheres e dos Direitos de Pessoas com Deficiência – apresentam-se de igual modo, bastante altas; 3) Sobre este último aspecto, as mulheres compõem a maioria dentre aquelas(es) que nunca participaram das organizações “tradicionais”, ao mesmo tempo em que são maioria também dentre os indivíduos que deixam de participar delas. Fica assim evidente o protagonismo delas no engajamento das “novas organizações”. Como mesmo afirmou Amaral (2011), notamos que as(os) dirigentes petistas não passaram necessariamente por um processo de desengajamento, o que mudou foi que sua participação nas organizações tradicionais que marcaram a fundação do PT diminuiu, enquanto as(os) petistas parecem estar migrando de categorias associativas. Migração esta protagonizada especialmente pelas mulheres.

Observamos ainda que a ampla maioria das(os) respondentes têm suas respectivas *trajetórias internas* marcadas pela passagem por: a) diretórios e executivas municipais; b) algum cargo no Diretório Estadual; c) alguma outra instância do partido (como comissões, secretarias, etc.); d) fazem parte de alguma tendência interna do partido. Este último vínculo é destacado pela literatura como elemento vital para aqueles indivíduos que desejam disputar algum cargo na hierarquia petista (Ribeiro, 2010), por isso, nos detivemos, a saber, qual “corrente” pertence o grupo de dirigentes aqui estudados, e qual delas são responsáveis pela maior indicação de mulheres às cúpulas estaduais. Encontramos uma supremacia da CNB na composição das direções. Em que pese os grupos intermediários somarem juntos a maioria das(os) entrevistadas(os), a corrente majoritária do PT – desde meados dos anos 1990 – está representada, sozinha, por mais de 30% das(os) entrevistados. Entretanto, a proporcionalidade interna de mulheres indicadas por cada tendência não é uniforme, de modo que no agregado a maioria delas soma-se aos grupos externos à CNB.

Frente a toda esta discussão, nosso trabalho se dedicou a estudar ainda como se articulam os elementos das trajetórias individuais para a chegada das mulheres nos mais altos postos de comando dos partidos políticos. No caso petista, o ápice de poder na estrutura do partido são as Comissões Executivas (CE). Verificamos que o PT demonstrou dificuldades para o cumprimento da paridade nos diretórios estaduais, e que a discrepância na proporção de homens e mulheres na composição das CE é ainda maior, e diante das características individuais, das

carreiras e trajetórias das(os) dirigentes identificamos que o principal determinante de acesso dos indivíduos às CE é a profissionalização interna.

Podemos concluir, em suma, que nosso estudo vem atestar de alguma forma “*Michels tinha razão*”, e o PT não está imune ao processo de oligarquização pelo qual os partidos estariam fadados. Mas, quanto a isto não há novidade, nem frente os estudos do clássico autor, nem no que se refere ao caso petista (Ribeiro, 2008; 2009). O que foi possível verificar como um achado mais específico, no entanto, é que este processo de oligarquização existe e, em virtude das diferentes barreiras sociais discutidas aqui, ele se apresenta de modo mais severo com as mulheres, fato que pode ser mais bem observado na apresentação das distintas trajetórias de homens e mulheres.

Pois então, vejamos. Para Michels, o processo de oligarquização partidária se inicia com as diferenciações de funções do partido a partir do acúmulo de “qualidades complexas que os líderes adquiriram pelo fato de terem se separado das massas” (Michels, 1982, p. 237-238). Esta separação pode se dar por “ordem psicológica”, ou seja, “quando a origem social desses líderes é baixa” e os sujeitos usam a organização como “*máquina de ascensão social*” (Michels, 2001; Ribeiro, 2012), ou de “ordem técnico-administrativa”, iniciada a partir do crescimento das organizações. Neste último caso, a separação se dá uma vez que os dirigentes partidários convertem-se inexoravelmente em indivíduos que dominam “o conhecimento sobre o funcionamento administrativo e operacional da organização e elaboram as estratégias de relacionamento com os ambientes de atuação do partido político” (Braga, 2012, p. 84). E, como pondera Couto (2012), “o que permite a sua transformação em oligarcas não é apenas a sua conversão em profissionais da política (embora esta seja uma condição necessária), mas a detenção de um poder na organização não desfrutado pelos demais” (Couto, 2012, p. 48).

O caso petista parece ilustrar que seu processo de burocratização se vincula muito mais ao segundo modelo – de caráter técnico-administrativo – uma vez que como já discutido as características de seus líderes já os colocam em certa posição de centralidade e *status social* – seja pela alta escolaridade, renda, etc. Entretanto, ao analisar a cúpula petista a partir de um recorte de gênero, observamos que não se trata de um grupo homogêneo. Nem em suas características, trajetórias e origens, nem a execução de suas funções de lideranças, uma vez que mesmo com a maior incorporação formal das mulheres à máquina diretiva do partido, elas não têm ocupado de fato espaços, cargos e postos imprescindíveis à organização.

Não se trata aqui de discutir aspectos qualitativos do processo de elitização dos partidos, nem tampouco fazer uma defesa de sua existência, permanência, reprodução, ou legitimidade (Cassinelli, 1953; Leach, 2005). O fato é que, se é verdade que a oligarquização das organizações é marcada por uma espécie de “divisão de tarefas” que gera um abismo de representação entre líderes e não líderes (Couto, 2012), seria possível considerar também que a segregação das funções se dá também intra-elites. Os oligarcas aqui descritos congregam entre si grupos que acumulam funções, qualidades e recursos distintos, uma vez que mulheres tendem a ocupar espaços diferentes dos delegados aos homens, seja quanto à concentração de poder, seja quanto aos temas sobre os quais decidem. Mais que isto, mesmo quando homens e mulheres ocupam postos semelhantes dentro da burocracia interna petista, como o caso das CE, o que observamos é que as características dos recursos individuais e dos capitais acumulados são muito mais custosas para elas. Isto se dá, não necessariamente pelo “machismo” partidário, ou por fatores tão somente intrínsecos às agremiações, mas sim pelo fato de que – conforme aventa nossa primeira hipótese – as inovações institucionais (normativa da paridade) não dão conta de romper com questões estruturadas na sociedade como as desigualdades de gênero. O ponto de partida desigual (Diamond e Morlino, 2005; Dahl, 2008; Matos, 2009; Biroli, 2013) não se altera com a regra.

O que encontramos aqui são mais alguns elementos atestando que a superação destas desigualdades demanda a alteração de múltiplos fatores, incluindo as ações partidárias. Não estamos negando que a incorporação das mulheres nas direções não vale a pena. Pelo contrário, elas são necessárias. A questão está em como *ir além*. Como já discutira Pinto (2012) há uma “relação estreita entre a posição da mulher na estrutura social de dominação e sua presença da vida pública”, seja no Brasil ou em qualquer outra democracia liberal. De modo que, esta realidade deve ser tomada como dado a partir do qual se possam construir estratégias que “transformem a posição das mulheres nos espaços de poder” (Pinto, 2012, p. 285-286).

Trata-se primordialmente de criar mecanismos multifacetados que alterem as formas pelas quais os recursos de homens e mulheres são desigualmente herdados e acumulados. É preciso que se estabeleça um ciclo virtuoso que inclua: (a) a incorporação de mais mulheres em direções partidárias (b) desde que ocupem postos que possam influenciar as formas com que as legendas incentivam e fomentam mais e melhor as candidaturas femininas, de modo a tornarem-nas competitivas o bastante para se elegerem; é preciso ainda que as mulheres dirigentes (c) possam

incidir de modo qualitativo nas diretrizes programáticas dos partidos, a fim de impactar governos e políticas. Trata-se de articular estratégias institucionais, com elementos de transformações culturais também. Para cada um destes flancos abre-se a possibilidade de novos estudos para os quais este nosso trabalho figura-se como estímulo.

REFERENCIAS

ALMEIDA, C.C.R.; LÜCHMANN, L.; RIBEIRO, E.A. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 8, p. 237-263, maio/ago. 2012.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cad. Pagu** [online], n. 43, p.13-56, 2014.

AMARAL, O. M. E. **As transformações na organização do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. Tese [Doutorado]. UNICAMP: Campinas, SP, 2010.

_____. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. **Rev. Opinião Pública**, Campinas (SP), v. 17, n. 1, p. 01-44, jun. 2011.

_____. As transformações nas formas de militância no interior do PT: Maior inclusão e menor intensidade. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 67-86, jun. 2013.

ARAUJO, Clara (1999) As Cotas para Mulheres e as Eleições de 1996 e 1998 - Analisando Resultados e Perspectivas. **Teoria & Sociedade** (UFMG), n.4.

_____. Potencialidades e Limites da Política de Cotas no Brasil. **Estudos Feministas**, v. 1, ano 9, p. 231-252, 2001.

_____. Partidos Políticos e Gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, n.24, p. 193-216, 2005.

_____. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso de mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 567-584, 2010.

_____. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. **Rev. Brasileira de Ciência Política** (Impresso), v. 9, p. 147-168, 2012.

AVELAR, L. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

_____. Dos movimentos aos partidos: a sociedade organizada e a política formal. **Revista Política & Sociedade** (UFSC), n. 11, p. 101-116, out. 2007.

_____. Mulher e política em perspectiva. In: VENTURI, Gustavo; **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Edições Sesc, 2013, p. 291-314.

AYRES, C.S. 2013. **Os desafios e peculiaridades do PT do Paraná: uma análise da cultura política dos dirigentes petistas**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 8. ed. Florianópolis: UFSC, 2012.

BARREIRA, I; GONÇALVES, D.N. “Presença” e “ausência” de candidatas: mapeando representações de dirigentes partidários. In: ALVES, J.E.D; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F (org.), **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

BIROLI, F. **Autonomia e desigualdade de gênero**: contribuições do feminismo para crítica democrática. Vinhedo: Ed. Horizonte, 2013.

BOHN, Simone. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 63-89, jan./jun. 2009.

BORBA, A.; FARIA N.; GODINHO, T. (org.) **Mulher e política**: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In J. Richardson (Ed.) **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood, 1986. p. 241-258.

BRAGA, S. S. M. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. **Opin. Publica**, Campinas, v. 14, n. 2, nov. 2008.

_____. Democracia e organização nos partidos políticos: revisitando os microfundamentos de Michels, **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 83-95, nov. 2012. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/34422/21346>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

BRAGA, S. S. M. e BOLOGNESI, B. (2013). Apresentação - Dossiê recrutamento político e seleção de candidatos nas democracias contemporâneas. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 21, n. 46, jun. 2013.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CÉSAR, B. T. **PT**: a contemporaneidade possível - base social e projeto político (1980-1991). Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas; HEINZ, Flavio. Regime político e recrutamento parlamentar: um retrato coletivo dos senadores brasileiros antes e depois da ditadura. **Rev. Sociol. Polit.** [online], v. 24, n. 60, p.47-68, 2016.

CORADINI, O. L. Escolarização, militantismo e mecanismos de participação política. In: HEREDIA, B. et al. (org.) **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

COTRIM, F. B. e SALES, M. A. (2017). Participação de mulheres em partidos políticos na América Latina – uma agenda de pesquisa. **Anais... CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 9, Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideu, 26 a 28 de julho de 2017.

COUTO, C.G. (2012). Oligarquia e processos de oligarquização: o aporte de michels à análise política contemporânea. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 47-62, nov. 2012. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/34419/21343>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

DAHL, Robert. **Um Prefácio à Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

_____. **La igualdad política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2008.

_____. **A Poliarquia: Participação e Oposição**. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 2ª reimpressão.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.). **Políticas de ciudadanía**

y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DIAMOND, L; MORLINO, L. **Assessing the quality of democracia.** Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 2005.

DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos.** Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Editora da UnB, 1980.

EASTON, D. **A systems analysis of political life.** New York: John Wiley, 1965.

ESPIRITO-SANTO, A.; BAUM, M. (2014). **Actas** dos ateliers do CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 5. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, Atelier: Género.

ESPIRITO-SANTO, A. (2006). **Para além das cerejas...** as mulheres nos principais partidos políticos portugueses. Dissertação (Mestrado). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Departamento de Sociologia, Lisboa-PT.

EVANS, J. R.; MATHUR, A. The value of online surveys. **Internet Research**, v. 15, n. 22, 2005, p. 195-219.

FRASER, Nancy. From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Postsocialist' Age. **New Left Review**, n. 1/212, p. 68-93, jul./aug. 1995.

_____. Repensando la esfera pública: una con-tribución a la crítica de la democracia actualmenteeistente. **Revista Ecuador Debate**, n. 46, 1999.

_____. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. (org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UNB, 2001.

_____. Reframing Justice in a Globalizing World. **New Left Review**, n. 36, p. 69-88, nov./dec. 2005.

GAXIE, M. D. Economie des partis et retributions du militantisme. In: **Revue française de science politique**, ano 27, n. 1 p. 123-154, 1977.

_____. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. In: **Swiss Political Science Review**, v. 11, n. 1, p. 157-188, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. “Cadre, Catch-All or Cartel?: A Rejoinder”. **Party Politics**, v. 2, n. 4, p. 525-534, 1996.

KECK, M. **PT, A Lógica da Diferença**: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

LAWLESS, Jennifer; FOX, Richard. **It takes a Candidate**: Why Women don't run for Office. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LACERDA, Alan D. O PT e a unidade partidária como problema. **Dados**, v. 45, n. 1, p. 39-76, 2002.

LEMONS, Leany Barreiro; RANINCHESKI, Sonia. O perfil sociopolítico dos senadores brasileiros. **Revista Senatus**, v. 2, n. 1, p. 33-39, dez. 2002.

LÜCHMANN, L.; ALMEIDA, C. C. R. Representação política das mulheres nos conselhos gestores de políticas públicas. **Katálysis**, v. 13, n. 1, p. 86-94, 2010.

MARENCO DOS SANTOS, A. Nas fronteiras do campo político: Raposas e outsiders no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 12(33), p. 87–101, 1997.

_____. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente:** recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998). Porto Alegre: UFRGS, 2000.

MARTINS E TEIXEIRA, 2005; MATOS, M. 2008. Teorias de gênero e teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357. Disponível em: <http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?pid=S0104-026X2008000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 maio 2016.

_____.2009a. Desdobramentos das agendas dos feminismos contemporâneos: a quarta onda. In: MATOS, M. (org.). **Enfoques feministas e os desafios contemporâneos**. V. I. Debates acerca do feminismo: antigos e novos desafios. Belo Horizonte: UFMG.

_____.2009b. Em busca de uma teoria crítico-emancipatória feminista de gênero: reflexões a partir da experiência da política na ausênciadas mulheres. In: MATOS, Marlise. (org.). **Enfoques feministas e os desafios contemporâneos: perspectiva feminista de gênero na política e nas políticas públicas**. Belo Horizonte: UFMG.

_____. Opinião Pública e Representação Política das Mulheres: Novos Horizontes para 2010? **Em Debate**, Belo Horizonte, v.2, n.3, p 31-37, 2010.

MENEGOZZO, C. H. M. **Partido dos Trabalhadores**: bibliografia comentada (1978-2002). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. – 1 CD-ROM.

MENEGUELO, R. 1987. PT: Inovação do sistema partidário brasileiro. Estudo da Formação e Organização do Partido dos Trabalhadores e sua participação nas eleições de 1982 em São Paulo. Campinas. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas.

MENEGUELLO, R.; AMARAL, O. E. do. 2008. Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil. **Brazilian Studies Programmed**, University of Oxford. Occasional paper BSP 02-08.

MESSENBERG, D. **A elite parlamentar do pós-Constituinte**: atores e práticas. São Paulo: Brasiliense, 2002.

_____. A elite parlamentar brasileira (1989- 2004). **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 309-370, maio-ago 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v22n2/04.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2008.

MICHELS, R. (1982) **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília, Editora UnB, 1982;

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.9, n.1, p. 253-267, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8614.pdf>>

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 653-679, set./dez. 2010.

MILBRATH, L. **Political participation**: how and why do people get involved in politics?. Chicago: Rand McNally, 1965.

MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MOISÉS, J. A.; SANCHEZ, B. R. Representação política das mulheres e qualidade da democracia: o caso do Brasil. In: MOISES, J. A. (org). **O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade**: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014. p. 89-116.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Rising Tide**: Gender Equality and Cultural Change around the World. New York: Cambridge University Press, 2003.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. **Political Recruitment**: Gender, Race and Class in the British Parliament. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

NORRIS, P. Women in European Legislative Elites. **West European Politics**, v. 8, n. 4, p. 90-101, 1985.

_____. 'Legislative Recruitment.' In: LEDUC, Lawrence; NIEMI, Richard G.; NORRIS, Pippa (eds.). **Comparing Democracies**. Newbury Park, Ca: Sage, 1996.

_____, 2013. Recrutamento político. **Revista de Sociologia e Política**, 21(46), pp.11–32.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. PT: Dilemas da Burocratização. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 35, 1993.

OLIVEIRA, R. C. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias** [online], n.18, p. 150-169, 2007.

OKIN, Susan. "Gender, the Public and the Private." In: PHILLIPS, Anne (Org.). **Feminism and Politics**. NY, Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 116-141. (Col. Oxford Readings in Feminism).

OSTROGORSKI, Mosei Jakovlevitch. **Democracy and the Organization of Political Parties**. Nova York: Haskell, 1970.

PALUDO, J. R. Intensidade da participação de delegados do PT. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9. **Anais...** Brasília, DF 04 a 07 de agosto de 2014.

_____. **Participação de alta intensidade e militância dos filiados de base do PT no Brasil**. Tese de Doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

PANEBIANCO, A. **Modelos de Partido**: organización y poder en los partidos políticos. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

PATEMAN, Carole. **The Disorder of Woman**. Stanford: Stanford University Press, 1989.

_____. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, R. S.; SANTOS, D. A.; BORGES, W. A mulher no mercado de trabalho. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2. **Anais...** São Luís (MA): UFMA, p. 01-08, ago. 2005.

PERISSINOTTO, R. M.; BOLOGNESI, B. **Partidos e recrutamento partidário nas eleições para Deputado Federal em 2006**. Trabalho apresentado no 6º Encontro da ABCP, Campinas, 29.jul./1.ago 2008.

PERISSINOTO, R.; COSTA, L.D. Regime político oligárquico e profissionalização política: o caso da Primeira República brasileira (1889-1930). In: REUNIÓN INTERNACIONAL SOBRE FORMACIÓN DE LAS ELITES, 2. Buenos Aires, Argentina: Flacso: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2013, p. 20.

PHILLIPS, A. **Engendering Democracy**. Cambridge: Polity Press, 1991.

_____. ¿Deben las feministas abandonar la democracia liberal? In: CASTELLS, C. (comp.) **Perspectivas feministas en teoría política**. Barcelona: Paidós, 1996.

PINHEIRO, L. S. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Dissertação (Mestrado). Brasília: Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, UnB, 2006.

PINTO, C. R. J. Participação (representação?) política da mulher no Brasil: limites perspectivas. In: SAFFIOTI, H.; MUÑOZ-VARGAS, M. (org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

_____. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.49, p. 98-112, mar./maio 2001.

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Feminismo, História e Poder. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo: Ed. Horizonte, 2012. p. 269-289.

PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F (org.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

PRÁ, J.; EPPING, L. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 33-51, jan./abr. 2012.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. Lisboa: Ed. Presença, 1993.

RENNÓ, L. et al. **Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania**. São Paulo: Intermeios, 2011.

RESENDE, Roberta Carnelos. **Gênero, performance eleitoral e perfil: uma análise da Assembleia Legislativa do Paraná (1998-2006)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Sociologia da Universidade Federal do Paraná, 2009.

RIBEIRO, P. J. F. O PT sob uma perspectiva Sartoriana: de partido antissistema a legitimador do sistema. **Política e Sociedade**, Florianópolis, out. 2003.

_____. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. São Carlos. Tese (doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 2008.

_____, 2009a. O PT, o Estado e a sociedade. In: ANGELO, V.A.; VILLA, M.A. (org.). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980 – 2006): uma história revisitada**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____, 2009b. Robert Michels e a oligarquia do Partido dos Trabalhadores. **Teoria e Pesquisa**. Disponível em: <http://teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/186/152>.

_____. Realismo e utopia em robert Michels. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 31-46, nov. 2012. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/34418/21342>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

_____. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 10, p. 225-265, jan./abr. 2013.

RIBEIRO, E.; BORBA, J. “Participação e pós-materialismo na América Latina”. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 28-63, jun. 2010.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y. S.; BORBA, J. (2016), Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 603-637, dez. 2016.

RODRIGUES, L. M. PT: a New Actor in Brazilian Politics. In: DEVOTO, F. J.; DI TELLA, T. S. (Eds.). **Political Culture, Social Movements and Democratic Transitions in South America in the 20th Century**. Milan: Feltrinelli, 1997.

_____. Partidos, Ideologia e Composição Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 48, p. 31-48, fev. 2002.

RULE, W. Political Rights, Electoral Systems and the Legislativo Representation of Women, op. cit.; JONES. Gender Quotas, Electoral Laws, and the Election of Women, op. cit.; DARCY, R., WELCH, S.; CLARCK, J. **Women, Election and Representation**. Londres/Lincoln: University of Nebraska Press, 1994.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAMUELS, D. 2004. As bases do petismo. **Opinião Pública**, v. X, n. 2, p. 221-241.

_____. 2008. A evolução do petismo. **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, p. 302-318.

SANBONMATSU, K. **Where Women Run:** Gender and Party in the American States. University of Michigan Press, 2006.

SANTOS, A. M. Nas fronteiras do campo político: raposas e "outsiders" no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 87-101, fev. 1997.

SANTOS, A. M.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 93-194, 2007.

SARTORI, G. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UnB, 1982.

SCHATTERSCHNEIDER, E. E. **Party Government**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1942.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo, democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. p. 305-366.

SCHLESINGER, **Joseph. Ambition and Politics: Political Careers in the United States.** Chicago: Rand McNally, 1966.

SELL, C. E.; BORBA, J. (2006). Eleições municipais e sistema partidário em Santa Catarina (1996-2004): uma análise a partir dos resultados eleitorais. In: CARREIRÃO, Yan de Souza; BORBA, Julian (Orgs.). **Os partidos na política catarinense: eleições, processo legislativo, políticas públicas.** Florianópolis: Insular. p. 49-66.

SEIDL, E. (2009) Escolarização e recursos culturais na composição de carreiras militantes. **Cadernos CERU**, São Paulo: USP, série 2, v. 20, n.1, jun/2009.

SINGER, A. **O PT.** São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos CEBRAP.** n. 85, nov. 2009. p. 83-102.

SOARES, S. S. D. O perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. **Texto para discussão**, Brasília: IPEA, n. 769, nov. 2000.

SOUZA, M.P. (2010). **Luz e sombras: as migrações partidárias e o recrutamento de candidaturas a partir do poder local.** Constatações de um estudo de caso – Belém do Pará. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará. Disponível em: Acesso em: 20 de junho de 2015.

TEIXEIRA, Ana Cláudia C.; DAGNINO, Evelina; SILVA, Carla Cecília Almeida. La constitución de la sociedad civil en Brasil. In:

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedad civil, espacios públicos y democratización: Brasil.** México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

VEIGA, L.F. 2007. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. **Opinião Pública**, v. 13, n. 2, p. 340-365.

VENTURINI, G. PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária. **Perseu**, n. 5, p. 207, 2010.

VERBA, S.; NIE, N. H. **Participation in America: Political Democracy and Social Equality**. New York: Harper & Row Publishers, 1972.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.L.; BRADY, H.E. **Voice and equality: Civic voluntarism in American politics**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WHITELEY; SEYD. **Participação de alta intensidade: a dinâmica do ativismo político na Inglaterra**. EUA: Universidade de Michigan, 2002.

WRIGHT MILLS, C. **A elite do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

YOUNG, I. M. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, n. 67, p. 139-190, 2006 (online).

ZINCONE, Giovanna. Frações. In BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.) **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 2000.

APÊNDICE 1 – PLANO AMOSTRAL

i) Amostra inicial, considerando estado/gênero

| ESTADO | MULHERES | | HOMENS | | TOTAL | |
|--------------|--------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|
| | % no estado | N amostra | % no estado | N amostra | % do Total | N amostra |
| AC | 45,2 | 5 | 54,8 | 7 | 3,8 | 11,8 |
| AM | 49,2 | 6 | 50,8 | 7 | 4,0 | 12,5 |
| AP | 42,9 | 1 | 57,1 | 2 | 0,9 | 3 |
| BA | 50,0 | 6 | 50,0 | 6 | 3,8 | 11,8 |
| CE | 54,4 | 10 | 45,6 | 8 | 5,5 | 17 |
| ES | 53,2 | 8 | 46,8 | 7 | 4,8 | 15 |
| GO | 44,4 | 5 | 55,6 | 7 | 3,9 | 12 |
| MA | 47,4 | 10 | 52,6 | 12 | 7,0 | 22 |
| MG | 48,4 | 5 | 51,6 | 7 | 3,8 | 11,8 |
| MS | 51,1 | 9 | 48,9 | 8 | 5,5 | 17 |
| MT | 44,9 | 7 | 55,1 | 8 | 4,8 | 15 |
| PA | 47,4 | 8 | 52,6 | 10 | 5,8 | 18 |
| PB | 46,2 | 11 | 53,8 | 12 | 2,4 | 22,5 |
| PE | 46,2 | 3 | 53,8 | 4 | 2,4 | 7,6 |
| PI | 53,3 | 2 | 46,7 | 1 | 0,9 | 3 |
| PR | 48,1 | 7 | 51,9 | 8 | 4,7 | 14,6 |
| RJ | 45,7 | 6 | 54,3 | 7 | 4,3 | 13,5 |
| RN | 47,9 | 4 | 52,1 | 5 | 2,9 | 9 |
| RO | 42,1 | 6 | 57,9 | 8 | 4,6 | 14 |
| RR | 51,5 | 4 | 48,5 | 3 | 2,0 | 6,5 |
| RS | 50,8 | 6 | 49,2 | 5 | 3,7 | 11,6 |
| SC | 50,0 | 9 | 50,0 | 9 | 5,4 | 17 |
| SE | 45,7 | 4 | 54,3 | 5 | 2,8 | 8,8 |
| SP | 40,9 | 2 | 59,1 | 3 | 1,3 | 4 |
| TO | 53,6 | 7 | 46,4 | 6 | 4,2 | 13 |
| DF | | | | | | |
| Total | 48,3% | 152 | 51,7 | 165 | 100% | 312 |
| | 151 | | 161 | | | |

ii) Amostra recalculada, e utilizada na tese, considerando regiões/gênero

| Região | Amostra Regional | UF | MULHERES | HOMENS |
|--------|------------------|----|----------|---------|
| | | | Parcial | parcial |
| CO | 15% - 44c | GO | 4 | 7 |
| CO | | MS | 9 | 12 |
| CO | 20M / 24H | MT | 6 | 6 |
| CO | | DF | 0 | 1 |
| N | 24,5% - 72c | AC | 6 | 4 |
| N | | AM | 7 | 5 |
| N | 34M / 38H | AP | 2 | 1 |
| N | | PA | 11 | 7 |
| N | | RO | 5 | 7 |
| N | | RR | 1 | 5 |
| N | | TO | 6 | 5 |
| NE | 29,7% - 87c | AL | 0 | 4 |
| NE | | BA | 10 | 8 |
| NE | 40M / 47H | CE | 10 | 9 |
| NE | | MA | 5 | 13 |
| NE | | PB | 2 | 10 |
| NE | | PE | 3 | 1 |
| NE | | PI | 1 | 1 |
| NE | | RN | 10 | 4 |
| NE | SE | 5 | 7 | |
| S | 15,5% - 45c | PR | 11 | 8 |
| S | | RS | 10 | 6 |
| S | 24M / 21H | SC | 10 | 10 |
| SE | 24,5% - 45c | ES | 11 | 8 |
| SE | | MG | 6 | 7 |
| SE | 23M / 23H | RJ | 5 | 8 |
| SE | | SP | 1 | 0 |

APÊNDICE 2 – FREQUÊNCIA DE CASOS DO QUESTIONÁRIO

P.1 – Você é Dirigente de qual estado?

| | | Estado | | | |
|-------|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
| Valid | Acre | 10 | 3,1 | 3,1 | 3,1 |
| | Maranhão | 18 | 5,6 | 5,6 | 8,8 |
| | Mato Grosso | 12 | 3,8 | 3,8 | 12,5 |
| | Mato Grosso do Sul | 20 | 6,3 | 6,3 | 18,8 |
| | Minas Gerais | 12 | 3,8 | 3,8 | 22,6 |
| | Pará | 18 | 5,6 | 5,6 | 28,2 |
| | Paraíba | 12 | 3,8 | 3,8 | 32,0 |
| | Paraná | 19 | 6,0 | 6,0 | 37,9 |
| | Pernambuco | 4 | 1,3 | 1,3 | 39,2 |
| | Piauí | 2 | ,6 | ,6 | 39,8 |
| | Rio de Janeiro | 13 | 4,1 | 4,1 | 43,9 |
| | Alagoas | 4 | 1,3 | 1,3 | 45,1 |
| | Rio Grande do Norte | 14 | 4,4 | 4,4 | 49,5 |
| | Rio Grande do Sul | 16 | 5,0 | 5,0 | 54,5 |
| | Rondônia | 12 | 3,8 | 3,8 | 58,3 |
| | Roraima | 6 | 1,9 | 1,9 | 60,2 |
| | Santa Catarina | 20 | 6,3 | 6,3 | 66,5 |
| | São Paulo | 1 | ,3 | ,3 | 66,8 |
| | Sergipe | 12 | 3,8 | 3,8 | 70,5 |
| | Tocantins | 11 | 3,4 | 3,4 | 74,0 |
| | Amapá | 3 | ,9 | ,9 | 74,9 |
| | Amazonas | 12 | 3,8 | 3,8 | 78,7 |
| | Bahia | 18 | 5,6 | 5,6 | 84,3 |
| | Ceará | 19 | 6,0 | 6,0 | 90,3 |
| | Distrito Federal | 1 | ,3 | ,3 | 90,6 |
| | Espírito Santo | 19 | 6,0 | 6,0 | 96,6 |
| | Goiás | 11 | 3,4 | 3,4 | 100,0 |
| | Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

A variável “Estado” foi recodificada em regiões, seguindo a seguinte distribuição:

Regiões

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|--------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid Norte | 69 | 21,6 | 21,6 | 21,6 |
| Nordeste | 96 | 30,1 | 30,1 | 51,7 |
| Centro-Oeste | 43 | 13,5 | 13,5 | 65,2 |
| Sudeste | 39 | 12,2 | 12,2 | 77,4 |
| Sul | 51 | 16,0 | 16,0 | 93,4 |
| 98,00 | 21 | 6,6 | 6,6 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P.2 – Qual a sua idade?**Idade**

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|----------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid 23 | 6 | 1,9 | 1,9 | 1,9 |
| 24 | 4 | 1,3 | 1,3 | 3,2 |
| 25 | 3 | ,9 | 1,0 | 4,2 |
| 26 | 7 | 2,2 | 2,3 | 6,4 |
| 27 | 11 | 3,4 | 3,5 | 10,0 |
| 28 | 6 | 1,9 | 1,9 | 11,9 |
| 29 | 11 | 3,4 | 3,5 | 15,4 |
| 30 | 11 | 3,4 | 3,5 | 19,0 |
| 31 | 13 | 4,1 | 4,2 | 23,2 |
| 32 | 10 | 3,1 | 3,2 | 26,4 |
| 33 | 6 | 1,9 | 1,9 | 28,3 |
| 34 | 7 | 2,2 | 2,3 | 30,5 |
| 35 | 6 | 1,9 | 1,9 | 32,5 |
| 36 | 4 | 1,3 | 1,3 | 33,8 |
| 37 | 7 | 2,2 | 2,3 | 36,0 |
| 38 | 12 | 3,8 | 3,9 | 39,9 |
| 39 | 5 | 1,6 | 1,6 | 41,5 |
| 40 | 5 | 1,6 | 1,6 | 43,1 |
| 41 | 7 | 2,2 | 2,3 | 45,3 |
| 42 | 13 | 4,1 | 4,2 | 49,5 |
| 43 | 11 | 3,4 | 3,5 | 53,1 |
| 44 | 6 | 1,9 | 1,9 | 55,0 |
| 45 | 9 | 2,8 | 2,9 | 57,9 |

Idade

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| 46 | 10 | 3,1 | 3,2 | 61,1 |
| 47 | 4 | 1,3 | 1,3 | 62,4 |
| 48 | 14 | 4,4 | 4,5 | 66,9 |
| 49 | 5 | 1,6 | 1,6 | 68,5 |
| 50 | 13 | 4,1 | 4,2 | 72,7 |
| 51 | 10 | 3,1 | 3,2 | 75,9 |
| 52 | 10 | 3,1 | 3,2 | 79,1 |
| 53 | 11 | 3,4 | 3,5 | 82,6 |
| 54 | 4 | 1,3 | 1,3 | 83,9 |
| 55 | 6 | 1,9 | 1,9 | 85,9 |
| 56 | 6 | 1,9 | 1,9 | 87,8 |
| 57 | 7 | 2,2 | 2,3 | 90,0 |
| 58 | 6 | 1,9 | 1,9 | 92,0 |
| 59 | 3 | ,9 | 1,0 | 92,9 |
| 60 | 5 | 1,6 | 1,6 | 94,5 |
| 61 | 6 | 1,9 | 1,9 | 96,5 |
| 63 | 3 | ,9 | 1,0 | 97,4 |
| 64 | 4 | 1,3 | 1,3 | 98,7 |
| 66 | 2 | ,6 | ,6 | 99,4 |
| 67 | 1 | ,3 | ,3 | 99,7 |
| 70 | 1 | ,3 | ,3 | 100,0 |
| Total | 311 | 97,5 | 100,0 | |
| Missing | 98 | 8 | | |
| Total | 319 | 100,0 | | |

A variável “idade” foi recodificada em faixas etárias, conforme distribuição a seguir:

Fx_et_tese

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-----------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid NR/NS | 2 | ,6 | ,6 | ,6 |
| ate 30 anos | 59 | 18,5 | 18,5 | 19,1 |
| de 31 a 40 anos | 75 | 23,5 | 23,5 | 42,6 |
| de 41 a 50 anos | 92 | 28,8 | 28,8 | 71,5 |
| 50 anos ou mais | 91 | 28,5 | 28,5 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P.3 – Gênero/Identidade de Gênero?**Gênero**

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid Homem | 163 | 51,1 | 51,1 | 51,1 |
| Mulher | 156 | 48,9 | 48,9 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P.4 – Qual a sua orientação sexual?**Orientação Sexual**

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid Heterossexual | 293 | 91,8 | 91,8 | 91,8 |
| Lésbica | 4 | 1,3 | 1,3 | 93,1 |
| Gay | 6 | 1,9 | 1,9 | 95,0 |
| Bissexuai | 9 | 2,8 | 2,8 | 97,8 |
| NS/NR | 7 | 2,2 | 2,2 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P.5 – Qual a sua escolaridade?**Escolaridade**

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|----------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid Fundamental Completo | 1 | ,3 | ,3 | ,3 |
| Ens. Médio Completo | 12 | 3,8 | 3,8 | 4,1 |
| Ens. Técnico | 3 | ,9 | ,9 | 5,0 |
| Ens. Superior Incompleto | 49 | 15,4 | 15,4 | 20,4 |
| Ens. Superior Completo | 90 | 28,2 | 28,2 | 48,6 |
| Pós-Graduação | 163 | 51,1 | 51,1 | 99,7 |
| NS/NR | 1 | ,3 | ,3 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

A variável “escolaridade” fora recodificada em novas categorias, conforme distribuição a seguir:

| | | escolar_tese | | | |
|---------|--------|---------------------|---------|---------------|--------------------|
| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
| Valid | 2,00 | 1 | ,3 | ,3 | ,3 |
| | 3,00 | 12 | 3,8 | 3,8 | 4,1 |
| | 4,00 | 142 | 44,5 | 44,7 | 48,7 |
| | 5,00 | 163 | 51,1 | 51,3 | 100,0 |
| | Total | 318 | 99,7 | 100,0 | |
| Missing | System | 1 | ,3 | | |
| Total | | 319 | 100,0 | | |

P.6 – Qual sua situação conjugal atual?

| | | Situação Conjugal | | | |
|-------|------------------------------|--------------------------|---------|---------------|--------------------|
| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
| Valid | Casada(o) | 119 | 37,3 | 37,3 | 37,3 |
| | Morando junto como casada(o) | 68 | 21,3 | 21,3 | 58,6 |
| | Divorciada(o) ou Separada(o) | 35 | 11,0 | 11,0 | 69,6 |
| | Viúva(o) | 97 | 30,4 | 30,4 | 100,0 |
| | Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

A variável “situação conjugal” foi recodificada para medir apenas o atributo de “ser casado” (somando “casadas(os) e “morando junto como casada(a)”), conforme distribuição a seguir:

| | | Casados | | | |
|-------|-----------------|----------------|---------|---------------|--------------------|
| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
| Valid | Não casadas(os) | 132 | 41,4 | 41,4 | 41,4 |
| | Casadas(os) | 187 | 58,6 | 58,6 | 100,0 |
| | Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P. 7 – Em relação a sua raça/etnia, se autodeclara:

| | | Raça/Etnia | | | |
|-------|-------------|-------------------|---------|---------------|--------------------|
| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
| Valid | Preta(o) | 76 | 23,8 | 23,8 | 23,8 |
| | Parda(o) | 106 | 33,2 | 33,2 | 57,1 |
| | Indígena(o) | 9 | 2,8 | 2,8 | 59,9 |
| | Branca(o) | 124 | 38,9 | 38,9 | 98,7 |
| | Outra | 1 | ,3 | ,3 | 99,1 |
| | NS/NR | 3 | ,9 | ,9 | 100,0 |
| | Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P. 8 – Você tem filhos (as) atualmente?

| | | Filhos Atualmente | | | |
|-------|-------|--------------------------|---------|---------------|--------------------|
| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
| Valid | Não | 90 | 28,2 | 28,2 | 28,2 |
| | Sim | 229 | 71,8 | 71,8 | 100,0 |
| | Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P.8a – Você tinha filhos quando se filiou ao partido?

| | | Filhos quando se Filiou | | | |
|-------|-------|--------------------------------|---------|---------------|--------------------|
| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
| Valid | Não | 231 | 72,4 | 72,4 | 72,4 |
| | Sim | 87 | 27,3 | 27,3 | 99,7 |
| | NS/NR | 1 | ,3 | ,3 | 100,0 |
| | Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P.9 – Em se tratando das atividades domésticas, você é responsável pelo cuidado de:

Responsabilidades pelo cuidado doméstico

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid Não | 120 | 37,6 | 37,6 | 37,6 |
| Algum Familiar | 27 | 8,5 | 8,5 | 46,1 |
| Enfermo | 1 | ,3 | ,3 | 46,4 |
| Idoso | 14 | 4,4 | 4,4 | 50,8 |
| Criança | 132 | 41,4 | 41,4 | 92,2 |
| Pessoa com Deficiencia | 2 | ,6 | ,6 | 92,8 |
| Outros | 8 | 2,5 | 2,5 | 95,3 |
| NS/NR | 15 | 4,7 | 4,7 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P.10 – Ao que se refere a questão acima possui auxilio de alguém?

recebe ajuda no cuidado

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------------------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid Não é responsável por cuidado | 123 | 38,6 | 38,6 | 38,6 |
| Sem auxilio | 49 | 15,4 | 15,4 | 53,9 |
| Empregado em tempo parcial | 35 | 11,0 | 11,0 | 64,9 |
| Empregado em tempo Integral | 8 | 2,5 | 2,5 | 67,4 |
| Empregado e algum membro da familia | 12 | 3,8 | 3,8 | 71,2 |
| Somente membro da familia | 87 | 27,3 | 27,3 | 98,4 |
| NS/NR | 5 | 1,6 | 1,6 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P.11 – Em que ano você se filiou ao PT?

| | | Ano de filiação | | | |
|-------|------|------------------------|---------|---------------|--------------------|
| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
| Valid | 1980 | 9 | 2,8 | 2,9 | 2,9 |
| | 1981 | 2 | ,6 | ,6 | 3,5 |
| | 1982 | 7 | 2,2 | 2,2 | 5,7 |
| | 1983 | 7 | 2,2 | 2,2 | 7,9 |
| | 1984 | 3 | ,9 | 1,0 | 8,9 |
| | 1985 | 4 | 1,3 | 1,3 | 10,2 |
| | 1986 | 20 | 6,3 | 6,3 | 16,5 |
| | 1987 | 10 | 3,1 | 3,2 | 19,7 |
| | 1988 | 11 | 3,4 | 3,5 | 23,2 |
| | 1989 | 15 | 4,7 | 4,8 | 27,9 |
| | 1990 | 6 | 1,9 | 1,9 | 29,8 |
| | 1991 | 2 | ,6 | ,6 | 30,5 |
| | 1992 | 10 | 3,1 | 3,2 | 33,7 |
| | 1993 | 5 | 1,6 | 1,6 | 35,2 |
| | 1994 | 7 | 2,2 | 2,2 | 37,5 |
| | 1995 | 8 | 2,5 | 2,5 | 40,0 |
| | 1996 | 12 | 3,8 | 3,8 | 43,8 |
| | 1997 | 15 | 4,7 | 4,8 | 48,6 |
| | 1998 | 8 | 2,5 | 2,5 | 51,1 |
| | 1999 | 9 | 2,8 | 2,9 | 54,0 |
| | 2000 | 9 | 2,8 | 2,9 | 56,8 |
| | 2001 | 6 | 1,9 | 1,9 | 58,7 |
| | 2002 | 15 | 4,7 | 4,8 | 63,5 |
| | 2003 | 26 | 8,2 | 8,3 | 71,7 |
| | 2004 | 11 | 3,4 | 3,5 | 75,2 |
| | 2005 | 9 | 2,8 | 2,9 | 78,1 |
| 2006 | 21 | 6,6 | 6,7 | 84,8 | |
| 2007 | 11 | 3,4 | 3,5 | 88,3 | |
| 2008 | 13 | 4,1 | 4,1 | 92,4 | |
| 2009 | 4 | 1,3 | 1,3 | 93,7 | |
| 2010 | 8 | 2,5 | 2,5 | 96,2 | |
| 2011 | 7 | 2,2 | 2,2 | 98,4 | |
| 2012 | 5 | 1,6 | 1,6 | 100,0 | |

Ano de filiação

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Total | 315 | 98,7 | 100,0 | |
| Missing | 98 | 4 | 1,3 | |
| Total | 319 | 100,0 | | |

A variável “ano de filiação” foi recodificada conforme distribuição a seguir:

ano_fil_tese

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid 1980-1984 | 28 | 8,8 | 8,9 | 8,9 |
| 1985-1989 | 60 | 18,8 | 19,0 | 27,9 |
| 1990-1994 | 30 | 9,4 | 9,5 | 37,5 |
| 1995-1999 | 52 | 16,3 | 16,5 | 54,0 |
| De 2000 em diante | 145 | 45,5 | 46,0 | 100,0 |
| Total | 315 | 98,7 | 100,0 | |
| Missing System | 4 | 1,3 | | |
| Total | 319 | 100,0 | | |

P.12 – Você faz parte de alguma tendência? Se sim, qual?

Faz parte de Tendência Interna

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-----------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid Não | 45 | 14,1 | 14,1 | 14,1 |
| Sim | 271 | 85,0 | 85,0 | 99,1 |
| NS/NR | 3 | ,9 | ,9 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

Frequência das tendências:

Qual tendência Atual

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid Nenhuma | 45 | 14,1 | 14,1 | 14,1 |
| EPS | 10 | 3,1 | 3,1 | 17,2 |
| MS | 12 | 3,8 | 3,8 | 21,0 |
| CNB | 104 | 32,6 | 32,6 | 53,6 |
| DS | 21 | 6,6 | 6,6 | 60,2 |

Qual tendência Atual

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|--------------------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| ULD | 1 | ,3 | ,3 | 60,5 |
| PTLM | 1 | ,3 | ,3 | 60,8 |
| MPT | 10 | 3,1 | 3,1 | 63,9 |
| AE | 17 | 5,3 | 5,3 | 69,3 |
| S21 | 13 | 4,1 | 4,1 | 73,4 |
| O Trabalho | 4 | 1,3 | 1,3 | 74,6 |
| EDP | 4 | 1,3 | 1,3 | 75,9 |
| Campo Democrático | 3 | ,9 | ,9 | 76,8 |
| Mensagem ao Partido | 19 | 6,0 | 6,0 | 82,8 |
| Articulação Unidade na Luta | 7 | 2,2 | 2,2 | 85,0 |
| AS | 9 | 2,8 | 2,8 | 87,8 |
| DR | 8 | 2,5 | 2,5 | 90,3 |
| Independentes | 1 | ,3 | ,3 | 90,6 |
| Tribo | 2 | ,6 | ,6 | 91,2 |
| PMB | 1 | ,3 | ,3 | 91,5 |
| Movimento Cerrado | 2 | ,6 | ,6 | 92,2 |
| Reencantar | 2 | ,6 | ,6 | 92,8 |
| Mov. de Ação e Identidade Socialista | 1 | ,3 | ,3 | 93,1 |
| RUL | 1 | ,3 | ,3 | 93,4 |
| Coletivo Graunas | 1 | ,3 | ,3 | 93,7 |
| PT pra Vencer | 2 | ,6 | ,6 | 94,4 |
| Utopia e Vida | 1 | ,3 | ,3 | 94,7 |
| PCM | 1 | ,3 | ,3 | 95,0 |
| Militância Presente | 1 | ,3 | ,3 | 95,3 |
| Muda PT | 1 | ,3 | ,3 | 95,6 |
| PT da Base | 1 | ,3 | ,3 | 95,9 |
| PT para Todos | 1 | ,3 | ,3 | 96,2 |
| CNB - Núcleo | 1 | ,3 | ,3 | 96,6 |
| Retomada | | | | |
| CNB - Seguindo em Frente | 1 | ,3 | ,3 | 96,9 |
| CNB - Coletivo Celso Furtado | 2 | ,6 | ,6 | 97,5 |

Qual tendência Atual

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|--------------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| CNB - Construindo um novo Pará | 1 | ,3 | ,3 | 97,8 |
| Campo Popular | 1 | ,3 | ,3 | 98,1 |
| Base e Luta | 1 | ,3 | ,3 | 98,4 |
| NS/NR | 5 | 1,6 | 1,6 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P.12a – Já participou de outra(s) tendências?

Tendência anterior

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-----------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid Não | 180 | 56,4 | 56,4 | 56,4 |
| Sim | 137 | 42,9 | 42,9 | 99,4 |
| NS/NR | 2 | ,6 | ,6 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P.13 – Antes de se filiar ao PT era filiada(o) em algum outro partido?

Filiado a outro partido antes do PT?

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-----------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid Não | 294 | 92,2 | 92,2 | 92,2 |
| Sim | 24 | 7,5 | 7,5 | 99,7 |
| NS/NR | 1 | ,3 | ,3 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P.14 – Você possui familiares filiados ao PT?

Familiares filiados ao PT

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-----------------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid Não | 43 | 13,5 | 13,5 | 13,5 |
| Sim, filiados atualmente | 271 | 85,0 | 85,0 | 98,4 |
| Jão foram filiados e não são mais | 5 | 1,6 | 1,6 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P.14a – Este familiar possui cargo interno ao PT?

Familiar possui cargo interno ao PT

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-----------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid Não | 163 | 51,1 | 51,1 | 51,1 |
| Ocupa | 74 | 23,2 | 23,2 | 74,3 |
| Ocupou | 36 | 11,3 | 11,3 | 85,6 |
| NS/NR | 46 | 14,4 | 14,4 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P.15 – Tem familiar filiado a outro partido?

Familiares em OUTRO partido

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-----------------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 2 | ,6 | ,6 | ,6 |
| Não | 171 | 53,6 | 53,6 | 54,2 |
| Sim, filiados atualmente | 104 | 32,6 | 32,6 | 86,8 |
| Jão foram filiados e não são mais | 15 | 4,7 | 4,7 | 91,5 |
| NS/NR | 27 | 8,5 | 8,5 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P.16 - Você possui algum cargo no diretório estadual atualmente?

Atualmente possui cargo no D.E

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 1 | ,3 | ,3 | ,3 |
| Nao | 128 | 40,1 | 40,1 | 40,4 |
| Sim | 186 | 58,3 | 58,3 | 98,7 |
| NS/NR | 4 | 1,3 | 1,3 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P.17 - Antes de ocupar este cargo de direção você foi membro de alguma outra instância partidária?

Foi membro de outra instancia partidária

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|--------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Nao | 70 | 21,9 | 22,0 | 22,0 |
| | Sim | 246 | 77,1 | 77,4 | 99,4 |
| | NS/NR | 2 | ,6 | ,6 | 100,0 |
| | Total | 318 | 99,7 | 100,0 | |
| Missing | System | 1 | ,3 | | |
| Total | | 319 | 100,0 | | |

P.17a – de qual destas instâncias participou?

Nucleo de Base

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Não | 207 | 64,9 | 65,5 | 65,5 |
| | Sim | 109 | 34,2 | 34,5 | 100,0 |
| | Total | 316 | 99,1 | 100,0 | |
| Missing | NS/NR | 3 | ,9 | | |
| Total | | 319 | 100,0 | | |

Diretório Zonal

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Não | 289 | 90,6 | 91,5 | 91,5 |
| | Sim | 27 | 8,5 | 8,5 | 100,0 |
| | Total | 316 | 99,1 | 100,0 | |
| Missing | NS/NR | 3 | ,9 | | |
| Total | | 319 | 100,0 | | |

Diretório Municipal

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Não | 110 | 34,5 | 34,8 | 34,8 |
| | Sim | 206 | 64,6 | 65,2 | 100,0 |
| | Total | 316 | 99,1 | 100,0 | |
| Missing | NS/NR | 3 | ,9 | | |
| Total | | 319 | 100,0 | | |

Diretorio Regional/Estadual

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Não | 246 | 77,1 | 77,8 | 77,8 |
| | Sim | 70 | 21,9 | 22,2 | 100,0 |
| | Total | 316 | 99,1 | 100,0 | |
| Missing | NS/NR | 3 | ,9 | | |
| Total | | 319 | 100,0 | | |

Diretorio Nacional

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Não | 291 | 91,2 | 92,1 | 92,1 |
| | Sim | 25 | 7,8 | 7,9 | 100,0 |
| | Total | 316 | 99,1 | 100,0 | |
| Missing | NS/NR | 3 | ,9 | | |
| Total | | 319 | 100,0 | | |

P. 18 – Em que ano ocupou pela primeira vez um cargo de direção? (aberta)

Em que ano ocupou cargo pela primeira vez?

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 1980 | 2 | ,6 | ,8 | ,8 |
| | 1981 | 1 | ,3 | ,4 | 1,1 |
| | 1982 | 4 | 1,3 | 1,5 | 2,7 |
| | 1985 | 1 | ,3 | ,4 | 3,1 |
| | 1986 | 3 | ,9 | 1,1 | 4,2 |
| | 1987 | 5 | 1,6 | 1,9 | 6,1 |
| | 1988 | 7 | 2,2 | 2,7 | 8,8 |
| | 1989 | 4 | 1,3 | 1,5 | 10,3 |
| | 1990 | 1 | ,3 | ,4 | 10,7 |
| | 1992 | 5 | 1,6 | 1,9 | 12,6 |
| | 1993 | 6 | 1,9 | 2,3 | 14,9 |
| | 1994 | 3 | ,9 | 1,1 | 16,1 |
| | 1995 | 6 | 1,9 | 2,3 | 18,4 |
| | 1996 | 3 | ,9 | 1,1 | 19,5 |
| | 1997 | 4 | 1,3 | 1,5 | 21,1 |

Em que ano ocupou cargo pela primeira vez?

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| 1998 | 7 | 2,2 | 2,7 | 23,8 |
| 1999 | 5 | 1,6 | 1,9 | 25,7 |
| 2000 | 6 | 1,9 | 2,3 | 28,0 |
| 2001 | 9 | 2,8 | 3,4 | 31,4 |
| 2002 | 4 | 1,3 | 1,5 | 33,0 |
| 2003 | 8 | 2,5 | 3,1 | 36,0 |
| 2004 | 10 | 3,1 | 3,8 | 39,8 |
| 2005 | 21 | 6,6 | 8,0 | 47,9 |
| 2006 | 10 | 3,1 | 3,8 | 51,7 |
| 2007 | 8 | 2,5 | 3,1 | 54,8 |
| 2008 | 12 | 3,8 | 4,6 | 59,4 |
| 2009 | 14 | 4,4 | 5,4 | 64,8 |
| 2010 | 14 | 4,4 | 5,4 | 70,1 |
| 2011 | 5 | 1,6 | 1,9 | 72,0 |
| 2012 | 10 | 3,1 | 3,8 | 75,9 |
| 2013 | 36 | 11,3 | 13,8 | 89,7 |
| 2014 | 19 | 6,0 | 7,3 | 96,9 |
| 2015 | 8 | 2,5 | 3,1 | 100,0 |
| Total | 261 | 81,8 | 100,0 | |
| Missing | 98 | 6 | 1,9 | |
| | 99 | 52 | 16,3 | |
| Total | 58 | 18,2 | | |
| Total | 319 | 100,0 | | |

P.19 – Você já fez ou faz parte da Executiva Estadual do partido?

Participa da EXECUTIVA

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Não | 212 | 66,5 | 66,9 |
| | Sim | 105 | 32,9 | 100,0 |
| | Total | 317 | 99,4 | 100,0 |
| Missing | System | 2 | ,6 | |
| Total | | 319 | 100,0 | |

P.20 – Já fez ou faz parte do diretório e/ou executiva municipal de sua cidade?

Fez ou faz parte do Diretório e/ou Exec Municipal do PT

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|----------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Nao | 56 | 17,6 | 17,6 | 17,6 |
| | Sim, faço parte atualmente | 143 | 44,8 | 44,8 | 62,4 |
| | Já fiz, mas não faço mais | 119 | 37,3 | 37,3 | 99,7 |
| | NS/NR | 1 | ,3 | ,3 | 100,0 |
| | Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P.21 – Antes de ocupar *este cargo de Direção ATUAL*, desempenhou alguma das atividades políticas abaixo de forma profissionalizada?

Atividades profissionalizadas antes da Direção

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Sim | 238 | 74,6 | 74,6 | 74,6 |
| | Não | 81 | 25,4 | 25,4 | 100,0 |
| | Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

Qual?

Já foi Prefeita(o)

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Não | 308 | 96,6 | 96,9 | 96,9 |
| | sim | 10 | 3,1 | 3,1 | 100,0 |
| | Total | 318 | 99,7 | 100,0 | |
| Missing | NR/NS | 1 | ,3 | | |
| Total | | 319 | 100,0 | | |

Já foi Vereador(a)

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Não | 283 | 88,7 | 89,0 | 89,0 |
| | sim | 35 | 11,0 | 11,0 | 100,0 |
| | Total | 318 | 99,7 | 100,0 | |
| Missing | NR/NS | 1 | ,3 | | |
| Total | | 319 | 100,0 | | |

Já foi Governador(a)/Vice

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Não | 317 | 99,4 | 99,7 | 99,7 |
| | sim | 1 | ,3 | ,3 | 100,0 |
| | Total | 318 | 99,7 | 100,0 | |
| Missing | NR/NS | 1 | ,3 | | |
| Total | | 319 | 100,0 | | |

Já foi Dep. Estadual

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Não | 311 | 97,5 | 97,8 | 97,8 |
| | sim | 7 | 2,2 | 2,2 | 100,0 |
| | Total | 318 | 99,7 | 100,0 | |
| Missing | NR/NS | 1 | ,3 | | |
| Total | | 319 | 100,0 | | |

Já foi Dep. Federal

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Não | 314 | 98,4 | 98,7 | 98,7 |
| | sim | 4 | 1,3 | 1,3 | 100,0 |
| | Total | 318 | 99,7 | 100,0 | |
| Missing | NR/NS | 1 | ,3 | | |
| Total | | 319 | 100,0 | | |

Já foi Senador(a)

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Não | 316 | 99,1 | 99,4 | 99,4 |
| | sim | 2 | ,6 | ,6 | 100,0 |
| | Total | 318 | 99,7 | 100,0 | |
| Missing | NR/NS | 1 | ,3 | | |
| Total | | 319 | 100,0 | | |

Já foi Ass. de Politico eleito pelo PT

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Não | 183 | 57,4 | 57,5 | 57,5 |
| | sim | 135 | 42,3 | 42,5 | 100,0 |
| | Total | 318 | 99,7 | 100,0 | |
| Missing | NR/NS | 1 | ,3 | | |
| Total | | 319 | 100,0 | | |

Já foi Ass de Liderança do PT

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Não | 303 | 95,0 | 95,3 | 95,3 |
| | sim | 15 | 4,7 | 4,7 | 100,0 |
| | Total | 318 | 99,7 | 100,0 | |
| Missing | NR/NS | 1 | ,3 | | |
| Total | | 319 | 100,0 | | |

Já foi Ass. do partido

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Não | 299 | 93,7 | 94,0 | 94,0 |
| | sim | 19 | 6,0 | 6,0 | 100,0 |
| | Total | 318 | 99,7 | 100,0 | |
| Missing | NR/NS | 1 | ,3 | | |
| Total | | 319 | 100,0 | | |

Já foi Funcion. de confiança de Gov petista

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Não | 231 | 72,4 | 72,6 | 72,6 |
| | sim | 87 | 27,3 | 27,4 | 100,0 |
| | Total | 318 | 99,7 | 100,0 | |
| Missing | NR/NS | 1 | ,3 | | |
| Total | | 319 | 100,0 | | |

Já foi Dirigente profissionaliz pelo PT

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Não | 302 | 94,7 | 95,0 | 95,0 |
| | sim | 16 | 5,0 | 5,0 | 100,0 |
| | Total | 318 | 99,7 | 100,0 | |
| Missing | NR/NS | 1 | ,3 | | |
| Total | | 319 | 100,0 | | |

Já foi funcionario do PT

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Não | 308 | 96,6 | 96,9 | 96,9 |
| | sim | 10 | 3,1 | 3,1 | 100,0 |
| | Total | 318 | 99,7 | 100,0 | |
| Missing | NR/NS | 1 | ,3 | | |
| Total | | 319 | 100,0 | | |

Já foi Militante profissionaliz por tendencia do PT

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------|-------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Não | 305 | 95,6 | 95,9 | 95,9 |
| | sim | 13 | 4,1 | 4,1 | 100,0 |
| | Total | 318 | 99,7 | 100,0 | |
| Missing | NR/NS | 1 | ,3 | | |
| Total | | 319 | 100,0 | | |

Já foi Milit./Dir. profissionaliz por Mov. Social

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid Não | 293 | 91,8 | 92,1 | 92,1 |
| sim | 25 | 7,8 | 7,9 | 100,0 |
| Total | 318 | 99,7 | 100,0 | |
| Missing NR/NS | 1 | ,3 | | |
| Total | 319 | 100,0 | | |

P.22 – E atualmente, desempenha alguma das atividades políticas abaixo de forma profissionalizada?

Atividade profissionalizada Atualmente

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid Não | 166 | 52,0 | 52,0 | 52,0 |
| Prefeita(o) | 2 | ,6 | ,6 | 52,7 |
| Vereadora(o) | 17 | 5,3 | 5,3 | 58,0 |
| Dep Estadual | 3 | ,9 | ,9 | 58,9 |
| Dep Federal | 1 | ,3 | ,3 | 59,2 |
| Assessora(o) de políticos eleitos pelo PT | 60 | 18,8 | 18,8 | 78,1 |
| Assessora(o) do partido | 4 | 1,3 | 1,3 | 79,3 |
| Militante profissionalizado por uma tendencia/corrente do partido | 4 | 1,3 | 1,3 | 80,6 |
| Militante/Dirigente profissionalizado pelo Movimento Social | 6 | 1,9 | 1,9 | 82,4 |
| outro | 7 | 2,2 | 2,2 | 84,6 |
| Dirigente profissionalizada(o) pelo PT | 9 | 2,8 | 2,8 | 87,5 |
| Funcionária(o) em cargo de confiança de governo petista | 28 | 8,8 | 8,8 | 96,2 |
| Funcionária(o) do Partido | 2 | ,6 | ,6 | 96,9 |
| NS/NR | 10 | 3,1 | 3,1 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P.23 – Qual a sua renda individual mensal? (com base no salário mínimo atual de R\$880,00)

Renda Individual

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|--------------------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid Não possui rendimentos | 14 | 4,4 | 4,4 | 4,4 |
| Até R\$ 880,00 | 11 | 3,4 | 3,4 | 7,8 |
| Mais de R\$ 880,00 a R\$ 2.640,00 | 65 | 20,4 | 20,4 | 28,2 |
| Mais de R\$ 2.640,00 a R\$4.400,00 | 84 | 26,3 | 26,3 | 54,5 |
| Mais de R\$ 4.400,00 a R\$ 8.800,00 | 85 | 26,6 | 26,6 | 81,2 |
| Mais de R\$ 8.800,00 a R\$ 17.600,00 | 51 | 16,0 | 16,0 | 97,2 |
| NS/NR | 9 | 2,8 | 2,8 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P.24 – Sua renda individual mensal advém de quais fontes principais:

Fontes de Renda Individual

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 27 | 8,5 | 8,5 | 8,5 |
| Totalmente de atividades profissionalizadas do partido | 32 | 10,0 | 10,0 | 18,5 |
| A maior parte advém das atividades profissionalizadas do partido | 22 | 6,9 | 6,9 | 25,4 |
| Metade vem de fonte externa, e outra metade de atividade interna ao partido | 20 | 6,3 | 6,3 | 31,7 |
| A maior parte advém de ocupação profissional externa ao partido | 26 | 8,2 | 8,2 | 39,8 |

Fontes de Renda Individual

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|--|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Totalmente de ocupação profissional externa ao partido | 178 | 55,8 | 55,8 | 95,6 |
| NS/NR | 14 | 4,4 | 4,4 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

P.25 – Você participa atualmente de alguma organização ou movimento social?

Participa ATUALMENTE de Mov Social

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|----------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid Nao | 83 | 26,0 | 26,1 | 26,1 |
| Sim | 235 | 73,7 | 73,9 | 100,0 |
| Total | 318 | 99,7 | 100,0 | |
| Missing System | 1 | ,3 | | |
| Total | 319 | 100,0 | | |

Qual?__

Igreja /Organização ou Grupo Religioso

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 109 | 34,2 | 34,2 | 34,2 |
| Nunca participou | 61 | 19,1 | 19,1 | 53,3 |
| Particpei, mas não participo mais | 68 | 21,3 | 21,3 | 74,6 |
| Sempre fui militante de base | 34 | 10,7 | 10,7 | 85,3 |
| Sou militante de base, mas ja fui dirigente | 37 | 11,6 | 11,6 | 96,9 |
| Sou dirigente, mas ja fui militante de base | 10 | 3,1 | 3,1 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

Org ou Assoc Esportiva ou recreativa

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 139 | 43,6 | 43,6 | 43,6 |
| Nunca participou | 114 | 35,7 | 35,7 | 79,3 |
| Participei, mas não participei mais | 36 | 11,3 | 11,3 | 90,6 |
| Sempre fui militante de base | 12 | 3,8 | 3,8 | 94,4 |
| Sou militante de base, mas já fui dirigente | 11 | 3,4 | 3,4 | 97,8 |
| Sou dirigente, mas já fui militante de base | 7 | 2,2 | 2,2 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

Org ou Assoc Artística

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 147 | 46,1 | 46,1 | 46,1 |
| Nunca participou | 99 | 31,0 | 31,0 | 77,1 |
| Participei, mas não participei mais | 35 | 11,0 | 11,0 | 88,1 |
| Sempre fui militante de base | 17 | 5,3 | 5,3 | 93,4 |
| Sou militante de base, mas já fui dirigente | 16 | 5,0 | 5,0 | 98,4 |
| Sou dirigente, mas já fui militante de base | 5 | 1,6 | 1,6 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

Sindicato

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 99 | 31,0 | 31,0 | 31,0 |
| Nunca participou | 84 | 26,3 | 26,3 | 57,4 |
| Particpei, mas não participou mais | 46 | 14,4 | 14,4 | 71,8 |
| Sempre fui militante de base | 27 | 8,5 | 8,5 | 80,3 |
| Sou militante de base, mas ja fui dirigente | 43 | 13,5 | 13,5 | 93,7 |
| Sou dirigente, mas ja fui militante de base | 20 | 6,3 | 6,3 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

Movimento Estudantil

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 117 | 36,7 | 36,7 | 36,7 |
| Nunca participou | 68 | 21,3 | 21,3 | 58,0 |
| Particpei, mas não participou mais | 91 | 28,5 | 28,5 | 86,5 |
| Sempre fui militante de base | 18 | 5,6 | 5,6 | 92,2 |
| Sou militante de base, mas ja fui dirigente | 14 | 4,4 | 4,4 | 96,6 |
| Sou dirigente, mas ja fui militante de base | 11 | 3,4 | 3,4 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

Org ou Assoc de Meio Ambiente

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 128 | 40,1 | 40,1 | 40,1 |
| Nunca participou | 125 | 39,2 | 39,2 | 79,3 |
| Participei, mas não participei mais | 31 | 9,7 | 9,7 | 89,0 |
| Sempre fui militante de base | 18 | 5,6 | 5,6 | 94,7 |
| Sou militante de base, mas já fui dirigente | 8 | 2,5 | 2,5 | 97,2 |
| Sou dirigente, mas já fui militante de base | 9 | 2,8 | 2,8 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

Org ou Assoc em defesa dos Direitos das Mulheres

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 124 | 38,9 | 38,9 | 38,9 |
| Nunca participou | 115 | 36,1 | 36,1 | 74,9 |
| Participei, mas não participei mais | 18 | 5,6 | 5,6 | 80,6 |
| Sempre fui militante de base | 29 | 9,1 | 9,1 | 89,7 |
| Sou militante de base, mas já fui dirigente | 14 | 4,4 | 4,4 | 94,0 |
| Sou dirigente, mas já fui militante de base | 19 | 6,0 | 6,0 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

Org ou Assoc em defesa dos Direitos Humanos

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 98 | 30,7 | 30,7 | 30,7 |
| Nunca participou | 76 | 23,8 | 23,8 | 54,5 |
| Particpei, mas não participo mais | 18 | 5,6 | 5,6 | 60,2 |
| Sempre fui militante de base | 73 | 22,9 | 22,9 | 83,1 |
| Sou militante de base, mas ja fui dirigente | 30 | 9,4 | 9,4 | 92,5 |
| Sou dirigente, mas ja fui militante de base | 24 | 7,5 | 7,5 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

Org ou Assoc em defesa de pessoas LGBT

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 108 | 33,9 | 33,9 | 33,9 |
| Nunca participou | 116 | 36,4 | 36,4 | 70,2 |
| Particpei, mas não participo mais | 17 | 5,3 | 5,3 | 75,5 |
| Sempre fui militante de base | 48 | 15,0 | 15,0 | 90,6 |
| Sou militante de base, mas ja fui dirigente | 21 | 6,6 | 6,6 | 97,2 |
| Sou dirigente, mas ja fui militante de base | 9 | 2,8 | 2,8 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

Org ou Assoc pelos direitos de pessoas com deficiência

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 126 | 39,5 | 39,5 | 39,5 |
| Nunca participou | 143 | 44,8 | 44,8 | 84,3 |
| Participei, mas não participo mais | 11 | 3,4 | 3,4 | 87,8 |
| Sempre fui militante de base | 29 | 9,1 | 9,1 | 96,9 |
| Sou militante de base, mas já fui dirigente | 5 | 1,6 | 1,6 | 98,4 |
| Sou dirigente, mas já fui militante de base | 5 | 1,6 | 1,6 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

Org ou Assoc de Combate ao Racismo

| | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|---|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | 125 | 39,2 | 39,2 | 39,2 |
| Nunca participou | 116 | 36,4 | 36,4 | 75,5 |
| Participei, mas não participo mais | 14 | 4,4 | 4,4 | 79,9 |
| Sempre fui militante de base | 44 | 13,8 | 13,8 | 93,7 |
| Sou militante de base, mas já fui dirigente | 8 | 2,5 | 2,5 | 96,2 |
| Sou dirigente, mas já fui militante de base | 10 | 3,1 | 3,1 | 99,4 |
| Sempre fui dirigente | 2 | ,6 | ,6 | 100,0 |
| Total | 319 | 100,0 | 100,0 | |

**ANEXO 1 – RELAÇÃO CARGO X GÊNERO NO MONTANTE
DOS PARTIDOS, SEM DIVISÃO ANUAL.**

| Cargo | Sexo | | Total |
|---------------------------------|-------|--------|-------|
| | Homem | Mulher | |
| Membro | 988 | 226 | 1214 |
| Membro Nato | 46 | 1 | 47 |
| Suplente | 462 | 84 | 546 |
| Vogal | 40 | 6 | 46 |
| Secretário Especial | 31 | 7 | 38 |
| Secretário Geral | 16 | 1 | 17 |
| 1º Secretário | 9 | 0 | 9 |
| 2º Secretário | 8 | 0 | 8 |
| Tesoureiro | 10 | 1 | 11 |
| Tesoureiro Adjunto | 5 | 1 | 6 |
| Presidente | 15 | 1 | 16 |
| Presidente de Honra | 5 | 0 | 5 |
| 1º Vice | 8 | 5 | 13 |
| 2º Vice | 9 | 1 | 10 |
| 3º Vice | 7 | 2 | 9 |
| 4º Vice | 3 | 2 | 5 |
| 5º Vice | 4 | 1 | 5 |
| Vice-Executivo | 1 | 0 | 1 |
| Vice- Cienia e Tecnologia | 2 | 0 | 2 |
| Vice - Comunicação e Informação | 2 | 0 | 2 |
| Vice - Desenvolvimento Social | 1 | 1 | 2 |
| Vice - Direitos Humanos | 2 | 0 | 2 |
| Vice - Diretórios Estaduais | 1 | 1 | 2 |
| Vice - Educ. Lazer e Esportes | 2 | 0 | 2 |
| Vice - Infra_Estrut das Cidades | 2 | 0 | 2 |
| Vice - Relações Exteriores | 2 | 0 | 2 |
| Vice - Saúde | 2 | 0 | 2 |
| Vice - Seg Publica | 2 | 0 | 2 |
| Vice - Trab e Habitação | 2 | 0 | 2 |
| Vice - Ass Economicos | 2 | 0 | 2 |
| Vice - Ass Institucionaiis | 3 | 1 | 4 |
| Vice - Mob e Organização | 1 | 0 | 1 |
| Vice - Relações Federativas | 1 | 1 | 2 |

| Cargo | Sexo | | Total |
|----------------------------------|-------------|------------|-------------|
| | Homem | Mulher | |
| Sec. Juventude | 4 | 0 | 4 |
| Sec. Mulheres | 1 | 3 | 4 |
| Sec. Sindical | 1 | 0 | 1 |
| Sec. de Finanças | 3 | 0 | 3 |
| Sec. Mov. Populares | 3 | 0 | 3 |
| Sec. de Organização | 3 | 0 | 3 |
| Sec. Relações Internacionais | 1 | 2 | 3 |
| Sec. de Mobilização | 1 | 2 | 3 |
| Sec. Ass. Institucionais | 3 | 0 | 3 |
| Sec. Comunicação | 2 | 0 | 2 |
| Sec. Finanças e Planejamento | 2 | 0 | 2 |
| Sec. Formação Política | 3 | 0 | 3 |
| Cor. Mov. Negro | 1 | 1 | 2 |
| Coord. Mov. Populares | 0 | 2 | 2 |
| Líder no Senado | 7 | 0 | 7 |
| Líder da Câmara | 6 | 1 | 7 |
| Vice - Meio Ambiente | 2 | 0 | 2 |
| 6º Vice | 3 | 0 | 3 |
| Secretário Executivo | 1 | 0 | 1 |
| 2º Sec de Finanças | 2 | 0 | 2 |
| Vice - Relações Governamentais | 1 | 0 | 1 |
| Vice - Relações Interpartidárias | 1 | 0 | 1 |
| Vice – Relações Parlamentares | 1 | 0 | 1 |
| Vice - Movimentos Sociais | 1 | 0 | 1 |
| Vice - Políticas Públicas | 1 | 0 | 1 |
| Coord. LGBT | 1 | 0 | 1 |
| Sec de Coord. Regionais | 0 | 1 | 1 |
| Sec Desenvolv. Economico | 0 | 1 | 1 |
| Conselho Fiscal | 17 | 2 | 19 |
| Comissão de Ética | 14 | 3 | 17 |
| Total | 1780 | 361 | 2141 |

ANEXO 2 – ROTEIRO PARA O QUESTIONÁRIO

| | | |
|----------------------|---|--------------------------------|
| Nº Quest. | PERFIL DAS DIRIGENTES PETISTAS ESTADUAIS | Data: ____/____/____ |
| Apresentação: | | |

P.1 – Você é Dirigente de qual estado? (aberta)

ESTADOS

- 1- Acre
- 2- Alagoas
- 3- Amapá
- 4- Amazonas
- 5- Bahia
- 6- Ceará
- 7- Distrito Federal
- 8- Espírito Santo
- 9- Goiás
- 10- Maranhão
- 11- Mato Grosso
- 12- Mato Grosso do Sul
- 13- Minas Gerais
- 14- Pará
- 15- Paraíba
- 16- Paraná
- 17- Pernambuco
- 18- Piauí
- 19- Rio de Janeiro
- 20- Rio Grande do Norte
- 21- Rio Grande do Sul
- 22- Rondônia
- 23- Roraima
- 24- Santa Catarina
- 25- São Paulo
- 26- Sergipe
- 27- Tocantins

REGIÕES

- 1) Norte: 1, 3, 4, 14, 22, 23, 27
- 2) Nordeste: 2, 5, 6, 10, 15, 17, 18, 20, 26
- 3) Centro-Oeste: 7, 9, 11, 12
- 4) Sudeste: 8, 13, 19, 25
- 5) Sul: 16, 21, 24

P.2 – Qual a sua idade? (aberta)

P.3 – Gênero/Identidade de Gênero?

- 0. Masculino
- 1. Feminino

P. 4 – Qual a sua orientação sexual?

- 1. Heterossexual
- 2. Lésbica
- 3. Gay
- 4. Bissexual
- 5. Outra _____

P.5 – Qual a sua escolaridade?

- 0. Nunca frequentou a escola
- 1. Alfabetizada(o)
- 2. Ensino Fundamental incompleto
- 3. Ensino Fundamental completo
- 4. Ensino Médio incompleto
- 5. Ensino Médio completo
- 6. Ensino Técnico
- 7. Ensino Superior incompleto
- 8. Ensino Superior completo
- 9. Pós-Graduação

P.6 – Qual sua situação conjugal atual?

- 1. Casado
- 2. Morando junto como casado
- 3. Divorciado ou Separado
- 4. Viúvo
- 5. Solteiro
- 6. Outra _____

P.7 – Em relação a sua raça/etnia, se autodeclara:

- 1. Preta(o)
- 2. Parda(o)
- 3. Indígena
- 4. Branca(o)
- 5. Outra _____

P.8 – Você tem filhos (as) atualmente?

- 0. Não
- 1. Sim

P.8a – Você tinha filhos quando se filiou ao partido?

- 0. Não
- 1. Sim

P.9 – (assinale quantas opções forem necessárias) Em se tratando das atividades domésticas, você é responsável pelo cuidado de:

- 1. algum familiar
- 2. Enfermo
- 3. Idoso
- 4. Criança
- 5. pessoa com deficiência
- 6. Outros _____

P.10 – Ao que se refere a questão acima possui auxílio de alguém?

- 0. Sem apoio
- 1. Empregada(o) em tempo parcial
- 2. Empregada(o) em tempo integral
- 3. Empregada(o) e algum membro da família
- 4. Somente membros da família

P.11 – Em que ano você se filiou ao PT? _____

P.12 – Vocês faz parte de alguma tendência?

- 0. Não
 - 1. Sim
- Qual? _____

P.12a – Já participou de outra(s) tendências?

- 0. Não
- 1. Sim

Qual? _____

P.13 – Antes de se filiar ao PT era filiada(o) em algum outro partido?

[] 0. Não

[] 1. Sim

P.13a – Qual partido? _____

P.14 – O que levou você a se filiar no PT?

(VOCÊ PODE ASSINALAR MAIS DE UMAOPÇÃO)

() fui procurado por algum dirigente do PT através de telefone ou pessoalmente em minha casa;

() me senti convidado pelo programa do partido na TV;

() vi algum anúncio em jornais ou outdoor;

() recebi uma carta de algum diretório do PT;

() fui influenciado no sindicato, associação, movimento social ou igreja;

() fui influenciado pelo movimento estudantil;

() fui influenciado por alguém da família;

() fui influenciado por algum amigo ou contato social;

() fui influenciado por alguém no local de trabalho;

() sempre gostei das ideias do PT;

() outros _____

P.15 – O que mais te motiva a estar no PT?

(VOCÊ PODE ASSINALAR MAIS DE UMAOPÇÃO)

() a construção do socialismo

() ajudar a construir a igualdade social

() promover mais justiça social

() a oportunidade de ajudar o PT a ganhar eleições

() ajudar o PT a derrotar os adversários

() ser ativista partidário

() ajudar a direção municipal do PT

() ter influência no partido

() estar bem informado sobre política

() a influência da família e amigos

() a influência do sindicato

() a liderança de Lula

() o desempenho da Presidenta Dilma

() as novas políticas implementadas pelo governo federal

() o fato de eu ter conseguido um emprego através do PT

() outras razões _____

P.16 – Você possui familiares filiados ao PT?

0. Não

1. Sim, filiados atualmente

2. Já foram filiados e não são mais

P.17 – E a outro partido?

0. Não

1. Sim

P.17a – Este (ou estes) familiar(es) ocupam algum cargo interno no partido ao qual é filiado?

0. Não

1. Sim

P.17b – Seu pai/mãe ocupa ou ocupou cargo de representação em:

1. Associações de bairro

2. Sindicato

3. Partido

4. Governo municipal

5. Governo estadual

6. Governo federal

Outros____

P.18 – Algum outro membro familiar possui vínculos com a política?

0. Nenhum outro

1. Irmã/irmão

2. Prima/primo

3. Tia/tio

4. Avós/avôs

5. Outros _____

P.19 – Você possui algum cargo no diretório estadual atualmente?

0. Não

1. Sim

P.19a – Se sim, qual? _____

P.19b – Antes de ocupar este cargo de direção você foi membro de alguma outra instância partidária?

0. Não

1. Sim

P.19c – Se sim, qual delas?

- 1. Membro de núcleo de base/ de setorial do PT
- 2. Membro de Diretório Zonal do PT
- 3. Membro de Diretório Municipal do PT
- 4. Membro de Diretório Estadual/Regional do PT
- 5. Membro da Direção Nacional do PT
- 6. Outras _____

P. 20 – Em que ano ocupou pela primeira vez um cargo de direção?

P.21 – Você já fez ou faz parte da Executiva Estadual do partido?

- 0. Não
- 1. Sim, faço parte atualmente
- 2. Já fiz parte, mas não faço mais

P.22 – Já fez ou faz parte do diretório e/ou executiva municipal de sua cidade?

- 0. Não
- 1. Sim, faço parte atualmente
- 2. Já fiz parte, mas não faço mais

P.23 – Antes de ocupar *este cargo de Direção ATUAL*, desempenhou alguma das atividades políticas abaixo de forma profissionalizada? (múltipla: pode ser assinalada mais de uma alternativa)

- 1. Não
- 2. Prefeita(o)/ governadora(o)/vice
- 3. Assessora(o) de vereador(a)/ Deputado(a)/senador(a) do PT/ de liderança do PT
- 4. Funcionária(o) em cargo de confiança de governo petista
- 5. Dirigente profissionalizada(o) pelo PT
- 6. Funcionária/assessora(o) do Partido
- 7. Militante profissionalizada(o) por sua tendência/corrente política
- 8. Militante/dirigente profissionalizada(o) de movimento social
- 9. Vereadora(o)/ Deputada(o) Estadual /Deputada(o) Federal /Senador(a)
- 10. Outras atividades - Qual? _____

P.23a – Durante quanto tempo desempenhou ou desempenha esta função?

- 1. Menos de 1 ano
- 2. De 1 a 3 anos

- 3. De 4 a 6 anos
- 4. De 7 a 9 anos
- 5. 10 anos
- 6. Mais que 10 anos

P.24 – E atualmente, desempenha alguma das atividades políticas abaixo de forma profissionalizada? (múltipla)

- 1. Não
- 2. Prefeita(o)/ governadora(o)/vice
- 3. Assessora(o) de vereador(a)/ Deputado(a)/senador(a) do PT/ de liderança do PT
- 4. Funcionária(o) em cargo de confiança de governo petista
- 5. Dirigente profissionalizada(o) pelo PT
- 6. Funcionária(o)/assessora(o) do Partido
- 7. Militante profissionalizada(o) por sua tendência/corrente política
- 8. Militante/dirigente profissionalizada(o) de movimento social
- 9. Vereadora(o)/ Deputada(o) Estadual /Deputada(o) Federal /Senador(a)
- 10. Outras atividades - Qual? _____

P.25 – Qual a sua renda individual mensal? (com base no salário mínimo atual de R\$880,00)

- 0. Não possui rendimentos
- 1. Até R\$ 880,00
- 2. Mais de R\$ 880,00 a R\$ 2.640,00
- 3. Mais de R\$ 2.640,00 a R\$4.400,00
- 4. Mais de R\$ 4.400,00 a R\$ 8.800,00
- 5. Mais de R\$ 8.800,00 a R\$ 17.600,00
- 6. Mais de R\$ 17.600,00

P.26 – Sua renda individual mensal advém de quais fontes principais:

- 1. Totalmente de atividades profissionalizadas do partido
- 2. A maior parte advém das atividades profissionalizadas do partido
- 3. A maior parte advém de ocupação profissional externa ao partido
- 4. Totalmente de ocupação profissional externa ao partido

P.27 – Já foi delegada(o) em Encontros Estaduais do Partido?

- 0. Não
- 1. Sim

P.28 – Já foi delegada(o) em Congressos e/ou Encontros Nacionais?

- 0. Não
- 1. Sim

P.29 – Você participa atualmente de alguma organização ou movimento social?

- 0. Não
- 1. Sim

P.29a – De quais? (múltiplas respostas)

- 1. Igreja ou organização/Grupo Religioso
- 2. Organização/associação esportiva ou recreativa.
- 3. Organização/associação artística, musical ou educacional.
- 4. Sindicato, Mov Estudantil
- 5. Organização/associação de meio ambiente.
- 6. Organização/associação humanitária ou de caridade.
- 7. Organização/Associação em defesa dos Direitos das Mulheres
- 8. Organização/Associação em defesa dos Direitos Humanos
- 9. Organização/Associação em defesa de pessoas LGBT
- 10. Organização/Associação pelos direitos de pessoas com deficiência
- 11. Organização/Associação de Combate ao Racismo
- 12. Outros_____

P.30 – Você foi ou é da direção ou é militante de base desse movimento/ organização?

- 1. Sempre fui militante de base
- 2. Fui militante de base e hoje sou dirigente
- 3. Sou dirigente, mas já fui militante de base
- 4. Sempre fui dirigente

P.31 – Qual a atividade profissional que você exerce atualmente:

P.32 – Qual a forma do seu vínculo de trabalho?

- assalariado com carteira assinada
- assalariado sem carteira assinada
- por conta própria regular (recolhe INSS)
- por conta própria temporário (bico)
- autônomo, estudante universitário, profissional liberal
- empregador (quando tiver mais de 2 empregados)
- auxiliar de família sem remuneração fixa

ANEXO 3 - RESOLUÇÃO SOBRE O RECONHECIMENTO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO E A PROMOÇÃO DA CIDADANIA DE MULHERES TRANSEXUAIS, TRAVESTIS E HOMENS TRANS NO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Ao longo da história a alteridade sempre foi vista como subversiva e perigosa, justamente por não reduzir-se aos ditames estabelecidos pelo *status quo* vigente que definia os costumes, a moral, as relações afetivas e sociais. Assistimos o surgimento da luta a partir da constituição dos movimentos de mulheres e de negros. Esses são os pilares que sustentaram o surgimento do movimento LGBT no mundo. Enquanto em 1969 iniciava esse movimento nos Estados Unidos, no Brasil seu surgimento aconteceria uma década depois em 1978, em virtude da ditadura civil militar que governava o país.

Como se nota, mesmo com uma década de atraso o movimento ganha corpo no Brasil e hoje possui voz e força social para dialogar e propor novas formas de construção da cidadania. Apesar das conquistas, a discriminação e a opressão as mulheres transexuais, travestis e homens trans, além de pessoas com outras identidades de gênero ou seja, todos cuja identidade de gênero é diferente daquela atribuída ao nascer, aqui denominadas pessoas trans, reconhecida como transfobia pelo movimento social organizado é de fato uma forma intrínseca de controle e manipulação realizada pela sociedade capitalista.

Toda discussão acerca da luta de classes e todas as formas de opressão perpassam pelos mecanismos utilizados no estabelecimento de relações de poder e dominação a partir das identidades diferenciadas daquela “tida como normal”, ou seja, a heteronormatividade. Porque mesmo na heteronormatividade as mulheres continuam em condição subserviente aos homens em todas as esferas de atuação social. No Brasil houve avanços das pautas LGBT, contudo, aquelas referentes às mulheres trans e travestis e homens trans permaneceram escondidas e esquecidas. Por isso mesmo, reconhecer estas identidades configura-se num caminho sólido capaz de estabelecer as bases para construir o socialismo com igualdade a partir das diferentes identidades de gêneros.

Ainda hoje, as bandeiras de luta dessa população são suas reivindicações por garantias de direitos básicos, como integridade física, respeito ao próprio nome, acesso a serviços de saúde, à educação, e a condições regulares de trabalho.

Os poucos dados referentes a esta população e catalogados pelos movimentos sociais como a ANTRA são alarmantes: a cada 48 horas uma pessoa trans é assassinada no Brasil, a entidade ainda apresenta um alarmante quadro quanto a expectativa de vida de uma pessoa trans que é de 35 anos, e que, 90% das travestis e transexuais são trabalhadoras sexuais.

É necessário que o partido dos Trabalhadores promova nas suas organizações internas ações que visibilizem e construam pontes de acesso a cidadania plena para essa população. Pois esta luta não cessa não reconhecimento identitário, mas faz parte da lógica da disputa de classe que exige reconhecimento das especificidades desta população linchada com a luta mais ampla da classe trabalhadora: vencer a transfobia também significa enfrentar a moral burguesa e superar o capitalismo.

Portanto o partido dos trabalhadores reafirma sua luta pelo fim da transfobia e através desta resolução se compromete a combater qualquer forma de discriminação de machismo transfóbico que ocorra no interior das estruturas partidárias.

Desta forma a Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores reunida no dia 22 de fevereiro de 2018 na cidade de São Paulo resolve:

I – Garantir o reconhecimento das identidades de gênero de seus afiliados e afiliadas, garantindo-lhes:

- a) Participação nas cotas do gênero com o qual se identificam, seja em disputas internas como nas externas pelo Partido dos Trabalhadores;

- b) A Secretaria Nacional de Organização - SORG deverá promover os instrumentos e mecanismos que facilitem a utilização do nome social, bem como a retificação civil por parte de seus afiliados e afiliadas, ou seja, a troca do prenome nos cadastros do partido desde que seja solicitada pelo requerente;
- c) Contribuir para a visibilidade da temática em eventos institucionais promovidos pelo partido.

II – promover a visibilidade das discussões acerca das identidades de gênero nas diferentes esferas partidárias;

- a) A Secretaria Nacional LGBT do PT organizará campanha educativa todo mês de Janeiro, mês da visibilidade Trans, sobre o combate à violência contra pessoas trans e travestis a ser veiculada em todas as instâncias partidárias;
- b) Envidar esforços para incluir pessoas trans no quadro de funcionários do Partido em todas as instâncias partidárias e mandatos que tenham a titularidade parlamentares ou gestores petistas seja no legislativo e no executivo;
- c) Promover ações de visibilidade e promoção a cidadania desta população em todos os mandatos exercidos por companheiros petistas sejam nos executivos ou legislativos, assim como sindicatos e conselhos de classe onde compusermos.

ANEXO 4 – TEXTO BASE DO ESTATUTO SOBRE A PARIDADE DE GÊNERO

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E DA ESCOLHA DAS INSTÂNCIAS PARTIDÁRIAS

Seção I – Normas gerais para eleição das direções, dos delegados e delegadas, dos conselhos fiscais e das Comissões de Ética

- Art. 20.** Para a constituição de Diretórios devem ser cumpridas as seguintes exigências:
- I – os Diretórios Municipais e Zonais somente poderão ser constituídos quando o Partido tiver, no município ou na zona, o número mínimo de filiações fixado de acordo com o disposto no artigo 60 deste Estatuto;
 - II – nas capitais dos estados com mais de 500.000 (quinhentos mil) eleitores e em municípios com mais de um milhão de eleitores, os Diretórios Municipais correspondentes somente poderão ser constituídos quando o Partido possuir o número mínimo de 3 (três) Zonais organizados, observado o disposto nos artigos 60, e 97 letra “d”, deste Estatuto;
 - III – o Diretório Estadual somente poderá ser constituído quando o Partido no estado possuir Diretórios Municipais em, no mínimo, 10% (dez por cento) dos respectivos municípios, observado o número mínimo de 5 (cinco) Diretórios Municipais organizados.
- Art. 21.** O mandato dos membros efetivos e suplentes das direções partidárias, dos Conselhos Fiscais e das Comissões de Ética é de 4 (quatro) anos.
- Parágrafo único:** A antecipação ou a prorrogação dos mandatos a que se refere este artigo só poderá ser autorizada por deliberação de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos membros do Diretório Nacional.
- Art. 22.** Para a eleição dos delegados, das delegadas e das direções em todos os níveis deverão ser cumpridas as seguintes exigências:
- I – os princípios de eleição e direção colegiada serão estritamente observados na escolha de delegações e composições de suas instâncias e de seus organismos partidários;
 - II – o princípio da proporcionalidade será estritamente observado na composição final de delegações, instâncias e organismos, em todas as eleições em que houver disputa de chapas, garantindo-se, à chapa que obtiver maioria absoluta dos votos válidos, o preenchimento da maioria absoluta das vagas;
 - III – a eleição do presidente ou da presidenta das instâncias zonais, municipais, estaduais e nacional será realizada em votação separada;
 - IV – as direções partidárias, delegações e cargos com função específica de secretarias deverão ter paridade de gênero (50% de mulheres e 50% de homens).

ANEXO 5 – DISCUSSÕES INTERNAS QUANDO A APROVAÇÃO DAS COTAS E DA PARIDADE

PT aprovou cota de mulheres no 1º Congresso, em 1991 - Medida histórica só ocorreu graças a união de mulheres de todas as forças do partido. No 4º Congresso, foi aprovada a paridade

Em 1991, o PT completava 11 anos e se preparava para o seu **1º Congresso Nacional**. Mas, apesar da participação ativa das mulheres militantes desde a sua fundação, em 1980, a estrutura de poder do partido não refletia isso.

“É natural ter quase a totalidade das direções partidárias com quase 95% de homens em seus quadros?”, questionava um panfleto organizado pelo movimento de mulheres durante o 1º Congresso do Partido.

“Quando começou, o PT tinha todo mundo, homens e mulheres. Mas na formação das direções, você via que elas não estavam mais lá, foram sumindo no meio do caminho”, lembra **Laisy Morière**, atual secretária nacional de Mulheres do PT.

Apesar disso, mulheres petistas continuavam ativas na **militância**. Contando com o apoio de alguns companheiros, e em um exercício de unidade, conseguiram aprovar uma cota de 30% para mulheres nas direções partidárias logo no primeiro Congresso.

“Não foi uma coisa fácil. Houve uma certa resistência”, conta a deputada federal **Benedita da Silva** (PT-RJ), que, assim como Laisy, teve um papel fundamental nessa aprovação.

Foram muitas reuniões e encontros para conseguir convencer os mais ortodoxos e de todas as forças políticas a aprovar as cotas. Segundo a publicação **“Identidade e diferença: A Trajetória das Mulheres no Partido dos Trabalhadores”**, do autor João Marcelo Pereira dos Santos, a frase de mobilização daquele momento foi “desigualdade de sexo não rima com democracia”.

Na época, mesmo algumas mulheres consideravam a medida paternalista. Argumentos como ‘falta de competência’ e um o suposto caráter artificial da medida foram utilizados para depreciar a implantação das cotas.

“A gente é chamada de chata quando a gente quer as coisas, a gente seguiu muito essas coisas”, afirma Benedita. Em algumas instâncias estaduais, como o Congresso Estadual de São Paulo, a pauta foi rejeitada.

“Tivemos uma cumplicidade entre as mulheres de várias forças, porque a unidade fica no papel e a cumplicidade te leva a que você tenha ações

concretas”, lembra a deputada. Segundo ela, mulheres de todas as forças políticas tiveram um papel decisivo para que a aprovação fosse possível.

Unidade no movimento

As mulheres já chegaram no 1º Congresso Nacional do PT unidas e focadas na aprovação das cotas. A pauta havia sido decidida no 3º Encontro Nacional Militantes Petistas do Movimento de Mulheres e nos Encontros de Mulheres Petistas.

Havia outras reivindicações, como garantia de creches nos eventos partidários, atividades de formação específicas para as mulheres, a introdução de temas relacionados com as mulheres no currículo da formação do partido e a garantia de participação em outras instâncias, como em comissões de trabalho, coordenação de eventos, conselhos editoriais de jornais e revistas. Segundo Laisy, muitas dessas pautas ainda não foram implementadas.

Em 2011, aprovou-se a paridade de gênero. Mesmo assim, ainda falta avançar muito, na avaliação da secretária. “Temos que avançar para que a paridade não seja uma coisa imposta, numérica, mas seja um modo de pensar do partido, tudo o que eu penso, eu penso nas mulheres também. A gente ainda não conseguiu chegar nisso”, afirma.

Ato pioneiro

Ainda assim, a aprovação das cotas em 1991 foi um ato pioneiro. Por meio de suas deputadas, o PT levou o debate para a Câmara e para o Senado, aprovando lei de cotas de mulheres nos partidos. A aprovação das cotas no 1º Congresso também estimulou a militância de outros partidos a reivindicarem o mesmo dentro de suas entidades, explica Benedita.

“Nós, mulheres petistas, fizemos esse debate da questão de gênero em qualquer espaço que estivéssemos, fosse nas comunidades, igrejas ou escolas de samba”, recorda a deputada.

Benedita explica que a ajuda de diversos companheiros foi decisiva para a aprovação dessa pauta. “O Lula foi um grande companheiro, o Genoíno, o Rochinha nos ajudou muito”, exemplifica a parlamentar.

“Nós falávamos naquela época: Lula, duas coisas que você precisa ter, é mulher e negro. E fomos trabalhando, trabalhando e nós víamos o resultado desse trabalho”, conta.

Os homens, segundo ela, foram fundamentais para ajudar na articulação dentro de cada força política para possibilitar a aprovação.

Foi essa militância das mulheres petistas que levou à implantação de políticas para as mulheres, uma das principais marcas dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff na Presidência da República, entre 2003 e 2016. A criação da Secretaria Especial de

Políticas para Mulheres, com status de ministério, encerrada pelo governo golpista de Michel Temer, também faz parte dessa história de luta.

Essa reportagem integra a série sobre a histórias dos Congressos Nacionais do PT, produzida em ocasião do 6º Congresso Nacional, que ocorrerá em junho. Para ler as outras matérias, clique aqui.

Por Clara Roman, da Agência PT de Notícias

Exigimos o cumprimento do estatuto do PT: paridade nos cargos da Executiva - em carta às forças políticas do Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras e à Presidenta, as mulheres do PT pedem que seja respeitada paridade.

O Diretório Nacional do PT, reunido no dia 6 de julho, elegeu a sua Executiva sem cumprir a paridade entre mulheres e homens nos cargos com função especificam de secretarias. Nós, mulheres do PT, exigimos que o Estatuto seja respeitado e que a paridade seja restabelecida.

Surgimos para defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, que, desde seu início, sempre foi estruturado de forma diferente. Agregava militantes da igreja católica, sindicalista, intelectuais, feministas e exilados políticos entre outros. Nesse encontro de ideias e experiências diferentes, gestou um fazer político novo, novas ideias e foi cunhado o lema: PT, a nossa vez, a nossa voz. Traduzia a esperança de milhões de pessoas de mudança na política, nas suas vidas.

Nesse 37 anos, avançamos muito na participação da mulheres, hoje temos a primeira mulher na presidência do partido, fruto da luta, unidade e solidariedade de todas e todos. Temos que reconhecer que a discriminação e opressão das mulheres tem sua origem histórica na organização dos espaços de interação social, divididos entre o público e o privado, a divisão da sociedade em classes sociais, aprofundou ainda mais a desigualdade entre homens e mulheres, que se traduz de forma mais contundente, em tripla jornada de trabalho, em salários menores em relação aos homens e na pequena participação das mulheres nas instâncias formais de poder e decisão.

Diante desse quadro, não podemos mais seguir ignorando a posição de discriminação, exploração e desigualdade em que estão submetidas as mulheres no mundo. A discussão entre a luta de classe e gênero, assim como a luta contra a ideologia patriarcal deve perpassar todas as nossas reflexões e ações. A igualdade entre homens e mulheres deve ser

assumida e compreendida como uma forma de tornar a sociedade mais justa.

A discriminação das mulheres ainda se dá no PT, tanto de forma subliminar, como em questões práticas. A luta contra o machismo e a misoginia, os seus valores e práticas nada tem com os princípios democráticos e socialistas, mas estão arraigados em muitos militantes de esquerda, a mudança de paradigma precisa ser do conjunto do partido.

A reprodução da vida é tarefa quase exclusiva das mulheres, são elas que cuidam da casa, dos filhos, dos doentes e das pessoas idosas, gerando a economia do cuidado. As tarefas domésticas e os cuidados não são contabilizados na vida social. Para avançar numa nova proposta de sociedade esse é um tema fundamental a ser considerado.

Os temas como a legalização do aborto, a liberação das drogas, o combate ao racismo, homofobia, lesbofobia, a liberdade individual são e devem ser debatidos no partido como política fundamentais para um novo projeto de sociedade. A esquerda ao longo da história tem deixado esses assuntos para serem resolvidos mais tarde, mas se queremos um projeto inclusivo e que abra o diálogo com toda a sociedade, precisamos enfrentar a discussão.

Um partido de esquerda, socialista como o PT que promoveu e introduziu na vida interna a cota de no mínimo 30% de mulheres na direção em 1991, e cotas étnico-raciais e juventude em 2011. Conforme artigo 22 inciso IV do estatuto: as direções partidárias, delegações e cargos com função específica de secretarias deverão ter paridade de gênero (50% de mulheres e 50% de homens). Com essa decisão o PT sinalizou para a sociedade brasileira que as mulheres podem e devem estar no centro da política como protagonista e que um projeto político com igualdade entre homens e mulheres, sem machismo, misoginia e intolerância é viável.

Conclamamos as forças políticas a fazer a correção das indicações feitas para assumir as pastas da executiva nacional fazendo valer a paridade, como aprovada no 4º Congresso do partido.

Esta carta e resultado da reunião realizada, no dia 07 de julho de 2017, Brasília, com as mulheres de PT com a Presidenta Gleisi Hoffmann, organizada pela Secretaria Nacional de Mulheres.

Nenhum direito a menos!

Democracia já!

Mulheres de todas as forças políticas do partido